A democracia impressa

transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa 1945-1948

Heber Ricardo da Silva

A DEMOCRACIA IMPRESSA

Transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa 1945-1948

HEBER RICARDO DA SILVA

A democracia impressa

HEBER RICARDO DA SILVA

A DEMOCRACIA IMPRESSA

TRANSIÇÃO DO CAMPO JORNALÍSTICO E DO POLÍTICO E A CASSAÇÃO DO PCB NAS PÁGINAS DA GRANDE IMPRENSA 1945-1948

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

S58d

Silva, Heber Ricardo da
A democracia impressa : transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948 / Heber Ricardo da Silva. - São Paulo : Cultura Acadêmica, 2009.
240p.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7983-012-9

1. Imprensa e política - Brasil - História. 2. Jornalismo - Brasil - Aspectos políticos - História. 3. Jornalismo - Aspectos sociais - Brasil - História. 4. Governo e imprensa - Brasil - História. 5. Partido Comunista Brasileiro - História. 6. Liberdade de imprensa - Brasil. 7. Democracia. I. Título.

09-6226 CDD: 079.81
CDU: 070(81)

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Asociación de Editoriales Universitárias de América Latina y el Caribe

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Agradecimentos

Este trabalho contou com a colaboração de diversas pessoas e instituições, às quais expresso meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente, agradeço ao professor Áureo Busetto pela paciência, competência e dedicação na orientação desta dissertação de mestrado. Registro aqui um gesto irrestrito de reconhecimento e admiração, pois, além de sugerir reflexões sobre as relações existentes entre a política e a imprensa, Áureo ensinou-me os caminhos a serem trilhados pelo historiador. Agradeço às professoras Beatriz Kushnir e Tânia Regina de Lucca, que compuseram a banca examinadora, por apontarem caminhos e formularem sugestões para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Agradeço também aos professores da UNESP/Assis, em especial, José Luís Bendicho Beired, Milton Carlos da Costa, Carlos Eduardo Jordão Machado, Claudinei Magno Magre Mendes e Célia Reis Camargo.

Às professoras Tânia Regina de Lucca e Célia Reis Camargo agradeço pelas preciosas considerações durante o Exame de Qualificação. Ao CNPq agradeço pelo financiamento desta pesquisa. Sou grato aos funcionários da Biblioteca e do Programa de Pós-Graduação da FCL/UNESP/Assis.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional, Arquivo do Estado de São Paulo, Banco de Dados da Folha de S.Paulo, Biblioteca Mário de Andrade, Associação Brasileira de Imprensa, Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da UNESP, *campus* de Assis, agradeço pela paciência e o empenho em auxiliar esta pesquisa.

Agradeço ainda a Clarice e Regina do Departamento de História pelas palavras de incentivo. Sou grato também aos amigos do tempo de graduação Fernando Mattiolli, Marcos Rogério, Gesiel Araújo, Fernando Moraes e João Paulo Rodrigues pelo apoio recebido. Ao companheiro Edvaldo Correa Sotana, agradeço as inestimáveis sugestões e estímulos. Também agradeço aos amigos Paulo Gustavo da Encarnação, Leandro Manzoni, Cláudio Martins, Ana Carolina Lemos, Weslei Cândido e Hélio Paiva Matos pelo apoio e incentivo.

Finalmente, agradeço a meus pais, Oscar e Rosmari, por sempre se preocuparem com a minha formação e pelos exemplos transmitidos. A meus irmãos, Hugo, André e Aracele pela compreensão e apoio.

Reparem: a nossa imprensa serve ao poder porque o integra compactamente, mesmo quando, no dia a dia, toma posições contra o governo ou contra um outro poderoso. As conveniências de todos aqueles que têm direito a assento à mesa do poder entrelaçam-se indissoluvelmente.

Mino Carta, *O castelo de âmbar*

Embora a maioria dos jornalistas rejeitem e condenem as práticas mais duvidosas da profissão e reconheçam a existência inevitável de vieses, mesmo em um tratamento da informação que se pretende honesto, eles pensam que, apesar de todas essas dificuldades e de todas essas deformações, nada é pior que o silêncio.

Patrick Champagne

Lista de siglas e abreviações

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

CM – Correio da Manhã

DSP – Diário de S. Paulo

FM – Folha da Manhã

FN – Folha da Noite

JB – Jornal do Brasil

OESP – O Estado de S. Paulo

OG – O Globo

PCB – Partido Comunista do Brasil

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDN – União Democrática Nacional

Sumário

Introdução

O objetivo deste livro é historiar e analisar o papel da grande imprensa do eixo Rio de Janeiro-São Paulo no campo político, quando da transição do regime estadonovista para a ordem democrática, e seus posicionamentos e apreciações com relação à cassação do PCB, ocorrida em maio de 1947, e a dos mandatos parlamentares dos comunistas, em janeiro de 1948, atos que feriram a noção democrática de liberdade de expressão, que fora anteriormente invocada pela imprensa escrita contra o Estado Novo. Portanto, esta obra foi pautada pela preocupação de precisar e analisar historicamente o papel desempenhado e as relações encetadas por grandes jornais brasileiros nesse período de dupla transição, tanto política, marcada pela retomada da democracia parlamentar representativa, como jornalística, caracterizada por seus passos em direção ao modelo imprensa-empresa, ou seja, quando os grandes jornais atenuavam sua condição de veículo de expressão de grupos e partidos políticos específicos mas ainda não se caracterizavam totalmente como típicos jornais empresariais.

Não é nosso objetivo a realização de uma análise político-institucional do PCB, nem observar a atuação do partido no cenário político nacional do imediato pós-guerra, uma vez que os fatos políticos diretamente relacionados à cassação da legenda e dos man-

datos dos políticos comunistas, assim como a ação partidária, são tratados pela ampla bibliografia ocupada com a atuação dos comunistas.[1] Tampouco pretendemos cuidar dos acontecimentos políticos ligados ao final do Estado Novo e à transição para a ordem democrática, pois, de certa forma, contam com uma gama de estudos das áreas de ciências sociais e história, sobretudo aqueles que tratam do período de 1945 a 1964, seja ocupados com o sistema político-partidário como um todo, seja com a análise dirigida a um partido específico.[2]

Assim, buscamos entender e analisar historicamente a ação, os interesses e as justificativas dos principais jornais cariocas e paulistas na defesa da democracia parlamentar representativa, diante dos sérios arranhões que esse regime sofrera com a cassação do PCB e dos mandatos comunistas legalmente obtidos. Trata-se, portanto, de buscar caracterizar e compreender a ação dos grandes jornais

---

1 No âmbito dos estudos históricos e de áreas afins constam obras calcadas numa análise sistêmica do PCB ou ocupadas com a gênese, organização e dinâmica do partido em distintas fases de sua existência, dentre elas destacamos os trabalhos de: Chilcote, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro*: conflito e integração, 1922-1972. Rio de Janeiro: Graal, 1982; Pereira, Astrogildo. *Construindo o PCB (1922-1924)*. São Paulo: Lech, 1980; Carone, Edgar. *O PCB (1943-1964)*. v.2. São Paulo: Difel, 1982; Rodrigues, Leôncio Martins. "O PCB: os dirigentes e a organização". In: Fausto, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano. v.3, t.III. São Paulo: Difel, 1983; Pandolfi, Dulce. *Camaradas e companheiros*: história e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

2 Ver Benevides, Maria Victória. *A UDN e o udenismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1981; Busetto, Áureo. *A democracia cristã no Brasil*: princípios e práticas. São Paulo: Editora UNESP, 2002; Calil, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra*: a formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDPUCRS, 2001; D'Araújo, Maria Celina. *Sindicato, carisma e poder*: o PTB de 1945-1965. Rio de Janeiro: FGV, 1996; Delgado, Lucília de Almeida. "Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia". In: Ferreira, J. & Delgado, L. A. N. (orgs.). *O Brasil republicano*. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; Hecker, Alexandre. *Socialismo sociável:* história da esquerda democrática em São Paulo. São Paulo: Editora UNESP, 1998; Hippólito, Lúcia. *PSD*: De raposas a reformistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; Sampaio, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982; Souza, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983, entre outros.

brasileiros no papel de defensores das liberdades democráticas e de seu empenho na busca pela autonomia da imprensa com relação ao poder político – quer do Estado, quer de governos constituídos – durante um capítulo de transição política da história republicana e dentro de um quadro jornalístico marcado pela convivência entre o jornalismo opinativo/interpretativo e o noticioso, ou seja, quando a notícia ganhava contornos mais nítidos de mercadoria e a imprensa vivenciava algumas etapas no seu processo de profissionalização. É necessário considerar, ainda, que este trabalho objetiva também compreender e analisar as ligações entre os posicionamentos dos principais jornais sobre as ações oficiais contra o PCB e a atuação anterior deles contra o autoritário regime estadonovista; as aspirações desses órgãos da imprensa quanto à democratização da sociedade brasileira expressas em material jornalístico que noticiava e analisava a tentativa de Getúlio Vargas de continuar no poder, o movimento "queremista", a legalização do PCB, os pleitos eleitorais ocorridos em 1945 e 1947 e seus resultados, os trabalhos da Assembleia Constituinte, a Constituição de 1946, a política externa brasileira em relação à antiga URSS e aos EUA e, por fim, os primeiros acontecimentos ligados à Guerra Fria.

Para a realização da pesquisa foram selecionados seis jornais da grande imprensa nacional, ou seja, os paulistas *O Estado de S. Paulo (OESP)*, *Diário de S. Paulo (DSP)* e *Folha da Manhã (FM)*, e os cariocas *Correio da Manhã (CM)*, *Jornal do Brasil (JB)* e *O Globo (OG)*. A escolha desses jornais decorreu não apenas do fato de serem os mais vendidos, segundo padrões da época, mas, também, por serem editados e circularem nos dois maiores centros urbanos do país. Além da importância econômica e política de ambos, Rio de Janeiro e São Paulo apresentavam as maiores e mais bem organizadas seções do PCB, um número significativo de políticos comunistas eleitos para os legislativos federal, estaduais e municipais e, também, uma expressiva atuação da imprensa comunista. Os seis periódicos faziam parte do seleto grupo denominado grande imprensa, entendida como aquela que passava a apresentar uma estrutura empresarial com moderno parque gráfico, rotativas de últi-

ma geração, com capacidade para aumentar a tiragem de jornais, e a divisão interna do trabalho – com repórteres, fotógrafos, redatores, gráficos e colunistas –, exibindo, assim, maior poder de intervenção na vida política nacional e uma estrutura técnica capaz de ampliar seu público leitor e o espaço publicitário em suas páginas. Atuaram significativamente no debate político nacional ao publicar editoriais, reportagens, entrevistas, charges e imagens acerca de acontecimentos ligados ao fim do Estado Novo e à implantação da democracia parlamentar representativa. Ademais, mesmo seguindo linhas editoriais distintas, os seis jornais foram escolhidos por se declararem liberais, se mostrarem como defensores incontestes do regime democrático e serem os que mais noticiaram ou se manifestaram em relação aos atos governamentais e aos de outros agentes políticos favoráveis ao cerceamento das liberdades comunistas no jogo político nacional.

Diversos pesquisadores se preocuparam em demarcar os caminhos percorridos pela imprensa nacional, formulando várias periodizações para explicar a história da imprensa, bem como as transformações técnicas e estruturais alcançadas pelo setor. Podemos periodizar a história da imprensa brasileira a partir de vários ângulos, por exemplo, em função dos acontecimentos políticos ou institucionais, das revoluções tecnológicas vivenciadas ao longo dos séculos ou momentos de transformações linguísticas ou culturais. Embora as periodizações históricas sejam sempre arriscadas e questionáveis, sobretudo as que se referem à imprensa brasileira, três periodizações têm marcado a bibliografia sobre o tema, sendo que uma delas é apontada por conjunto bibliográfico mais recente.

De acordo com o historiador Nelson Werneck Sodré (1999, p.261-75), a imprensa brasileira até a segunda metade do século XIX era caracterizada por uma estrutura artesanal, com técnicas de trabalho rudimentares, sem dispor de um aparato técnico desenvolvido e uma ampla organização estrutural e econômica. Foi somente a partir do final do século XIX, com a introdução de inovações técnicas, que a imprensa artesanal cedeu espaço para a industrial, baseada em uma estrutura empresarial que lhe possibili-

tara o aumento de sua área de abrangência, distribuição, tiragens e aproximação dos padrões e das características peculiares de uma sociedade burguesa. Nessa fase da imprensa brasileira, surgiram o serviço telegráfico, as ilustrações, proporcionando maior número de edições e de tiragens, que chegavam a até 50 mil exemplares. Porém, foi com a consolidação da República, no início do século XX, que a imprensa nacional também se consolidaria, ou seja, os jornais entraram definitivamente na fase industrial, apresentando, a partir de então, características empresariais e comerciais, momento em que as notícias passaram a ser entendidas como mercadoria, algo que poderia ser comercializado como qualquer outro produto. Era o fim do jornal como empreendimento individual e isolado, e surgem os grandes conglomerados jornalísticos capazes de influir fortemente na vida política nacional.

Por sua vez, Bahia (1967, p.46-86) oferece outra periodização à história da imprensa brasileira. Segundo ele, a fase inicial foi marcada pelo surgimento dos primeiros jornais, período que vai de 1808 a 1880. Nesse período, o jornal era produzido de forma artesanal e a imprensa atuava em condições precárias, em prédios velhos e com máquinas de segunda mão compradas de países mais adiantados industrialmente. O segundo momento, denominado fase de consolidação e aventura industrial, começou por volta de 1880 e se estendeu até a década de 1930. Tal período se caracterizou pela passagem da tipografia artesanal à indústria gráfica, anúncio em cores, surgimento das agências especializadas de publicidade, aprimoramento da mão de obra gráfica, re-aparelhamento técnico dos jornais e surgimento do jornal em formato *standard*. A tipografia perdeu o seu caráter artesanal e conquistou a posição de indústria gráfica, trazendo consigo quatro inovações importantes: máquina de papel, prensa mecânica, prensa rotativa e linotipo. Já a terceira fase, classificada como moderna, foi marcada pelo surgimento do rádio, das cadeias jornalísticas e aumento de tiragens. Inegavelmente, a partir de 1930 ocorreu um desenvolvimento desenfreado dos meios gráficos e reais aprimoramentos das formas de se fazer jornal, tornando-se esse setor um poder de indiscutível

capacidade econômica. Embora os jornais tivessem vivenciado tamanho progresso nessa terceira fase, a imprensa também passaria por uma das fases mais críticas de sua história com a emergência do Estado Novo, que, segundo Bahia, representou um dos mais lamentáveis episódios para o periodismo latino-americano. Por fim, foi a partir do final da Segunda Guerra Mundial e na esteira dos acontecimentos de inegável despertar social – como a mobilização popular pela Constituinte de 1946, a queda da ditadura Vargas, a expansão das indústrias de base – que surgiu o novo jornalismo. Nesse período, a imprensa vivenciou transformações ainda mais aceleradas em todos os setores, passando a competir pelos leitores, que proporcionariam, consequentemente, aumento de tiragens e vendagem. Nessa fase, a imprensa nacional começou a sofrer influência do jornalismo norte-americano e passou a ser constituída por empresas de comunicação dotadas de considerável estrutura técnica, se comparadas às das imprensas norte-americana e europeia.

Para Lattman-Weltman (1996, p.157-75), a história da imprensa brasileira pode ser dividida em três grandes períodos. A fase pré-capitalista, quando se deu a instalação das primeiras folhas no Brasil, cujos serviços prestados eram apenas informativos. Fase que perduraria até o final do século XIX.[3] A segunda fase iniciou-se quando a imprensa passava a incorporar, além das notícias, a opinião política, momento em que surgem as primeiras folhas oposicionistas, abolicionistas ou republicanas, as quais se beneficiavam, inicialmente, da liberalização e implantação das primeiras tipografias no Brasil. Surgiria, então, o jornalismo literário, que privilegiaria os imperativos propagandísticos de ideias e opiniões. A terceira fase, iniciada a partir da década de 1950, caracterizava-se por modificações decisivas para a imprensa, como o avanço das técnicas, aumento do número de publicações e tiragem. O jornal, além de assumir cada vez mais um caráter de empresa, dependente, na

---

3 Essa fase é representada pela *Gazeta*, do Rio de Janeiro, o primeiro jornal brasileiro surgido em 1808.

mesma proporção, da publicidade e de verbas oficiais, vê-se obrigado a competir mais intensamente pela divulgação de notícias.

Nesse sentido, Abreu (1996, p.15-30) apontou que, a partir da década de 1950, a imprensa foi abandonando aos poucos uma de suas tradições, o jornalismo de combate, de crítica, de opinião, distanciando-se do modelo francês de jornalismo até então seguido. Foi quando a imprensa passou a seguir o modelo de jornalismo norte-americano, ou seja, um modelo que "privilegiava a informação e a notícia e que separava o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação". Essas transformações foram empreendidas em parte pela influência de alguns jornalistas brasileiros que, após terem vivido nos EUA na primeira metade dos anos 1940, retornavam ao Brasil entusiasmados com a organização e as técnicas jornalísticas daquele país. Com a escolha desse modelo, a imprensa nacional passou por inúmeras alterações, ao vivenciar um vertiginoso aumento de tiragens, a aplicação de novas técnicas, o uso da impessoalidade na escrita e o tratamento da realidade *stricto sensu*. A partir da década de 1950 ocorre a profissionalização da atividade jornalística, além da introdução dos primeiros cursos superiores de jornalismo no Brasil e investimentos no setor publicitário, desencadeando, assim, a implantação no país de grandes agências de propaganda. Dessa forma, novas técnicas de apresentação gráfica e inovações na cobertura jornalística foram introduzidas, o que trouxe modificações substanciais na estrutura e linguagem jornalísticas. Ademais, a infiltração de capitais estrangeiros na imprensa brasileira, especialmente o norte-americano, deve ser entendida num quadro mais amplo, no qual o imperialismo desenvolveu suas ações, num período em que se viu obrigado a realizar um controle direto da imprensa nos países dependentes com a montagem, neles, de sua própria imprensa. Assim, a imprensa se torna menos livre quanto mais adquire o caráter de empresa, quanto mais se torna dependente das agências de notícias e agências de propaganda internacionais, bem como das verbas governamentais. Por sua vez, Ribeiro (2003, p.148) afirmou que a profissionalização da atividade jornalística ocorreu somente a partir da década de 1950.

Além disso, apontou que, nessa mesma década, o jornalismo empresarial foi pouco a pouco substituindo o político-literário e, dessa forma, a imprensa abandonava a tradição de polêmica, de crítica e de doutrina e assumia características de um jornalismo que prezava informação transmitida "objetiva" e "imparcialmente", que separava o editorial do comentário pessoal e da opinião. Para Barbosa (2007, p.149-53), a partir dos anos 1950 uma série de mudanças foi introduzida no jornalismo brasileiro e transformou inteiramente a face dos grandes jornais. Segundo a autora, "começava aí a nova imprensa brasileira, caracterizada pela profissionalização do jornalismo e intensificação da influência jornalística norte-americana". Além disso, acrescenta, as reformas ocorridas nos jornais a partir daquela década deveriam ser entendidas como o momento de construção, pelos próprios profissionais, do marco fundador de um jornalismo moderno, caracterizado pela objetividade e neutralidade.

Ao contrário da bibliografia mais recente, e precisando as elaboradas por Werneck Sodré e Bahia, defendemos, com base em evidências empíricas e em sua análise, que a imprensa brasileira durante a década de 1940, notadamente na sua segunda metade, já vivenciava algumas etapas da sua profissionalização. Assim como a categoria dos jornalistas se empenhava em ampliar esse quadro, a produção dos principais jornais brasileiros já seguia alguns elementos colhidos do modelo norte-americano e havia empresas jornalísticas determinadas a garantir ou ampliar a autonomia do jornalismo em relação ao Estado e governos, como foram os casos de *OESP* e do *CM*. Assim, a imprensa no período analisado experimentava um quadro jornalístico marcado pela convivência entre o jornalismo opinativo/interpretativo e o noticioso, mesclando traços do modelo de jornalismo francês com o norte-americano. Logo, o que se via no campo jornalístico era um período de transição, o qual refletia também a transição no campo político nacional, ou seja, a passagem do Estado Novo para a etapa da democracia parlamentar representativa.

Vale destacar que dois livros estão diretamente ligados à temática desta pesquisa, uma vez que tratam das relações entre comunis-

tas e imprensa, embora abordem períodos distintos e se ocupem mais detidamente com o anticomunismo. O primeiro é o livro de Mariani (1998), que discorre sobre dois objetos bastante definidos, a imprensa e o PCB, calcado estritamente na análise do discurso. A autora identifica as formações ideológicas e discursivas que constituíram ideologicamente a memória política do país, além da produção discursiva dos principais periódicos brasileiros, bem como a narrativa e a memória sobre os comunistas. Porém, não cuida analiticamente do período focalizado por nosso trabalho, esquecendo importantes temas como os processos eleitorais, a cassação da legenda e dos mandatos comunistas e o contexto político internacional. De acordo com Mariani (1998, p.59), se antes a imprensa era encarada como um veículo neutro e imparcial, sem participação significativa na vida política nacional, hoje ela assume um caráter ativo e interpretativo, e a cada dia fica mais próximo o entrelaçamento dos acontecimentos políticos e a notícia. Além disso, a autora entende que a imprensa pode tomar direções de sentido a partir do relato de determinado fato como perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tornando-as eventos-notícias. Dessa maneira, a imprensa participa ativamente das situações em que existem tomadas de decisões políticas.

Após a queda do Estado Novo e o restabelecimento de um regime "democrático", a imprensa nacional ganhou liberdade e maior poder de atuação e intervenção no cenário político nacional. Nesse período, os jornais buscaram despolitizar a atuação dos comunistas na Assembleia Nacional Constituinte, contribuindo, consequentemente, com a despolitização dos leitores e eleitores, ou seja, ao passar por modificações de cunho estrutural e assumindo aos poucos a posição de empresas de comunicação, os jornais retiraram das suas páginas os posicionamentos políticos ideológicos e colocaram em foco comportamentos e opiniões pessoais. Dessa forma, os jornais passaram a agir como juízes, pois emitiam juízos de valor sobre os acontecimentos nacionais, colocando os fatos para falar por si. Os fatos políticos sobre a cassação da legenda e dos mandatos comunistas em maio de 1947 e janeiro de 1948, respectivamente, são

muitas vezes omitidos pelos principais jornais do país. Durante o pós-guerra há a preocupação com o comunismo, mas as referências se refletem mais em âmbito internacional, tratando principalmente das disputas iniciais entre EUA, China e URSS no contexto permeado pela Guerra Fria. Segundo a autora, o objetivo desse tipo de tratamento político realizado pela imprensa nacional era silenciar e anular as ações comunistas e evitar qualquer suposta tentativa de subversão social e organização das massas trabalhadoras (Mariani, 1998, p.197-8).

Ao contrário da afirmativa da autora, nossa pesquisa permitiu perceber que a temática comunista, assim como sua ação partidária, recebeu a atenção da imprensa paulista e carioca do período. Os seis jornais pesquisados, embora vivenciassem um momento de transformações estruturais, apresentavam uma preocupação acentuada com o jogo político nacional e, sobretudo, com a possibilidade de desenvolvimento do comunismo no território nacional. Os periódicos publicaram diversas matérias, editoriais e reportagens para emitir juízos de valor e criar uma representação do PCB e da atuação de seus representantes parlamentares, além de realizar campanhas contra o comunismo, num período em que a Guerra Fria começava a despontar internacionalmente. Por certo, as representações sociais formuladas pelos comunistas são excluídas das páginas dos grandes jornais, mas a temática comunista, as ações coletivas de agentes ligados ao PCB e, acima de tudo, ações contra os comunistas – como repressão, prisões, fechamento de células e intervenção em comícios – foram tratadas de forma sistemática pelos jornais, com o objetivo de construir um discurso negativo à ideologia comunista, além de construir uma opinião pública contrária à atuação e ao funcionamento do partido no campo político nacional. Todavia, como será mostrado, nem todos os grandes jornais apoiaram a cassação do PCB e dos mandatos comunistas, e o fechamento da imprensa comunista.

O segundo livro é de autoria de Motta (2002), que se preocupa com as questões da formação do ideário anticomunista e sua evolução histórica no país, consonante ao rumo tomado pelos sucessos

históricos nacionais e internacionais do comunismo, além de abordar os assuntos referentes às disputas eleitorais, ao comunismo internacional e, sobretudo, às representações criadas pelos principais agentes sociais em períodos entre 1917 a 1964. A pesquisa na imprensa se configura como uma importante fonte para a efetivação do trabalho de Motta, por tratar-se de um poderoso instrumento de formação de opinião.[4] Entretanto, o recorte histórico utilizado pelo autor engloba mais detidamente os períodos de 1935-1937 e 1961-1964, os quais representaram marcos de rupturas institucionais e deram origem à implantação de regimes autoritários de larga duração com consequências profundas. Embora tenha trabalhado com os anos subsequentes ao fim do Estado Novo de forma superficial, sem a preocupação de analisar a atuação e a dinâmica da grande imprensa em relação à defesa da democratização e manifestações contrárias ao PCB – fatos que constituem o objeto de nosso trabalho –, o autor nos alerta: "os jornais são poderosos instrumentos de pressão, e no mínimo influem na formação de ideias das classes médias e superiores, sendo responsáveis pela propagação de representações anticomunistas". Dessa forma, a imprensa brasileira, principal consumidora das notícias elaboradas pelas agências de notícias dos EUA, alinhou-se e estruturou-se segundo os padrões de sua congênere norte-americana e passou a reproduzir o discurso anticomunista internamente. Muitas vezes, os órgãos da grande imprensa nacional foram responsáveis pela propagação de representações anticomunistas e se anteciparam às vezes ao Estado nas campanhas de repressão ao comunismo e defesa da ordem democrática e da liberdade de imprensa.

Ademais, a transição política do Estado Novo à ordem democrática foi processada, como bem definiu Souza (1983, p.105), sem pressão de qualquer movimento contestatório liderado por amplas bases sociais. Entretanto, podemos afirmar que as perseguições à

4 Motta trabalhou com os jornais *O Estado de S. Paulo, Diário de Minas, Jornal do Brasil, O Globo, Estado de Minas, Correio da Manhã, Folha de Minas* e outros. O período analisado pelo autor se insere em momentos de rupturas institucionais de grandes proporções como 1917-1918, 1935-1937 e 1961-1964.

imprensa brasileira, bem como a cassação do PCB e de seus eleitos, explicitaram as restrições colocadas ao nascente regime democrático do período. Segundo a autora, o regime democrático iniciado naquele ano não pode ser considerado propriamente como uma ruptura, mas, antes, como uma "inflexão" da vida política anterior, formada a partir da Revolução de 1930, acentuada durante o Estado Novo e parcialmente modificada pela ação dos principais condutores do processo de democratização em 1945; constituíram-se em fatores limitativos para o surgimento dos partidos societários, isto é, organizações partidárias independentes da máquina do Estado, apoiadas em identificações populares e lealdades históricas.

É necessário considerar, ainda, que, do ponto de vista teórico-metodológico, os jornais escolhidos para a análise não foram utilizados apenas como fontes de informação sobre a democratização do período analisado e a cassação do PCB e dos mandatos políticos dos comunistas, mas, também, tomados como objeto de análise, uma vez que os consideramos agentes do campo político nacional, o que significa dizer, seguindo Bourdieu (1989), que eles, tal como os partidos e homens de partidos, são produtores de bens políticos, ou seja, anunciam e enunciam problemas, soluções, acontecimentos, prognósticos e projetos políticos à população em plena concorrência com os demais agentes políticos, concorrendo, enfim, pela conquista do poder simbólico. Para Champagne (2003, p.75), a imprensa representa um agente central na realidade política, uma vez que produz efeitos sobre essa realidade ou pode criá-la por meio de suas visões midiáticas ocupadas em descrever fatos ou acontecimentos do campo político. Ademais, esta pesquisa procurou conhecer e analisar as relações entre os grandes jornais e demais agentes políticos, bem com as relações existentes dentro da própria empresa jornalística, pois, segundo Jeanneney (1996, p.224-5), esse conjunto de relações esbarra em questões políticas de uma maneira ou de outra, uma vez que na vida cotidiana de um jornal se reflete a vida política do país. A par dessas considerações, não analisamos apenas o material jornalístico em sua forma acabada, mas também os seus produtores, compreendendo e apreciando seus papéis no

debate político e, sobretudo, sua participação no processo de transição democrática no Brasil do período estudado.

Assim, o jornal pode ser definido como um importante agente político e elevado poder de intervenção na vida política e social do país, além de conquistar para si o maior número possível de leitores, o que lhe propiciará receitas em vendas avulsas e assinaturas, bem como publicidade, ou seja, os periódicos produzem e impõem uma visão particular do campo político, selecionando até mesmo o que deve ser publicado ou não. Vale destacar que o mundo dos jornalistas é dividido, há conflitos, concorrências e disputa pelo poder de falar em nome de uma totalidade de leitores. Mas os produtos jornalísticos apresentam certa homogeneidade, as diferenças evidentes, ou seja, as posições políticas dos periódicos ocultam semelhanças profundas, pois os jornais pesquisados falam em nome da ideologia liberal, apresentam estruturas técnicas bem parecidas, recebem notícias oriundas das mesmas agências noticiosas e muitas vezes se dirigem ao mesmo público leitor. Seja qual for o meio em que trabalhem, os jornalistas se leem, se ouvem e se olham muito entre si e, consequentemente, se reproduzem. Entretanto, vale destacar que, uma vez conquistado, o poder simbólico só pode ser conservado mediante a realização de um trabalho constante, necessário não só para acumular crédito, mas para evitar o descrédito. É isso que faz com que o homem político esteja comprometido com o jornalista, detentor de um poder sobre todos os instrumentos de grande difusão, o que lhe dá um poder sobre toda a espécie de capital simbólico, capaz de fazer ou desfazer reputações (Bourdieu, 2003, p.189), daí a importância da imprensa como elemento político em uma sociedade, uma vez que ela se apresenta como um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. A partir disso, a história procura estudá-la como agente político destacado, com a preocupação de captar o movimento vivo das ideias e dos personagens que circulam nas páginas dos jornais. Além desses elementos, os jornais estão envolvidos em uma concorrência pelo poder de falar e marcar posição. Essa concorrência toma forma através da busca pelo furo, para ser o primeiro, a fim de conquistar

maior espaço social e, consequentemente, o maior número possível de leitores e anunciantes.

É possível afirmar que a imprensa escrita constitui um importante documento para o estudo histórico e tem sido utilizada em estudos historiográficos ocupados com temáticas culturais, econômicas e religiosas. Embora haja, ainda, obstáculos a serem vencidos no que tange ao estudo dos meios de comunicação, notadamente os impressos, os dados e informações oferecidos por esse tipo de imprensa se constituem em fértil manancial de fontes para a pesquisa histórica política, como afirmou Jeanneney (1996).[5] Ou, como considerou Capelato (1998, p.13), os jornais são fontes das mais férteis para o conhecimento do passado e possibilitam ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos, pois a imprensa registra, comenta e participa da história. De acordo com as orientações teóricas de Jeanneney (1996), o presente trabalho tem o objetivo de contribuir com o estudo da socialização dos homens, preocupando-se com os vínculos que aproximam ou distanciam os atores da mídia de todos os outros atores, especialmente os políticos.

Contudo, este trabalho não tomou os periódicos analisados apenas como narradores, comentaristas ou simples participantes do mundo político, mas também como destacados agentes e produtores de acontecimentos políticos, o que significa dizer que influenciam as práticas nesse campo e são por elas influenciados, sem, contudo, descuidar da análise da sua organização e funcionamento, de sua atuação pública e privada e de suas estratégias. Mas, o trabalho historiográfico com o jornal não é fácil, uma vez que este atinge um público variado, oferece um conteúdo com muitas fontes e pontos de vista, apresentando informações fragmentadas e heterogêneas. Isto ocorre quando o jornal passa a refletir perspectivas do mercado, Estado, projetos editoriais e políticos e posições dos

5 De acordo com Jeanneney, existe um desequilíbrio de documentação; há uma massa enorme de papel impresso e, em contraste, uma mediocridade geral dos arquivos de empresas que permitiriam descrever a instituição jornal, suas finanças, seus métodos de recrutamento. No caso brasileiro, o mesmo se repete.

leitores, o que o torna, cada vez mais, um objeto de complicada análise. Esses elementos têm levado os historiadores a trabalhar com determinados focos dentro do jornal, e não o jornal como um todo, sobretudo centrando seus estudos, como caracterizou Sevcenko (2003, p.43), em editoriais, que refletem a opinião da empresa que encabeça o jornal e, portanto, suas conexões políticas mais evidentes, como na clássica tendência do jornalismo político desde o início do século XX, ou então as colunas e seções assinadas, que formam como que bolsões de sentido articulado e em séries que têm uma duração contínua e podem ser desdobradas ao longo do tempo.

Sendo assim, é necessário destacar que algumas partes do material jornalístico foram selecionadas para a realização desta pesquisa. Os editoriais foram escolhidos primordialmente por apresentar de forma clara e precisa as opiniões e a posição política e ideológica dos jornais em análise. Nos editoriais evidencia-se, ainda, a posição da empresa na escolha do serviço das agências internacionais, o que dá uma ideia do tipo de material desejado e das áreas a serem cobertas, além da atribuição de demasiado valor a determinadas matérias ou implantação do silêncio sobre acontecimentos e pessoas, bem como a valorização de notas e tópicos ali publicados. As matérias assinadas e não assinadas também mereceram atenção, pois podem possibilitar a identificação da estratégia utilizada pelos periódicos no processo de convencimento do leitor, por apresentar um conteúdo político alinhado à posição político-ideológica dos jornais, possuir um tom gramatical impessoal – capaz de reforçar a ideia de que tanto os fatos quanto os sujeitos falam por si –, além de constituir uma vastíssima massa documental sobre a história política nacional.

Vale ressaltar que essas áreas dos jornais estão mais suscetíveis à manipulação por parte dos jornalistas, capazes de alterar o caráter e os efeitos dessas notícias. Marcondes Filho (1986, p.39-48) nos alerta sobre três formas de falseamento das notícias observadas, em particular nas matérias assinadas e editoriais. A primeira delas diz respeito à *fragmentação da realidade*, ou seja, o jornalista desvincu-

la a notícia do seu fundo político e histórico, com o objetivo de esvaziá-la politicamente. Dessa forma, os homens se tornam objetos inconscientes das estruturas de dominação que criam diariamente. A segunda forma é a *personificação dos processos sociais* e das notícias em geral, com a presença de uma banalização dos fatos e o culto à personalidade, ou seja, a burguesia se ocupa da história como se ela fosse realizada por indivíduos e não pelas classes, tomando até mesmo a perseguição personalizada de agentes dos males sociais – por exemplo, os líderes comunistas – como forma de disseminar a desconfiança através das notícias e editoriais, além de conduzir ao endeusamento ou à execração de indivíduos. Por fim, uma outra forma de falseamento das notícias é a *polarização de conceitos*, ou o maniqueísmo noticioso, como forma de conduzir o leitor a optar entre dois extremos, como matérias que levam o indivíduo a escolher entre o regime capitalista e o comunista, apelando, obviamente, para interesses específicos de classe.

Com base nessas considerações, dividimos o texto em três capítulos. O primeiro discute a instituição do ensino superior de jornalismo e a gradual regulamentação e profissionalização da atividade jornalística no Brasil. Analisa ainda as transformações técnicas, mudanças gráficas e editoriais, bem como as modificações ocorridas no processo de produção vivenciadas pelas folhas paulistas *OESP, DSP* e *FM* e as cariocas *CM, OG* e *JB*. Além disso, tratamos do processo de modernização ocorrido na imprensa a partir da introdução das técnicas e experiências norte-americanas, as quais foram responsáveis pela inserção de um caráter mais "objetivo e empresarial" na imprensa brasileira. O capítulo trata também das relações sociais, econômicas e culturais que envolvem os proprietários e dirigentes jornalísticos das folhas aqui analisadas.

O segundo capítulo descreve e analisa as relações existentes entre jornais e a política durante o final do Estado Novo e o processo de "democratização nacional". Dessa forma, tratamos de analisar a crise do Estado Novo e o restabelecimento da democracia parlamentar representativa no Brasil, lançando luzes sobre o papel desempenhado pela imprensa nesse processo, observando quais as suas

apreciações sobre os fatos políticos ocorridos e como ela se comportou no novo ambiente político que se inaugurara após a queda do Estado Novo. Ainda nesse capítulo apresentaremos as concepções de democracia emitidas pelos seis jornais estudados, bem como as suas análises e apreciações acerca dos acontecimentos políticos ocorridos durante a transição dos governos Vargas e Dutra, como a concessão da anistia política, organização partidária para as eleições, comícios partidários, o processo político-eleitoral, reatamento e rompimento de relações diplomáticas com a URSS, bem como a condução do processo de "democratização" por Dutra.

O último capítulo procura refletir sobre as ideias anticomunistas emitidas pelos jornais analisados, além de entender os posicionamentos das folhas acerca das práticas políticas dos comunistas dentro da nova conjuntura "democrática" que se formara após a queda do Estado Novo. Por fim, procura analisar os processos de cassação da legenda e dos mandatos comunistas, ocorridos em maio de 1947 e janeiro de 1948, respectivamente, destacando os posicionamentos dos seis jornais liberais brasileiros acerca dos atos restritivos à participação dos comunistas na vida político-partidária nacional.

1
Seis grandes diários e a transição do campo jornalístico

Ensino superior e regulamentação da atividade jornalística: antigas demandas cuidadas pelo governo Vargas

Durante boa parte do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o jornalismo brasileiro viveu como uma atividade diletante e comportava poucas especializações, sem divisão sistemática das funções executadas no processo de confecção do jornal e produção da notícia; além disso, a atividade jornalística carecia de organização, valorização e ensino profissional. No entanto, independentemente desses fatores, a imprensa brasileira passou por importantes avanços técnicos, sobretudo a partir da década de 1930, impulsionados pelo início do processo nacional de desenvolvimento industrial, dos meios de transportes, dos centros urbanos e dos meios de comunicação. Vale ressaltar que, durante muitos anos, a classe jornalística brasileira, por meio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), lutou pela valorização e reconhecimento da profissão, além de reivindicar a instalação do curso universitário de jornalismo.

Ao fundar a ABI e, em seguida, assumir a presidência da entidade em 7 de abril de 1908, o jornalista Gustavo de Lacerda preco-

nizou, em seu discurso de posse, a necessidade da criação do curso superior de jornalismo no Brasil, cujo intuito seria o de formar bons jornalistas e proporcionar conhecimento científico sobre a atividade aos iniciantes e até mesmo aos jornalistas que há bastante tempo atuavam na área. Desde sua fundação, em 1908, a ABI pleiteava ao Estado a implantação do curso, além de propor a elaboração de um estatuto que regulamentasse a profissão de jornalista. Os brados dos jornalistas se fizeram ouvir com mais intensidade no I Congresso de Jornalistas, promovido pela ABI e realizado em 10 de setembro de 1918, quando da homenagem ao primeiro jornal editado no Brasil, *A Gazeta,* do Rio de Janeiro.[1] No evento foi apresentado projeto propondo a criação de uma escola de jornalismo que ficasse sob a responsabilidade da ABI, assim como a estrutura do curso a ser implantado. Decidiu-se ainda pela defesa da liberdade de imprensa; elevação do nível "moral da profissão", com o objetivo de manter a rigorosa ética do jornalismo; o direito de resposta; a defesa do nacionalismo; a instituição de uma carteira de jornalista que garantisse a passagem gratuita em trens e navios cujas empresas gozassem de favores da administração pública, tal como ocorria em alguns países da América e da Europa, entre outras reivindicações. Assim, desde as primeiras tentativas de organização da classe jornalística, a ABI adotou uma linha assistencialista para com os trabalhadores da imprensa, postura que se coadunaria com as ações populistas e assistenciais do futuro governo Vargas (Nuzzi, 1992, p.21-2).

A partir da década de 1930, os anseios da ABI e de inúmeros jornalistas espalhados pelo Brasil começaram a ganhar contornos de realidade. Diversas medidas do governo federal, somadas à criação de sindicatos representativos da classe jornalística e inúmeras campanhas pró-instituição do curso de jornalismo, proporcionaram

---

1 *A Gazeta* passou a ser editado em 1808 na cidade do Rio de Janeiro. Tratava-se de um jornal oficial e não apresentava nenhum atrativo para o público. Não publicava nada sobre a democracia, grande parte de suas matérias era extraída da *Gazeta* de Lisboa ou de jornais da Inglaterra, com o simples intuito de agradar à Coroa portuguesa (Sodré, 1999, p.20).

condições para que a atividade passasse por uma crescente expansão técnica, normativa e profissional. A expectativa com relação à criação do curso superior de jornalismo tomou vulto no setor com a aprovação do decreto-lei 19.851, de 11 de abril de 1931, assinado pelo então ministro da Educação, Francisco Campos, que criava o estatuto das universidades brasileiras, o qual vigoraria por mais de trinta anos. Segundo o estatuto, o ensino universitário brasileiro teria como finalidade elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios do conhecimento humano, habilitar o exercício de atividades que requeressem preparo técnico e científico superior e, além disso, as universidades brasileiras ficaram incumbidas de desenvolver uma ação conjunta em benefício da "alta cultura nacional", e deveriam esforçar-se para ampliar cada vez mais suas relações e seu intercâmbio com as universidades estrangeiras. É importante destacar que o ensino universitário brasileiro, instituído e regulamentado posteriormente pelo então governo provisório de Getúlio Vargas, assumia caráter nacionalista e elitista, pois era entendido como responsável por proporcionar a "grandeza à nação" e o "aperfeiçoamento da humanidade", além de poder ser frequentado, em grande parte, somente por membros da elite brasileira.

Porém, o germe da instalação do curso superior de jornalismo teve que esperar até o ano de 1935, quando da instituição da Universidade do Distrito Federal (UDF).[2] Originariamente, a UDF oferecia o curso de publicidade e jornalismo, ministrado por professores brasileiros e franceses. Entretanto, o curso fugia dos parâmetros reivindicados pela ABI, pois não se caracterizava por ser uma escola profissional com o intuito de formar jornalistas em nível superior, mas um curso que oferecia meios para que os estudantes refletissem sobre os mecanismos da cultura de massa, incutindo-lhes valores humanísticos e éticos. Para Sônia Moreira, a novidade

2 Seria composta pelo Instituto de Educação, Escola de Ciências, Escola de Economia e Direito, Escola de Filosofia e Letras e Instituto de Artes. Diversos trabalhos retratam a história e desenvolvimento da UDF, tais como Melo (2000), Kunsch (1992) e Cunha (1980).

desse projeto estava na mentalidade culturalista que o inspirou, contrastando com a concepção corporativa então dominante nas escolas de ensino superior do Brasil (Melo, 2000, p.84). Além disso, a UDF tinha o objetivo de representar a alta intelectualidade, orientar a inteligência e o saber, buscando preparar o homem culto, o que difere do homem diplomado. Pedro Costa Rego, redator do jornal *CM* desde 1907, ficou incumbido de organizar um curso ou cátedra de jornalismo na UDF. O modelo educacional implementado por Costa Rego não apresentava muitas ligações com o modelo jornalístico norte-americano, mas sim com o francês, privilegiando, sobretudo, a formação humanística do jornalista e os valores éticos que a profissão exigia. A UDF não objetivava formar bacharéis e doutores, mas oferecer aos alunos conhecimentos essenciais ao exercício do jornalismo, ao lado de um ensino prático sobre a atividade. Diferentemente do proposto pela ABI, o curso preparado pela UDF para a área de jornalismo, assim como os demais, era constituído sob bases educacionais autônomas. Por sua vez, "a estratégia da ABI para efetivar a criação da Escola de Jornalismo era reivindicá-la junto ao Estado, amarrando-a no estatuto de regulamentação da profissão de jornalista, além de formar verdadeiros profissionais da imprensa em nível superior" (Melo, 2000, p.84). Vale destacar que a proposta educacional da UDF não alcançaria êxito, pois, com o golpe político de 1937, a Universidade ficou proibida de exercer suas atividades descoladas da tutela estatal.

Independentemente dos obstáculos enfrentados para a implantação do curso superior de jornalismo no Brasil, o governo varguista continuava, entretanto, a proporcionar regulamentação à atividade. Por meio de suas reivindicações históricas, a ABI conseguiu de Vargas o compromisso de criar e manter escolas para a efetiva formação de jornalistas profissionais. Pelo decreto-lei 421, de 11 de maio de 1938, o governo passou a regular o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior na esfera pública ou privada, autorizando pessoas, instituições ou órgãos a fundar e manter estabelecimentos destinados ao funcionamento de cursos superiores no Brasil, desde que sob a prévia autorização oficial. Ademais, com o

artigo 17 do decreto-lei 910, assinado em 30 de novembro de 1938, o governo federal pretendia contribuir para a maior organização e sistematização da profissão jornalística, pois, juntamente com os governos estaduais, responsabilizar-se-ia por promover a criação de escolas de preparação ao jornalismo, destinadas a formar profissionais de imprensa com a maior capacitação possível. Com a criação das escolas de jornalismo no Brasil, os novos profissionais seriam obrigados a efetuar a inscrição no Registro da Profissão Jornalística e apresentar, no ato do registro, diplomas do curso superior de jornalismo ou exames prestados em tais escolas. O acordo entre o governo federal e os governos estaduais nunca aconteceu e, desta forma, a criação das escolas de jornalismo no Brasil ficaria apenas no decreto (Nuzzi, 1992, p.23).

Ademais, por meio do decreto-lei 5.480, de 13 de maio de 1943, Getúlio Vargas autorizou o funcionamento do curso superior de jornalismo. Segundo o decreto, o curso deveria ser ministrado pela Faculdade Nacional de Filosofia com a cooperação da ABI e dos sindicatos representativos das categorias de empregados e de empregadores das empresas jornalísticas. Contudo, o curso somente ganharia condições legais de funcionamento durante a gestão do ministro da Educação e Saúde Ernesto de Souza Campos, após a assinatura do decreto-lei 22.245, de 6 de dezembro de 1946, que dispunha sobre as três seções que compreenderiam o curso de jornalismo: formação, aperfeiçoamento e extensão cultural. O curso seria ministrado em três anos e dispunha de disciplinas como português e literatura, francês ou inglês, geografia humana, história da civilização, ética e legislação de imprensa, sociologia, história do Brasil, história da imprensa, noções de direito, técnicas de jornalismo, economia política, psicologia social, organização e administração de jornal, entre outras. Além de adquirirem conhecimentos técnicos e teóricos, os alunos do curso de jornalismo teriam obrigatoriamente de realizar estágio em alguma organização jornalística, com o objetivo de adquirir conhecimentos práticos para o desempenho de suas futuras funções. Com vistas a qualificar os profissionais que já atuavam na imprensa nacional, o decreto-lei

22.245 permitia, ainda, a matrícula desses profissionais na seção de aperfeiçoamento, franqueada a qualquer profissional da imprensa que não apresentasse formação acadêmica. No entanto, a primazia do funcionamento do primeiro curso de jornalismo no Brasil não foi da Universidade do Brasil, mas da Fundação Cásper Líbero em São Paulo. Embora estivesse preparada legalmente para iniciar as atividades em 1946, a Cásper Líbero passou a oferecer o curso somente em 1948. Para o efetivo funcionamento do primeiro curso de jornalismo no Brasil, a fundação realizou convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, união que duraria até 1971 (Nuzzi, 1992, p.24).

A partir de meados da década de 1940, a atividade jornalística ganhava base legal para obter contornos mais definidos de profissionalismo, deixando de ser considerada como atividade secundária, possibilitando, aos que a exerciam, conquistar prestígio social e reconhecimento por parte da sociedade brasileira. Os jornalistas passariam a dispor do poder de existir publicamente, ser reconhecidos e notados como profissionais da comunicação pela população e pelos consumidores de seus produtos jornalísticos, o que lhes possibilitaria alcançar, aos poucos, maiores poderes de intervenção no âmbito social, político e cultural, por meio das atividades desempenhadas na imprensa.

A profissionalização da atividade jornalística deu-se de maneira lenta, mas, com o início nos anos 1930, passou a ganhar contornos mais definidos, dentro de um processo de transformações políticas e jornalísticas ocorridas no Brasil, contando com regulamentação e política governamental voltada para uma melhor formação e capacitação profissional do jornalista, porém não descolada do controle estatal. É importante destacar que Getúlio Vargas governou o Brasil por quinze anos e seu período de poder foi caracterizado por várias fases e processos políticos distintos. Inicialmente, governou o país de forma provisória (1930-1934); em seguida, foi eleito pelo voto indireto (1934-1937), e, por fim, governou de forma ditatorial (1937-1945). Dessa forma, podemos perceber que, sobretudo na última fase de seu governo, desempenhou importante papel no

processo de regulamentação da profissão de jornalista e soube catalisar os anseios profissionais da categoria, conseguindo, a partir da conquista do apoio de setores do jornalismo, somar mais uma força social favorável à busca da legitimação de seu projeto político-ideológico.

Com a chegada de Vargas ao poder em 1930, o governo passou a tomar medidas centralizadoras, assumiu os poderes Executivo, Legislativo, dissolveu o Congresso Nacional e limitou o poder de ação dos estados. Porém, logo no início, o governo desenvolveria políticas que visavam ao controle das massas trabalhadoras a partir da concessão de benefícios sociais e regulamentação profissional, fato que também beneficiou a classe jornalística. Pelo decreto 19.770, de 19 de março de 1931, os sindicatos foram definidos como órgãos consultivos e deveriam colaborar com as ações governamentais, ou seja, o governo passou a controlar as atividades sindicais e mesmo a autorização e legalidade do sindicato dependia do governo.

Em 1934, a democracia parecia que finalmente vigoraria no campo político nacional, dadas as condições políticas propícias para sua efetivação. Como prova de que o país vivenciaria um período de liberdades democráticas, em maio de 1933 são realizadas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, contando com participação popular e organização partidária. Depois de meses de debates, foi promulgada, em 14 de julho de 1934, a Constituição, que, mesmo apresentando algumas semelhanças com a Constituição de 1891, exibia vários aspectos condizentes com a nova realidade política vivida pelo país. É importante destacar que o governo tentava trazer as massas para junto do Estado por meio de medidas populistas e benefícios imediatos e, sendo assim, a partir de 1934, essa tentativa passou a ser feita por meios constitucionais (Fausto, 2003, p.335-53).

Como parte da tentativa do governo de trazer as massas para a tutela do Estado e exercer o controle sobre várias áreas da vida social, em 14 de julho de 1934 – um dia antes de Getúlio Vargas ser eleito indiretamente para exercer o mandato presidencial previsto para até 3 de maio de 1938 –, o governo assinou o decreto-lei 24.776,

que estabelecia a liberdade de imprensa, sem dependência de censura, respondendo cada um dos órgãos da imprensa pelos abusos que cometessem. Independentemente da tentativa de controle governamental, esse decreto constituiu-se numa grande conquista para a imprensa brasileira, pois ela ganhava em liberdade e passava a experimentar um processo de regulamentação de suas atividades. Além da liberdade de imprensa, o decreto estabelecia algumas normas à prática jornalística. Proibia o anonimato nas matérias jornalísticas. Determinava que a matrícula das oficinas impressoras (tipografia, litografia, fotogravura ou gravura) de jornais e outros periódicos era obrigatória e deveria ser feita no Cartório de Registro de Títulos e Documentos do Distrito Federal. Estabelecia que o abuso da liberdade de imprensa – como concitar as pessoas à prática de infrações penais, publicar segredos de Estado, ofensas à moral pública ou aos bons costumes, publicar notícias falsas, entre outras – acarretaria penalidades aos infratores. Dessa forma, seriam responsabilizados pelo abuso, primeiramente o autor do artigo ou matéria, depois o editor, o dono da oficina ou do estabelecimento responsável pela publicação e, por fim, os vendedores ou distribuidores, quando não constassem no material os nomes de autores, editores e oficinas impressoras. Assim, o decreto-lei 24.776 determinava que as empresas jornalísticas colocassem no cabeçalho de seus periódicos os nomes dos diretores ou redatores principais e gerentes, além de estampar em suas páginas a indicação da oficina impressora e sua sede, sob pena de apreensão de seus exemplares pelas autoridades policiais. Ademais, o decreto definia a retificação compulsória, ou seja, toda pessoa física ou jurídica que fosse atingida em sua reputação e boa fama por ofensas ou referências a fatos, mentirosas ou errôneas, teria o direito de exigir do gerente da publicação a retificação do erro cometido, cabendo, à negativa, a possibilidade de impetração de ação penal.

No entanto, o sonho da emergência de um regime democrático não se concretizou nos anos seguintes. Após três anos da promulgação da Constituição de 1934, o golpe do Estado Novo protelaria as esperanças democráticas. Implantado sem grandes mobilizações,

o Estado Novo foi justificado por uma tentativa de golpe comunista. Para Fausto (2003, p.365), esse regime de força não representou um corte brusco com o passado, pois muitas de suas instituições e práticas já vinham ganhando corpo no período 1930-1937. No entanto, essa maior centralização não se fez de forma descolada da sociedade. Até 1937, os interesses das classes sociais eram representados pelo Congresso Nacional. A partir de então, a representação deixou de ser via Congresso e passou a ser exercida pelos órgãos técnicos do interior do Estado, com o objetivo de garantir a centralização política e administrativa e o exercício do poder sobre a sociedade, além de conquistar o apoio das classes trabalhadoras ao projeto político e ideológico estadonovista. As décadas de 1930 e 1940 foram extremamente importantes nas questões relacionadas à legislação trabalhista, pois nesse período criaram-se leis que regulamentavam o mercado de trabalho no Brasil, uma política de valorização do trabalho e reconhecimento do papel e lugar do trabalhador nacional. Dessa forma, o Estado Novo criou uma política que amparava o trabalhador e tentava vinculá-lo à figura de Getúlio Vargas. Ou, como considerou Pandolfi (2000, p.71), "o Estado, personificado na figura de Vargas, possibilitaria o acesso dos trabalhadores aos instrumentos da realização individual e social. Desde então, a relação entre homem do povo e Estado fundou-se na mitologia do trabalhador e do trabalho como fonte de riqueza, felicidade e ordem social".

É importante destacar que até mesmo a classe jornalística não ficou fora desse processo de cooptação governamental, uma vez que o governo, à medida que regulamentava a profissão e imprimia-lhe maiores contornos profissionais, conquistava para si o apoio de jornalistas e até mesmo de entidades representativas da classe jornalística.

Como prova disso, em 30 de novembro de 1938, foi assinado o decreto-lei 910, que determinou a duração e as condições de trabalho nas empresas jornalísticas e passou a classificar o jornalista como trabalhador intelectual, cuja função abrangeria desde a busca de informações e a redação de notícias ou artigos até a organização,

orientação e direção dessas atividades. O decreto considerava que os trabalhadores intelectuais mereciam o amparo do Estado, pois a imprensa desempenhava valioso trabalho na obra de progresso nacional e no engrandecimento do Brasil. Dessa forma, a imprensa se desenvolveria atrelada ao Estado e cumpriria um papel meramente oficioso com a vigência da Constituição.

Com o propósito de fortalecer ainda mais o laço estatal com a classe jornalística, a Consolidação das Leis do Trabalho dedicou um capítulo exclusivo ao reconhecimento, determinação do horário de trabalho e salários de diversas profissões como bancários, empregados no serviço de telefonia, serviços frigoríficos, trabalhadores de minas, bem como músicos, operadores cinematográficos e jornalistas, todos assistidos por legislação trabalhista específica.[3]

Na tentativa de evitar manifestações dos jornalistas contra o Estado Novo, Vargas buscou meios para satisfazer essa categoria, com concessões de benefícios trabalhistas, previdenciários e da legalização da atividade profissional. Além de reafirmar a posição do jornalista como trabalhador intelectual, o governo, por meio da CLT, determinava que a duração normal do trabalho dos empregados das empresas jornalísticas não deveria exceder cinco horas, tanto no período diurno como no noturno. Entretanto, ressalvava que a duração normal do trabalho poderia se estender até sete horas, desde que houvesse acordo escrito entre as partes e que se estipulasse o aumento de ordenado correspondente ao excesso de tempo trabalhado. Essa determinação abrangia somente alguns profissionais dentro da empresa, como jornalistas, revisores, fotógrafos ou ilustradores, e excluía de seus efeitos as funções de redator-chefe, secretário, subsecretário, chefe e subchefe de revisão, chefe de oficina de ilustração e chefe de portaria. Enfim, a legislação contemplava, sobretudo, a grande massa de trabalhadores da imprensa, excluindo o corpo diretivo dos jornais, geralmente composto por pessoas de confiança dos proprietários das empresas

3 Consolidação das Leis do Trabalho, lei 5452, de 1/5/1943, Título III, Capítulo I, Seção XI.

de comunicação. Além disso, a legislação entendia como empresa jornalística aquela que tinha a seu cargo a edição de jornais, revistas, boletins e periódicos, ou a distribuição de noticiário, e, ainda, a radiodifusão em suas seções destinadas à transmissão de notícias e comentários.

Dessa forma, só poderiam ser admitidos em empresas jornalísticas nas funções de jornalista, locutor, revisor e fotógrafo, os profissionais que apresentassem prova de sua inscrição no Registro de Profissão Jornalística, a cargo do Serviço de Identificação Profissional do Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, e as inspetorias regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos estados. Para efetuar o registro, o profissional deveria apresentar prova de nacionalidade brasileira, atestado de que não respondia a processo ou não sofria condenação por crime contra a segurança nacional e carteira profissional.

Durante a vigência do Estado Novo, à medida que concedia benefícios aos trabalhadores dos órgãos de comunicação, por exemplo a instituição do salário mínimo,[4] o governo realizava o controle dos sindicatos de jornalistas e, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), realizava sua propaganda política e controlava a imprensa nacional. No entanto, embora tenha recebido inúmeras críticas de jornalistas e associações de classe após a queda do Estado Novo, boa parte deles se satisfez com o processo de regulamentação da profissão, ocorrido principalmente durante o Estado Novo. Em reunião realizada na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1944, diversos sindicatos representativos da classe jornalística manifestaram sua satisfação com as ações de Vargas e do ministro do Trabalho, Marcondes Filho, em relação à política trabalhista e o gradual reconhecimento da categoria jornalística. O evento contou com a participação de representantes do Ministério do Trabalho e de jornalistas de vários estados do país. André Carrazzoni, então presidente do Sindicato

4 O salário mínimo para a classe jornalística foi instituído através do decreto-lei 7.037, de 10 de novembro de 1944.

dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, declarou que Vargas era o campeão na instituição de leis que beneficiavam a categoria e, em seguida, anunciou a realização de um grande almoço em homenagem e agradecimento ao presidente da República.[5] Em São Paulo, o ministro do Trabalho e Vargas receberam homenagens e demonstrações de agradecimento de Eduardo Pellegrini, presidente da Associação Paulista de Imprensa, e de Carlos Rizzini, funcionário dos Diários Associados e presidente do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de São Paulo. Ambos ressaltaram a importância da legislação trabalhista e dos decretos que reconheciam a profissão, imprimindo-lhe maior capacidade organizacional.[6]

Ademais, a partir de meados da década de 1940, as funções dentro das empresas jornalísticas passaram por diversificação e sistematização por meio de legislação específica, contribuindo para uma maior organização da empresa e maior produtividade dos profissionais. Além de classificar o jornalista como aquele cuja função é buscar informações, a redação de matérias a serem publicadas, a organização e a orientação ou a direção desses trabalhos, o decreto-lei 7.037 de 1944 classificava as funções dos jornalistas no interior da empresa e determinava quais as atribuições de cada um no processo de produção jornalística. O redator era aquele que tinha o encargo de redigir matéria de crítica ou orientação sob a forma de editoriais ou crônicas. Ao redator auxiliar cabia a redação da matéria de caráter informativo que contivesse comentários ou apreciações. O repórter era responsável por colher notícias ou informações, preparando-as para a publicação. Já o repórter de setor colhia notícias ou informações sobre assuntos predeterminados e os preparava para a publicação. O decreto classificava as funções de diretor, redator chefe, secretário, subsecretário, chefe de reportagem e chefe de revisão, redator e noticiarista, além de auxiliares de redação, revisor, ilustrador ou desenhista, fotógrafo e arqui-

5 *OESP*, 7/12/1944.

6 *OESP*, vários artigos em novembro de 1944.

vista, sempre contribuindo para maior dinamismo e organização profissional dos jornalistas.[7]

O decreto-lei 7.037 classificava os salários das atividades jornalísticas geograficamente, de acordo com o tamanho da população de localidades do território nacional, ou seja, os salários, em ordem de grandeza foram assim estabelecidos: 1) para os profissionais de São Paulo e Rio de Janeiro; 2) para os de Porto Alegre, Santos, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Belém; 3) para os de Curitiba, Juiz de Fora, Niterói, Fortaleza e Manaus; 4) para os de centros urbanos de 50 mil ou mais habitantes; 5) para os profissionais atuantes em cidades com menos de 50 mil e mais de 10 mil habitantes; e 6) para os de localidades com população abaixo de 10 mil habitantes. Ainda por aquele decreto, o trabalho de revisor foi classificado apenas como função auxiliar. Com base na publicação do decreto-lei 7.858, de 13 de agosto de 1945, essa atividade passaria a ser classificada como função em comissão, ou seja, contemplava os chefes de revisão, além de funções permanentes, sendo o revisor e conferente também remunerados de acordo com a especificidade geográfica do decreto 7.037 de 1944. Vale destacar que a fiscalização das classificações realizadas na área jornalística, bem como a do cumprimento do pagamento da remuneração mínima, ficou sob responsabilidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Colaborando com o governo no processo de valorização e classificação da classe jornalística e condução da imprensa sob a tutela do Estado, Mário Guastini, que havia sido diretor do *Jornal do Comércio* e que, durante o Estado Novo, ocupara o cargo de diretor da Divisão de Imprensa e Propaganda e Rádio Difusão, defendeu a melhoria dos vencimentos para os "homens da imprensa", a formação universitária de jornalistas verdadeiramente profissionais e condições para que eles pudessem executar diversas funções nas empresas. Além disso, defendeu a elevação dos valores das tabelas publicitárias e devida regulamentação das funções jornalísticas.

---

7 BRASIL. Decreto-lei 7.037, 10/11/1944; *OESP*, 1/8/1945 e 15/9/1945.

Apesar da normalização e classificação das atividades jornalísticas realizadas pelo governo varguista, os proprietários de alguns jornais não a seguiram completamente. Em reunião realizada em 28 de novembro de 1944, a diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo revelou que, nos jornais vinculados ao conglomerado Diários Associados, ocorriam reclamações de jornalistas por conta de irregularidades na aplicação dos níveis salariais mínimos estabelecidos pelo decreto oficial. Imediatamente após receber as reivindicações dos funcionários dos Diários Associados, o sindicato enviou telegrama endereçado a Chateaubriand exigindo o entendimento direto entre a diretoria dos Diários e seus funcionários, uma vez que o enquadramento salarial era um direito dos funcionários. De acordo com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais, no caso dos jornais *OESP* – órgão que estava sob a intervenção estadonovista e servia como principal instrumento de difusão das ideias oficiais no estado de São Paulo – e *FM*, os salários foram fixados acima dos níveis estabelecidos pela lei.[8]

Com o fim do Estado Novo, outro momento político se inaugurou no Brasil. Eleito pelo voto direto à Presidência da República em fins de 1945 e depositário das esperanças da implantação de uma sociedade democrática, Dutra, no tratamento da imprensa nacional, seguiria parcialmente a estratégia de Vargas para o setor, uma vez que manteria apenas a linha de conceder benefícios às empresas jornalísticas, com o intuito de controlar e receber o apoio da grande imprensa aos seus projetos e medidas governamentais. Porém, não sem a oposição de alguns proprietários de jornais, os quais, devido à democratização política, podiam, de certa maneira, manifestar-se mais aberta e criticamente com relação ao governo. Ambos os temas serão tratados no próximo capítulo.

Assim, pode-se concluir que a regulamentação da atividade jornalística no Brasil, bem como a introdução do curso de jornalismo no âmbito universitário, se realizava de cima para baixo e sob a tu-

8 Além dessa edição, há matérias sobre o assunto nas edições de *OESP* de 1, 12 e 18/11/1944 e 7 e 15/12/1944.

tela do Estado, sempre com o objetivo do governo Vargas de controlar a atividade nacionalmente e conquistar o apoio dos jornalistas aos seus projetos governamentais. Processo que se desenrolava à medida que eram concedidos benefícios trabalhistas aos jornalistas; uma legislação que permitia a estruturação da profissão, além de fornecer subsídios às empresas jornalísticas como meio de cooptar os profissionais da imprensa.

Nesses termos, os dispositivos legais que regulamentavam a profissão de jornalista permitiam que o campo jornalístico exigisse, cada vez mais, que os ingressantes fossem adequados tecnicamente para ocupar-se da produção jornalística; equivale a dizer, pois, que aderissem a esquemas de percepção e avaliação do mundo social e de ação nesse mundo próprios do campo, ou seja, aderissem ao *habitus* jornalístico.[9] Com o posterior funcionamento de cursos universitários de jornalismo, o campo disporia de uma primeira instância para a difusão do *habitus* jornalístico, o qual seria reforçado com o ingresso do graduado nas efetivas atividades de produção e divulgação dos bens jornalísticos, processos cada vez mais pautados pelo modelo empresarial de imprensa.

Da produção jornalística

Com passos em direção à racionalização do trabalho e investimentos financeiros realizados no período final do Estado Novo, em particular nos setores gráfico, editorial e publicitário, os jornais passaram a contar com dispositivos para adquirir uma fisionomia moderna. Assim, alcançavam, aos poucos, a posição de empresas de comunicação e eliminavam, paulatina e consequentemente, o alto grau de improvisação que caracterizava sua atuação até então. Ao modificarem sua estrutura e se aproximarem do modelo norte-

9 Bourdieu (1997) definiu *habitus* como um sistema de disposições que atuam no cotidiano como esquemas de pensamento e avaliação ou julgamento. Para ele, trata-se de reconhecer a interioridade da exterioridade, ou seja, os modos de incorporação do funcionamento da realidade social num processo de interiorização que obedece às especificidades do lugar e da posição de classe dos agentes.

-americano de jornalismo, os periódicos ganhavam em organização e eficiência e, ao mesmo tempo, se preparavam para conquistar grande quantidade de leitores, obtendo reconhecimento e prestígio social à medida que eram escolhidos pelos seus leitores-consumidores.

Os periódicos *OESP, DSP, FM, OG, CM* e *JB* iniciaram suas atividades de forma precária; trabalhavam com rotativas extremamente limitadas, com aparelhagens antigas e estrutura física muitas vezes improvisada. Ao longo da década de 1940 e sobretudo a partir da década seguinte, conseguiram maior organização e instalação de sedes próprias, compreendendo todos os setores da produção jornalística e adequando-se ao modelo norte-americano. É correto afirmar que a maioria dos jornais brasileiros foi, ao longo dos anos, equipando seu parque gráfico com o intuito de não ser ultrapassada pela concorrência e, consequentemente, perder seu espaço no campo de produção jornalística.

Fundado em 4 de janeiro de 1875, *OESP* iniciou suas atividades de forma rudimentar, contando com pequena tiragem e baixo nível de profissionalismo. Somente em 1890 adquiriu a sua primeira máquina Marinoni e conseguiu, assim, ampliar suas instalações físicas. O começo do século XX é caracterizado por um grande desenvolvimento do jornal. Comprou potentes rotativas, linotipos, estabeleceu agências em importantes cidades do país e do mundo, como Santos, Curitiba, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Lisboa e Roma. Suas edições passaram a ter 15 ou 20 páginas, com clichês, e a tiragem atingia cerca de 35 mil exemplares. Durante a Primeira Guerra Mundial, o jornal se diferencia dos seus concorrentes e lança a sua edição da tarde, chamada pelo público leitor como *O Estadinho,* que circula até o final da guerra. De acordo com Sodré (1999, p.368), o final da década de 1920 é uma fase de grande prosperidade para o jornal, que até começou a publicar o suplemento de informações em rotogravura.[10] Em 18 de março de 1929, após

10 Processo de impressão fotomecânica e comercial utilizado na indústria gráfica e originário de um método conhecido desde o século XV, chamado água-forte. Difere dos outros métodos pela necessidade de que todo o original passe por um processo de reticulagem, incluindo o texto, mais complicado do que os reali-

grande desenvolvimento, *OESP* transferiu seus escritórios, redação e administração para um prédio de sua propriedade, à rua Boa Vista, 186, seu tumultuado endereço nas décadas de 1930 e 1940, período em que adquiriu mais duas rotativas Marinoni. Nos anos seguintes à posse de Dutra, Júlio de Mesquita Filho dedicou-se a ampliar e modernizar o jornal por meio de novos investimentos e da compra de nova maquinaria.[11] Em agosto de 1947, o jornal transferia o seu Balcão e Departamento de Publicidade para a rua Líbero Badaró, 485, onde se deu, a partir de então, o atendimento a leitores, anunciantes, assinantes e agentes de publicidade.[12]

O jornal *DSP* iniciou suas atividades com equipamentos alemães que, em 1931, foram completados com impressoras adicionais, permitindo dobrar sua edição de 32 para 64 páginas. Já na sua fundação, Chateaubriand afirmou que o novo jornal estaria interligado a todo o interior do estado de São Paulo e ao sul de Minas por meio de linhas telefônicas, dispondo de 19 sucursais e os serviços das agências internacionais Havas, UPI e Brasiliense. Em 1936, suas rotativas Vomag, igualmente importadas, permitiriam tiragens de 34 mil exemplares de 96 páginas numa hora de rodagem. Novo salto tecnológico seria dado em 1956, quando Chateaubriand adquire para o *Diário de S. Paulo* e o *Diário da Noite* a rotativa Super-Goss, que permitia imprimir 65 mil exemplares de dois cadernos de 64 páginas. Os Associados foram os pioneiros em comprar os serviços fotográficos da Wide World Photo da França, além de ter os órgãos da imprensa que mais investiram em equipamentos técnicos e na contratação de profissionais capacitados.[13]

O *CM* foi fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt. Inicial-

---

zados na tipografia ou no *offset*. A impressão é rotativa e se dá em diversos tipos de superfície, em forma cilíndrica de cobre que imprime em bobinas de papel ou folhas soltas e individuais utilizando, nesse caso, chapas planas que envolvem o cilindro. O termo também é usado para nomear os trabalhos impressos através desse processo.

11 *OESP*, 4/1/1946 e 27/5/1947.

12 *OESP*, 1/8/1947.

13 *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, p.1337-40.

mente, utilizava uma rotativa Marinoni, que, em seguida, foi substituída por uma Scott, embora aquela permanecesse em uso até 1929. Seguindo as transformações que se verificavam nas páginas da maior parte dos jornais brasileiros, após o surgimento do rádio, passou a publicar seções dedicadas ao novo meio de comunicação, além de buscar agradar a todos os gêneros de leitores com a publicação das colunas: Correio Feminino, Correio Infantil, Correio Teatral e Correio Agrícola. Ao mesmo passo, o jornal inaugurou nova sede na avenida Gomes Freire, permanecendo nesse endereço até seu fechamento em 1974. A partir da direção de Paulo Bittencourt, iniciada em março de 1929, o jornal passou a trabalhar com uma rotativa Man, utilizada até 1958, sendo, então, substituída, por uma rotativa Hoe, de fabricação e montagem norte-americanas.[14]

Por sua vez, o jornal *OG* iniciou suas atividades em 29 de julho de 1925, sem possuir a sua própria rotativa, pois alugava uma rotativa Marinoni de origem francesa que pertencera ao Exército britânico. Após a Primeira Guerra Mundial, a rotativa fora dividida em quatro partes e duas delas foram enviadas ao Brasil, adquiridas pelos proprietários de *A Nação,* Maurício de Lacerda e Leônidas Rezende, mas o equipamento ficou retido na alfândega por alguns meses. Nesse período, os proprietários de *A Nação* estavam foragidos em virtude da perseguição política imposta pelo governo Artur Bernardes, que havia decretado estado de sítio. Irineu Marinho interessou-se pela rotativa e a comprou. Além da Marinoni, o jornal também trabalhou com as rotativas Hoe e Goss até 1954, quando inaugurou sua nova sede à rua Irineu Marinho, 35.[15] Em 1937, Edmar Morel, então repórter de *OG*, afirmava que o jornal tinha um profissionalismo ambicioso, pois já nos primeiros anos de sua fundação contava com automóveis, lanchas e até aviões de pequeno porte para a realização de reportagens (Bial, 2004, p.130).

Fundado em 1891, o *JB* iniciou suas atividades publicando oito páginas com formato de 120 por 51 centímetros e utilizando ma-

---

14 *Dicionário histórico-biográfico brasileiro,* 2001, p.1625-32.

15 *O Globo*, 16/1/1992.

quinários improvisados para o processo de confecção do jornal. Em 1895, o *JB* passou a utilizar maquinários Marinoni, adquiriu o primeiro prelo italiano Derriey,[16] responsável pela impressão de cinco mil exemplares por hora e os primeiros clichês,[17] obtidos por zincografia.[18] Segundo Sodré (1999, p.266), o *JB* passou por importantes avanços técnicos nesse período. A produção do jornal compreendia várias operações. O jornal era levado às prensas, onde se tirava a matriz, em seguida colocava-se no molde em que se despejava o chumbo quente, formando o bloco de cada página. Após esse processo, o jornal entrava nas modernas rotativas Marinoni, que, além de imprimir, contavam e dobravam os jornais um a um.

Em 1898, o *JB* instalou oficinas de fotografia e galvanoplastia,[19] publicou desenhos de Julião Machado, Artur Lucas e Raul Pederneiras e passou a distribuir a revista *A Semana* como Suplemento Ilustrado. Em 1900, passou a publicar a sua edição vespertina, sendo o único jornal brasileiro que contava com duas edições diárias.[20] Antes mesmo de Pereira Carneiro assumir a direção do *JB*, a folha passou por mais um reaparelhamento gráfico, adquirindo os primeiros linotipos[21] que o Rio de Janeiro conheceu, além de máqui-

---

16 Máquina primitiva de impressão manual, usada durante muitos anos pelos impressores, antes da invenção das máquinas cilíndricas.

17 Chapa de impressão em relevo usada na impressão tipográfica. Feita normalmente de zinco, cobre ou magnésio. Ou placa de metal, com imagens ou texto em relevo, obtida através de estereotipia, galvanotipia ou fotogravura, utilizada na impressão tipográfica

18 Zincografia é a técnica utilizada para imprimir gravuras a partir de chapas de materiais econômicos como o zinco e o alumínio. O desenho é feito na lâmina com uma tinta especial, aprofundando os brancos com um banho de ácido que transforma o desenho em clichê, pronto para ser impresso.

19 Arte de sobrepor a um corpo sólido uma capa metálica por meio de correntes elétricas. Processo químico pelo qual se obtém a reprodução em cobre de uma gravura.

20 Em algumas oportunidades, sobretudo durante grandes acontecimentos festivos ou políticos, o *Jornal do Brasil* chegou a publicar seis edições diárias.

21 Máquina inventada por Ottmar Mergenthaler, em 1890, na Alemanha, composta de um teclado, como o da máquina de escrever, que funde em bloco cada linha de caracteres tipográficos. As matrizes que compõem a linha-bloco des-

nas de impressão em cores, clicheria e sistema fotomecânico. Na década de 1910, o jornal construiu sua sede própria na avenida Central, considerado o mais alto edifício da América do Sul. A partir de então, começou a usar máquinas de escrever e apresentou anúncios coloridos na última página. Em 1922, passou a receber os serviços da agência United Press e, em 1924, apresentou sua primeira seção dedicada ao rádio. O jornal só vivenciaria reformas gráficas de tal monta em 1956, quando jornalistas que visitaram os Estados Unidos realizaram modificações substanciais em suas estrutura gráfica e adequaram o jornal definitivamente ao moderno modelo de jornalismo norte-americano (Sodré, 1999, p.258-364).

A Empresa Folha da Manhã iniciou suas atividades sem contar com oficinas e parque gráfico próprio. Fundada em 1921 por Olival Costa e Pedro Cunha, a *Folha da Noite* (*FN*) foi impressa até 1925 nas oficinas do *OESP,* empresa na qual os fundadores do novo jornal trabalharam por muitos anos. Inicialmente instalada à rua do Carmo, as oficinas, redação e gerência funcionavam em um mesmo ambiente, sem nenhuma organização e sistematização das tarefas, mas, mesmo assim, a *FN* conseguiu conquistar os leitores de São Paulo e alcançar satisfatórios lucros. Como desdobramento desses lucros, o grupo Folhas lançou, em 1925, o jornal *FM*, momento em que conseguiu instalar oficinas próprias, conferindo autonomia e estabilidade comercial aos jornais. Durante a década de 1930, o grupo Folhas compreendia três jornais: *FM, FT* e *FN;* e passou a ser administrado por um grupo de agricultores, tendo à frente Octaviano Alves de Lima.

Além desse desenvolvimento técnico, as Folhas passaram por

---

cem do magazine onde ficam armazenadas e, por ação do distribuidor, a ele voltam, depois de usadas, para aguardar nova utilização. As três partes distintas – composição, fundição e teclado – ficam unidas em uma mesma máquina. A capacidade de produção é de 6.000 a 8.000 toques por hora. Suas matrizes (superfícies impressoras) são em baixo-relevo, justapostas em um componedor (utensílio no qual o tipógrafo vai juntando à mão, um a um, os caracteres que irão formar as linhas de composição). O próprio operador a despacha para a fundição, que se mantém a 270 °C.

um avanço estrutural a partir de 1930, intensificado a partir da segunda metade da década de 1940, quando o setor de impressão do jornal passou à rua Anhangabaú, onde foi instalada uma rotativa Goss, fabricada nos Estados Unidos. Acompanhando tal movimento, a redação se mudou, em 1949, para edifício à alameda Cleveland. A administração, publicidade e composição vão para o mesmo endereço em 1950, ano em que a impressão das Folhas passava para o prédio entre as alamedas Barão de Campinas e Barão de Limeira, então em construção. Em 1953, o prédio da alameda Barão de Limeira passaria a abrigar todas as instalações das Folhas (Mota; Capelato, 1981, p.13-33).

De acordo com artigo jornalístico de Sodré publicado à época, uma peculiaridade brasileira que se refletiu sempre no desenvolvimento de nossa imprensa foi a precariedade dos transportes em todos os momentos de nossa história. Para cumprir suas funções informativas, a imprensa depende dos meios de transmissão e dos meios de transporte. Desde o início de sua história, a imprensa brasileira tentou diminuir as distâncias que a afastavam de seus leitores do interior, uma vez que a maior parte dos jornais mais consideráveis estava nos grandes centros urbanos. Para o autor, as novas técnicas de transmissão de ideias – como o cabo marítimo, o telégrafo e o telefone – não chegaram tarde ao Brasil, mas também não alcançaram desde logo o desenvolvimento capaz de transformar os meios de comunicação social, devido à ausência de capitais para a construção de estradas, limitadas instalações e aparelhagens, dependência de capital e tecnologia estrangeiros, além de estar historicamente acessível apenas a uma pequena parcela da população.[22]

---

22 *OESP*, 21/2/1946. É importante destacar que Sodré nunca assumiu publicamente a condição de comunista ou membro do PCB. Entretanto, mostrava clara atração pelas idéias comunistas. A ligação de Sodré com o comunismo remonta à década de 1920, quando da sua entrada no Exército, oportunidade em que conheceu Luís Carlos Prestes e passou a simpatizar com ele. Embora apresentasse inclinação pela ideologia comunista, Sodré foi colaborador de *OESP* durante a década de 1940, publicando, periodicamente, artigos sobre vários assuntos, como imprensa, política e literatura. Ver Cunha (2002).

Para vencer tal dificuldade, os *Diários Associados* inovavam em relação a seus concorrentes, passando a proporcionar maior interação entre jornalistas do interior e da capital e, ao mesmo tempo, a dinamizar suas finanças e a entrega de seus periódicos aos clientes e assinantes. Para tanto, realizavam convenções de agentes do *DSP* em diversas cidades do interior paulista. Nessas convenções, presidida em sua maioria pelo seu diretor-gerente Edmundo Monteiro, discutiam-se os problemas relacionados ao jornal a partir de diferentes ângulos, como distribuição pelo interior, publicidade, vendas, assinaturas, colaborações, entre outros, expediente que contribui para uma maior organização e entendimento entre os jornalistas e pessoas direta ou indiretamente ligadas à confecção e distribuição do jornal no interior e na capital. O jornal *DSP* realizou, em 1946, convenções nas cidades de Jaboticabal, Bauru e São Paulo. Em média, contava entre duzentos e trezentos jornalistas e pessoas responsáveis pelo jornal nas cidades do interior. Vale destacar que as convenções eram irradiadas para todo Brasil pela Rede Ipiranga.[23]

Essa situação começou a se modificar com o crescimento da indústria e dos centros urbanos no Brasil, a partir da década de 1940 e, principalmente, nos anos 1950. Nessa ocasião, os governos tiveram que interligar o país por uma rede rodoviária e ferroviária que possibilitou aos jornais um acesso mais fácil às cidades do interior do país e viabilizou a implantação de diversas sucursais em várias delas. Em São Paulo, os precursores desse desenvolvimento foram os jornais *OESP*, *DSP* e *FM*, os quais, além de implantarem sucursais em várias capitais de estados, tentaram coletivamente solucionar os problemas referentes à entrega dos periódicos no interior do país. Até o início da década de 1940, os jornais eram entregues aos assinantes por via postal, o que causava uma série de inconvenientes ao leitor e problemas para os carteiros que faziam a entrega. Em seguida, as empresas jornalísticas entraram em entendimento para a formação de um corpo especial de entregadores, mantido pelos três jornais com o objetivo de baixar os custos e proporcionar maior

23 *DSP*, 9, 23, 29/10/1946 e 8/12/1946.

eficiência na entrega dos periódicos. Essa tentativa também apresentou falhas devido à morosidade na entrega, dado o elevado número de assinantes que os jornais possuíam. Para facilitar a distribuição e proporcionar rapidez na entrega dos mesmos, os jornais tiveram que contratar cada qual seu grupo de entregadores, passando a entregar os periódicos no domicílio de seus assinantes do interior paulista a partir de 1º de janeiro de 1947.[24] Essas medidas, além de melhorar a relação entre jornal e cliente e aumentar sua abrangência geográfica na distribuição, proporcionaram também maior dinamismo aos jornais, que passaram a contar em suas páginas com notícias do interior de seu estado e até mesmo dos diferentes estados do país.

É importante notar que, antes da década de 1940, o jornalismo era considerado um empreendimento que envolvia poucas pessoas. Porém, a partir das primeiras transformações vivenciadas naquele decênio, o jornalismo passou a contar com equipes especializadas em diversas áreas, contribuindo para tornar mais dinâmicas e eficazes a produção e a divulgação entre os leitores do conteúdo jornalístico. Assim, os jornais *OESP, DSP, FM, OG, JB e CM* passaram a demonstrar grande preocupação com a modernização de suas páginas, aproximando-se dos moldes do jornalismo norte-americano. Aos poucos, os jornais também abandonavam as paixões políticas e passavam a privilegiar a informação e a notícia, sofrendo, assim, uma reformulação estrutural responsável pela separação das matérias em seções e maior dinamização dos textos jornalísticos.

Para Ribeiro (2003, p.150), a partir da década de 1950, a imprensa passou por profundas transformações técnicas; alcançara maior objetividade em suas páginas, conquistando, cada vez mais, a posição de empresas de comunicação. Nesse momento, os jornais passaram a se uniformizar e utilizar os manuais de redação e estilo, com regras gerais e específicas para cada periódico, com o intuito de padronizar a atividade e os textos jornalísticos publicados. Ribeiro afirma que o primeiro jornal a adotar as técnicas norte-americanas

---

24 *OESP*, 26/11/1946.

foi o *Diário Carioca,* pois em março de 1950 o jornal lançou um documento de 16 páginas escritas por Pompeu de Souza, com o título *Regras de redação do Diário Carioca*; o intuito era implantar as técnicas do jornalismo norte-americano e modernizar a folha. Para Alzira Alves de Abreu (1996, p.58), com o início em 1950, "uma nova configuração técnica e profissional se impôs aos jornais e jornalistas, uma vez que novas técnicas de produção e de administração foram introduzidas e uma nova linguagem se fez presente nas páginas da imprensa brasileira". Por sua vez, Lattman-Weltman (1996, p.158) apontou que a década de 1950 representou um grande marco na história dos jornais do Brasil, com a superação do "jornalismo literário" e a entrada em definitivo do "jornalismo empresarial". Para aquele autor, somente a partir da década de 1950 se reuniram as condições macroestruturais ideais, que fizeram com que a imprensa entrasse na fase empresarial. Por sua vez, Barbosa (2007, p.149) considera que desenvolvimentismo e modernização foram palavras de ordem na sociedade brasileira dos anos 1950 e não deixaram de sê-lo também na imprensa. A partir de então, os jornais passaram a se transformar e "construir aquele momento como marco fundador de transformações decisivas no campo jornalístico". Para a autora, desde os anos 1950, os jornais passaram a privilegiar a ideia de imparcialidade contida nos parâmetros do lide e na edição, no qual o corpo de copidesques ganhou destaque. Ademais, ao realizarem "a padronização da linguagem, os jornais constroem para a imprensa o espaço de neutralidade absoluta".

Diferentemente do que afirmam Ribeiro (2003), Abreu (1996), Lattman-Weltman (1996) e Barbosa (2007), o modelo e técnicas do jornalismo norte-americano não foram implantados na imprensa brasileira somente a partir da década de 1950, pois a incorporação de técnicas norte-americanas já ocorria de forma bastante perceptível no início da década de 1940, embora seus traços fossem verificados com mais nitidez na década posterior. A modernização da imprensa faz parte de um intenso processo histórico de transformações sociais e desenvolvimento das relações capitalistas, verificadas após o início do século XX. Na segunda metade dos anos 1940, me-

diante a introdução de técnicas jornalísticas norte-americanas e após a realização de várias viagens de jornalistas brasileiros aos EUA, entrando em contato com o estilo de jornalismo daquele país, a imprensa brasileira passou a se caracterizar mais claramente pela objetividade, divisão interna do trabalho e modelo empresarial.

O jornalista Pompeu de Souza, responsável pelo noticiário internacional do *Diário Carioca*, pode ser considerado um dos precursores das transformações ocorridas na imprensa brasileira na virada da década de 1940 para a de 1950. Pompeu era considerado adversário político de Vargas e se opunha constantemente ao governo varguista. Percebendo o perigo que representavam seus comentários políticos, o DIP ofereceu a Pompeu de Souza um cargo para trabalhar como correspondente na Voz da América – emissão radiofônica norte-americana, com noticiário diário, transmitida de Nova York em ondas curtas para todo o mundo. Além de Pompeu de Souza, Danton Jobim, Luís Paulistano e Samuel Wainer[25] realizaram intercâmbios culturais com a imprensa norte-americana e foram responsáveis pela introdução de novas ideias e técnicas jornalísticas que alterariam substancialmente a estrutura técnica e linguística da imprensa brasileira. Embora Bial (2004, p.143-4) considere Pompeu de Souza o "responsável pela revolução modernizante da imprensa brasileira na década de 1950, trazendo de sua experiência norte-americana o que havia de mais atualizado em matéria de jornalismo no mundo", de acordo com declarações do próprio Pompeu de Souza, responsável pela elaboração do manual de redação do *Diário Carioca* em 1951, as modificações no jornalismo começaram a ser realizadas por ele logo após o seu retorno ao Brasil:

25 Para Samuel Wainer, que viveu exilado por alguns meses de 1944 nos Estados Unidos, "a imprensa americana é a melhor do mundo". Wainer afirmou que "passava horas, às vezes dias inteiros, examinando a forma e o conteúdo dos jornais"; além disso, afirmou ficar fascinado pela figura mítica do jornalista americano, "cujo estereótipo é o do herói dos filmes de Hollywood" (Wainer, 2001, p.80).

> Voltei ao Brasil em 1943 e comecei a fazer algumas modificações no *Diário Carioca*, objetivando um jornalismo mais dinâmico e mais moderno e menos nariz de cera [...] Senti que o jornalismo brasileiro precisa ser reformado e então resolvi fazer aquilo que os americanos faziam, e que no Brasil ainda não se conhecia. A ideia era criar a coluna vertebral de uma nova técnica de estruturação da notícia e de sua redação: o *copy desk*.[26]

É importante notar que, antes da viagem dos jornalistas brasileiros aos Estados Unidos na década de 1940, outras viagens foram realizadas por intelectuais que trabalhavam em jornais do Brasil e que foram influenciados não apenas pelas ideias políticas, mas também pela forma de se fazer jornal daquele país. De acordo com Lins e Silva (1991, p.72-88), alguns jornalistas já conheciam as técnicas do jornalismo norte-americano desde o século XIX e tentaram implantá-las no Brasil. Um dos precursores desse processo foi Ruy Barbosa, que tentou imprimir as características daquele modelo em seus textos publicados pelo *Diário de Notícias* em meados do século XIX. Além de Barbosa, Quintino Bocaiúva, fundador de *A República,* e José do Patrocínio, que tentou criar um jornal ao estilo do *New York Herald,* no Rio de Janeiro, também tiveram contato com o jornalismo norte-americano no final do século XIX. Além disso, a influência desse jornalismo sobre a imprensa brasileira aumentaria ainda mais depois da Primeira Guerra Mundial, período em que Gilberto Freyre realizou estudos na Universidade de Baylor (Texas) e na Universidade de Columbia (Nova York), entre 1918 e 1922; quando retornou ao Brasil, esteve à frente de *A Província*, em Recife, onde fez a primeira tentativa, embora fracassada, de introduzir um manual de redação ao estilo da imprensa norte-americana. Outros intelectuais brasileiros, como Anísio Teixeira e Barbosa Lima Sobrinho, visitaram os Estados Unidos e voltaram dispostos a implantar a experiência norte-americana na imprensa brasileira. Ademais, diversos outros profissionais da im-

26 Souza, apud Lins e Silva, 1991, p.78.

prensa e intelectuais participaram, em 1926, do I Congresso Pan-Americano de Jornalistas em Washington. O evento contou com a participação de 14 representantes brasileiros – entre eles estavam Gilberto Freyre (*Diário de Pernambuco*), Edgar Leuenroth (que foi por conta própria), Nestor Rangel Pestana (*OESP)* e Herbert Moses (*OG).* Dessa forma, embora ainda predominasse a influência do estilo de jornalismo francês sobre a imprensa brasileira até a década de 1940, o modelo de jornalismo norte-americano passava a ganhar cada vez mais espaço nas folhas nacionais.

Além disso, a partir do início do século XX a imprensa brasileira passou a se adequar ao modelo de jornalismo norte-americano, implantando técnicas e muitas vezes reproduzindo as características das folhas dos EUA em suas páginas. Podemos afirmar que a tentativa de padronização e segmentação da atividade jornalística, por meio de manuais de redação e cartas de princípios, era passada ou exercitada antes dos anos 1950. Na década de 1920, o *JB*, por exemplo, tentava adequar-se àquele modelo. De acordo com Moraes (1994, p.99), transferia os pequenos anúncios para a primeira página, como faziam os jornais americanos *New York Herald* e *The Times,* além de imprimir o cabeçalho em cores. Entretanto, tais mudanças não trouxeram aumento de vendas e o prestígio almejado pelo seu proprietário Ernesto Pereira Carneiro.

O contato entre jornalistas brasileiros e norte-americanos, ocorrido sobretudo após o início do século XX, impulsionou o processo de transformações vivenciado pela imprensa brasileira. Assis Chateaubriand, Paulo Bittencourt, Júlio de Mesquita Filho, Roberto Marinho e Pereira Carneiro tiveram inúmeros contatos com a imprensa e jornalistas estrangeiros, importando, principalmente a partir de 1930, máquinas, técnicas e experiências daquelas localidades. Chateaubriand, por exemplo, em matéria publicada em 12 de março de 1946, tece calorosos elogios ao jornal inglês *The Times*, o qual havia visitado recentemente:

> Fui aos escritórios e às oficinas do Printing House, como quem vai matar uma sede. Qual o homem que não gostará de visitar o jornal que

> em 1848 já era impresso em máquina de oito cilindros, tirando oito mil exemplares [...] um dos diários que maior influência tiveram na formação do meu espírito de jornalista de doutrina.[27]

No entanto, uma longa matéria publicada no *Anuário Brasileiro de Imprensa*, em sua edição de outubro de 1949, evidencia que a influência da imprensa norte-americana sobre a brasileira já era perceptível no início da década de 1940. Intitulada "A influência americana", a matéria se refere a uma conferência proferida por Carlos Alberto Nóbrega da Cunha na sede da ABI em 1941. Como ex-integrante da Associated Press e um dos fundadores do jornal carioca *Diário de Notícias*, Nóbrega da Cunha ressaltava a presença de elementos característicos da imprensa norte-americana no modelo jornalístico brasileiro, como a objetividade e a organização empresarial das folhas. Entretanto, salientava também algumas diferenças que marcavam os dois modelos. Segundo Nóbrega da Cunha, na imprensa dos EUA havia a função de redator social, já na sua congênere brasileira a função era entendida própria para um "cronista mundano", cuja tarefa era a de produzir crônica social e notícias sobre bailes ocorridos nas grandes cidades do país. Os jornais brasileiros não davam tanta importância a esse tipo de assunto, que era relegado a pequenos espaços nos jornais, com notas breves sobre nascimentos, casamentos ou batizados. Ao contrário, a imprensa norte-americana concedia amplo destaque aos acontecimentos sociais e os noticiava em várias páginas das suas edições diárias. Além disso, havia a diferença numérica de pessoal empregado nos jornais, pois, nas redações dos diários dos EUA, o número de profissionais ocupados com a redação era maior do que o empregado nas folhas brasileiras, dado que a grande quantidade de matérias que chegava aos primeiros exigia mais redatores para organizar as edições diárias. Ademais, nas redações norte-americanas não se via a figura do secretário, função que exercia, tanto no Brasil como na Europa, um papel preponderante no jornal, pois era o eixo em torno do qual

27 *DSP*, 12/3/1946.

girava toda a vida jornalística de um periódico. Nos EUA, a figura do *city editor* era a que mais se parecia com a do secretário. No entanto, a função daquele editor era a de controlar apenas o noticiário local, ao passo que o secretário dos jornais brasileiros controlava todas as atividades jornalísticas, inclusive a paginação. Para Nóbrega da Cunha, a divisão das funções dentro das empresas jornalísticas brasileiras estava, no início da década de 1940, em processo de desenvolvimento e ainda não poderia se comparar, nesse quesito, com a imprensa norte-americana.

Para a matéria do *Anuário Brasileiro de Imprensa*, se no início da década de 1940 já era visível a influência que a imprensa dos EUA exercia sobre a brasileira – como havia sinalizado Nóbrega da Cunha em sua conferência –, a partir da Segunda Guerra tal influência se acentuaria ainda mais, pois os jornais de nosso país passavam a seguir mais detidamente o modelo norte-americano de paginação e de distribuição das matérias, além do modelo de administração, de organização comercial e da publicidade. Procedimentos cuja aplicação se devia a alguns fatos determinados pelo contato constante de jornalistas brasileiros com os produtos da imprensa dos EUA.

A maior parte dos jornalistas brasileiros dominava a língua inglesa, uma vez que esse qualificativo se tornara uma necessidade dentro das redações de jornais em decorrência de a maioria das agências noticiosas do mundo transmitir seus telegramas noticiosos naquele idioma. Os profissionais da imprensa brasileira tinham às suas mãos grandes revistas e jornais norte-americanos, os quais contavam com distribuição eficiente nas capitais e grandes cidades, sendo que as revistas *Times* e *Newsweek* eram distribuídas por via aérea e seus números chegavam aos leitores brasileiros quase ao mesmo tempo em que os leitores norte-americanos os recebiam. Dessa forma, a matéria publicada no *Anuário* definia como sendo impossível conceber um jornalista que compreendesse o idioma inglês e não se interessasse pela imprensa norte-americana, classificada então como "fonte permanente de informações, rica de correspondência de todos os cantos do mundo e que versava com li-

berdade todos os assuntos de interesse jornalístico". Dentro desse quadro, os jornalistas brasileiros passaram, assim como seus congêneres latino-americanos, a adotar alguns expedientes da produção jornalística norte-americana no que dizia respeito à técnica de organização de um jornal e uma revista, e a comungar de um novo conceito de imprensa, definido como "menos sonhador do que outrora, mais sólido economicamente, menos político e mais informativo, procurando prestar serviços mais ao público do que a um partido político determinado". Expedientes e conceito que levaram os jornais brasileiros a transformar o artigo de fundo, muitas vezes utilizado como um panfleto político, em editorial, o qual se diferenciava do primeiro por ser menos vibrante, mais objetivo e despido de retórica. Era o início da substituição do modelo francês de jornalismo pelo norte-americano nas páginas dos jornais brasileiros.[28]

Além disso, a publicação alertava para o fato de que já não era raro um jornal encomendar pesquisas de opinião para sua orientação editorial e profissional. Acompanhando o movimento de transformações e evidenciando a influência das técnicas do jornalismo norte-americano sobre a imprensa brasileira, os principais jornais brasileiros começaram, na década de 1940, a realizar pesquisas de opinião pública com o intuito de conhecer seu público leitor, avaliar as matérias publicadas, pesquisar quais jornalistas eram mais lidos, preferências e comportamentos dos leitores, entre outros itens. Inicialmente, as pesquisas eram realizadas de maneira não muito profissional pelos próprios jornais; em seguida, após o surgimento dos institutos de opinião pública, os jornais passaram a contratá-los para avaliar seu desempenho na sociedade e conhecer seu público leitor. Segundo Busetto (2003), o Ibope, criado em 1942, foi o primeiro instituto de opinião pública a surgir no Brasil e, inicialmente, utilizou técnicas de sondagens aprendidas nos Estados Unidos com George Gallup. Os institutos de pesquisa já de-

---

28 *Anuário Brasileiro de Imprensa*, 1949, p.42-56.

senvolviam sondagens na imprensa norte-americana desde o século XIX.

Contudo, os principais jornais brasileiros utilizavam-se dessa técnica para ampliar seu público leitor, conquistar maiores fatias do mercado publicitário e, sobretudo, consolidar sua posição dentro do campo jornalístico que se definia pouco a pouco. De acordo com o *Anuário Brasileiro de Imprensa*, a pesquisa de opinião veio contribuir para um aprimoramento da imprensa brasileira, determinando gostos e preferências dos leitores e regras para a distribuição das matérias, além de ser importante estratégia para a orientação do jornalista na escolha e orientação das matérias redacionais e noticiosas, pois contribuía para tornar os jornais mais agradáveis ao público leitor.[29] Esse novo recurso veio ajudar os jornais a determinar o tamanho de uma manchete, uso de fotografia ou a colocação de um anúncio para que tivessem o máximo de eficiência. Reproduzindo um método utilizado pelo *Intelligencer Journal*, dos Estados Unidos,[30] o *Anuário da Imprensa* realizou uma pesquisa com o objetivo de sondar a aceitação do público leitor às matérias publicadas em cada página do jornal *OG*: observou qual seu público leitor masculino e feminino, qual a seção mais lida, qual o jornalista que tinha a maior aceitação do público, quais as áreas de interesse do leitor, entre outros elementos. Além das sondagens individuais, algumas pesquisas foram realizadas com o intuito de analisar a imprensa em geral, sobretudo dos grandes centros, nos mais variados aspectos.

A influência americana sobre a imprensa brasileira se processou de maneira ainda mais íntima, pois as principais agências de notícias do mundo transmitiam seus telegramas em inglês, além de grande parte do material editorial (revistas e jornais) ser importado dos EUA, obrigando, assim, os jornalistas a ter grande contato com aquele idioma.[31] Essa influência foi determinante para que a im-

---

29 Ibidem.

30 Ibidem, p.136-53.

31 *Anuário Brasileiro de Imprensa*, 1949, p. 42-57.

prensa e o mercado editorial brasileiros sofressem um desenvolvimento a partir da década de 1940, contando com maior organização e se beneficiando com o surgimento de inúmeras revistas especializadas de qualidade que atendiam às diferentes camadas sociais e gostos editoriais.[32]

Além disso, o fato de grande parte das matérias internacionais publicadas nos jornais de nosso país ser oferecida pelas principais agências de notícias internacionais, principalmente as americanas, fazia a imprensa brasileira ter um contato direto com o estilo jornalístico norte-americano, bem como com suas técnicas de produção jornalística. As notícias das agências internacionais passavam por um processo de reelaboração ao chegarem às redações dos jornais brasileiros, uma vez que eram trabalhadas para atingir o público específico de cada um dos jornais. Dessa forma, é possível concluir que os jornalistas brasileiros passaram a ter contato com o modelo de jornalismo norte-americano antes mesmo da chegada da década de 1950, pautando-se pela objetividade e ilustrações em suas páginas, e isso fazia com que as primeiras páginas dos jornais, geralmente as que cobriam os acontecimentos internacionais, fossem recheadas de fotos, ilustrações e textos mais objetivos e linguagem direta. As organizações estrangeiras de notícias, como a AP e UPI (EUA), Reuters (Inglaterra) e AFP (França), forneciam diariamente à imprensa brasileira, após prévio contrato entre as partes, matérias jornalísticas contendo fotos e texto, permitindo, assim, uma ampla divulgação na imprensa brasileira das notícias internacionais em todos os setores da vida social, fornecidas por correspondentes espalhados por diversas capitais do mundo.

Até meados da década de 1940, o jornalismo brasileiro mantinha muitas características do modelo jornalístico francês, cuja escrita se confundia com o estilo literário. Aliás, mesmo vivenciando o processo de transformações estruturais e técnicas, os jornais analisados não abandonaram bruscamente o estilo literário e dispunham de importantes intelectuais e figuras das letras em suas redações.

32 Ibidem.

Com a aquisição de novos conhecimentos jornalísticos oriundos da imprensa norte-americana, bem como com a elaboração de normas de redação, o jornalismo brasileiro passou a apresentar mais objetividade e as empresas de comunicação contaram com maior organização e divisão interna do trabalho. A partir de então, uma nova configuração foi se impondo aos jornais e a entrada no campo jornalístico passou a ser limitada à medida que exigia pessoas com conhecimentos técnicos em determinadas áreas. Ademais, além das transformações estruturais, marcadas pela elevação do nível técnico, profissionalização do setor e implantação de uma infraestrutura moderna nas empresas jornalísticas, a imprensa brasileira passava ainda por uma reformulação linguística, seus textos iam assimilando uma característica impessoal, de modo a priorizar a notícia em detrimento das opiniões subjetivas, distinguindo-se, assim, pouco a pouco, da escrita do campo literário.

Em artigo jornalístico da época, Sodré afirmava que, historicamente, os jornais apresentavam mais paixão política, mais combate e mais interesse privado, ou seja, as folhas impressas, segundo ele, não eram imprensa, pois funcionavam como porta-vozes dos governos e candidatos políticos alinhados à mesma posição política do jornal. Para Sodré, essa situação passou a se modificar a partir do momento em que a imprensa nacional assimilava as transformações ocorridas no âmbito político e jornalístico nacional e internacional: "A preponderância do noticiário sobre a doutrina é algo recente e geral na imprensa, e sendo assim, atualmente somente na imprensa de província observava-se mais paixão política que noticiário".[33] Como resultado do contato entre jornalistas brasileiros e norte-americanos, o jornalismo virulento e de cunho político, que caracterizava a imprensa de nosso país até então, foi sendo substituído aos poucos pelo jornalismo de conotação empresarial, voltado acima de tudo para a obtenção do lucro.

As mudanças gráficas ocorridas na imprensa, sobretudo durante a década de 1940, trouxeram um estilo mais ordenado, com pa-

33 *OESP*, 5/4/1945.

dronização das manchetes, títulos e subtítulos e presença de textos complementares, responsáveis por tornar a leitura mais agradável. Uma das principais mudanças na linguagem jornalística ocorreu com a introdução, ainda que parcial, do lide a partir da década de 1940, ou seja, uma técnica que adotava o formato de pirâmide invertida; nele, já na abertura do texto jornalístico dever-se-ia responder a algumas questões básicas como: quem?, o quê?, quando?, onde?, como? e por quê? Essa mudança linguística na imprensa nacional viera a substituir o nariz de cera, técnica caracterizada por ser um texto extenso, opinativo, pouco objetivo e que narrava os acontecimentos de forma cronológica. Para Carlos Eduardo Lins e Silva (apud Biagi, 2001, p.15), a influência norte-americana sobre a imprensa brasileira é evidente, mas essa influência não foi total, pois os conceitos e ideias trazidas para o Brasil sofreram uma remodelação ao entrarem em contato com uma cultura distinta e, dessa forma, essa influência foi reprocessada.

Apesar das considerações de Lins e Silva, podemos afirmar que a influência do modelo de jornalismo norte-americano sobre o brasileiro foi significativa, sobretudo quando consideramos que ela se exerceu até mesmo no processo de produção dos jornais oficiais. A partir do ano de 1945, a Divisão de Produção da Imprensa Nacional, empresa que editava os jornais oficiais do governo federal, introduziu algumas alterações na maneira de produção e apresentação das matérias ao público leitor, a fim de melhorar sua apresentação, tornar a leitura do jornal mais fácil e prática, além de realizar mudanças gráficas que agilizavam a consulta de informações e seções no *Diário Oficial*. Com isso, o diário passou a apresentar linhas mais curtas, dando uma feição gráfica mais agradável a sua apresentação, disponibilizando um sumário para cada seção, bem como as páginas nas quais se encontravam as informações. De acordo com o então diretor daquela divisão, Francisco Wlasek, as reformas ocorridas no *Diário Oficial* do governo tornaram a sua produção e distribuição bem mais econômicas, uma vez que se passava a gastar menos material em sua confecção – metal para a composição e mesmo barbante – e com o transporte para a sua distribuição por

todo o Brasil, além de suas páginas apresentarem uma feição mais alinhada aos modernos padrões de produção dos principais diários do mundo.[34]

Os jornais passaram por um processo de modernização a partir do momento em que a nova conjuntura política, econômica e jornalística mundial do período pós-guerra era entendida e assimilada por seus responsáveis. À medida que se relacionavam, os proprietários e dirigentes de jornais, assim como os jornalistas, começaram a perceber o movimento de transformações que se processava nos meios jornalísticos nacionais e internacionais e, assim, passaram a diversificar atividades de comunicação de suas empresas, sobretudo a partir da década de 1940. Isso ocorreu pelo fato de os jornais vivenciarem um processo de intensificação da concorrência, fator que os obrigava a conquistar, cada vez mais, um público maior e heterogêneo, elemento necessário para a ampliação de suas influências e posições no mercado da comunicação social e publicitária, além de possibilitar-lhes interferir de maneira mais ampla e autônoma no campo político nacional. Dessa forma, alguns jornais passaram a atuar na atividade radiofônica, ampliando sua área de atuação e transmitindo muitas vezes as informações e avaliações contidas nas páginas dos periódicos pelo rádio.

Ao comprar uma emissora de rádio a um preço bastante acessível, Roberto Marinho fundou, em 1944, a Rádio Globo. Como reflexo desse processo de diversificação das atividades jornalísticas, alargamento da atuação profissional e, sobretudo, em razão da concorrência dentro do campo jornalístico, o jornal de Marinho também lançou a revista infantil *O Globo Juvenil* e, em 1939, lançava os famosos "gibis", com histórias em quadrinhos para o público infanto-juvenil (Bial, 2004, p.138). Tais investimentos representaram um aumento significativo do patrimônio de *OG*, fazendo com que o mesmo se destacasse entre os demais órgãos da imprensa. O *DSP*, órgão integrante do condomínio jornalístico Diários Associados, fazia parte de um conglomerado que compunha diver-

34 *OESP*, 10/7/1945.

sos jornais e emissoras de rádio, embora as duas primeiras emissoras desse condomínio tivessem sido inauguradas na segunda metade dos anos 1930, ou seja, a Rádio Tupi de São Paulo, em 1936, e a Rádio Tupi do Rio de Janeiro, em 1937. O periódico inovou em relação a seus concorrentes, uma vez que emitia pela Rádio Difusora, integrada aos Associados, todos os anúncios publicitários veiculados no *DSP*, gratuita e diariamente. É importante observar que os Diários Associados se destacaram em relação aos outros órgãos, pois possuía inúmeras emissoras de rádio, revistas e periódicos, oferecendo, assim, um leque de oportunidades aos seus anunciantes, os quais poderiam escolher os mais diversos órgãos para anunciar seus produtos. O *JB* fundou, em 1935, a Rádio JB, dando ênfase em sua programação inicial a programas de notícias, ou seja, era uma extensão das matérias publicadas nas páginas do jornal.

Por sua vez, o jornal *OESP* entrou em entendimentos com a Rádio Cultura para a transmissão radiofônica de suas notícias ao público. Assim, passou a transmitir um jornal sonoro a partir de abril de 1946, informando o público sobre os acontecimentos nacionais e internacionais. Seguindo a mesma direção, o grupo Folhas lançou, em setembro de 1943, o programa *Rádio-Folha da Manhã e Folha da Noite*, com quatro transmissões diárias diretamente das redações dos respectivos jornais pelas Emissoras Unidas. Em 1948, a *FM* comprou a Rádio Excelsior, mas já em 1952 não tinha mais vínculo com a emissora, devido ao fracasso do empreendimento. Por sua vez, em 1947, a *FM* criou a gráfica Impress, responsável pela impressão dos jornais do grupo Folhas, além de outros produtos jornalísticos.[35] Dessa maneira, as notícias locais eram fornecidas

35 Vale ressaltar que a primeira experiência com o rádiojornalismo no mundo ocorreu no diário *Post Dispatch*, nos EUA, em dezembro de 1938. O jornal utilizava sua própria estação de rádio para transmitir por quinze minutos suas notícias impressas do dia. Posteriormente, a empresa Transradio Press Service tinha planos de fundar 25 jornais falados pelos EUA. Os radiojornais divulgavam notícias locais e internacionais, utilizando-se de informações telegráficas fornecidas por três grandes agências de notícias internacionais: Internacional News Service, United Press e Reuters.

pelos correspondentes das sucursais dos jornais espalhadas pelas principais capitais e cidades do país.

Com a chegada da década de 1940, as emissoras radiofônicas passaram a firmar sua posição dentro do campo jornalístico e, de certa forma, no campo político, fazendo com que diretores de jornais e revistas investissem nessas posições dentro de ambos os campos. Para demarcar sua posição dentro do campo jornalístico e continuar influenciando as tomadas de decisões nesse setor, os jornais passaram a oferecer alguns serviços disponibilizados anteriormente apenas pelas emissoras de rádio, como horários de trens, ônibus e bondes, previsão do tempo, calendários do ano, horários de eventos culturais e até o horário de programas radiofônicos, especialmente os jornais que dispunham de emissoras de rádios, como o jornal *OG*, *JB* e *DSP*.

Para Bourdieu (1997, p.56-8), a concorrência que se realiza entre os órgãos da imprensa, ou entre os jornais, pelos leitores, dá-se sob a forma de uma concorrência entre os jornalistas, que têm objetivos próprios e definidos, quais sejam, o furo, a informação exclusiva, a reputação, a diversificação das atividades, entre outros aspectos; ou seja, não é uma disputa puramente econômica, mas existem relações de forças econômicas e simbólicas entre os agentes do campo jornalístico capazes de definir posições nesse campo. Vale destacar que, no período estudado, os jornalistas estão em um processo de concorrência, conflitos e hostilidades para galgar posições no campo jornalístico e até no político. Dessa forma, o processo de diversificação das atividades dos jornais pode ser entendido dentro do contexto dessas disputas.

No entanto, embora transformações estivessem em curso na imprensa brasileira, havia problemas envolvendo, de um lado, o setor publicitário e os jornais, e, de outro, as grandes empresas e indústrias brasileiras. É importante salientar que não havia ainda uma consciência do empresariado brasileiro sobre a importância da publicidade em larga escala no segundo pós-guerra, uma vez que os setores empresariais e industriais do país ainda estavam na fase inicial de expansão, e, dessa forma, os empresários estavam acos-

tumados com anúncios pequenos e que não lhes trouxessem muitos dispêndios econômicos. Para solucionar o problema dos preços publicitários e ausência de investimentos no setor, os jornalistas defendiam uma aliança entre imprensa, empresariado e industriais, com o objetivo de alavancar a economia e proporcionar maior desenvolvimento à imprensa nacional.

As tiragem dos jornais brasileiros eram extremamente baixas se comparadas às dos jornais norte-americanos e ingleses, e ao volume de publicidade. De acordo com Mário Guastini, um dos mais renomados jornalistas de São Paulo, responsável pela Divisão de Imprensa e Propaganda e Rádio Difusão e, por curto período, sucessor de Cândido Mota Filho na direção do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Estado, "a arrecadação dos jornais norte-americanos e ingleses era equivalente ao volume da arrecadação de todo o governo brasileiro, sendo do total, um quarto oriundo de vendas avulsas e três quartos da publicidade".[36] No fim do Estado Novo, Guastini sinalizava para a importância e a necessidade de os jornais buscarem a publicidade e modernizarem-se estruturalmente. O levantamento do *Anuário Brasileiro de Imprensa*, publicado em 1949, revelava que os jornais nacionais arrecadaram em publicidade no ano de 1947 cerca de Cr$ 362 milhões, alcançando 48,2% de toda a arrecadação publicitária; o rádio, Cr$ 213 milhões, atingindo 28,4%; e as revistas, Cr$ 65 milhões, ou seja, cerca de 8,7% do mercado publicitário.

É importante registrar que, ao lado do avanço das empresas jornalísticas, dava-se a valorização do setor publicitário brasileiro, o qual passou a interferir decididamente na estrutura econômica dos jornais e a caracterizar os novos tempos que o jornalismo passaria a viver, ou seja, o desprendimento das paixões políticas e a busca intransigente do lucro. Segundo Bahia (1990, p.228), a publicidade começou a ocupar grande parte do espaço dos jornais, sendo calculada por centímetros de coluna ou em frações de tempo no rádio, e, assim, a publicação de notícias nos jornais passou a ser determinada

36 *OESP*, 21/6/1944 e 7/7/1944.

pelo espaço publicitário e, o mais importante, as paixões políticas, a literatura, a cobertura e divulgação dos acontecimentos culturais vão sendo deixadas de lado à medida que os jornais se transformavam em empresas comerciais, indo buscar, acima de tudo, o lucro para financiar sua permanência ou elevação de posição no universo da comunicação social. A instalação de importantes empresas publicitárias no Brasil pode ser entendida como um significativo salto no processo de profissionalização e desenvolvimento da atividade jornalística no país. Para Bahia (1967, p.105-7), a primeira empresa publicitária instalou-se no Brasil entre 1913 e 1914. Entretanto, foi a partir da década de 1930 que as agências de publicidade ganharam maior destaque e expressão no meio jornalístico, uma vez que não trabalhavam mais apenas com anúncios jornalísticos, mas também com os radiofônicos e cinematográficos. Esse avanço da publicidade no Brasil deve ser entendido, igualmente, dentro do processo de transformações sociais ocorrido na sociedade brasileira, sobretudo pelo inicial desenvolvimento industrial. A partir de então, a publicidade se desenvolve aceleradamente, os jornalistas passaram a criar regras para a redação de textos comerciais, com o intuito de tornar os anúncios mais eficientes.

Contudo, é após o fim da Segunda Guerra que o setor publicitário passa a adquirir bastante notoriedade, ao acompanhar de perto o desenvolvimento do setor industrial brasileiro, aumentando, assim, seu orçamento. Segundo Ribeiro (2001), "apesar de muitas organizações industriais e comerciais possuírem departamentos de publicidade próprios, houve um aumento grande no número de agências no país, destacando-se pelo volume de negócios, a Thompson, por exemplo, que aumentou o seu faturamento de 66 milhões de cruzeiros em 1949, para mais de 100 milhões, em 1951".

Assim, o desenvolvimento do setor publicitário fez com que os jornais buscassem dia a dia um maior aprimoramento técnico e elementos que satisfizessem o público leitor, com o intuito de aumentar sua vendagem e, consequentemente, conquistar maior espaço no campo jornalístico, uma vez que as agências de publicidade selecionavam os principais veículos para divulgar os produtos de seus clien-

tes, tendo como base o estilo, o público-alvo e a capacidade de venda do jornal. Dessa forma, podemos afirmar que não apenas a conjuntura de mudanças tecnológicas e aquisição de técnicas norte-americanas pressionaram os jornais a se modernizar, mas também a progressiva exigência das agências de publicidade fez com que os jornais buscassem uma maneira mais ágil e eficiente de conquistar leitores e notoriedade social. Porém, a situação política e econômica nacional muitas vezes não possibilitou a concretização de tais objetivos.

A partir de 1945, dada a falta de papel-jornal estrangeiro para a imprensa brasileira,[37] as empresas jornalísticas conjuntamente resolvem realizar alguns ajustes nos valores do espaço publicitário em suas páginas. Os jornais brasileiros importavam a maior parte do papel consumido de países como Canadá e EUA e contavam com a indiferença do governo brasileiro para solucionar a carência de papel no país, apesar de o Brasil possuir fontes para a sua produção. Essa indiferença do governo brasileiro em relação à produção de papel é perfeitamente compreensível no período do Estado Novo, quando o DIP, responsável em distribuir as cotas mensais de papel aos periódicos nacionais, beneficiava os jornais que apresentavam uma posição próxima ao regime instituído, cerceando cotas maiores ou suficientes para aqueles que destoavam da política do governo estadonovista. Tal situação continuou no início do governo Dutra, pois a imprensa nacional ainda ficou dependente dos humores governamentais e de verbas publicitárias oficiais, responsáveis, em grande parte, pelo funcionamento das folhas. Com o intuito de amenizar a desagradável situação vivenciada pelos periódicos e contornar os *deficits* econômicos da época proporcionados

---

37 O problema do consumo de papel no mundo só veio a se amenizar após a Segunda Guerra Mundial. No final da década de 1940, os Estados Unidos consumiam cerca de 63% da produção mundial de papel de jornal, seguidos da Europa continental com 15%, Inglaterra, Canadá, Austrália e Nova Zelândia com 4%, América Latina com 5%, URSS, 3%, e o resto do mundo, 6%. De acordo com Frank Owen, em artigo publicado à época, se os Estados Unidos diminuíssem somente um pouco o seu consumo de papel de jornal, a escassez de papel no mundo desapareceria provisoriamente. *Anuário Brasileiro de Imprensa*, 1949, p.12.

pela falta de papel, os jornais paulistas *FM, Correio Paulistano, DSP* e *OESP,* em 25 de agosto de 1946, foram signatários de uma matéria publicitária em que decidiram, além de aumentar o preço do espaço publicitário, iniciar a cobrança dos anúncios por centímetro de coluna, com distintos preços nas diferentes páginas e nos diferentes dias da semana,[38] ou seja, o jornal passava a ser entendido como um produto comercial e, assim, deveria procurar soluções alheias a favores e humores do governo ou de grupos políticos.

É importante concluir que, a partir da década de 1940, a imprensa brasileira, pouco a pouco, pôde contar com estrutura específica, parque gráfico, plano de produção e circulação, e as relações dos jornais com os leitores passaram a se alterar à medida que o econômico tornou-se a preocupação principal na imprensa brasileira. Dessa forma, os jornais começaram a adquirir algumas feições industriais e empresariais. Entendemos que a introdução de novas técnicas jornalísticas, a divisão interna do trabalho e a profissionalização da atividade jornalística estavam inseridas num *amplo processo* de transformações que não pode ser entendido de forma desconectada do âmbito político, econômico e social, e muito menos como uma transformação ocorrida de forma abrupta ou introduzida individualmente ou por empresas isoladas, mas, sim, deve

38 *OESP*, 25/8/1946. De acordo com matéria publicada em agosto de 1946, os preços publicitários eram os seguintes: primeira e última páginas nos dias úteis custavam Cr$ 120,00 e Cr$ 150,00 aos domingos. A segunda página, Cr$ 40,00 nos dias úteis e Cr$ 48,00 aos domingos. A terceira página, Cr$ 72,00 nos dias úteis e Cr$ 87,00 aos domingos. A quinta página custava Cr$ 42,00 nos dias úteis e Cr$ 50,00 aos domingos, a sétima página, Cr$ 37,00 e Cr$ 44,00. Além disso, havia preços exclusivos para algumas páginas e seções: a seção feminina custava Cr$ 36,00 às sextas-feiras; a quarta página, notícias diversas e esportes, Cr$ 36,00 nos dias úteis e Cr$ 43,00 nos domingos; anúncios fúnebres, Cr$ 26,00 nos dias úteis e Cr$ 34,00 nos domingos. As partes comerciais, editais, seção livre e declarações, Cr$ 24,00 nos dias úteis e Cr$ 31,00 nos domingos. Cinemas, teatros, leilões e vapores, Cr$ 13,00 nos dias úteis e Cr$ 17,00 nos domingos, e, por fim, anúncios de classificados, Cr$ 17,00 nos dias úteis e Cr$ 20,00 nos domingos. Vale destacar que, nesse mesmo dia, na oitava página, o *Diário de S. Paulo, Folha da Manhã* e *Correio Paulistano* publicaram o mesmo reajuste de preços em suas páginas.

ser relacionado a um conjunto de relações entre empresas jornalísticas, jornalistas e demais agentes do meio jornalístico e político, situados em um universo permeado de relações objetivas entre os integrantes do campo que lutam entre si por fatias de mercado, pela conquista da credibilidade e, consequentemente, pela elevação de suas posições no campo jornalístico.

As transformações vivenciadas pela imprensa na década de 1940 não se processaram isoladamente, ocorrendo de forma coletiva, pois a produção jornalística começou a ser realizada em grupo, e, muitas vezes, só a ordem das notícias se alterava. Além dessa reprodução do ponto de vista técnico e econômico, a imprensa brasileira também se reproduzia na ótica política, pois os jornais passaram a se posicionar politicamente, observando as decisões políticas tomadas pelo grupo de jornais, tema a ser abordado a partir do segundo capítulo. Os jornais exerciam uma vigilância constante sobre seus concorrentes, já que publicavam ou comentavam matérias que haviam sido publicadas por outros jornais ou até mesmo publicavam matérias ou notas direcionadas, especificamente, a determinados periódicos.

O jornal *OESP* se destacava nessa prática, pois publicava diariamente em suas páginas a coluna "Opinião da Imprensa". Nela, o jornal apresentava a seus leitores os posicionamentos dos principais órgãos da imprensa brasileira diante dos acontecimentos nacionais e internacionais, sobretudo os relacionados à política. O periódico paulista apresentava, na maioria das vezes, opiniões políticas de jornais que convergiam com a sua, objetivando, assim, legitimar e corroborar a linha editorial da folha. Entretanto, apresentava também as opiniões divergentes de seus congêneres, embora não as criticasse abertamente naquela seção. Tal estratégia adotada pelo *OESP* atendia duplamente ao objetivo do jornal de manter e ampliar seu público leitor em concorrência com os demais grandes periódicos nacionais. Primeiramente, contribuía para que o leitor não precisasse adquirir outros jornais, uma vez que trazia, de certa forma, resumo das principais matérias veiculadas pelos periódicos concorrentes. Em segundo lugar, criava a oportunidade de o leitor

aquilatar a qualidade de seus produtos jornalísticos em relação aos oferecidos pelos demais grandes jornais. Além disso, os jornais estavam atentos às transformações técnicas e administrativas que se processavam em seus concorrentes. O *DSP* publicou matéria assinada pelo diretor-presidente da *FM,* Alcides Ribeiro Meirelles,[39] na qual traçava alguns planos para o futuro empresarial daquela folha, e outra matéria, assinada pelo grupo que se desligara do jornal após a venda para Nabantino Ramos,[40] que apresentava seus motivos para desistir de trabalhar ao lado dos dirigentes da *FM*. Ademais, Carlos Rizzini, articulista do *DSP,* escreveu o artigo "Bilhetes aos rapazes das Folhas", no qual historiava as transformações vivenciadas pelo jornal desde sua fundação e desejava boa sorte aos novos proprietários do jornal.[41] Estratégia que também fazia parte do jogo da concorrência, pois o *DSP* tentava, dessa forma, apresentar a *FM* como um jornal em crise, e, evidentemente, manter a folha de Nabantino longe da disputa pela posição de segundo jornal mais lido pelos paulistas, posição ocupada pelo diário de Chateaubriand, como será visto no tópico a seguir.

Dos proprietários, dirigentes e jornalistas

Após a exposição das transformações que se operavam no processo de produção jornalística, cabe tratar as relações sociais, econômicas e culturais dos proprietários e dirigentes de jornais aqui analisados.

Júlio de Mesquita Filho era membro de uma família paulista de grandes produtores de café. Paralelamente à sua atividade de advogado, começou a trabalhar no jornal *OESP*, órgão de propriedade de seu pai, Júlio de Mesquita. Exerceu funções diversificadas em todas as seções do periódico até 1919, quando assumiu a secretaria da redação. Com o falecimento de seu pai em 1927, passou a ocupar

---

39 *DSP*, 13/3/1945.

40 *DSP*, 14/3/1945.

41 *DSP*, 15/3/1945.

a direção do jornal, ao lado de Francisco de Mesquita, Carolino da Mota e Silva, Antônio Mendonça e Carlos Vieira de Carvalho, sendo o cargo de diretor-presidente ocupado por Armando Sales de Oliveira. Opositor do Estado Novo, Mesquita partiu para o exílio nos primeiros meses de 1938, primeiramente na França e posteriormente na Argentina, onde se tornou correspondente do jornal *La Nación*. Em março de 1940, o governo varguista adquiriu o controle acionário do jornal de Mesquita Filho, que voltaria a circular somente em abril daquele ano, já sob a tutela estadonovista, passando a defender os interesses da nova diretoria e do governo ditatorial.[42] Ao retornar ao Brasil em 1943, Mesquita Filho engajou-se novamente na luta política, participando ativamente das discussões pela revogação da Carta Constitucional de 1937. Após reassumir a direção do jornal em 6 de dezembro de 1945 e ao lado de Plínio Barreto, não deixou de expressar seu apoio a políticos e propostas udenistas, o que permite caracterizar o jornal como "folha oficiosa da UDN".

O jornalista Plínio Barreto desempenhou importantes atividades profissionais no *OESP* desde o começo do século XX, iniciando suas atividades como revisor do jornal. Fundou a *Revista dos Tribunais*, em 1912. Assumiu, em 1916, a direção da *Revista do Brasil*, atuando também como crítico literário. Em 1926, passou a dirigir o *Diário da Noite,* órgão fundado por Léo Vaz e Mariano Costa, que depois foi adquirido por Assis Chateaubriand. Após a morte de Júlio de Mesquita em 1927, Barreto foi empossado no cargo de redator-chefe do *OESP*. Além de destacado advogado e jornalista em São Paulo, atuou com muita intensidade na vida política paulista, ocupando importantes cargos como o de secretário de Justiça e Segurança Pública e o de governador provisório entre 6 a 25 de novembro de 1930. No início de 1938, durante o exílio de Júlio de Mesquita Filho na França, Plínio Barreto passou a dirigir o *OESP* até o momento da intervenção dos agentes do DIP ao periódico, em março de 1940.[43] Em 1945, foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte

42 *OESP*, 24/4/2003.

43 *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*, 2003.

pela UDN, participando ativamente da elaboração da Constituição de 1946; mesmo morando no Rio de Janeiro, colaborava diariamente com o *OESP* e seu nome figurava como diretor no cabeçalho do jornal, ao lado do nome de Júlio de Mesquita Filho.

O *OESP* também contou com a atuação de Paulo Duarte e Léo Vaz. Duarte iniciou-se no jornalismo em 1918, quando tinha 17 anos de idade, como revisor do *Jornal do Comércio*, e, logo em seguida, passou a trabalhar na redação do *OESP*, acumulando também a função de secretário de Júlio de Mesquita Filho. Antes da Revolução de 1930, fundou o *Diário Nacional*, órgão oficioso do Partido Democrático, afastando-se temporariamente do jornal da família Mesquita, mas retornando a ele em 1934, quando assumiu a função de redator-chefe até 1950, ao lado de Léo Vaz. É importante registrar que o *OESP*, historicamente, contou com colaboradores de diversas áreas, como Monteiro Lobato, Euclides da Cunha, Sérgio Buarque de Holanda, Frederico Heller, Rubem Braga, Mário Pinto Serva, Nelson Werneck Sodré e Antônio Piccarolo.

Paulo Bittencourt herdou de seu pai, Edmundo Bittencourt, a propriedade do *CM* em 1929. Teve uma vida dedicada à luta política, a qual foi impressa nas páginas de seu jornal ao longo dos anos. A atuação política do jornalista resultou, em 1940, no recebimento do prêmio Maria Moors Cabot, concedido pela Universidade Columbia, nos Estados Unidos, aos jornalistas que se destacassem na luta pela liberdade de imprensa. Historicamente, o jornal carioca sempre se proclamou como um jornal de opinião, defendeu ideias liberais e caracterizou-se por ser intransigente defensor do regime democrático contra as oligarquias e qualquer forma de opressão política e econômica sobre a população. Diferentemente de seus concorrentes, o *CM* declarava-se não imparcial, pautando-se pela intenção de atuar vigorosamente na vida política do país, apresentando uma linha editorial historicamente favorável à defesa da liberdade política, sempre se colocando na luta contra os regimes autoritários da história brasileira, como no período marcado pelo Estado Novo. Paulo Bittencourt caracterizou-se por ser um dos maiores opositores de Vargas e, a partir da decretação do golpe do

Estado Novo e posterior censura aos órgãos da imprensa brasileira, procurou brechas para atacar o regime e imprimir sua posição de defesa ao restabelecimento do regime democrático, pois acreditava que o jornal era um importante instrumento de luta política, sendo capaz, até mesmo, de fazer ministros. Paulo Bittencourt viajava muito ao exterior e na sua ausência contava com o trabalho de seu redator-chefe, Costa Rego (Andrade, 1991, p.67-70).

Pedro da Costa Rego era alagoano, construiu carreira política juntamente com a de jornalista. Foi secretário da Agricultura de Alagoas em 1912, deputado federal por três legislaturas, entre 1915 e 1923, governador de Alagoas (1924-28) e senador (1929-30 e 1935-37). De acordo com Melo (2000, p.91), o jornalismo serviu para sua ascensão política, além de contribuir com sua carreira de escritor, estimulando-o a publicar três livros,[44] resultantes de sua convivência com os literatos que trabalhavam no *CM;* todavia, o jornalismo foi sua atividade maior. Era apaixonado pela redação do jornal e fiscalizava-lhe todas as funções, "o jornalismo lhe estava na alma, no sangue, nas entranhas, e dele não se separou nem mesmo quando se dedicou à faina política" (Melo, 2000, p.92). Ainda quando estudava no Mosteiro de São Bento, Rego fundou a revista *Veritas*; depois foi para o jornal *O Século* e, em 1907, transferiu-se para o *CM*, onde, aos 17 anos de idade, começou a trabalhar como revisor, só saindo do jornal em 1954, quando ocupava o cargo de redator-chefe. Enfermo, faleceria logo depois.

Costa Rego era conhecido por ser irritado e exigente, além de ser o redator-chefe que zelava pela ortografia da casa, expressão que foi cunhada por Paulo Bittencourt para caracterizar o estilo ortográfico do jornal. Para tanto, contratou em 1947 figuras de destaque da literatura, como Aurélio Buarque de Holanda, Graciliano Ramos e Rodolfo Mota Lima, para trabalhar no jornal. A equipe de Rego incluía: os editorialistas Otto Maria Carpeaux e Álvaro Lins, além de Mário Pedrosa, que escrevia artigos assinados e edi-

---

44 As obras escritas por Costa Rego são: *Águas passadas* (1952), *Na terra Natal* (1928) e *Como foi que persegui a imprensa* (1930) (Melo, 2000, p.115).

tava a seção de artes; Thomaz Colaço, relator de assuntos internacionais; os redatores Franklin de Oliveira, Otto Lara Resende, Gondin da Fonseca e Paulo Mendes Campos; o crítico Moniz Viana; na seção de esportes, Achilles Chirol e Walter Mesquita; Jorge Leão Teixeira, Jaime Maurício e José Conde, especialistas em artes e literatura; colaboradores como José Lins do Rego e Octávio Tarquínio de Souza e Heráclio Salles; e Luís Alberto Bahia na reportagem política; entre outros (Moraes apud Melo, 2000, p.93).

A redação do *CM* foi comandada com muita energia por Costa Rego – o local era definido por ele como a cozinha do jornal. A função de redator-chefe era bastante valorizada por Bittencourt e Rego. Em conversa com Luís Alberto Bahia, Costa Rego afirmou que a função de redator-chefe era mais importante que a de ministro. Num período em que o jornalismo passava por avanços significativos e vivenciava, gradativamente, uma sistematização das funções aos moldes do jornalismo norte-americano, Costa Rego ainda simpatizava com a estrutura do jornalismo francês. Dessa forma, lia tudo de importante a cada dia, instruía, pautava, estimulava, orientava e fiscalizava tudo o que era produzido na redação do jornal (Andrade, 1991, p.102-33). Na década de 1940, Rego chefiava funcionários como Aurélio Buarque de Holanda, que ocupava o cargo de autor-revisor; Graciliano Ramos, responsável pela leitura dos editoriais do jornal; Álvaro Lins e Plínio Barreto, sendo este, juntamente com o redator-chefe do *CM*, um dos responsáveis pela implantação das seções de crítica literária nos respectivos periódicos em que atuavam. Com a saída de Costa Rego da redação, Antônio Callado assumiu-lhe a chefia, conduzindo o jornal para uma gradual modernização.

Callado nasceu no Rio de Janeiro, em 1917, e foi teatrólogo, biógrafo e romancista. Formado em Direito, começou a trabalhar no jornalismo em 1937, quando ocupou as funções de repórter e cronista no *CM*. Além da experiência jornalística no diário de Paulo Bittencourt, foi contratado em 1941 como redator pela BBC de Londres, lá trabalhando até 1947. Entre novembro de 1944 a outubro de 1945, trabalhou no serviço brasileiro da rádio Diffusion

Française, em Paris. Ao retornar ao Brasil, depois de sua experiência europeia, voltou a trabalhar no *CM* e também passou a colaborar em *OG*. Luís Alberto Bahia desempenhou importante papel no *CM*. Entrou no jornal em 1940 como repórter de rua, depois passou a repórter político, além de atuar na área internacional. Foi subsecretário, secretário e, por fim, ocupou o cargo de redator-chefe do jornal entre fevereiro de 1959 e fevereiro de 1962. Além disso, entre 1950 e 1953 foi diretor da British News Service, agência oficial de notícias britânicas e passou a ser editor internacional do *CM* (Andrade, 1991, p.102-5).

É importante lembrar que o *CM* inovou em relação a seus concorrentes por contar com o trabalho de Niomar Bittencourt, uma das primeiras mulheres a trabalhar no jornalismo brasileiro. Vale destacar que o trabalho feminino nas redações de jornais não era comum até a década de 1930. De acordo com Ribeiro (1998, p.31), até 1937 era praticamente inexistente a atuação de mulheres no jornalismo.

> Uma das situações mais tenebrosas que havia na imprensa de São Paulo (e do Brasil), em 1937, era a discriminação contra a mulher. As empresas jornalísticas eram pensadas e construídas como ambiente de sauna brega: só para homem. Nem havia banheiro feminino. No "Estadão", à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica. Havia mulheres como telefonistas mas só durante o dia. À noite, um homem é que operava. Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servia para fazer o café: circulava na área de serviço.

Niomar ganhou notoriedade no jornalismo brasileiro ao escrever seus artigos e crônicas para o *CM*, numa época em que poucas mulheres exerciam a atividade. Niomar nasceu em Salvador (BA), em 4 de setembro de 1916, era filha de Moniz Sodré. Este era dono de uma extensa carreira política na Bahia, chegando a ser eleito senador da República e, dessa forma, passou a criar sua família no Rio de Janeiro, onde Niomar iniciou sua carreira jornalística na década de 1930, escrevendo para o jornal *A Noite* e nas revistas *Vamos*

Ler e *Carioca*. Ela ingressou no *CM* em 1939, escrevendo periodicamente sobre variedades e literatura, momento em que conheceu seu futuro esposo, Paulo Bittencourt (Andrade, 1991, p.47-52)

Já Roberto Marinho assumiu a direção de *OG* em 8 de maio de 1931, tendo como aspiração imprimir a seu jornal uma linha "independente" e "sem afinidades com governos constituídos", além de caracterizá-lo como defensor das questões populares.[45] Marinho trouxera consigo uma tradição jornalística familiar, pois era filho do jornalista Irineu Marinho, que, em 1911, fundara *A Noite* e, em 29 de julho de 1925, criara *OG*. Nascido em 3 de dezembro de 1904 em uma família de classe média, Roberto Marinho exerceu diversas funções em *OG*, tais como copidesque, redator-chefe, secretário e, por fim, diretor, uma vez que não se satisfez com a sala de redação como única e obrigatória escola. Ao assumir a direção do jornal, herdado de seu pai quando tinha 21 anos, tornou-se o diretor de jornal mais jovem da história do jornalismo brasileiro (Bial, 2004, p.22).

Aliado ao prazer pela atividade jornalística, Roberto Marinho também era apaixonado pela política, embora nunca tivesse se candidatado a um cargo eletivo. Procurou conciliar comando empresarial e atuação política. Com o objetivo de buscar formação intelectual e jornalística, cercou-se de experientes jornalistas e renomados intelectuais, como Afrânio Peixoto, consagrado imortal da Academia Brasileira de Letras. No início de suas atividades, a folha de Marinho contou com colaboradores como o Barão de Itararé e Raul Bopp. Depois de passar por vários problemas financeiros ao longo de sua carreira de diretor, Marinho começa a década de 1940 com grandes planos para o jornal, pois, se antes o problema era sobreviver para crescer, a partir de então era crescer para sobreviver (Bial, 2004, p.139). Marinho tinha o dom de conhecer talentos e, embora anticomunista, empregou vários simpatizantes e militantes comunistas em seu jornal, como o redator Antônio Masplê, homem de grande confiança de Marinho, além de Pedro Mota Lima, Pedro Teixeira, Edmar Morel, o qual se tornara repórter de *OG* em 1937,

---

45 *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, v.3, 2001, p.3584-8.

após ter trabalhado em dois jornais que pregavam o comunismo. Além de *OG*, Morel teve destacada passagem pelos Diários Associados, quando deu um banho na concorrência ao cobrir a queda de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945, dentro de um dos tanques de guerra que rumavam para o Palácio Guanabara, juntamente com outro repórter, Neiva Moreira (Moraes, 1994, p.457-8). Além desses profissionais, Marinho contava com Herbert Moses, um dos responsáveis pela criação de *OG* e pelas finanças do jornal desde a época da sua fundação.

Moses ingressou no jornalismo ainda muito jovem, graduou-se em Direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Após fundar o jornal *A Noite* e *OG* juntamente com Irineu Marinho, passou a ocupar o cargo de diretor-tesoureiro do jornal da família Marinho até sua morte em 1972. Além disso, Moses exerceu a presidência da ABI entre 1931 e 1964 e, durante esse período, defendeu a bandeira da liberdade de imprensa. Assim como Paulo Bittencourt, recebeu, em 1957, o prêmio Maria Moors Cabot. De acordo com Morel (1988, p.119), Moses disputou a presidência da ABI em 1931 com importantes figuras do jornalismo, como Ernesto Pereira Carneiro, diretor do *JB,* e Oscar da Costa, proprietário do *Jornal do Comércio*. Inicialmente exerceu a presidência ao lado do vice João Mello e do primeiro-secretário Costa Rego. Ao longo de sua trajetória à frente da entidade, manteve uma posição amigável, mas, ao mesmo tempo, combativa em relação aos governos Vargas e Dutra. Nesse período, não mediu esforços para libertar jornalistas da prisão e suspender a censura de inúmeros jornais como *OESP, OG, Diário Carioca, CM, O Jornal*, entre outros, e de combater veementemente as ações governamentais contra os órgãos da imprensa comunista.[46] Além de ter sido o gerenciador do dinheiro de *O Globo*, Moses foi um dos primeiros conselheiros políticos de Roberto Marinho e caracterizou-se por ser um dos responsáveis diretos pelo desenvolvimento econômico do jornal, pois

46 *Anuário Brasileiro de Imprensa*, 1949, 1952, 1953; Morel (1988).

mantinha contatos com empresários e influentes políticos do cenário nacional, tinha reflexo e sabia negociar (Bial, 2004, p.122).

Assis Chateaubriand nasceu em Umbuzeiro, na Paraíba, e, embora contasse com poucos recursos financeiros, pertencia a uma tradicional família de senhores de engenhos do Nordeste. Era responsável por escrever o editorial no *DSP*, além de colaborar com os outros órgãos integrantes da cadeia jornalística Diários Associados. Em fins de 1947, o *Anuário Brasileiro de Imprensa* realizou uma pesquisa, em parceria com o Ibope, revelando que Chateaubriand era um dos jornalistas mais lidos no Rio de Janeiro, ficando atrás de Carlos Lacerda, que, durante a década de 1940, fora *freelancer* do jornal *CM,* e Osório Borba, que escrevia diariamente para o *Diário de Notícias*. Ainda constaram na pesquisa os nomes do escritor José Lins do Rego, autor de crônicas diárias para vários jornais, e David Nasser, na época jornalista de uma publicação semanal, e Costa Rego.[47]

Chateaubriand contava com importantes jornalistas em seus quadros funcionais. Entre eles esteve Carlos Rizzini, pessoa mais influente nos Diários Associados depois de seu proprietário, e Samuel Wainer, que, após retornar do exílio nos Estados Unidos em 1945, exerceu várias funções nos Diários, como repórter, secretário de redação, redator, colunista e editor, época em que teve a oportunidade de conhecer Getúlio Vargas e construir grande amizade com o líder máximo do trabalhismo. Além disso, o jornal de Chateaubriand contava com colaboradores como Manuel Bandeira, Gustavo Barroso, Graça Aranha e com os jornalistas David Nasser, Edmar Morel, Alex Viana e Millôr Fernandes. A partir de 1940, Rizzini ocupou a direçãodo *DSP*, *Diário da Noite* e das rádios Tupi e Difusora, órgãos pertencentes ao conglomerado Diários Associados, trabalhou como repórter em *O Jornal,* foi proprietário do jornal *Tribuna de Petrópolis*, autor de vários livros sobre a imprensa como *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*; em 1947, passou a lecionar história da imprensa na Faculdade de Comunicação Social

47 *Anuário Brasileiro de Imprensa*, 1949, p.100.

Cásper Líbero, sempre tentando conciliar em suas aulas a teoria e a prática. Além disso, Rizzini ocupava o cargo de presidente do Sindicato de Proprietários de Jornais e Revistas de São Paulo e no mesmo ano passou a dirigir o Clube de Jornais de São Paulo.[48]

O conde Ernesto Pereira Carneiro, proprietário do *JB*, era descendente de uma família de argentinos e de uma tradicional família nordestina, e logo cedo iniciou suas atividades jornalísticas. O *JB* nasceu com a primeira Constituição republicana. Pautado pelo ideário liberal e com inclinação conservadora, não aceitou, inicialmente, nenhum vínculo partidário, identificando-se como um jornal livre e independente, além de defensor das causas populares. A partir de 1919, o *JB*, sob a direção de Pereira Carneiro, entrou numa fase de recuperação econômica e procurou retomar o prestígio anterior do jornal. O conde foi um dos primeiros empresários a adotar métodos de higiene e proteção a seus funcionários. Com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte em 1933, elegeu-se deputado federal pelo Partido Autonomista do Distrito Federal. Muito ligado à religiosidade, defendeu a introdução do ensino religioso nas escolas brasileiras e, em outubro de 1934, elegeu-se deputado federal pelo mesmo partido. Além da atuação política, foi fundador e presidente do Clube Náutico Capibaribe, membro da Cruz Vermelha Brasileira, sócio benemérito da Associação Brasileira de Imprensa, fundador da Sociedade Brasileira de Puericultura e durante 33 anos foi correspondente do Banco do Brasil para o Nordeste.[49] No entanto, a partir dos anos 1930, o *JB* passou por graves reveses econômicos, necessitando imediatas ações para a solução dos problemas. Com o objetivo de solucionar os problemas financeiros do jornal, Pereira Carneiro convidou, em 1935, o jornalista José Pires do Rio para ocupar o cargo de diretor-tesoureiro, no qual permaneceu até o fim de sua vida em 1950.

Pires do Rio foi um dos grandes nomes do *JB* a partir da década de 1930. Nascido em Guaratinguetá em 1880, realizou seus estu-

48 *Anuário Brasileiro de Imprensa*, 1952, p.78.

49 *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, v.1, 2001, p.1144-5.

dos primários no Ginásio São Joaquim, em Lorena, formando-se, em 1903, na Escola de Engenharia de Ouro Preto (MG) e na escola de Farmácia da mesma cidade. Ainda jovem, iniciou suas atividades profissionais como engenheiro nas obras de construção do porto do Rio de Janeiro, foi encarregado de missões no exterior e lecionou hidráulica na Escola Politécnica da Bahia entre 1912 e 1914. Ao longo de sua vida, dedicou-se ao jornalismo e à política. Assumiu cargos políticos importantes, como ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1922; deputado federal, em 1924; prefeito da cidade de São Paulo, em 1925; foi vice-presidente do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, entre 1937 e 1944. Com a queda de Getúlio Vargas, assumiu interinamente, durante o governo provisório de José Linhares, o cargo de ministro da Fazenda. Como diretor-tesoureiro do *JB*, acreditava que o jornal deveria se transformar num boletim de anúncios e deixar de lado os grandes problemas políticos, abandonando o interesse tradicional pelas artes e literatura, que sempre estiveram presentes nas páginas do jornal do conde Pereira Carneiro. Assim, o jornal perdeu espaço nos debates políticos da época e se preocupava, acima de tudo, com a seção de classificados, medida que fizera o jornal se restabelecer financeiramente.[50] No início dos anos 1920, o *JB* publicava textos de renomados escritores da Academia Brasileira de Letras em suas seções literárias e artísticas. No entanto, a partir de meados de 1930, o jornal passou por uma profunda reestruturação, retirando o conteúdo literário de suas páginas, tornando-se, a partir de então, um jornal de conteúdo popular. Mas figuravam nas páginas do jornal, na década de 1940, textos de importantes escritores, como Otto Prazeres, Barbosa Lima Sobrinho, Mário Eugênio Celso e Assis Memória.

O grupo Folhas iniciou suas atividades no ano de 1921, após o lançamento da *FN* em São Paulo, órgão de caráter mais popular e oportunista, entendendo-se com esse termo o direito de mudar de opinião sempre que novos fatos assim o exigissem. Com o desdo-

50 *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, v.5, 2001, p. 5067-8.

bramento do sucesso inicial da *FN*, os responsáveis pelo periódico lançaram o matutino *FM* em 1925, porém calcados numa linha editorial mais politizada e sóbria em relação à *FN* (Taschner, 1992, p.35-70). A partir de 1945, a *FM* apresentaria transformações aceleradas em todas as esferas, pois consegue construir uma base empresarial mais sólida e começa a se consolidar como uma empresa de comunicação inserida na dinâmica da indústria cultural.

Nabantino assumiu a direção da *FM*, *FT* e *FN* em março de 1945, juntamente com o médico e agricultor Alcides Ribeiro Meirelles, que ocupava o cargo de diretor-presidente da empresa, e com o industrial Clóvis Medeiros de Queiroga no cargo de diretor comercial. Os três jornalistas foram responsáveis pela implantação de uma estrutura capaz de transformar os jornais em grandes empresas de comunicação, imprimindo, pouco a pouco, uma moderna fisionomia em suas páginas. Além disso, Nabantino criou uma equipe de jornalistas que o auxiliaria na tarefa de modernização dos diários e de implantação de mecanismos racionais no processo de elaboração do produto jornalístico. Além da contribuição do grupo dirigente dos jornais, Nabantino contou com o trabalho dos jornalistas Mário Mazzei Guimarães, Hideo Onaga, José Reis e Ruy Bloem. De acordo com Mota e Capelato (1981, p.145), Mazzei chegou à *FM* em 1945 e, inicialmente sob o pseudônimo Pedro Leite, escrevia artigos sobre economia rural. Foi redator especializado nessa área, redator-chefe e responsável pela dinamização crítica e política do jornal, sendo caracterizado como um dos maiores responsáveis, ao lado de Nabantino, pela estruturação do novo jornalismo implantado nas Folhas a partir de meados da década de 1940 e, principalmente, nos anos 1950, quando assumiu o cargo de redator-chefe no jornal. Mazzei era bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, exerceu a atividade jornalística de 1936 a 1940 em São Paulo, no Rio de Janeiro e Barretos, onde foi diretor de *A Semana* entre 1939 e 1940. Além do jornalismo, exerceu a função de jurista até 1951. Por sua vez, o jurista Ruy Bloem desempenhou importante função na empresa comandada por Nabantino. Bloem iniciou suas atividades jornalísticas em 1920

em *OESP*, permanecendo até 1930. Três anos mais tarde, passou a fazer parte da redação das Folhas como secretário da *FN.* Entre 1947 e 1949, foi redator político da *FN* e encarregou-se de seus editoriais. Em 1950, afastou-se do jornalismo para assumir o cargo de secretário de Educação e Cultura do município de São Paulo, retornando ao jornalismo em 1952, quando ocupou o cargo de assistente de direção da *Folha da Manhã*, da qual foi redator-chefe. Por sua vez, José Reis passou a atuar na *Folha da Manhã* em 1948 e chegou ao cargo de diretor de redação das Folhas entre 1962 e 1967, apresentando uma moderna concepção de sociedade e de jornal. Tinha a incumbência de trabalhar com a política científica; acreditava que a educação era a saída para o desenvolvimento do Brasil. Hideo Onaga dedicava-se ao jornalismo-reportagem. Essa nova configuração diretiva tornava a *FM* mais preocupada com as questões urbanas e com o desenvolvimento industrial do país, embora, nos primeiros anos de administração do novo grupo, as questões agrárias ainda estivessem presentes em suas páginas, porém com menor intensidade.

É importante destacar que a *FM* foi dirigida, entre 1930 e 1945, por um grupo de agricultores que imprimiram uma linha editorial marcadamente voltada para as questões agrárias e rurais. O grupo, liderado por Octaviano Alves de Lima, Rubens do Amaral e Luiz Amaral, objetivava utilizar as Folhas como veículo de seus interesses, ou seja, da lavoura cafeeira e de uma burguesia comercial. Octaviano era filho de uma família tradicional paulista e era ligado à agricultura e à religiosidade, notadamente ao protestantismo. Em março de 1945, desfez-se do jornal, vendendo-o ao grupo liderado por Nabantino Ramos. A aquisição das Folhas por esse grupo estava ligada a interesses pessoais e sobretudo políticos, envolvendo dois grandes empresários brasileiros que procuravam aparecer ainda mais no cenário econômico e político que se inaugurara com o final da Segunda Guerra e a queda do Estado Novo. Vale destacar que, a partir da venda da empresa para o grupo liderado por Nabantino Ramos, as Folhas passaram a definir mais claramente suas características comerciais e empresariais, entendendo a notícia

como uma mercadoria, portanto diferentemente do que pregava Octaviano. Descontentes com essa situação, diversos jornalistas se desligaram da empresa, pois não concordavam com a concepção jornalística do novo grupo dirigente. Entre eles, estava o jornalista trotskista Hermínio Sachetta, que ocupava o cargo de secretário-geral das Folhas e, além disso, era considerado uma das principais cabeças políticas do grupo. Sachetta não concordou com a comercialização da estrutura das Folhas, considerava a empresa um patrimônio moral de São Paulo, defensora da democracia e um orgulho na luta política. Preocupado com as relações amistosas dos novos dirigentes das Folhas com o governo Getúlio Vargas, resolveu fundar um novo diário: *Jornal de São Paulo*. A nova folha exerceu suas atividades entre abril de 1946 e fevereiro de 1948, fazendo sistemática oposição ao governo Dutra. Após ser perseguido por este, o jornal de Sachetta teve a sua permanência dificultada, o que resultaria no seu fechamento.

A paixão pelas artes contribuiu para que alguns proprietários de jornais se aproximassem e mantivessem algumas relações sociais. É importante destacar que importantes jornalistas contribuíram para a fundação do Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, inaugurado em 15 de janeiro de 1952, obra idealizada por Niomar Bittencourt, com importante contribuição de seu esposo, Paulo Bittencourt. O próprio Bittencourt, Chateaubriand e Roberto Marinho fizeram parte do conselho deliberativo do MAM, formado ainda por mais 27 membros da sociedade, e não mediram esforços para ampliar o acervo e conquistar sede própria para o museu (Andrade, 1991, p.50). Por sua vez, realizando um antigo sonho, Chateaubriand criou o Museu de Arte de São Paulo, aberto em 2 de outubro de 1947, juntamente com o professor Pietro Maria Bardi, jornalista e crítico de arte na Itália, e o executivo dos Diários Associados para a região Sudeste e Sul do país, Edmundo Monteiro.[51] Além de Bittencourt e Chateaubriand, Roberto Marinho

51 "Sobre o Masp". Disponível em http://masp.uol.com.br/sobreomasp/historico.php. Acesso em 15/1/2006.

foi criado em uma família que cultuava a estética e as artes, e, além disso, mantinha amizade com vários artistas brasileiros, como Cândido Portinari, tendo frequentado por muito tempo seu ateliê e presenciado a confecção de várias obras. Sendo assim, começou a colecionar quadros, construindo sua pinacoteca pessoal, quase exclusivamente de artistas brasileiros, somando entre pinturas, desenhos, esculturas, tapeçarias e gravuras uma coleção de aproximadamente 1.350 obras (Bial, 2004, p.140-1). Essa ligação com as artes explica o enfoque dado pelos jornais *DSP, OG* e *CM* em relação à produção e divulgação das atividades artísticas, publicando inúmeras matérias e mantendo colunas diárias sobre o tema. Expedientes que contribuíam para legitimar, pelo menos em parte, aqueles jornais perante segmentos sociais dominantes, sobretudo do ponto de vista cultural.

As relações existentes entre os integrantes do campo jornalístico nem sempre foram de cordialidade, uma vez que disputas em vários níveis eram observadas dentro do jornalismo. O objetivo era o de firmar o poder simbólico[52] das empresas jornalísticas, ou seja, o seu reconhecimento social como legítimas produtoras e divulgadoras da informação, quer no campo jornalístico, quer no campo político. Inimigo declarado do conde Matarazzo, Assis Chateaubriand passou a produzir uma série de estereótipos e insultos à atividade industrial do conde no Brasil, inclusive colocando em xeque a legalidade de suas funções no país. Com o objetivo de travar uma luta política com Chateaubriand, Matarazzo, convencido por amigos, comprou o jornal *FM* e adotou a mesma tática de seu inimigo, ou seja, utilizar a imprensa como instrumento de ataque político e, consequentemente, passar a emitir ampla e publicamente sua representação do mundo social, buscando, assim, interferir no campo

52 Utilizamos o conceito de Pierre Bourdieu, que define poder simbólico como um poder invisível e exercido com a cumplicidade daqueles que a ele estão sujeitos. É um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, que só se exerce se for reconhecido, ou seja, ignorado como arbitrário (Bourdieu, 2003, p.14).

jornalístico e no político. Dessa maneira, objetivava disputar com os jornais *DSP* e *Diário da Noite,* de propriedade de Chateaubriand, a segunda posição em vendagem em São Paulo, uma vez que o primeiro lugar era ocupado por *OESP*. Assim, Matarazzo adquiriu um terço do capital das Folhas em meados de 1945. No entanto, o conde estava impossibilitado de ser proprietário de jornal no Brasil, uma vez que o artigo 160 da Constituição vetava a propriedade e a posse acionária de empresas jornalísticas a estrangeiros, fossem políticas ou noticiosas, assim como a propriedade de emissoras de rádio. Entretanto, o dispositivo constitucional se revelava limitado, dado que deixava de fora as agências de notícias internacionais, as quais continuaram a exercer suas atividades no Brasil. Como forma de burlar o imperativo constitucional, o conde colocou para representá-lo na *FM* o industrial Clóvis Medeiros Queiroga. Outros dois terços ficaram com Nabantino Ramos – ligado a Costa Neto, tornado ministro da Justiça de Dutra – e Alcides Ribeiro Meireles, representante do interventor paulista Fernando Costa, político ligado diretamente a Vargas e defensor dos interesses do capitalismo agrário e dos setores das oligarquias rurais. Com isso, o conde Matarazzo foi buscar o italiano Giannino Carta, editor de um importante jornal italiano, com a incumbência de renovar as Folhas e torná-las competitivas. Um dos primeiros atos do conde foi enfrentar a concorrência com os Diários Associados com a redução no preço de seus jornais. Assim, logo após a crise do papel, baixou o preço das Folhas de Cr$ 0,50 – ou seja, cerca de R$ 0,70 – para Cr$ 0,30 – por volta de R$ 0,40. Essa medida teve a oposição de toda a imprensa paulista (Moraes, 1994, p.446-50). Em editorial, as Folhas argumentavam que, quando começou a escassear o papel estrangeiro para consumo interno, sobretudo a partir do segundo trimestre de 1945, foi necessário aumentar o preço do jornal. As Folhas afirmavam que, como o papel estrangeiro já chegava com regularidade, nada mais justo que voltar aos preços anteriores.[53] Porém, sendo o conde o único entre os acionistas das Folhas a possuir

53 *FM*, 23/9/1945.

capital para financiar a diminuição no preço de seus jornais, a medida foi rapidamente abandonada (Moraes, 1994, p.446-50).

Além de Matarazzo, Chateaubriand atacava inúmeros de seus adversários. O proprietário dos Diários Associados era inimigo declarado de Júlio de Mesquita Filho. As relações entre os dois estavam abaladas desde 1932, quando Mesquita Filho foi para o exílio e Chateaubriand passou a defender o governo varguista. Chateaubriand atacava virulentamente o diretor de *OESP*, bem como um de seus grandes jornalistas políticos, Rafael Correa de Oliveira,[54] que começara sua carreira como repórter dos Diários na década de 1920, e se tornaria responsável por uma coluna na seção "O Momento Político" de *OESP*, a qual emitia comentários e apreciações sobre as principais questões políticas nacionais, além de ocupar o posto de colunista do jornal *Diário de Notícias* em meados da década de 1940. Para Chateaubriand, Rafael Corrêa de Oliveira era irresponsável, difamador e desonesto, por ter criticado a orientação econômica e financeira imposta por Correia e Castro, então ministro da Fazenda do governo Dutra. O articulista de *OESP* afirmava que ninguém era obrigado a apoiar uma reforma bancária que ameaçava desorganizar ainda mais a economia brasileira e que iria prejudicar o Tesouro Nacional em bilhões de cruzeiros. Ademais, respondeu as críticas de Chateaubriand com o mesmo tom verbal:

> Não seja ridículo o diretor dos Diários Associados quando procura intimidar-nos [...] esta coluna é escrita por um homem que tem um espírito público e compreende o jornalismo como uma profissão decente que se exerce no interesse da sociedade e da civilização. Não é um mercenário enriquecido ao preço da dignidade alheia ou da própria

54 Rafael Correa de Oliveira era primo de Chateaubriand e neto do conselheiro João Alfredo, e trabalhou como repórter dos Diários cobrindo a Coluna Prestes. Foi responsável pelas primeiras entrevistas na história da imprensa brasileira com os chefes rebeldes, que descreveram suas refregas contra as forças regulares do governo federal. Além de Rafael, Azevedo Amaral e Luís Amaral trabalharam como repórteres na cobertura da Coluna Prestes (Moraes, 1994, p.150).

> dignidade. Vencemos, assim, uma juventude difícil e amarga. Assim, atingimos a maturidade e chegaremos ao fim, sem aviões, sem fazendas, sem laboratórios, mas com a cabeça erguida e o direito de repetir, com a ponta do sapato e um gesto de desprezo, as injúrias da covardia e da venalidade...[55]

É importante destacar que a maior parte dos proprietários e diretores dos grandes jornais paulistas e cariocas dispunha de formação acadêmica na área do Direito. O conde Pereira Carneiro, Júlio de Mesquita Filho e Paulo Bittencourt puderam usufruir de uma sólida formação intelectual, parte dela construída na Europa. Pereira Carneiro realizou seus estudos iniciais em Recife e ainda criança foi enviado a Lisboa e Paris para concluir seus estudos. Já adolescente, retornou ao Brasil, realizando o estudo secundário em um colégio jesuíta na cidade fluminense de Nova Friburgo e, em seguida, foi a Londres, onde se especializou em economia. Júlio de Mesquita Filho, após cursar o estudo primário em São Paulo, foi enviado, em 1904, a Lisboa para prosseguir nos estudos, transferindo-se mais tarde para a Suíça com o intuito de se preparar para o ingresso no curso de medicina. No entanto, matriculou-se na Faculdade de Direito do Largo São Francisco em São Paulo, em 1911, bacharelando-se em 1917. Por sua vez, Paulo Bittencourt realizou o curso primário no Rio de Janeiro e, em 1912, fez cursos na Universidade de Cambridge, na Inglaterra. No ano seguinte, retornou ao Brasil e ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, bacharelando-se em 1918.

Já Chateaubriand, Marinho e Nabantino Ramos não usufruíram de formação intelectual no exterior, embora para lá tivessem ido diversas vezes, sobretudo durante o exercício do jornalismo. Chateaubriand fez seus primeiros estudos na Paraíba e o secundário em Pernambuco. Iniciou o curso de direito na Faculdade de Direito do Recife, em 1908, e bacharelou-se em 1913, tendo que trabalhar em órgãos da imprensa para custear seus estudos. Por

55 *OESP*, 8/1/1947.

sua vez, Roberto Marinho não dispunha de formação acadêmica, fez o curso primário no Colégio Paula Freitas e o secundário nos colégios Anglo Brasileiro e Aldridge, no Rio de Janeiro. Embora não tivesse concluído seus estudos na Europa, Nabantino Ramos, tornou-se bacharel e doutor em Direito pela Universidade de São Paulo e ficou conhecido como homem intelectual e refinado, letrado e idealista.

Outrossim, Paulo Bittencourt, Júlio de Mesquita Filho e Roberto Marinho pertenciam a tradicionais famílias de jornalistas e, sendo assim, figuravam como herdeiros de empresas jornalísticas, assumindo, cada um a seu tempo, os respectivos jornais de suas famílias. É importante ressaltar que a tradição familiar da imprensa brasileira é responsável pela construção da identidade dos jornais e, além disso, determina uma linha histórica de conduta política e ideológica das folhas. No entanto, de acordo com as observações de Mino Carta, o tradicionalismo familiar da imprensa faz com que os jornais se transformem em "feudos", pois, no Brasil, o primogênito ganhava a herança paterna de dirigir o jornal. Por sua vez, Frias Filho afirmou que "há vantagens na gestão familiar do jornal, como por exemplo, a possibilidade do prosseguimento de um trabalho e a sustentação de uma linha de continuidade em jornais de tipo mais tradicionais" (Ribeiro, 1994, p.112).

Chateaubriand, Nabantino e Pereira Carneiro tiveram uma história bastante diversa daquela de seus pares da denominada grande imprensa brasileira. O proprietário dos Diários Associados trabalhou em diversos jornais desde a juventude e conseguiu formar sua cadeia de jornais, revistas e emissoras de rádio através de seus contatos políticos, sobretudo por meio de sua relação instável com o presidente Getúlio Vargas. Aos 14 anos, teve sua primeira experiência jornalística escrevendo para *O Pernambuco* e, a partir daí, exerceu diversas funções em jornais pernambucanos, maranhenses e cariocas. A partir de 1910, passou a trabalhar no jornal *O Recife*, acumulando as funções de redator no *Diário de Pernambuco* e articulista do *Pequeno*. Em 1913, trabalhou no *Estado de Pernambuco*, onde foi redator-chefe e secretário de redação. Recém-chegado ao

Rio de Janeiro em 1915, logo começa a trabalhar no *JB* com a missão de tirar a folha da crise econômica em que se encontrava e transformá-la num jornal respeitado. A partir de então, construiu uma grande amizade com o conde Pereira Carneiro, que o nomeou chefe de redação e lhe deu carta branca para realizar as modificações necessárias no jornal. Com esse objetivo, trouxe importantes figuras para o *JB*, como o engenheiro Pires do Rio, João Teixeira Soares e José Carlos Rodrigues. Em 1919, Chateaubriand aceitou o convite de Edmundo Bittencourt para trabalhar em seu jornal com a missão de viajar à Alemanha para escrever artigos e fazer entrevistas com os derrotados da Primeira Guerra, embora ainda continuasse a manter boas relações com o conde Pereira Carneiro. Nessa época, o jornal passou a publicar dois artigos semanais assinados por Chateaubriand, os quais, reunidos, resultariam na publicação do livro intitulado *Alemanh*a, em 1921. Quando de seu retorno ao Brasil em novembro de 1920, Chateaubriand voltou a trabalhar no *JB* e, além disso, passou a ser correspondente do jornal argentino *La Nación,* porém sem deixar de se dedicar àquilo que o havia trazido para o Rio de Janeiro, ou seja, o exercício da advocacia (Moraes, 1994, p.31-128).

Em 1924, Chateaubriand comprou no Rio de Janeiro o seu primeiro órgão de imprensa – o matutino *O Jornal* – e seis meses mais tarde comprou o paulistano *Diário da Noite*. Com base nesses dois órgãos, iniciou a estruturação de um grande empreendimento que mais tarde viria a ser conhecido como condomínio jornalístico Diários Associados. Em 1927, fundou a revista *O Cruzeiro,*[56] e depois, em 5 de janeiro de 1929, fundou o *DSP*, órgão que integraria o já então considerável condomínio, o qual chegaria a ter, até o final da década de 1950, 33 jornais, 25 emissoras de rádio, 22 emissoras de televisão, uma editora, 28 revistas, duas agências noticiosas, três

56 Ver De Lucca, Tânia Regina. *A* Revista do Brasil*: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. De Lucca, Tânia Regina. "Periodismo cultural: a trajetória da *Revista do Brasil*". In: Abreu, Márcia & Schapochnik, Nelson (org.*). Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2005.

empresas de serviço, uma de representação, uma agência de publicidade, três gráficas e duas gravadoras de vídeo (Wainberg, 2003, p.17).

Antes de exercer a atividade jornalística, Pereira Carneiro trabalhou em muitas outras atividades. Ainda jovem, começou na empresa Pereira Carneiro & Cia., de sua família. Após o falecimento do pai, assumiu a direção da empresa em 1895, ao lado do irmão. No final do século XIX, diversificou suas atividades, adquirindo uma fábrica de malhas em Pernambuco e várias salinas no Rio Grande do Norte e Ceará. Em 1912, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde comprou a Companhia de Comércio e Navegação, especializada em transportes marítimos, além de uma fábrica de juta para produzir sacos e, a partir de então, iniciou-se no jornalismo. Nesse período, concedeu um empréstimo à empresa Mendes & Cia., proprietária do *JB*, que atravessava uma grave crise econômica e, com base no relacionamento com os proprietários do jornal, passou a assinar uma coluna intitulada "Notícias de Pernambuco". Em 1918, os irmãos Mendes & Cia. não conseguiram pagar a hipoteca e cederam sua propriedade a Pereira Carneiro, ocasião em que o jornal sofreu profundas transformações internas.

Ao assumir a direção da *FM* em março de 1945, Nabantino não dispunha de conhecimentos técnicos nem experiência na área jornalística. No entanto, procurou regulamentar a atividade, rompendo com o caráter paternalista, personalista e tradicionalista que caracterizava a imprensa da época, imprimindo uma linha liberal-burguesa em sua folha. Nabantino era filho de pais protestantes, e sua formação religiosa influenciou decididamente na constituição e desenvolvimento das Folhas, pois organizou a empresa com base em uma ética de trabalho e lisura. O Programa de Ação das Folhas, criado em 1948, constitui um dos roteiros de trabalho para o cumprimento da "missão jornalística". Para Mota e Capelato (1981, p.104-5), embora rompido com o protestantismo de seu pai, Nabantino não se libertou de um conceito de salvação pelo trabalho que, aliás, estava ligado ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil do pós-guerra. Esses autores consideram que, em algum nível,

valeria recordar aqui as afinidades apontadas pelo sociólogo Max Weber entre a ética protestante e o espírito do capitalismo.

Com a elaboração do Programa de Ação das Folhas, Nabantino conduziu a *FM* para a preocupação com as questões locais e citadinas, proporcionando maior organização e sistematização no processo de confecção do jornal. A partir de então, a empresa passou a ser enquadrada dentro dos padrões de modernidade e pretendeu, cada vez mais, diminuir a improvisação, com vistas a alcançar objetivamente o lucro.

Esse movimento de mudança vivenciado pela imprensa brasileira foi bem entendido por José Nabantino Ramos, antes mesmo da década de 1950. Embora fizesse comentários elogiosos ao modelo de jornalismo norte-americano, ele se declarou um adepto do modelo de jornalismo inglês. Ao relatar a experiência adquirida na viagem de estudos e descanso que realizou a Londres em agosto de 1962, logo após sua saída da direção das Folhas, Nabantino foi taxativo ao classificar a capital inglesa como a "capital do jornalismo", pois, segundo ele, "de lá vieram à luz os melhores jornais do mundo, como expressão da alta educação e politização e de arraigado sentimento de liberdade e de responsabilidade do povo inglês" (Ramos, 1970, p.13). Nabantino foi responsável pela introdução de técnicas capazes de transformar o jornal *FM* em uma grande empresa de comunicação, pautada pela racionalização das atividades no interior das empresas jornalísticas e na constituição de diversos grupos de trabalho, com jornalistas experientes em diversas áreas, bem como na implantação de várias sucursais do jornal pelo país. Com o intuito de regularizar as funções e proporcionar maior dinamismo ao trabalho em suas empresas, Nabantino, que defendia a ética do trabalho como valor fundamental, apresentou, em 3 de maio de 1948, à Assembleia Geral Extraordinária da sua empresa o Programa de Ação das Folhas, documento básico para a construção da identidade do jornal e reafirmação de sua posição centrista, antioligárquica e reformista. Pelo documento de 1948, a atividade jornalística era considerada em diferentes aspectos e separada em quatro tópicos: a informação, opinião, colaboração e fontes de re-

ceita. De acordo com Mota e Capelato (1981, p.138-9), "a separação entre informação e opinião traduz a ideologia da objetividade e crença de que as páginas espelham fielmente os fatos". Seguindo o exemplo das empresas jornalísticas internacionais que já haviam elaborado seus manuais de redação, o Programa de Ação das Folhas fixou a separação das notícias entre os âmbitos internacional, estadual e municipal, proporcionando, assim, maior organização e estruturação de seções específicas nas páginas dos jornais.[57]

Em suma, podemos concluir que a categoria jornalista é uma abstração, pois existem diferenças de sexo, idade, nível de instrução e jornais em que trabalham; porém, tais diferenças não impedem que se perceba que, apesar da concorrência e diferenças entre os agentes jornalísticos, existem muitas semelhanças entre eles (Bourdieu, 1997, p.30-1).

---

57 Em 1959, Nabantino elaborou ainda as *Normas de trabalho da divisão da redação*, além de oferecer na sede das Folhas cursos sob sua orientação. Esse conjunto de documentos, que apresentava 275 páginas, trouxe maior eficiência, segurança e disciplina no trabalho nas empresas ligadas ao grupo Folhas, tendo como objetivo estimular o progresso político, econômico e social do povo brasileiro, além de ser importante instrumento para o processo de confecção racional dos jornais *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*, definindo sistematicamente as funções a serem desempenhadas na empresa. Assim como outros órgãos da imprensa brasileira do pós-Segunda Guerra, as Folhas foram adquirindo, gradativamente, um caráter empresarial, tomando a notícia como um produto a ser consumido pelo leitor, ou seja, as empresas jornalísticas passaram a ser concebidas como qualquer outra empresa inserida no processo de produção capitalista.

2
Jornais liberais e o campo político durante a transição democrática

Relações entre os jornais e a política

Próximo ao fim da Segunda Guerra Mundial, diversas forças políticas e sociais passaram a lutar mais intensamente pela implantação do regime democrático no Brasil, impulsionadas pelo enfraquecimento dos regimes autoritários europeus e pela desestabilização da estrutura de poder criada por Vargas a partir do golpe do Estado Novo. Nesse período, os órgãos da imprensa nacional publicaram matérias que divulgavam com entusiasmo as derrotas e a rendição dos nazifascistas, além de apresentarem opiniões de líderes políticos nacionais e internacionais que expressavam seu contentamento com a vitória da democracia no campo de batalha internacional, oferecendo prognósticos otimistas quanto aos rumos da democracia mundial.

A derrota dos nazifascistas nos campos de batalha fez com que a imprensa, bem como os agentes políticos nacionais, pudessem vislumbrar mais concretamente um horizonte democrático e livre dos totalitarismos. Embora Getúlio Vargas e membros do Estado Novo fossem simpáticos aos regimes totalitários europeus, o Brasil entrou no conflito em 1942, logo após o ingresso dos Estados Unidos, atendendo à convocação de alinhamento do continente, cedendo bases militares no Nordeste aos norte-americanos e enviando vinte

mil soldados ao *front* na Itália. Vencido o inimigo internacional, o Brasil continuava sob o regime ditatorial implantado em 10 de novembro de 1937 por Getúlio Vargas. Para Fausto (2003, p.383), os problemas do Estado Novo eram decorrentes mais do alinhamento político internacional do que das condições políticas internas e, assim, personalidades políticas, bem como parte da imprensa nacional, passaram a explorar a contradição existente entre o apoio de Vargas às forças democráticas internacionais e a manutenção de um regime de força no país. No entanto, vale registrar que, em novembro de 1943, Vargas havia se comprometido a reajustar a estrutura política do país após o término da guerra, convocar eleições diretas em todos os níveis e conduzir o país para a democratização. À medida que a guerra se definia, setores sociais passavam a vivenciar um momento de grande expectativa e euforia quanto ao retorno da democracia no Brasil e ao cumprimento das promessas feitas por Vargas.

Conquanto os acontecimentos internacionais sinalizassem possibilidades de alteração nos rumos políticos do Brasil, diversos acontecimentos nacionais contribuíram para a desestabilização do regime de Vargas. De acordo com Silva (1976, p.62), as forças liberais já começaram a se organizar por volta de 1942, a fim de acelerar a reorganização do país nos moldes democráticos, tendo como produto dessa articulação o Manifesto dos Mineiros, datado de 24 de outubro de 1943 e elaborado por um grupo da elite intelectual e política mineira, contando com 92 signatários que exigiam o fim da ditadura e a imediata democratização do país. Com a implantação da ditadura em 1937, grupos políticos distantes do poder varguista ficaram impossibilitados de agir na esfera nacional, dadas a orientação discricionária e a centralização econômica realizada pelo governo, e só tiveram condições de reagir nos momentos finais do Estado Novo, quando o regime já apresentava sinais de fragilidade.

O Manifesto dos Mineiros representou um importante documento de crítica à estrutura política do Estado Novo e, de certa maneira, contribuiu para o enfraquecimento desse regime. No entanto, o documento foi elaborado por agentes sociopolíticos que

apresentavam uma visão liberal e elitista de sociedade. Os signatários do documento deixaram clara a sua crítica à democracia de massas e ao populismo getulista, e, sendo assim, defenderam a democracia de cunho liberal.

No entanto, as primeiras manifestações contra a estrutura política estadonovista e a simpatia de Vargas pelo nazifascismo podem ser identificadas antes mesmo da divulgação do Manifesto dos Mineiros. Fundada após a realização do II Congresso Nacional dos Estudantes em 1938 e institucionalizada pelo decreto-lei 4.080, de 1942, como entidade representativa dos universitários brasileiros, a União Nacional dos Estudantes (UNE) conseguiu burlar o silenciamento imposto pelo Estado Novo já a partir de meados de 1942, ano de sua oficialização. Assim, a entidade estudantil realizou manifestações públicas sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro, além de divulgar manifestos em defesa do regime democrático e contra a proximidade de Vargas com os governos nazifascistas e sua imparcialidade diante das ações totalitárias de alemães e italianos no decorrer da guerra. Dessa forma, os estudantes começaram a exigir a entrada do Brasil no conflito mundial ao lado das "verdadeiras forças democráticas", ou seja, os Aliados, e a imediata democratização das instituições nacionais. Curiosamente, já nesse período, *OESP* e *CM* cobriram as manifestações estudantis e elogiaram a disposição democrática da juventude brasileira. Contudo, os jornais, sobretudo *OESP,* que estava sob intervenção estadonovista, omitiram as críticas desferidas a Getúlio Vargas durante as atividades estudantis e noticiaram apenas as "saudações dos jovens aos líderes nacionais, entre eles Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha, bem como aos líderes democráticos internacionais como Churchill e Roosevelt".[1]

Ademais, durante a realização do VI Congresso da UNE, em julho de 1943, os estudantes publicaram um manifesto em que deixavam clara sua disposição pela união nacional e cobraram do governo medidas para solucionar as debilidades e insuficiências no terreno político e administrativo brasileiro, além de criticarem

1 *OESP*, 5/7/1942; *CM*, 5/7/1942.

sua inoperância diante dos acontecimentos internacionais, marcados pelos atos violentos do nazifascismo na guerra (Carone, 1976, p.73-5). Em folheto informativo, publicado em 18 de agosto de 1943, a entidade estudantil conclamou "todos os brasileiros honestos, homens do governo, sejam eles homens do povo, a cerrar fileiras em torno de um programa que atendesse os legítimos interesses e direitos de nosso povo, que satisfizesse as aspirações nacionais de vida independente, democrática e próspera".[2] Dessa forma, o material publicado e as manifestações públicas dos estudantes tinham o objetivo bastante nítido de criticar as tendências autoritárias do Estado Novo e lutar pela democratização da vida nacional, bem como tornavam públicas a insatisfação dos estudantes universitários quanto aos rumos políticos tomados pela ditadura Vargas.

Além de representarem os primeiros movimentos de contestação à ditadura estadonovista, o Manifesto dos Mineiros e as manifestações estudantis organizadas pela UNE abriram caminho para que outros documentos contra o Estado Novo surgissem. Foi o caso do documento assinado por renomados escritores brasileiros, em 22 de janeiro de 1945, durante o I Congresso dos Escritores realizado na cidade de São Paulo. Esse documento, seguindo a linha do documento divulgado pelos mineiros, contestava veementemente o regime ditatorial e exigia a liberdade de expressão, sufrágio universal direto e secreto. Em artigo publicado no jornal *FM,* Florestan Fernandes atacou sutilmente o Estado Novo ao afirmar que a realização do Congresso de Escritores era de suma importância, em razão da situação política vivida pelo mundo e, sobretudo, da vigente no Brasil:

> De qualquer forma, tomando a si esta questão, o escritor brasileiro está assumindo um grande compromisso diante do povo. Porque na verdade assume a liderança de suas reivindicações, dando ensejo para que elas se formulem. Pode-se pensar, pois, que um abismo está pres-

2 Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil Contemporâneo. Diretrizes do Estado Novo (1937-1945). O Brasil na guerra: A Era Vargas.

> tes a surgir entre nós e o passado: os intelectuais tomam posição, não abandonando ao próprio destino os interesses e as expectativas do povo brasileiro [...] o intelectual, deixando de discutir só seus interesses restritos, acaba se identificando com os interesses da nação.[3]

No início de 1945, os jornais *CM, JB, OG, DSP* e *FM* passaram a defender em suas páginas um modelo de democracia particularizante, deixando bem claro para os leitores e as forças políticas nacionais sua concepção de democracia, como será visto no próximo tópico. Dessa forma, intensificaram as críticas ao Estado Novo, sobretudo após a entrevista de José Américo, publicada pelo *CM,* em 22 de fevereiro de 1945. A publicação foi considerada por muitos agentes da imprensa como responsável pela desmoralização e enfraquecimento político do Estado Novo, além de ser entendida como um marco para a imprensa brasileira, pois, a partir de então, a censura governamental se enfraqueceu, abrindo brechas para a atuação mais consistente de setores políticos oposicionistas, bem como da intensificação das críticas por parte dos jornais. Assim, nos momentos finais da Segunda Guerra, os grandes diários reivindicavam de forma uníssona a completa democratização da sociedade, exceto *OESP*, que estava sob intervenção desde março de 1940, quando passou a ser considerado folha oficiosa do governo. Entretanto, após cinco anos sob intervenção estadonovista, *OESP* retornou a seus legítimos donos em 6 de dezembro de 1945 e, logo em seguida, publicou inúmeras críticas ao governo Vargas, condenando a expropriação da folha durante o Estado Novo e defendendo, acima de tudo, a moralização política e o retorno efetivo da democracia no país.

Desempregado e trabalhando como *freelancer* para importantes jornais cariocas, como o *CM*, o então jornalista Carlos Lacerda colheu uma polêmica entrevista com José Américo de Almeida, ex-ministro de Vargas, que tinha se colocado na disputa da abortada eleição presidencial de 1938.[4] Preparada para ser publicada no *Diá-*

---

3 *FM*, 21/1/1945.

4 A repercussão da entrevista foi favorável ao jornalista Carlos Lacerda e lhe ren-

rio Carioca, a entrevista fazia duras críticas ao Estado Novo e preconizava a necessidade de mudanças profundas na sociedade brasileira em âmbito político, econômico e social. José Américo afirmava que a crise vivida pelo Brasil era menos política que moral e conclamava os brasileiros a se unirem para "encontrar os meios necessários para uma estruturação democrática que fundamentasse a obra de reestruturação do país no após-guerra". Embora reconhecesse que a guerra tinha contribuído com o aprofundamento da crise no Brasil, o udenista responsabilizou Vargas por não ter preparado o país para enfrentar os efeitos da guerra. Ao ser questionado sobre os candidatos que deveriam disputar o pleito de 1945, Américo afirmou que existiam três brasileiros que deveriam se afastar da disputa: o próprio José Américo, Armando Sales de Oliveira e Getúlio Vargas, os quais já haviam exercido cargos eletivos e disputado eleições. Segundo o udenista, os três deveriam agora se unir para a "efetivação da verdadeira democracia no Brasil". Sem revelar o nome do candidato das forças oposicionistas, afirmou que as "verdadeiras forças democráticas" do país já haviam escolhido seu candidato, um homem "cheio de serviços à Pátria e que representava a garantia da retidão e de respeito à dignidade do país". Temendo a reação do DIP, dado o conteúdo da entrevista, os editores daquela folha resolveram não publicá-la e distribuí-la a vários jornais, pois, caso todos os periódicos ou um número significativo deles a publicassem, ficaria mais difícil para o governo punir a imprensa coletivamente.

De acordo com Silva (1976, p.84), o político udenista Luís Camilo de Oliveira Neto, signatário do Manifesto dos Mineiros e adversário político de Vargas, sobretudo nos momentos finais do Estado Novo, procurou o redator-chefe do *CM*, Costa Rego, para convencê-lo a publicar a entrevista, depois de se certificar da recusa de Assis Chateaubriand, dos Diários Associados, José Eduardo de Macedo Soares, do *Diário Carioca,* e Orlando Dantas, do *Diário*

---

deu a assinatura de uma coluna no *CM*, intitulada "Tribuna da Imprensa", na qual fazia pesadas críticas ao governo Dutra. Em 1949, saiu do *CM* e lançou o jornal *Tribuna da Imprensa,* sendo o mais feroz crítico dos governos Dutra e, principalmente, do segundo governo Vargas.

de Notícias. Após receber carta branca de Paulo Bittencourt que estava no México, Rego ficou com a entrevista, mas sem compromisso formal de publicá-la. Passados alguns dias, o padre Dutra, vindo de Minas Gerais, procurou Roberto Marinho, oportunidade em que lhe mostrou o texto da entrevista concedida por José Américo a Carlos Lacerda. Marinho ficou entusiasmado com a possibilidade de publicar um furo daquela magnitude e prometeu publicá-la. Com o intuito de alcançar maior destaque dentro do campo jornalístico, sair na frente de seus concorrentes e criticar a ordem estadonovista, o *CM* publicou a entrevista no dia seguinte ao do encontro daquele religioso com Marinho, provocando intensas manifestações nos círculos políticos e jornalísticos.[5] Entretanto, José Américo prometeu conceder outra entrevista ao jornal de Marinho, o que de fato acabou acontecendo. Se a entrevista ao *CM* fazia referências ao candidato presidencial mas não revelava seu nome, na entrevista concedida ao jornalista Edgar da Mata Machado, de *OG*, José Américo declinava o nome do candidato, qual seja, o brigadeiro Eduardo Gomes:

> sinto apenas o desafogo de quem dá um grito incontido no deserto. De quem falou por si e presume ter falado por milhões de vozes que, por inibições impostas pelo aparelho da propaganda e censura do Estado Novo estavam silenciosas [...] o candidato será o major-brigadeiro Eduardo Gomes, que aceitará o lançamento de seu nome, se for criado um ambiente de liberdade e garantia para o funcionamento do regime representativo no Brasil.[6]

Seguindo o caminho de seus congêneres cariocas, o *DSP* publicou uma entrevista com Monteiro Lobato, que mostrava clara simpatia pelo comunismo. Na entrevista, o escritor louvava o regime

---

5 A entrevista foi publicada integralmente na edição do *CM* de 22/2/1945.

6 *OG*, 22/2/1945. O jornal divulgou o nome do candidato oposicionista em sua primeira página, em letras garrafais, com os seguintes dizeres: "'Nosso candidato é major-brigadeiro Eduardo Gomes' – declara a *OG* o Sr. José Américo". A entrevista foi publicada na segunda edição do jornal de Marinho, no mesmo dia da publicação de seu concorrente.

socialista e criticava a ordem capitalista, considerando Luís Carlos Prestes, preso por nove anos, como "um dos maiores brasileiros" e fazia afirmações peremptórias:

> É graças aos comunistas que hoje apodrecem nas cadeias, que a realização do sonho socialista se aproxima [...] o que a Rússia fez nesta guerra, e o que está fazendo na ciência, na educação e em todos os setores da vida humana é o maior dos milagres modernos e essa vitória da experiência russa, meu caro, não pode mais ser oculta aos olhos de todos os países, está aí a crise do mundo.[7]

Já em janeiro de 1945, Lobato integrou a delegação de escritores paulistas que participaram do I Congresso de Escritores realizado na cidade de São Paulo, o qual exigia liberdade democrática como garantia de completa liberdade de expressão e de pensamento, além de exigir a total redemocratização do país.

Outra importante entrevista fora publicada pelo jornal *DSP* no início de 1945, contribuindo com o clima de desestabilização do governo discricionário de Vargas. Dessa vez, o entrevistado era o ex-ministro da Justiça Francisco Campos. Na entrevista, concordando com o general Góis Monteiro, Campos afirmava que as restrições à liberdade de imprensa e de expressão impostas aos órgãos da imprensa e à população nos últimos anos contribuíram para a degradação cívica, intelectual e moral do Brasil. Acrescentava que "a fisionomia política do país e do mundo mudou muito nos últimos dois anos, as ideias democráticas resistiram à violência da guerra" e concluía afirmando que havia chegado a hora de o presidente Vargas pensar no Brasil, pois já havia pensado demais em si mesmo; entretanto, contestava a acusação de que a Constituição de 1937 apresentava elementos fascistas, pois, segundo ele, "estava na moda denominar de fascistas aqueles que não concordavam com algumas posições políticas atuais".[8]

---

7 *DSP*, 29/3/1945. O jornal teve que reimprimir a edição em que saiu a entrevista com Lobato uma semana depois, tal o interesse despertado nos leitores.

8 *DSP*, 4/3/1945.

Contudo, os grandes jornais não se opuseram quando da instalação do Estado Novo, o que em parte pode ser compreendido pela natureza discricionária e centralizadora do regime imposto por Vargas; mas esta não é uma justificativa que possa ser totalmente aceita, uma vez que, entre os grandes periódicos, houve aqueles que buscaram brechas para burlar a censura oficial ou se colocaram diretamente contra a ditadura varguista. O *DSP,* a *FM, OG* e o *JB* posicionaram-se favoravelmente ao golpe do Estado Novo alegando que era necessário um regime de força para livrar o Brasil do perigo que representava o comunismo, tido como crescente, no país e no mundo, e responsável por crises políticas. Discursos e talvez posições políticas que permitiam encobrir interesses pessoais e empresariais de alguns proprietários de jornais.

Durante o Estado Novo, a imprensa teve que conviver com uma série de limitações impostas pelo autoritário governo de Vargas e, com a institucionalização da censura, passaram a ser considerados meros instrumentos de difusão das ideias oficiais, servindo como meio de legitimação ideológica do novo regime e canal pelo qual se buscava o apoio dos trabalhadores à política instaurada pelo ditador. Para implantar seu modelo de governo, cooptar e seduzir as massas trabalhadoras, o Estado Novo buscava o apoio e a conivência dos órgãos de comunicação, notadamente os jornais, os quais necessitavam de recursos governamentais para impor-se no campo jornalístico.

A Constituição de 1937 definia a função da imprensa como serviço público, além de importante instrumento para o engrandecimento do país, ou seja, ela passou a desempenhar sua função atrelada ao Estado. Dessa forma, inúmeros proprietários de jornais e jornalistas, querendo ou não, foram cooptados pelo governo e puseram-se a reproduzir em suas páginas o jogo político governamental, servindo, assim, como folhas oficiosas. Os defensores do Estado Novo acreditavam que jornais e jornalistas deveriam se unir em torno de uma política sadia capaz de proporcionar a união nacional e lutar contra o inimigo internacional, ou seja, o comunismo soviético.

Com a implantação da ditadura, os jornais se viram obrigados a

difundir a propostas políticas de Vargas, que apresentava características bem particulares, como uso de propagandas favoráveis ao Estado Novo, simplificação das ideias para atingir as massas incultas, apelo emocional, repetições, promessas de benefícios materiais ao povo, como emprego, aumento de salários, promessas de unificação e fortalecimento nacional (Capelato, 1999, p.168). O DIP apresentava-se como sustentáculo daquela política, incumbido de controlar a imprensa nacional na obra de "esclarecer a população em torno dos planos de reconstrução material e reerguimento nacional". Para tanto, exercia um duplo controle, pois, de um lado, proibia a publicação de matérias contrárias aos interesses estadonovistas e, de outro, praticava a cooptação, garantindo às empresas jornalísticas favoráveis ao regime o fornecimento de papel e a distribuição da publicidade estatal, que chegou a responder por cerca de 60% de todo o espaço publicitário dos jornais.[9]

Diante de qualquer sinal de rebeldia dos diretores ou proprietários de jornais, o DIP cancelava ou diminuía o fornecimento de papel e a distribuição de publicidade para as folhas. A cooptação era praticada em moldes até então nunca vistos na história da imprensa brasileira, expedientes que permitiam aos jornais que aceitavam o esquema o recebimento de uma contribuição financeira mensal do governo, que variava segundo a influência que o periódico tinha junto a seus leitores e ao espaço concedido para a publicação de matérias ligadas ao governo.[10] Nesse quadro, a expansão industrial do jornalismo não se interrompeu, uma vez que os recursos do governo empregados para divulgar os atos oficiais beneficiaram os principais jornais, os quais empregaram grandes somas de dinheiro oficial na modernização técnica. É importante notar que, durante o Estado Novo, o Banco do Brasil gastou elevadas somas com

9 Entrevista de Joel Silveira concedida ao jornalista Gilberto Negreiros. A entrevista foi publicada no endereço eletrônico http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria _5. htm.

10 Entrevista concedida pelo jornalista Odylo Costa, Filho ao repórter Gilberto Negreiros. A entrevista foi publicada no endereço eletrônico http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_7htm.

publicidade nas páginas dos jornais ligados ao regime e financiou a propaganda pessoal de Vargas nos periódicos (Mourão, 1955, p.155).

Entretanto, se a forma dos jornais seguia se modernizando, o conteúdo das matérias publicadas por vários deles revelava sua submissão aos ditames discricionários do Estado Novo.

Nesse sentido, Roberto Marinho e Assis Chateaubriand percorreram os mais altos corredores do poder e utilizaram seus jornais para defender as ações do governo ditatorial e se beneficiaram política e economicamente. Ambos fizeram parte do Conselho Nacional de Imprensa, então ligado ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o qual funcionou entre 1940 e 1945. Criado pelo decreto-lei 1.949, de 30 de dezembro de 1939 – que dispunha sobre o exercício das atividades de imprensa no Brasil e sua fiscalização –, o Conselho Nacional de Imprensa tinha a incumbência de fiscalizar as atividades da imprensa e propaganda exercidas em todo o território nacional, punir as publicações de notícias ou comentários falsos e informações que levassem o Brasil ao descrédito. O órgão era composto por seis membros, sendo três nomeados pelo presidente da República, dentre jornalistas de elevada reputação profissional, e os demais eleitos como delegados, respectivamente, em assembleias gerais convocadas para esse fim, pela ABI, pelo Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro e pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro.[11] Em entrevista concedida bem posteriormente ao repórter Gilberto Negreiros, da *Folha de S.Paulo,* o jornalista Joel Silveira afirmou que Chateaubriand poucas vezes apareceu no Conselho Nacional de Imprensa, mandando sempre em seu lugar Austregésilo de Athaíde, conhecido como "pau para toda obra" do empresário da comunicação. Contudo, embora não participasse frequentemente das reuniões semanais do Conselho, recebia elevadas somas do

11 Decreto-lei 1.949, de 30 de dezembro de 1939 (Bial, 2004, p.89-166); depoimento de Joel Silveira ao repórter Gilberto Negreiros, série Jornalistas contam a História, 9/2/1979.

Banco do Brasil em forma de patrocínio e financiamentos para seus órgãos de comunicação.[12]

Além disso, Chateaubriand e Marinho receberam inúmeros favores do governo por meio de empréstimos da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, instituições responsáveis pelo financiamento do desenvolvimento de seus empreendimentos jornalísticos, fazendo com que estes mantivessem certa fidelidade aos projetos estadonovistas, inclusive participando ativamente das atividades do DIP. À medida que as relações entre governo e empresas jornalísticas iam se intensificando, estas últimas passaram a obter benefícios governamentais – note-se, por exemplo, o caso dos Diários Associados de Chateaubriand e *OG* de Roberto Marinho, que construíram grande parte de seus órgãos por meio de uma relação próxima com Getúlio Vargas – e, dessa forma, seus jornais conquistaram elevadas posições no campo da comunicação, uma vez que passaram a concentrar poderes e dispor de maior capacidade de barganha com o governo do que seus concorrentes, além de impor-se como forças importantes dentro do campo jornalístico e até mesmo do político. Assim, mesmo ocorrendo encampação e censura de diversos órgãos da imprensa durante o Estado Novo, existiram mais proximidades e acordos entre os homens do governo e os da imprensa do que conflitos.

Apesar de Chateaubriand e Marinho serem os proprietários de jornais mais beneficiados, é possível afirmar que quase todos os jornais receberam subvenções estatais por meio de empréstimos e anúncios publicitários. Até os órgãos da imprensa comunista foram cooptados pelo governo e receberam verbas irregulares de empresas estatais e particulares. No final da década de 1940, o jornal *A Manhã*, importante órgão do PCB, recebia verbas da Light para não publicar matérias que criticassem a empresa de energia e as imoralidades que a beneficiavam. A concessão de propinas, a cooptação e o aliciamento da imprensa por parte do governo e de gran-

12 Depoimento de Joel Silveira ao repórter Gilberto Negreiros, série Jornalistas contam a História, 9/2/1979.

des empresas nacionais e internacionais atingiam praticamente todos os órgãos da imprensa nacional (Wainer, 1987, p.115).

No entanto, Ribeiro (2001) afirma que, embora muitos jornais fossem beneficiados com recursos do governo, nem sempre houve correspondência entre os favores do governo e o apoio do jornal contemplado. A concessão de empréstimos econômicos e de verbas publicitárias não impediu que, nos momentos finais do Estado Novo, os diários *JB, FM* e, sobretudo, *OG* e *DSP* passassem a criticar e se opor frontalmente ao regime de força imposto por Vargas, denunciando a ineficiência e o excesso de centralização do governo, e em particular a perseguição à imprensa.[13] Como exemplo disso, em editorial, *OG* chegou a afirmar não ser possível prever o tempo em que o Brasil poderia passar a limpo as "manchas e borrões do Estado Novo", pois as consequências desse regime de fachada foram tremendas, "uma vez que o poder foi exercido de forma unilateral para satisfazer os anseios de um líder malicioso e astuto".[14] Cabe salientar que essa posição é bem diferente da emitida pelo jornal durante o período de implantação e desenrolar do Estado Novo. Nesse período, à medida que os jornalistas observavam as transformações ocorridas no âmbito da política e da imprensa nacional, passaram a se olhar mais intensamente e implementar mudanças profundas em sua estrutura técnica e em suas formas de noticiar, além de acompanhar as mudanças ocorridas no campo político internacional, momento em que os principais jornais da Europa, e sobretudo dos Estados Unidos, criticavam as ditaduras implantadas em todo o mundo e punham-se a defender com muita veemência a implantação da democracia e da liberdade de imprensa, ou, de forma genérica e ideológica, o respeito às ideias liberais.

Por muito tempo aliado de Getúlio Vargas, defendendo a implantação do Estado Novo e sendo beneficiado economicamente

13 Os periódicos publicaram intensa quantidade de material jornalístico entre 2/1945 a 12/1945 em que criticavam veementemente o regime estadonovista.

14 *OG*, 13/5/1946.

pelo governo, Chateaubriand passou a criticar o regime estadonovista em seus momentos finais, bem como o DIP, qualificando-os de totalitários e cerceadores de liberdades individuais. Embora criticasse e questionasse a legitimidade do regime, ainda contava nos quadros profissionais de seu condomínio comunicacional com jornalistas que foram baluartes do regime anterior, como Cândido Mota Filho, um dos ideólogos do Estado Novo que, durante a década de 1940, escreveu artigos na imprensa diária defendendo as bases doutrinárias do regime, além de ocupar a direção do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de São Paulo. Além de Mota Filho, o renomado jornalista Mário Guastini também colaborava com o jornal *DSP*, mantendo elementos ideológicos do regime anterior em suas matérias.

A partir do enfraquecimento das bases políticas do Estado Novo, os jornais se articularam em defesa da democracia e restabelecimento das liberdades individuais. Entretanto, alguns proprietários de jornais continuaram mantendo relações bastante próximas com o governo, almejando benefícios particulares e a conquista ou manutenção de posições jornalísticas e políticas privilegiadas. Assim, podemos afirmar que os governos de Linhares e Dutra apostaram nessa relação.

Dentro desse quadro, o governo provisório de José Linhares (29/10/1945 a 31/1/1946) concedeu, pelo decreto-lei 8.644, de 11 de janeiro de 1946, importantes benefícios econômicos às empresas jornalísticas. Linhares reconhecia o importante papel desempenhado pela imprensa na luta contra o Estado Novo e buscou, legalmente, beneficiar a imprensa, bem como eliminar os resquícios estadonovistas que ainda a regulavam. Com aquele decreto, o governo contribuía significativamente para a eliminação da estrutura de controle governamental sobre a imprensa, sobretudo em relação à distribuição de papel, sem deixar de conceder facilidades econômicas às empresas jornalísticas para a importação de máquinas de compor (linotipos, intertipos e monotipos) e de impressão tipográfica (planas, verticais ou rotativas), além de isentar de impostos as em-

presas que importassem máquinas de outros países para uso em seus periódicos.[15]

Além de conceder benefícios para a imprensa, o governo Linhares tomou outras medidas que agradaram as empresas jornalísticas. Durante seu curto governo, a imprensa nacional ainda reivindicava a revogação do decreto-lei 7.666, de 22 de junho de 1945, conhecido como Lei Antitruste ou Lei Malaia. Essa lei foi defendida por Vargas como uma forma de proteger a economia e as empresas brasileiras das ações dos grandes trustes nacionais e estrangeiros e evitar manipulação de preços. A lei criava também a Comissão Administrativa de Defesa Econômica (Cade), que tinha atribuições de intervir em todas as empresas envolvidas em atos entendidos como contrários à economia nacional, podendo até mesmo realizar interdições e desapropriações. Dessa forma, a fusão, a incorporação e a dissolução de empresas em qualquer setor dependiam da prévia autorização do Cade (Corsi, 1997, p.276-7 apud Bastos, 2003).

Entretanto, o decreto recebera críticas da imprensa, sobretudo do *JB* e do *DSP*, os quais o denunciavam como uma arma política de Vargas para centralizar o poder e para servir como instrumento de constrangimento e enfraquecimento da economia nacional. O *JB* entendia que, com a lei antitruste, a imprensa passaria a viver com um punhal apontado para o peito, pois o objetivo dos homens da ditadura era cercear as atividades da imprensa, a qual objetivava, antes de tudo, "colocar a verdade acima das demagogias políticas". A lei era entendida pelo órgão carioca como uma maneira de o governo recuperar sua popularidade e seu prestígio, perdidos após a extinção do DIP.[16] De modo mais personalista, Chateaubriand acreditava que a lei visava destruir os Diários Associados, pois ela proibia que empresas jornalísticas de um mesmo dono pudessem ser acionistas de outras do mesmo ramo, que se fundissem ou que se agrupassem sob um controle único. Para Chateaubriand, "a lei não era de Agamenon Magalhães, mas de Getúlio. Agamenon

---

15 Decreto-lei 8.644, de 11/1/1946.

16 *JB*, 11/11/1945.

é apenas seu instrumento" (Moraes, 1994, p.456-7). Em artigo intitulado a "Horta do doutor Getúlio" e publicado no *DSP*, Costa Rego, redator-chefe do *CM*, dizia-se espantado com a suposta intenção do governo em combater as atividades contrárias à economia nacional. Para Costa Rego, a real intenção do presidente era estabelecer uma maneira de intervir nas empresas de caráter industrial ou comercial e, sendo assim, o decreto emanava do poder ditatorial e revelava as pretensões de Vargas de se manter no poder.[17]

Ao observar as aspirações das empresas jornalísticas pela eliminação do decreto antitruste e pelo retorno da liberdade de imprensa, o governo de Linhares, por meio do decreto-lei 8.167, de 9 de novembro de 1945, revogou a Lei Malaia. Dessa forma, o presidente buscou marcar sua posição democrática e, gradativamente, eliminar a influência do Estado Novo na sociedade. É necessário afirmar que, ao beneficiar a imprensa, Linhares sinalizava sua disposição de colaborar com a democratização da sociedade. Sendo assim, o *CM* classificou o governo Linhares como um "intervalo entre a ditadura e a democracia, um traço de separação entre uma era de desgraças públicas e outra classificada como de retorno à liberdade e à felicidade".[18]

No entanto, a estrutura política nacional surgida com a queda do Estado Novo não ofereceu condições para a completa consolidação da democracia e da liberdade de imprensa. Embora extinto o DIP em outubro de 1945, o governo ainda continuou controlando as atividades da imprensa a partir da criação do Departamento Nacional de Informações (DNI), órgão que passou a ser subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI). As atribuições do novo órgão eram realizar a fiscalização do teatro e do cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza e da radiodifusão, autorizar a concessão de favores aduaneiros para importação de papel de imprensa e registro de jornais ou periódicos,

17 *DSP*, 27/6/1945.

18 A opinião do *CM* sobre o governo de José Linhares foi publicado na seção "Opinião da Imprensa" em *OESP* em 2/2/1946.

bem como de agências telegráficas ou de notícias, nacionais ou estrangeiras; coordenar e difundir toda espécie de informações relativas ao Brasil, em cooperação com os órgãos culturais dos ministérios da Educação e Saúde, das Relações Exteriores e com os seus congêneres estaduais e municipais. De acordo com Kushnir (2004, p.98), "o DNI teve vida curta, sendo extinto ainda no primeiro ano do governo Dutra, em setembro de 1946". Além disso, em dezembro de 1945 foi criado o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), uma agência policial vinculada ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) que exercia funções anteriormente a cargo da divisão de cinema e teatro do DNI. As atribuições do SCDP foram definidas pelo decreto 20.493, de 24 de janeiro de 1946, que estipulava para aquele órgão a competência de censurar projeções cinematográficas, representações de peças teatrais e bailados, execução de discos cantados, propagandas, anúncios e produções de meios de comunicação de qualquer natureza, radiofônicos e televisivos, impressos, peças teatrais, novelas e congêneres, entre outros. Para Kushnir (2004, p.99), após a queda do Estado Novo esperava-se uma legislação de caráter mais liberal, mas o que se viu foi a acomodação de estruturas estadonovistas à nova conjuntura política e social que se formara. Diante disso, à censura caberia zelar pela "moral e pelos bons costumes", mas também seria exercida no âmbito político. Entretanto, com o processo de abertura democrática vivenciada a partir de 1945, os seis jornais pesquisados apresentavam uma preocupação maior com suas questões econômicas e empresariais do que com a ampla e irrestrita liberdade democrática tão defendida nos momentos finais do Estado Novo, embora deixassem clara em suas páginas essa preocupação com a extensão da democratização e o respeito às garantias individuais. Os periódicos analisados se declaravam de tendência liberal, ou seja, defendiam o direito de propriedade, a liberdade de imprensa e expressão, neutralidade, individualismo, racionalismo e, ainda, apresentavam forte conteúdo religioso. Além disso, o *JB*, o *DSP*, *OG* e a *FM* mantiveram estreitas relações com o governo Dutra, uma vez que objetivavam conquistar subvenções, anúncios e em-

préstimos estatais para aumentar suas posses e poder se modernizar e influir nos campos político e jornalístico. É possível afirmar que as ligações entre imprensa e política, após a emergência da democracia representativa parlamentar, não sofreram alterações substanciais em relação ao regime anterior. Mesmo com o fim da ditadura e o início do processo de democratização da sociedade, as conexões entre a imprensa e o governo continuaram sendo marcadas pela cooptação e direcionamentos específicos de recursos aos órgãos ligados à linha editorial de alguns jornais, como *OG, DSP, JB* e *FM.* Vale ressaltar que, durante o governo Dutra, os gastos com publicidade do Banco do Brasil nas páginas da imprensa foram maiores do que os registrados durante Estado Novo. De acordo com Mourão (1955, p.155), até então, a distribuição da publicidade estava a cargo do Departamento de Estatística e Estudos Econômicos do Banco do Brasil. Contudo, em 1947, na presidência de Guilherme da Silveira, aliado de Dutra, tal encargo foi retirado daquele departamento e confiado ao Gabinete da Presidência do Banco. Para se ter uma ideia, entre 1946 e 1947, as despesas da instituição financeira com publicidade cresceram 629%. Além disso, através da realização de um Inquérito, revelou-se que, durante o governo Dutra, o Banco do Brasil também financiou publicações de ofensas pessoais contra Getúlio Vargas e aos comunistas, desferidas por importantes políticos brasileiros, inclusive da UDN. De acordo com Mourão, o banco financiava os auxiliares do governo Dutra na defesa remunerada do governo.

> O Banco financiava a inteligência e as ambições insaciáveis de Victorino Freire; financiava os arroubos patrióticos de Guilherme da Silveira e Horácio Lafer; financiava o paternalismo do sr. Gaspar Dutra; financiava a independência e o espírito democrático do jornalista Macedo Soares [...] O Inquérito esclarecia assim definitivamente vários porquês. O porquê, por exemplo, da feroz campanha contra o sr. Getúlio Vargas; contra os comunistas; e de o sr. Macedo Soares, membro do diretório da UDN, defender a eleição do governador Varela, do PSD, no Rio Grande do Norte; e de o sr. Macedo Soares, candidato a

senador pela UDN, apoiar, no Estado do Rio, a candidatura Cristiano Machado, do PSD, etc., etc. (Mourão, 1955, p.155)

Nesse sentido, é possível afirmar que o *DSP*, o *JB*, *OG* e a *FM* aliaram-se ao governo do presidente Dutra e o defenderam com veemência, preocupados, primeiramente, com as questões comerciais e empresariais. Essas folhas objetivavam, acima de tudo, conquistar anúncios e empréstimos governamentais, os quais tornariam possível a modernização e desenvolvimento empresarial dos periódicos. Assim, o alinhamento ao governo Dutra foi determinado por interesses econômicos e políticos bem definidos pelas empresas jornalísticas. A relação amigável dos quatro diários com o governo Dutra pode ser compreendida ainda, em grande medida, pelo fato de seus proprietários serem concessionários de emissoras de rádios, ou seja, para manterem suas emissoras funcionando, necessitavam da autorização dos órgãos governamentais responsáveis. Fosse num regime de força, ou até mesmo no incipiente regime democrático inaugurado com a Constituição de 1946, qualquer oposição mais forte de proprietários ou dirigentes de empresas jornalísticas ao governo poderia resultar no cancelamento das concessões de funcionamento de suas emissoras de rádio. Vale lembrar que a partir do artigo 5º, inciso XII, da Constituição de 1946, a União passou a ter competência para "a exploração, diretamente ou mediante a autorização ou concessão, dos serviços de telégrafos, de radiocomunicação, de radiodifusão, de telefones interestaduais e internacionais", entre outros.[19] De acordo com Calabre (2004, p.12), o rádio se constituiu no Brasil a partir de uma dupla determinação: era um veículo de comunicação privado, subordinado às regras do mercado econômico, mas ao mesmo tempo era controlado pelo Estado, responsável pela liberação da concessão para o funcionamento das

19 É importante notar que a Constituição de 1937, a partir do artigo 15, inciso VII, já delegava à União a responsabilidade pela exploração ou pelo oferecimento de concessões de serviços de telégrafos, radiodifusão, entre outros serviços de comunicação.

emissoras e pela cassação das mesmas, caso ocorresse desrespeito às leis oficiais estabelecidas para o setor.

Dentro desse quadro, o *CM* e *OESP* desfrutavam de certa "independência" em relação ao governo, uma vez que seus proprietários não eram concessionários de emissoras de rádio e seus negócios na área da comunicação social não precisavam de concessões governamentais. Embora também dependessem das verbas publicitárias, subvenções e do papel fornecido pelo governo, procuraram expressar mais livremente suas posições políticas e ideológicas em relação ao governo Dutra e, em certa medida, resistiram à cooptação governamental, defendendo os princípios liberais sem nenhuma barganha com o governo e mostrando maior independência editorial e política do que seus congêneres.

Após a posse de Dutra, todos os jornais analisados publicaram matérias que, se não defendiam diretamente o governo, pelo menos se mostravam favoráveis à legalidade do pleito eleitoral, à legitimidade da posse do novo presidente e emitiam expectativas positivas em relação ao novo governo.[20] Note-se que essa postura dos jornais não objetivava simplesmente defender o regime democrático e a liberdade de expressão, mas conquistar a simpatia do novo governo para poder ampliar seu raio de ação dentro dele. Com o objetivo de fortalecer economicamente suas folhas e galgar posições políticas no governo, os proprietários e jornalistas de *OG*, *DSP*, *JB* e FM chegaram a manter relações pessoais com o governo Dutra. Diretor-tesoureiro do *JB*, José Pires do Rio foi ministro da Fazenda do governo provisório de José Linhares no período de 31 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946, e, embora mantivesse estreitas relações com o candidato oposicionista Eduardo Gomes nas eleições de dezembro de 1945, posicionou-se ao lado de Dutra desde o início de seu governo e apoiou suas medidas políticas. Ao lado de Alcides Ribeiro Meirelles, Nabantino Ramos foi representante de Fernando Costa, interventor paulista durante o Estado

---

20 *JB*, 1, 2 e 8/2/1947; *FM*, 1/2/1946 e 12/5/1946; *DSP*, 30/1/1946, 1 e 2/2/1946; *CM*, 1/2/1946; *OG*, 1/2/1946 e 2/2/1946; *OESP*, 31/1/1946, 1 e 2/2/1946.

Novo. Mas era muito próximo do governo Dutra por meio do ministro da Justiça Costa Neto, com quem manteve contatos desde quando moravam em Bauru, período em que trabalhou no escritório de advocacia de Costa Neto (Mota; Capelato, 1981, p.101-2). Por sua vez, Marinho, Chateaubriand e Pereira Carneiro também apoiaram todas as ações de Dutra e colocaram suas folhas a serviço do governo.

Essa proximidade conferia aos proprietários de jornais a possibilidade de influir em nomeações de ministros ou de que pessoas ligadas a suas empresas conquistassem elevados postos na administração pública. Alguns deles interferiram até mesmo em tomadas de decisões políticas. O empresário Assis Chateaubriand, por exemplo, homem que apresentava, em alguns momentos, um relacionamento conturbado com Vargas e seu sucessor, não deixou de participar efetivamente na nomeação de ministros no governo Dutra, pois, tendo o controle uma cadeia jornalística que poderia construir ou desconstruir reputações, dispunha de um capital jornalístico e simbólico invejáveis. Posição que lhe permitia receber inúmeros benefícios econômicos ao se colocar ao lado dos governos Vargas e Dutra, assim como de influir, por vezes, nas decisões governamentais de Dutra. Ao receber na Europa a notícia de que seu inimigo Dario Almeida Magalhães tivera seu nome cogitado pelo presidente para ocupar o cargo de ministro da Educação, Chateaubriand ficou enfurecido, desmarcou uma série de compromissos, voltou ao Brasil e, ao chegar ao aeroporto do Rio de Janeiro, ligou para Dutra e disse-lhe: "Sei, seu Dutra, sei. O senhor foi eleito e tem todo o direito de nomear quem quiser para o seu governo. Mas eu também tenho o direito de dar ordens para que todos os meus jornais, rádios e revistas passem amanhã mesmo para a oposição se este sujeito tomar posse". Voltando atrás, Dutra decidiu não nomear Dario e substituí-lo por Ernesto de Souza Campos, que ocupou a pasta até dezembro de 1946, quando, mediante acordo do presidente com a UDN, foi empossado definitivamente o baiano Clemente Mariani (Moraes, 1994, p.460-2).

É importante destacar que, desde que assumiu a Presidência da

República, Dutra procurou manter uma relação amigável com os proprietários e dirigentes de jornais e, muitas vezes, tomou medidas que favoreceram esse grupo, como seu posicionamento com relação à proposta legislativa de Café Filho dirigida à categoria dos jornalistas.

Apresentado pelo então deputado Café Filho, o projeto de lei 254-D, de 30 de maio de 1947, tinha como objetivo beneficiar os trabalhadores da atividade jornalística, pois revogava os decretos 7.037, de 1944, e 7.858, de 1945, os quais dispunham sobre a remuneração mínima dos profissionais da área jornalística. Porém, o projeto de Café Filho era mais completo, uma vez que concedia maiores benefícios para os jornalistas, determinava a remuneração de cada atividade jornalística por mês, dia e hora, equiparava as empresas jornalísticas às empresas de radiodifusão e às de propaganda comercial, beneficiava os trabalhadores da área e classificava de maneira clara as funções dentro das empresas jornalísticas. Pelo projeto, os agentes e colaboradores dos jornais, geralmente profissionais que desempenhavam funções secundárias no processo de elaboração da notícia, também deveriam ser classificados e incluídos nos quadros funcionais dos jornais inclusive com salários e encargos estabelecidos pelo Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro. Essa medida traria dispêndios econômicos para os grandes periódicos, uma vez que estes dependiam do trabalho realizado pelos agentes e colaboradores. Somente no caso de *OESP*, havia mais de oitocentos agentes e correspondentes que prestavam serviços periodicamente, sem compromisso trabalhista formalmente estabelecido com a empresa.[21]

O projeto de Café Filho deixava os proprietários, diretores e o Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas extremamente preocupados com a situação financeira de suas empresas, acreditando que o projeto, caso fosse aprovado, iria provocar o enfraquecimento econômico e provavelmente a falência de muitas delas. Para se ter uma ideia, o projeto aumentava o salário do repórter auxiliar de

21 *OESP*, 1/8/1947.

Cr$ 600,00 para Cr$2.700,00, e, do redator, de Cr$ 1.900,00 para Cr$ 3.000,00.[22] Além disso, o projeto apresentava uma nova configuração geográfica para determinar os ordenados dos funcionários dos jornais. Assim, a primeira categoria salarial incluía os profissionais que atuavam nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife e Belém; a segunda englobava os das cidades de 50 mil habitantes ou mais; a terceira, os das localidades com mais de 10 mil habitantes; e, por fim, os de núcleos urbanos com menos de 10 mil habitantes.

Em representação enviada à Câmara dos Deputados, e publicada em *OESP,* o Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado de São Paulo afirmava que o projeto era inconstitucional, pois fixava arbitrariamente os salários e, além disso, via na apresentação do projeto elementos do Estado Novo agindo novamente, porém num regime democrático constitucional. Além disso, o Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais asseverava que o projeto apresentado por Café Filho ignorava a complexidade da organização jornalística.[23] O *CM* afirmava que somente no Estado Novo "um projeto como esse poderia ser votado, pois era um projeto contra a imprensa, em que o poder público intervinha na economia das empresas e transgredia o direito de propriedade privada".[24] Chateaubriand mostrava sua indignação ao afirmar que, caso fosse aprovado, o projeto levaria à ruína seu conglomerado, uma vez que somente em um dos seus diários haveria um aumento de despesas que atingiria 12 milhões de cruzeiros e, assim, não poderia resistir nem seis meses ao impacto da nova classificação pleiteada.[25] Já antevendo que a medida seria aprovada no Congresso Nacional, *OESP* apelava, em editorial, ao presidente Dutra – que,

22 Com a correção monetária dos valores de 1947 para 2007, o valor do salário do repórter auxiliar subiria de cerca de R$ 261,00 para R$ 1.178,00 e do redator aumentaria de cerca de R$ 829,00 para R$ 1.309,00. Dados IPC-Fipe – http://drcalc.net/easycalc/correcao.asp.

23 *OESP*, 1/7/1947.

24 *CM*, 2/12/1947.

25 *DSP*, 29/7/1947.

depois da votação no legislativo federal, tinha a prerrogativa de aprovar ou vetar definitivamente o projeto de lei – para que se posicionasse contrariamente à proposta de Café Filho. Para legitimar seu pedido, o jornal justificava que o projeto causaria uma série de transtornos econômicos para as empresas jornalísticas, uma vez que o Brasil apresentava uma frágil estrutura publicitária, as agências de propaganda eram bastante incipientes no Brasil e os jornais, sobretudo os do interior do país, não apresentavam carteira suficiente para cobrir as despesas adicionais propostas.[26] No entanto, embora provocasse acalorados debates políticos no parlamento e nas páginas da imprensa brasileira, o projeto de Café Filho foi aprovado pelo Congresso em fins de 1947, satisfazendo os trabalhadores da imprensa, mas preocupando os proprietários de jornais. A pressão destes recairia agora sobre Dutra, uma vez que o projeto dependia de sanção do presidente da República. Em editorial intitulado "Convite à ociosidade", Assis Chateaubriand se declarou terminantemente contra o projeto de Café Filho e afirmava que, caso fosse sancionado pelo governo, levaria à falência muitas empresas jornalísticas. Segundo ele, o Estado Novo já havia errado ao determinar um período regular de trabalho em cinco horas, pois nenhuma empresa ou indústria pode se desenvolver com tão curto prazo de trabalho.[27] Dessa forma, os proprietários de jornais procuraram mostrar o projeto como característico dos períodos ditatoriais, como o Estado Novo. Entretanto, Dutra pretendia governar democraticamente, portanto de forma distinta do Estado Novo; assim, não gostaria de ser classificado como ditador ou estremecer a relação amistosa com os proprietários de jornais com a aprovação do projeto.

Em represália à aprovação do projeto no Congresso Nacional, os proprietários de jornais decidiram proibir a publicação de notícias referentes a Café Filho em suas folhas. Como forma de burlar tal determinação, os funcionários da imprensa passaram a editar o

26 *OESP*, 1/7/1947.

27 *DSP*, 27/12/1945.

Café Jornal, jornal do comitê pró-aumento de salários dos jornalistas profissionais. O *Café Jornal* foi financiado pelos próprios jornalistas e populares. É importante destacar que, além de defenderem o projeto 254-D, os trabalhadores da imprensa, responsáveis pela edição do *Café Jornal,* criticavam veementemente os proprietários de jornais que resistiam ao projeto, como Assis Chateaubriand, Roberto Marinho, Paulo Bittencourt, condessa Pereira Carneiro, Orlando Dantas, Júlio de Mesquita Filho, entre outros.

Após veementes protestos e pressões realizadas pelos donos dos jornais e pelo Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas, Dutra vetou o projeto em 22 de dezembro de 1947; o presidente não pretendia causar descontentamentos a esses empresários e ver o espaço de seu governo cerceado por eles.[28] Ao vetar o polêmico projeto, Dutra justificou:

> o projeto é considerado inconstitucional, contrário aos interesses nacionais. Com os coletivos de minorar a penosa situação econômica da ilustre classe dos jornalistas e corrigir as falhas do decreto-lei 7.037, de 10 de novembro de 1944, como refere a justificação apresentada, o projeto interfere na economia interna das empresas jornalísticas. Estabelece tratamento de exceção para trabalhadores de jornal e de algumas outras atividades, criando-lhes um regime de privilégios [...] intervém na vida econômica do jornal, suprimindo a liberdade de iniciativa.[29]

O veto ao projeto que aumentava os níveis salariais dos jornalistas e corrigia algumas distorções do decreto-lei 7.037/44 e do 7.858/45 não teria ocorrido apenas em virtude de a proposta ser inconstitucional ou interferir na liberdade econômica ou organizacional das empresas jornalísticas, mas também por ser uma ótima oportunidade para Dutra manter a imprensa favorável a seu governo, evitando, assim, que os jornais passassem a fazer oposição à sua gestão.[30] Podemos afirmar que as relações políticas arcaicas, pau-

---

28 *OESP*, 1/7/1947, 1 e 2/8/1947.

29 *DSP*, 23/12/1947.

30 Isso é completamente compreensível quando observamos a força dos jornais e revistas no Brasil. No final de 1948, havia no país cerca de 950 jornais e 580 re-

tadas por interesses particulares e compadrios e dependência econômica dos jornais a governos constituídos subsidiaram e financiaram a modernização da imprensa brasileira, diferentemente do processo vivenciado pelos Estados Unidos, onde a publicidade possibilitou o desenvolvimento e modernização de grandes jornais, embora tal via não impedisse que a imprensa norte-americana estivesse livre do poder do dinheiro privado.

Entretanto, as relações que envolvem política e imprensa extrapolam o âmbito financeiro. Ao se alinharem a governos constituídos, os diários *JB, DSP, OG* e *FM* também estavam em busca da exclusividade das notícias oficiais, para, consequentemente, aumentarem seu poder de intervenção e aumentar suas posições nos campos político, cultural e jornalístico, além de conquistar mais adeptos para sua causa e um poder reconhecido por seus leitores ou anunciantes. Dessa forma, ao se alinharem ao governo Dutra, os quatro jornais deixaram de lado a conquista da (ou a aposta na) ampliação da autonomia em relação ao poder político constituído. Por sua vez, *OESP* e *CM* mantiveram certa independência, uma vez que ambos resistiram aos ditames políticos e econômicos governamentais, com vistas a conquistar certa autonomia em relação ao poder político e maior espaço para agir dentro dos campos jornalístico e político.

O governo e suas instâncias de poder não procuravam apenas obter a adesão das empresas jornalísticas a suas ações por meio da concessão de verbas públicas (publicidades e empréstimos federais), mas também por seu monopólio de informações oficiais, as quais, quando distribuídas com exclusividade a um jornal e publicadas por este antes dos outros, possibilitava-lhe destacar-se entre seus concorrentes.

Recorrendo a Bourdieu (1997, p.101-2), podemos observar que "essas informações são consideradas armas na luta que os opõe aos

---

vistas distribuídas em diferentes estados, sobretudo nas grandes capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Esses órgãos poderiam representar um grande problema caso a maioria fizesse oposição ao governo.

jornalistas e na qual tentam manipular os detentores da informação para assegurar para si a exclusividade, conferindo-lhes condições de aumentar suas posições dentro do campo e poder de intervenção em outros campos de atuação como o cultural e o político". Assim, o público leitor se transformou em consumidor dos produtos das grandes corporações jornalísticas, geralmente ligadas a governos ou a grupos políticos de elevado destaque político-social, mas um público leitor também consumidor de toda a linha industrial, informativa e ideológica dos jornais e dos grupos políticos vinculados a eles.

Concepções da democracia: entre a liberdade de imprensa e a autocensura

Após a queda do Estado Novo, as discussões acerca da democratização da vida político-nacional se avolumaram nas páginas da imprensa brasileira. Nesse período, os seis jornais analisados passaram a se posicionar e emitir pareceres favoráveis ao retorno da legalidade e atuaram como atores e produtores políticos com o intuito de universalizar interesses ideológicos e políticos e impor uma concepção de democracia particular como sendo geral. Dessa forma, as concepções de democracia defendidas pelos diferentes jornais analisados apresentavam diferenças, mas se assemelhavam em muitos pontos. Todos defenderam a queda do governo discricionário de Vargas, acreditaram que as novas condições políticas e sociais criadas internacionalmente exigiam uma nova condução política interna, eram favoráveis à anistia, à convocação da Assembleia Nacional Constituinte, eleições diretas, sufrágio universal e liberdade de imprensa, além de se afirmarem como anticomunistas, embora em níveis e formas de enfrentamentos diferentes.

Esses jornais consideravam o regime democrático e o capitalismo compatíveis com a dignidade dos indivíduos. Para eles, a construção da sociedade democrática estava baseada na eliminação do analfabetismo, na educação política das massas, na construção de uma nova consciência nacional, num governo baseado na ordem e harmonia

social e na eliminação do comunismo. Ao se referir aos comunistas, os periódicos asseguravam que não se poderia deixar a civilização e o progresso pacífico da humanidade à mercê de "elementos provocadores", "demagogos", "aventureiros que pretendiam frear a marcha democrática no Brasil". As folhas concluíram que o comunismo não era compatível com os princípios democráticos, uma vez que se caracterizava pelo "uso da força, greves, insubordinações, desrespeito às liberdades individuais e por colocar o homem contra a religião".[31] A democracia, assim, era entendida pela imprensa brasileira como um governo baseado na livre vontade da nação, subordinada apenas à vontade moral e ao sentimento de justiça, pois esse regime se caracterizava como o governo do povo, pelo povo e para o povo, princípios que, segundo as folhas, não eram observados no regime comunista.

Além da eliminação do comunismo, os jornais analisados asseguraram que a elite e os partidos políticos tinham papéis fundamentais no processo de fortalecimento da democracia após a Segunda Guerra. Dessa forma, concebiam que, para a modificação da estrutura e da mentalidade política do país, as forças democráticas deveriam se preocupar com as massas, as quais precisariam ser catequizadas e instruídas sobre os perigos de se relacionar com os comunistas, bem como necessitavam ser educadas para a democracia. Assim, esses periódicos defendiam a realização de um trabalho com as massas, coordenado pela elite e partidos políticos de cunho democrático, para que se pudesse "elevá-las culturalmente" e "oferecer-lhes valores democráticos" por meio da educação formal. Para os jornais, os comunistas atingiam os miseráveis, desempregados e analfabetos e, dada a condição social e pouca educação destes para viver no regime democrático, conseguiam convencê-los a se engajar em seus "projetos provocadores".[32] Sob o título "Triste realidade",

---

31 *OESP*, 7/3/1946, 7/7/1946, 7/1/1947, 23/8/1947, 16/11/1947; *CM*, 5/7/1945, 16/3/1946, 9/4/1946, 29/5/1946, 2/6/1946, 4 e 28/10/1946, 26/1/1947, 29/07/1947; *JB*, 7 e 30/11/1945, 10/5/1947; *FM*, 22/9/1945, 5/5/1946; *DSP*, 21/2/1946, 8 e 25/5/1946; *OG*, 6/5/1946 e 29/5/1947.

32 *DSP*, 4/9/1945; *OESP*, 20/12/1945, 7, 21/7/1946 e 3/11/1946; *CM*, 16/12/1945, 12/4/1947; *JB*, 7/9/1945; *FM*, 5/6/1945; *OG*, 29/5/1947.

os responsáveis pelo jornal *OESP* afirmaram na seção "Opinião da Imprensa" que "o índice de analfabetismo no Brasil atingia mais da metade da população brasileira em 1946", e "isso representava uma barreira que impedia o desenvolvimento democrático do país, pois somente com a superação desses números era possível formar uma grande civilização e organizar o país dentro de um ambiente democrático".[33]

Como reflexo do objetivo "pedagógico" dos periódicos, aquele jornal, assim como a Igreja Católica, apresentou propostas para afastar as massas da ação dos comunistas e salvar o Brasil de suas ações extremistas. As propostas incluíam o fortalecimento econômico do país, investimento na esfera social e intenso trabalho na área educacional. Segundo *OESP*, para serem alcançados tais objetivos, não bastaria uma ação do governo na obra de eliminação dos comunistas, mas todas as classes sociais, e sobretudo a patronal, deveriam estar preparadas para enfrentar esse inimigo.[34]

A partir do início de 1945, os Diários Associados passaram a defender o regime democrático e afirmaram que a democracia só poderia subsistir pela educação política do povo, pois o mesmo ainda não estava habituado a participar ativamente das tomadas de decisões políticas na sociedade. Para o diário, a partir da educação política, "o homem poderia se transformar num novo cidadão, adquirir consciência para poder resistir às imposições e voltar seu pensamento para o bem comum".[35] Para a *FM*, a participação política de um analfabeto é limitada pela própria ausência de conhecimentos, que o impede de realizar outras tarefas que não sejam braçais. Dessa maneira, a folha de Nabantino Ramos conclamou as elites a participar de uma guerra inadiável contra o analfabetismo, pois acreditava que somente assim o Brasil poderia reencontrar os rumos do desenvolvimento econômico e a efetivação da democracia.[36] Já o *JB e OG* asse-

33 *OESP*, 26/3/1946.

34 *OESP*, 22/6/1946.

35 *DSP*, 4/9/1945.

36 *FM*, 26/2/1946.

guraram que a elite brasileira tinha um papel histórico importante no processo de restabelecimento da democracia, pois sempre havia contribuído com a evolução política, econômica e mental da nação, e, dessa vez, deveria assumir o papel de assegurar às massas a possibilidade de serem educadas para a vida democrática.[37]

Embora os jornais acreditassem que a educação das massas deveria ser conduzida pelas elites, como meio de afastá-las do perigo totalitário e para formar um novo homem apto a viver no regime democrático, eles entendiam que a tarefa era longa e difícil, uma vez que existiam poucos partidos que desejavam a completa reordenação democrática nacional. Além disso, apontavam que um dos entraves para a reordenação democrática nacional era que o país havia saído recentemente de regime autoritário. Nesse período, a participação nas eleições passou a ser entendida como algo moralmente obrigatório, pois representava a contribuição de cada cidadão na tarefa de construir um "novo mundo" e de corrigir os erros cometidos pela ditadura. Para o *CM,* por exemplo, o voto era uma questão cívica, patriótica e de engrandecimento do regime democrático, porém tal direito deveria ser exercido de forma consciente e honesta pelas pessoas. Assim, o eleitor em geral era entendido como alguém que deveria ser educado para exercer seu direito, pois acreditava-se que ele não dispunha de consciência político-partidária para escolher os rumos políticos do país.[38]

Conquanto reconhecessem a falta de habilidade das massas com a vida democrática, os jornais *OESP* e *CM* inferiam que o sucesso da democracia era determinado pela realização das eleições e da ampla participação popular nos pleitos eleitorais. Dias após o pleito de 1945, o *CM* publicou uma matéria bastante elucidativa acerca de seu posicionamento quanto à educação das massas, preconizando que esse processo educacional era determinante para a participação da população nas tomadas de decisões políticas. Embora tivesse manifestado satisfação com a realização das eleições, a matéria la-

37 *JB,* 7/9/1945 e 30/11/1945; *OG,* 1 e 6/6/1946.

38 *CM*, 27/9/1945 e 4/12/1945.

mentava o resultado que estava se delineando, ou seja, a vitória de Dutra, candidato do PSD e ligado ao regime deposto de Vargas. Para a redação do jornal, o resultado das eleições poderia ser explicado pela falta de cultura e pelo analfabetismo da população, "pois não foi o ouvinte do rádio, o habitante esclarecido, o participante dos comícios populares que foram os fiéis da balança, mas os bisonhos habitantes do interior, a alma anônima das ruas". Para o jornal de Bittencourt, o que se podia observar no pleito eleitoral de 1945 "era o espetáculo doloroso de verdadeiros rebanhos humanos, marchando pacificamente para as urnas, guiados pelas mãos dos prefeitos municipais, que exerciam uma grande dominação sobre as massas incultas da população". Dessa forma, o jornal defendia a ideia de que, para que uma verdadeira democracia no Brasil pudesse ocorrer, eram necessárias medidas como a intensificação do processo de educação do povo brasileiro, a fim de formar eleitores conscientes.[39] Apesar de admitir que as escolhas eleitorais da maioria deveriam ser respeitadas, *OESP* acreditava que as massas ainda não estavam preparadas para escolher seus candidatos nem viver dentro da legalidade constitucional. Como forma de superar esse despreparo, o jornal paulista avaliava que "a conquista das massas era o problema dos nossos dias", pois deveriam ser educadas para a democracia e para o exercício do voto. Assim, definia que os "partidos políticos e as elites deveriam olhar para as massas" e "as propagandas políticas deveriam convergir para esse público, desacostumado com a vida democrática".[40] Podemos afirmar, com Goldenstein (1987, p.36), que a oposição liberal que se formara contra o Estado Novo e que se organizaria, sobretudo a partir de 1945, principalmente em torno da UDN, não aceitava o sistema de cotejamento das massas. Além disso, com um ideário de classe média tradicional, os liberais não reconheciam a cidadania das classes populares, embora não as entendesse como inimigas, e sim como incapazes de tomar decisões políticas sérias, por serem facilmente manipuladas

---

39 *CM*, 16/12/1945.

40 *OESP*, 11 e 14/12/1945, 2/6/1946 e 21/7/1946.

pela demagogia dos políticos populistas. Sendo assim, para a elite liberal, a educação formal das classes populares era algo imprescindível para o desenvolvimento e amadurecimento do regime democrático no país, pois somente assim elas poderiam participar dos pleitos eleitorais e decidir o futuro do país.

Com efeito, as propostas político-pedagógicas da imprensa brasileira, que previam a alfabetização das massas, não estavam vinculadas apenas ao objetivo de fortalecimento da democracia na sociedade brasileira. É possível considerar que os jornais, ao defenderem a alfabetização da população, estavam em busca de um número cada vez maior de leitores, com o intuito de conquistar mais consumidores dos produtos jornalísticos e, consequentemente, desfrutar de posições mais elevadas nos campos jornalístico e político. Note-se que, na década de 1940, o rádio começava a alcançar a maior parte da população, em grande medida composta por analfabetos, e se firmava como um dos grandes captadores de anúncios no mercado publicitário brasileiro. No entanto, até o final daquela década, os jornais ainda despontavam como os maiores arrecadadores de verbas publicitárias; no entanto, essa posição passaria a ser constantemente ameaçada com o progressivo desenvolvimento do setor radiofônico.[41]

Contudo, a educação das massas configurou-se como um componente importante do pensamento clássico liberal. Para este, um dos principais benefícios do governo livre era justamente a educação da inteligência e dos sentimentos democráticos levados às classes populares, quando estas eram chamadas a tomar decisões que afetavam os grandes interesses do país. Para os jornais analisados era inadmissível a participação de pessoas que não soubessem ler nem escrever no processo eleitoral, uma vez que eram tidas como não tendo capacidade para escolher entre o certo e o errado.[42]

---

41 Ver *Anuário Brasileiro de Imprensa*, 1949.

42 Sobre o tema foram consultadas as seguintes obras: Mill, John Stuart. *O governo representativo*. Brasília: Editora UnB, 1981; Bobbio, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988; Touraine, Alain. *O que é democracia*? Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

O articulista Mário Pinto Serva, de *OESP*, afirmou que "a Revolução Russa de 1917 só ocorreu porque na época a Rússia contava com cerca de 90% de sua população em estado de analfabetismo, o operariado russo vivia em condições sociais sub-humanas, onde existia apenas um partido político, Deus era blasfemado e não havia liberdade de imprensa, nem respeito à propriedade particular".[43]

Para as folhas pesquisadas, a educação das massas representava o processo fundamental para equilibrar a ordem e o progresso e, além disso, era responsável pela adaptação gradativa, mudança psicológica, garantia da liberdade individual, além da efetiva implantação do regime democrático no Brasil. Então, a centralização política, a política populista e o controle das massas por parte do Estado como elementos básicos da organização política nacional eram recusados pelos liberais da imprensa brasileira.

Além da tentativa de oferecer educação formal às massas com o intuito de fortalecer o regime democrático, o catolicismo representou um importante aliado das forças democráticas nacionais com vistas a incutir valores cristãos nos homens e convencê-los da necessidade de eliminação do que consideravam ideologias totalitárias, bem como da importância de se construir o regime democrático no país, contribuindo, assim, para a execução das propostas liberais.

Embora as propostas liberais para a educação preconizassem a existência de um estado laico, a substituição da fé pela ciência e a formação de uma moral independente, ocasionando, assim, o enfraquecimento político da Igreja e a perda do controle sobre a educação, havia algumas correntes liberais que valorizavam o protestantismo por seu apelo à razão e pela liberdade em interpretar os livros sagrados, proporcionando condições para a educação das massas, uma vez que o catolicismo negava a liberdade de pensamento (Capelato, 1989, p.153). É possível entender que, historicamente, a Igreja não defendia os princípios liberais, mas, no período analisado, uniu-se às correntes liberais e passou a agir junto com elas objetivando a eliminação do comunismo no Brasil.

---

43 *OESP*, 3/1946.

A cristianização do país vinha sendo realizada pelos católicos desde o início da colonização, mas com o fortalecimento da ideologia comunista e a necessidade de construção de uma sociedade mais harmoniosa e livre dos totalitarismos, a imprensa liberal passou a dar maior destaque aos valores cristãos em suas páginas e, portanto, aliava-se ao pensamento católico, uma vez que na Igreja havia segmentos que se destacavam na luta contra totalitarismos e autoritarismos. Assim, a imprensa liberal alegou que, diante das decisões tomadas pela civilização ocidental, a fé era importante elemento para enfrentar o totalitarismo (nazifascismo) e o materialismo ateu (comunismo) que ameaçavam o Brasil e o mundo. Isso explica a grande quantidade de matérias e colunas de cunho religioso publicadas pelos jornais durante o período compreendido por esta pesquisa. As folhas analisadas mantiveram colunas específicas e publicaram artigos e entrevistas de muitos líderes espirituais nacionais e estrangeiros, os quais divulgavam suas ideias religiosas e posicionavam-se politicamente, sobretudo a partir do momento em que as discussões acerca da Guerra Fria intensificaram-se. Vale ressaltar que *OESP, CM, DSP, JB* e *OG* apresentavam ligação com a religiosidade, especialmente o catolicismo, e publicavam seções, matérias e reportagens com a opinião de líderes católicos que, além de exprimirem suas ideias acerca da religião, opinavam sobre o atual momento político nacional. Em matéria extraída do jornal *Osservatore Romano*, órgão oficial do Vaticano, e publicada em *OESP*, a Igreja apresentou-se como um dos agentes no processo de construção da democracia, pois se denominava piedosa e rebelde às duras leis instituídas pelos homens, responsáveis pela escravização de inúmeros cidadãos. Assim, julgava-se também como a responsável pela formação da ordem social e pela formação da verdadeira democracia no Brasil.[44]

De todos os jornais pesquisados, o *JB* e *OG* foram os que, por meio de seus proprietários, mantiveram relações mais próximas com a Igreja Católica e mais publicaram matérias de líderes reli-

---

44 *OESP*, 4/9/1946.

giosos em suas páginas, os quais exprimiram sua repulsa ao comunismo e a defesa do regime democrático. O *JB* concebia que a democracia deveria começar em casa, passando os princípios de geração em geração, se a sociedade não quisesse perecer sob o fluxo de ideias falsas e más. Além disso, acreditava que todos os povos do hemisfério podiam ter diferentes línguas e raças, mas estavam presos pela unidade política, religiosa e pelos interesses econômicos.[45] O jornal carioca apresentava intensa relação com o catolicismo, uma vez que seu diretor-proprietário, Pereira Carneiro, nasceu em uma família de católicos e recebera do papa o título de conde do Vaticano em 1919, por ter participado de diversos trabalhos assistenciais realizados pela Igreja, além de ter doado dez contos de réis para auxiliar no combate à gripe espanhola em 1918. Já *OG* concluía que, com o fim do Estado Novo, as pessoas deveriam ser evangelizadas, a fim de que o preço daquilo que adquirimos ou perdemos não fosse barateado pelas paixões políticas sem luz; somente assim não se perderia de novo a liberdade conquistada com o fim do Estado Novo.[46] Para o jornal, o aspecto religioso era a essência das motivações capazes de elevar o homem à dimensão de construtor da paz. Além disso, afirmava que os assuntos religiosos, notadamente os ligados à Igreja Católica, sempre receberam destaque em suas páginas, não apenas quando a religião era notícia, mas para torná-la notícia, levá-la aos homens e contribuir para a harmonia na sociedade.[47] Embora preocupada com a democratização da sociedade, a *FM* não esteve ao lado da Igreja Católica nessa tarefa, uma vez que Nabantino dispunha de formação religiosa protestante. Diferentemente de *OG* e *JB,* a folha paulista não se preocupou em publicar colunas específicas sobre religiosidade, matérias ou entrevistas de líderes da Igreja Católica com pareceres sobre o momento político nacional. Para Nabantino Ramos (1970, p.219), "a rotina dos cultos é de escasso interesse jornalístico e não com-

45 *JB*, 10/5/1945.

46 *OG*, 22/2/1945 e 1/6/1946.

47 Suplemento de Aniversário de *OG*, Rio de Janeiro, 29/7/1967.

portava seção. Mas se o jornal quiser tê-la, para ser imparcial perante os leitores, os quais se dividiam por várias religiões, deveria tratá-las com igualdade".

Podemos afirmar, ainda, que a base do pensamento liberal de *OESP* e *CM* foi formada a partir do modelo liberal inglês. Ao estudar e viajar constantemente a Londres e manter contatos com profissionais daquele país, os proprietários dos jornais, principalmente os dos referidos periódicos paulista e carioca, sofreram influências do ideário inglês e expressaram claramente sua simpatia por esse modelo. *OESP* evidenciou sua atração pelo modelo de democracia anglo-saxão. Para o jornal de Júlio de Mesquita, "o Brasil deveria se aproximar dos anglo-saxões, e seria ali que o país deveria buscar as raízes do regime democrático, pois representava respeito às garantias individuais, liberdade de expressão e existência de vida constitucional".[48] Em entrevista concedida à emissora BBC e transmitida ao Brasil, Paulo Bittencourt deixou clara sua simpatia pelo modelo político inglês. Para o proprietário do *CM*, o espírito de sacrifício do povo inglês era exemplo de consciência política, senso social e patriotismo. Dessa forma, podemos concluir que o modelo liberal democrático e constitucionalista inglês determinou a concepção de democracia de *OESP* e *CM*, uma vez que ambos, historicamente, defenderam a legalidade e a constitucionalidade.

Entretanto, apesar de diferentes concepções sobre a mesma base ideológica liberal, é correto afirmar que, com o enfraquecimento da ditadura Vargas, todos os órgãos analisados declaravam-se defensores da democracia e da extensão do direito de participação política a todos os cidadãos. Nesse período, os jornais uniram suas forças para derrubar o inimigo comum, mas, com a conjuntura política que se formara a partir da queda de Vargas e, sobretudo, com a emergência do governo Dutra, eles posicionaram-se em defesa de seus interesses econômicos e políticos mais imediatos, alinhando-se a grupos, partidos ou projetos políticos próximos a seus interesses. Desse modo, o discurso democrático presente nas páginas dos

48 *OESP*, 10/8/1947 e 2/9/1947.

jornais tinha interesses bem definidos: a garantia ou conquista de benefícios políticos e econômicos particulares, bem como a conquista de posições elevadas dentro dos campos jornalístico e político, capazes de proporcionar aos jornais a condição de influir nas tomadas de decisões e, assim, atuar mais amplamente naquelas esferas. Seguindo as orientações de Pierre Bourdieu (2003), podemos afirmar que os jornais estão em constante concorrência, que se configura por excelência em uma luta pelo poder simbólico, pois o objetivo deles é tornar geral a visão de mundo e os interesses de um grupo particular. Sendo assim, ao indicar um modelo de democracia a ser seguido ou um conjunto de ideias políticas a ser interiorizadas por seus leitores, os jornais buscam a mobilização do maior número de agentes para sua causa, tendo em vista a conquista de posições elevadas no campo jornalístico capazes de lhes assegurar poder e distinção sobre seus concorrentes e, assim, a possibilidade de influir mais amplamente na política.

Contudo, embora os jornais da segunda metade da década de 1940 tivessem atingido um grau acentuado de organização e desenvolvimento, boa parte deles não se empenhou mais sistematicamente na conquista de sua autonomia em relação ao campo político; atuava e cumpria uma função complementar à política, agindo muitas vezes como porta-voz ou caixa de ressonância de partidos e/ou grupos políticos. O apoio ou a oposição de um jornal a governos constituídos eram importantes para garantir a sobrevivência do órgão, quer fosse por meio de empréstimos e incentivos, quer fosse pela publicidade oficial.

Cabe ressaltar que, com o fim do Estado Novo, a imprensa empunhou a bandeira da democracia e da liberdade de expressão. Assim, os jornalistas e proprietários de jornais não estavam defendendo a supressão da censura e a completa democratização da sociedade, mas a eliminação destas como atributo exclusivo do Estado, para poder, assim, criar representações do mundo social e interferir com mais precisão nos campos jornalístico e político nacional, segundo interesses econômicos e políticos imediatos ou mais amplos dos proprietários de jornais e dos grupos econômicos aos

quais as folhas estavam ligadas ou com os quais mantinham relações comerciais.

Ao defenderem a liberdade de imprensa, os jornalistas usam-na para impor-se como segmento significativo do empresariado que, como os demais, almeja parcela de poder. Assim, esses profissionais procuram manter relações próximas com o Estado e conseguir espaço para seu produto no mercado geral capitalista, pois, à medida que se formam os grandes conglomerados jornalísticos, eles passam a exercer um comportamento monopolista e impor uma visão particularizante de mundo (Marcondes Filho, 1986, p.96-101). Os jornais e jornalistas, na verdade, pleiteavam o poder de censura para si, com o objetivo de silenciar os grupos oposicionistas que estavam por trás dos acontecimentos. A censura nas empresas de comunicação ocorre por motivos particulares de controle e dominação, manifestando-se, por sua vez, nas notícias que prejudicam interesses de seus anunciantes, que atentam contra setores governamentais que se relacionam com diretores e proprietários de jornais, ou que criticam posições ideológicas expressas no corpo editorial dos periódicos.

Como vemos, a censura não é apenas realizada pelo Estado em regimes de exceção; ela é exercida pela própria empresa de comunicação ao descartar a possibilidade de publicar textos ou informações que prejudiquem seus anunciantes, diretores ou até mesmo os governos simpáticos à linha editorial do jornal. Além disso, à medida que ocorre a concentração de poderes por parte da mídia e as relações entre governos e proprietários de jornais se intensificam, agentes opositores ao governo são censurados e impedidos de participar das discussões e do próprio jogo político, uma vez que não têm a possibilidade de barganhar com o Estado nem receber publicidades e anúncios estatais, empréstimos e cargos governamentais; dessa forma, sua permanência no campo jornalístico fica comprometida. Assim, além da censura estatal e empresarial, podemos afirmar que existe ainda a censura realizada pelo próprio campo jornalístico, já que define os padrões e regras para a entrada e a atuação nessa esfera.

A partir do momento em que os jornais passam por um intenso processo de modernização e transformações técnicas, põem-se a determinar regras para a redação, adquirem aparelhagens mais sofisticadas e desenvolvidas, dão curso a um processo de divisão interna do trabalho e, no caso específico, obtêm padrões da imprensa norte-americana capazes de proporcionar maior dinamismo e objetividade em seus textos, a concorrência obriga-os a se equipar e se modernizar para não perder sua posição dentro do campo ou, até mesmo, ser eliminados dele; então, a relação com o governo torna-se fundamental. De acordo com Bahia (1964, p.108), há três pontos principais que explicam a fonte de receita da imprensa: a publicidade, os grupos econômicos e os leitores, seja por meio de venda avulsa ou assinaturas. No entanto, é importante entender que, no momento pesquisado, os jornais, sobretudo *OG, JB, DSP* e *FM,* estavam vivenciando uma fase de consolidação no mercado, a publicidade despontava timidamente em âmbito nacional e as vendas avulsas e assinaturas não eram volumosas o suficiente para manter os jornais e lhes proporcionar condições de reestruturação de seu parque técnico e gráfico. Dessa forma, podemos afirmar que, além das fontes de receita apontadas por Bahia, as subvenções e ajudas governamentais foram importantes meios e instrumentos para manter o funcionamento e a estabilidade dos periódicos. Caso eles não mantivessem essa relação política com o governo para obter anúncios e empréstimos oficiais, além da cobiçada propaganda de empresas particulares, dificilmente poderiam sobreviver no tão difícil e competitivo mercado jornalístico que se abria no pós-guerra. Assim, à medida que *DSP, FM, JB* e *OG* deixavam-se enredar na dependência para com os governos, abandonavam expedientes que pudessem lhes garantir ou ampliar sua autonomia com relação ao poder político. Dentro desse quadro, muitos dos assuntos e tratamentos jornalísticos sofriam restrições nas páginas dos quatro periódicos, sempre pautados pela censura de seus proprietários em razão da dependência para com o poder oficial.

Assim, a partir da década de 1940, o jornalismo brasileiro manteve a atuação ligada a grandes forças econômicas e sociais e ca-

racterizou-se por ser um canal de divulgação de ideias de grandes conglomerados econômicos, ou seja, o mercado publicitário que anuncia nos jornais e, de outro lado, de grupos políticos que almejam emitir suas opiniões subjetivas e particularistas. Dessa forma, embora o Estado e a imprensa sejam considerados instituições independentes e funcionem como organizações separadas, os agentes ligados a essas instituições e que as operam muitas vezes não se distinguem, pois suas conexões vêm da origem de classe, de ideologia e dos interesses políticos, econômicos e sociais comuns. Embora sejam consideradas instituições independentes, caracterizam-se pelos mesmos objetivos e interesses, os quais são às vezes defendidos e demandados por meio de concorrência e tensões (Bourdieu, 1997, p.30-1).

Práticas democráticas vistas e revistas pelos jornais

Os acontecimentos ligados à Segunda Guerra determinaram os rumos dos eventos políticos nacionais. Em sua visita de inspeção às tropas da Força Expedicionária Brasileira na Itália durante o conflito mundial e após o contato com vários líderes militares das forças aliadas, o então ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, sentiu a necessidade de modificações nos rumos políticos do país. Ao chegar ao Brasil, tratou de comunicar suas impressões ao presidente Vargas, alertando-o sobre a necessidade de uma nova política no país. Para o ministro, era uma incongruência o Brasil combater as forças totalitárias nos campos de batalha europeus e, internamente, privar a população do direito de escolher democraticamente seus candidatos. Concordando com as opiniões de Dutra e sentindo o clima de transformações políticas que se operava em todo mundo, Vargas passou a se articular com seus ministros, entre eles Marcondes Filho e Agamenon Magalhães, com o intuito de encontrar soluções para resolver o problema. Entre as medidas estudadas estavam a concessão de anistia aos presos políticos e a assinatura do Ato Constitucional nº 9, o qual sinalizava para uma tímida refor-

mulação constitucional. Dessa forma, a partir dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, o governo Vargas, logo no início de 1945, procurou por todos os meios tomar das mãos dos liberais a condução do processo de "democratização" nacional. No entanto, a situação do governo não era fácil, pois já não era possível conter os movimentos oposicionistas que exigiam cada vez com maior intensidade o fim da ditadura e a implantação da liberdade de imprensa e de expressão (Silva, 1976, p.124-5). Como forma de enfrentar as reivindicações oposicionistas, Vargas procurou, a seu estilo, conduzir o país rumo à democratização, mas ainda manteve elementos da estrutura política centralizadora implantada durante o Estado Novo. À frente do processo de democratização do país, em 28 de fevereiro de 1945, o presidente assinou a Lei Constitucional nº 9, também conhecida como Ato Adicional, com o intuito de deixar claro para as forças oposicionistas que o processo de democratização do país partia do próprio governo. Embora configurasse uma manobra política de Vargas para controlar os rumos políticos do país, a lei representou um avanço no processo de abertura democrática, pois modificou parágrafos referentes à intervenção federal nos estados, modificou o funcionamento e a composição do Poder Legislativo, além de fixar o prazo de noventa dias para a realização das eleições diretas para presidente da República, Câmara dos Deputados e assembleias legislativas estaduais. Para Silva (1976, p.113), havia uma diferença entre o que pretendiam os autores da Lei Constitucional e os seus críticos. Para os autores da lei, o objetivo era estabelecer as condições para a criação das bases do segundo período governamental de Vargas. Por sua vez, para os opositores, era necessário eliminar qualquer influência do Estado Novo na sociedade; assim, criticavam sua própria origem, pois, para os opositores liberais, a Lei Constitucional padecia dos mesmos males da Constituição de 1937, já que havia sido imposta de cima para baixo.

Exceto *OESP,* por conta de estar sob intervenção federal, todos os demais jornais analisados colocaram-se na oposição à Lei Constitucional e receavam o controle do processo eleitoral por Vargas. Para *DSP, FM, OG* e *JB,* a Lei Constitucional era a expressão da

vontade individual do chefe do governo, ou seja, não era entendida pelas folhas como responsável pela democratização do país, mas como capitulação totalitária de Vargas. No entanto, entendiam que a única contribuição da lei seria a restituição do direito do voto e a convocação de eleições diretas.[49] Ao publicar a importante entrevista de José Américo, o *CM* deixou bem clara sua opinião em relação ao Ato Adicional nº 9: "Já todos sabem o que se está passando clandestinamente. Forja-se um método destinado a legalizar poderes vigentes, a manter interventores e demais autoridades políticas pela consagração de processos eleitorais capazes de coonestar essa transformação aparente".[50] Por sua vez, enfraquecida a censura governamental sobre a imprensa, *OG* publicou entrevista do udenista Prado Kelly, a qual se coadunava com a opinião do jornal sobre a lei. O líder udenista rechaçou a possibilidade de Vargas conduzir e manipular o processo eleitoral em nome de sua continuidade no poder, antes mesmo de assinada a lei:

> É inegável a deficiência na enunciação das fórmulas e dos alvitres, e o propósito de fazer acreditar que estamos em transição normal para algumas franquias quando o que se está em mira é uma teórica transformação que o governo quer empreender contra ele mesmo, para defender-se instintivamente e retardar uma evolução irresistível das coisas.[51]

Os cinco periódicos exigiam o afastamento do chefe do governo e de seus mandatários nos estados e municípios, pois receavam o controle do processo eleitoral pelos agentes da ditadura estadonovista. O objetivo precípuo da imprensa era participar do processo de democratização nacional, para influenciar diretamente nos acontecimentos políticos nacionais. Durante o Estado Novo, *OESP*, sob intervenção governamental e funcionando como um

49 *DSP*, 2/3/1945; *FM*, 23/2/1945; *JB*, 29/2/1945.

50 *CM*, 23/2/1945.

51 *OG*, 27/2/1945.

dos principais órgãos oficiosos da ditadura, defendeu os atos de Getúlio Vargas nas esferas política e econômica. Para o jornal, as condições mundiais aconselhavam a realização de eleições, a instalação dos trabalhos no Congresso Nacional e a gradual democratização da sociedade. No entanto, o jornal buscou associar as transformações políticas que se processavam nos âmbitos interno e externo à benevolência de Vargas. Sendo assim, passou a classificar o governo Vargas como benéfico para o país, pois, para a folha paulista, "o governo havia sido o responsável pelo aumento de recursos financeiros e de exportações industriais, tomava medidas visando o incremento da agricultura e da indústria, o trabalhador estava sendo mais bem remunerado"; além disso, outorgava ao chefe da nação a "responsabilidade pela convocação de eleições diretas". Sendo assim, entendia que o retorno à vida político-partidária, bem como à democratização do país, eram benefícios políticos concedidos pelo governo Vargas aos trabalhadores brasileiros. É importante observar que, ao tentar conduzir o processo de abertura política e convocar eleições diretas, Vargas respondia às aspirações populares e às críticas ao regime e, assim, colocava-se como responsável pela criação das condições que garantiriam a democratização do país.[52]

Entretanto, a partir do enfraquecimento do Estado Novo, as correntes democráticas nacionais encontraram mais espaço para questionar a ordem vigente e exigir a democratização nacional. Em 10 de março de 1945, os jornais publicaram o Manifesto dos Jornalistas ao Povo Brasileiro, definindo posição do órgão diante dos acontecimentos políticos nacionais. Assim, os jornalistas sentiram a necessidade de definir publicamente sua posição e atestaram:

> Sem liberdade política, sufocados pela censura, conservando íntegras as nossa convicções democráticas, tínhamos sido reduzidos ao silêncio e à impotência. Padecendo, como as demais classes, as consequências do asfixiante aparelho estatal de 10 de novembro, nosso maior sofrimento decorreria, justamente, de não podermos traduzir o

52 *OESP*, 2/1945, 27/3/1945 e 4/1945.

> martírio do povo, tolhido nos seus mínimos direitos, sob o peso da tirania. Nunca, em qualquer outro período de nossa história, atravessamos uma situação mais sombria que no eclipse 1937/1945. Aos jornais cassara-se, discricionariamente, o exercício da livre crítica – que é o oxigênio da democracia. (Silva, 1976, p.100)

Como forma de amenizar as críticas e pressões sociais, continuar controlando o processo de democratização nacional e conquistar o apoio das classes populares e de setores políticos nacionais, Vargas decretou a anistia política em 18 de abril de 1945, beneficiando inúmeros presos e exilados políticos que haviam sido detidos durante a vigência do Estado Novo. O decreto da anistia contou com o apoio de todos os jornais analisados e reacendeu a esperança pelo retorno à legalidade democrática. Porém, não sem as desconfianças da imprensa quanto à possibilidade de Vargas continuar controlando a vida política nacional e realizar manobras de cunho eleitoral.

Além de ser o primeiro jornal a publicar o texto do decreto da anistia, pois era o único jornal à época que contava com uma edição às dezoito horas, *OG* defendeu a anistia política em suas páginas e avaliava que a mesma representava um grande passo na evolução democrática do país, uma vez que não existia "democracia sem liberdade política e de expressão".[53] A *FM* afirmou que era favorável à anistia e que o decreto representava um recuo da ditadura, e que "a concessão do benefício aos presos políticos não era por vontade espontânea de Vargas, mas pela mesma razão que o levara a convocar eleições e retocar a Constituição por meio do Ato Constitucional nº 9: o clima de democracia que dominava o mundo inteiro".[54] Entendendo o decreto que concedia a anistia aos presos políticos como uma grande vitória da opinião pública e medida de grande avanço moral e político, o *DSP* noticiou a assinatura do decreto com grande entusiasmo e fez prognósticos de que o Brasil muito em

53 *OG*, 18/4/1945.

54 *FM*, 1/4/1945.

breve atingiria a democracia por completo. O jornal publicou notícias e matérias sobre passeatas ocorridas nas ruas de São Paulo em apoio ao decreto, enquetes e opiniões de líderes religiosos e políticos do país, como a do arcebispo metropolitano de São Paulo.[55] O *CM* noticiou a assinatura do decreto da anistia com grande satisfação, estampando na primeira página a imagem de Prestes deixando a carceragem, além de listar todos os beneficiados pelo ato do governo.[56] Para o *JB*, a assinatura do decreto fora feita depois que se tornou firme a convicção de que o âmbito político marchava para a reintegração do Brasil aos princípios democráticos, únicos compatíveis com a índole do povo brasileiro. Para o jornal: "por todos os lados se observava uma sensação de alívio e desafogo, a satisfação se estampava em todos os semblantes, pois o povo estava certo de que caminhávamos para um pleito eleitoral em que realmente a nação poderia ser ouvida".[57]

Antes mesmo de decretar a anistia e com vistas a controlar o retorno do país à legalidade política, Vargas criou a Lei Eleitoral, para regulamentar os partidos políticos, a Justiça Eleitoral e organizar todo o processo eleitoral com vistas à realização das eleições. De acordo com Silva (1976, p.151), em 15 de março de 1945, Vargas procurou tomar a frente dos acontecimentos e nomeou uma comissão de juristas e técnicos para elaborar a legislação eleitoral para as próximas eleições. No entanto, somente em 28 de maio de 1945 foi assinado o decreto-lei 7.586, que regulamentou o alistamento eleitoral e as eleições a serem realizadas em dezembro daquele ano. Além disso, determinava as condições para os cidadãos serem eleitores, estruturava a Justiça Eleitoral e determinava o voto obrigatório e secreto. Vale ressaltar que, a partir da criação do Código Eleitoral, novos partidos surgiram em âmbito nacional. Dessa forma, marcadas as eleições para 2 de dezembro de 1945, doze partidos políticos se inscreveram para participar do pleito eleitoral; den-

55 *DSP*, 19/4/1945.

56 *CM*, 18 e 19/4/1945.

57 *JB*, 19/4/1945.

tre eles, destacavam-se o Partido Comunista do Brasil (PCB), União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), os dois últimos criados por Getúlio Vargas, mas com base sociopolíticas distintas.

Entretanto, à medida que Vargas conduzia o processo de "abertura política", também tentava se beneficiar politicamente, conquistar o apoio das massas e de setores políticos nacionais a seu projeto de continuidade no poder. Reconhecendo o importante papel desempenhado pela União Soviética ao lutar ao lado das forças aliadas durante a guerra, o governo brasileiro reatou as relações diplomáticas com o país comunista em 1º de abril de 1945, sob os aplausos da imprensa brasileira. Esta entendia a URSS como uma grande potência que poderia trazer muitos benefícios econômicos ao Brasil. Para Houaiss (1985, p.10), o governo Vargas compreendeu que tomar a iniciativa de reatar relações com a URSS era algo que seria bem aceito pela opinião pública nacional e de que ele poderia se beneficiar em seus projetos de continuísmo ou de implantação de uma nova ordem institucional no país, buscada pelos diversos setores sociais.[58] Embora não compactuassem com a ideologia comunista, todos os jornais analisados defenderam o reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e URSS, pois acreditavam que a nova conjuntura política nacional e internacional era propícia para o reordenamento mundial em torno da paz e colaboração mútua entre as nações.[59] Assim como seus congêneres, *OESP*, então sob intervenção do governo Vargas, felicitou o reatamento de relações com a URSS e, a partir de então, passou a publicar matérias elogiosas àquele país. A "Rússia" foi classificada pelo jornal como "uma nação que cooperava com nações amigas para a propa-

---

58 Getúlio Vargas tratou o reatamento com a URSS com muito cuidado e escolheu o diplomata Mário de Pimentel Brandão para assumir o cargo de embaixador em Moscou. Pimentel tinha experiência na carreira diplomática, foi ministro de Estado do governo Vargas entre 1936 e 1937, sendo um dos signatários da Carta de 1937 e, portanto, pessoa de confiança de Vargas.

59 *OG*, 3 e 4/4/1945; *JB*, 4/4/1945; *DSP*, 4/4/1945; *CM*, 4 e 5/4/1945; *FM*, 4/4/1945 e *OESP*, 4/4/1945.

gação da paz". Entretanto, o jornal entendeu o reatamento de relações com a URSS para além de sua importância para a implantação da paz. O órgão paulista observou o reatamento de relações diplomáticas com a URSS a partir da ótica do interesse comercial. Em editorial, afirmou que a aproximação entre URSS e Brasil teria surgido no momento adequado e propício para o aprofundamento de relações comerciais entre os dois países.[60] Por sua vez, a *FM* declarou que, após a guerra, ocorreu uma reviravolta na opinião pública sobre a URSS. Antes do conflito, a imprensa classificava o país como autoritário, anticristão e revolucionário. Em editorial, Nabantino Ramos alertou sobre os cuidados que a imprensa deveria ter por elogiar exaustivamente os russos após a guerra, pois os mesmos exageros que eram ditos a respeito da URSS antes do conflito poderiam ser repetidos agora em forma de louvores.[61] Contudo, os elogios da imprensa brasileira referentes à participação da URSS na guerra ocorreram até o momento em que as discussões acerca da Guerra Fria passaram a ocupar as atenções dos jornalistas. A partir de então, os soviéticos passaram a ser tratados como totalitários e inimigos da democracia.

O apoio da imprensa ao reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e URSS está ligado ao clima predominante do imediato pós-guerra, ou seja, havia a preocupação de diversas nações e da Organização das Nações Unidas, bem como da imprensa liberal, pela manutenção da paz, cooperação mútua entre as nações e o estabelecimento da democracia em âmbito mundial.

A aproximação do governo brasileiro com o da URSS foi importante para modificar o relacionamento entre o governo e os comunistas no Brasil. Dada a situação de transformações políticas e econômicas que se verificavam internacionalmente, os comunistas solicitaram seu registro provisório ao Tribunal Superior Eleitoral em 3 de setembro de 1945, apresentando um programa em que afirmavam ser um partido de trabalhadores, dedicado à luta pela

---

60 *OESP*, 4/1945, 5/1945 e 7/1945.

61 *FM*, 4/4/1945.

emancipação econômica, política e social do Brasil. Ocorreram, então, manifestações reacionárias contrárias a legalização do partido. Apesar disso, em outubro de 1945, o Tribunal Superior Eleitoral acatou o pedido dos comunistas e autorizou o funcionamento legal da agremiação política, abrindo um ciclo de legalidade e participação eleitoral ao partido que duraria até maio de 1947. Ao restabelecer relações diplomáticas com a URSS e reconhecer a atividade político-partidária do PCB, Vargas deu mais uma demonstração de seu interesse em conduzir o processo eleitoral e os destinos políticos do país na nova conjuntura política que se inaugurara no pós-guerra. Procurava, assim, cada vez mais se aproximar dos comunistas, com o intuito de conquistar apoio para o seu projeto de continuidade no poder.

Vale destacar que a postura pacífica dos comunistas após a anistia contribuiu para a aproximação com Vargas. Em 23 de maio de 1945, o PCB realizou um grande comício no estádio de São Januário, que reuniu populares e líderes esquerdistas de vários países latino-americanos. Em seu discurso, Prestes já deixava clara a linha de conduta dos comunistas a partir daquele momento. Na oportunidade, o líder comunista afirmou que o comício era, acima de tudo, uma festa antifascista e representava "a primeira vitória da democracia no Brasil, além disso, a anistia era entendida por ele como uma conquista do povo, mas também uma obra de Vargas que havia voltado atrás nas suas tendências e convicções inaceitáveis", além de ter vivenciado dificuldades criadas pelos reacionários, "mas preferiu ficar com o povo", cortar relações com o Eixo, estabelecer relações com o governo soviético e conceder a democracia ao povo brasileiro. Além disso, Prestes afirmou que Vargas era:

> o responsável pela libertação do povo brasileiro, era patriótico e defensor de nossos imediatos interesses. E por estar convencido disso, era necessário estender as mãos a todos os homens honestos, democratas, progressistas e sinceros, para alcançar a verdadeira união nacional para a completa eliminação do fascismo e, para tanto, seria necessária a

união entre comunistas e a burguesia para a implantação da verdadeira democracia no Brasil.[62]

Vale ressaltar que, após o discurso em São Januário, a imprensa, sobretudo *CM, DSP, FM* e *OG,* teceu profundas críticas ao líder comunista. Para Nabantino Ramos, Prestes "continuava fiel ao ideário que o levara ao cárcere, pois ainda pregava a organização do povo em amplos comitês ou comissões de trabalho e ainda declarava simpatia ao marxismo-leninismo e a Vargas".[63] *OG* e *DSP* concordavam que Prestes tinha um grande prestígio junto ao povo, que o comício em São Januário fora "algo formidável" e que um novo fenômeno ganhava força na sociedade: "o prestismo".[64] Entretanto, o *DSP* criticou o discurso e o comportamento do líder comunista após ter deixado a cadeia. Em artigo publicado na folha de Assis Chateaubriand, o político Afonso Arinos concluiu que o prestismo e a aliança dos comunistas com Vargas representavam uma ameaça à estabilidade política e social do Brasil, pois poderia levar "as massas apaixonadas a um apoio personalista violento, desencadeando um colapso reacionário". Nesse sentido, o *CM* afirmou que Prestes, ao propor a organização do povo em comitês, objetivava realizar a "sovietização" do Brasil. Além disso, o jornal carioca criticou a aproximação de Prestes com Vargas e o fato de o líder comunista classificá-lo como o responsável pela concessão da anistia e ter sido o condutor da abertura democrática.[65]

No entanto, à medida que Prestes e o PCB passaram a defender uma Constituinte com Getúlio e se uniam àqueles que queriam a continuidade de Vargas no poder, os jornais passaram a atacar virulentamente os comunistas e tentaram desqualificar a figura de Prestes. Enquanto *OESP* se referia a Prestes como um dos perfei-

62 Todos os jornais analisados publicaram na íntegra ou comentaram sobre o discurso do líder comunista no comício. *CM*, 24/5/1945; *OESP*, 24/5/1945; *JB*, 24/5/1945; *OG*, 24/5/1945; *DSP*, 24/5/1945 e *FM*, 24/5/1945.

63 *FM*, 26/5/1945.

64 *OG*, 24/5/1945.

65 *CM*, 24/5/1945.

tos conhecedores dos problemas sociais e exaltava sua capacidade de líder político, além de reconhecer a força política do PCB e classificar a URSS como uma importante aliada política e econômica, uma vez que lutou ao lado das forças aliadas no final na guerra,[66] *CM, DSP, JB, OG* e *FM* publicavam críticas sobre o líder comunista e seu partido e demonstravam preocupação com a aproximação entre os comunistas e Vargas.

Para o *CM*, o objetivo de Prestes era realizar um jogo político, pois para ele a ordem interna dependia da ordem externa e, dada a vitória da democracia no âmbito internacional com a colaboração da URSS, o líder comunista objetivava aumentar o prestígio dos soviéticos e, consequentemente, dar um golpe comunista no Brasil, além de preparar o terreno para a revolução marxista-leninista e aproveitar ao máximo a aliança com Vargas para atingir seus objetivos ideológicos e políticos.[67] A *FM* declarava que Prestes e o PCB estavam assumindo uma atitude estranha ao apoiar a Constituinte com Getúlio e defender o adiamento das eleições presidenciais. Dessa forma, os comunistas e Vargas foram responsabilizados pelo jornal pelo atraso do restabelecimento da democracia no Brasil.[68] Para o *JB*, ao engrossar as fileiras do movimento queremista e ter defendido a união nacional em torno de Vargas, o PCB "negava os propósitos e malefícios da ditadura e não contribuía com o retorno da democracia".[69] Embora reconhecesse a liderança política de Prestes e classificasse seu retorno ao cenário político como um fenômeno histórico, o *DSP* criticou veementemente o líder comunista por suas ideias revolucionárias, bem como por sua disposição em aliar-se com o governo, defendendo uma Constituinte com Vargas. Ao classificar o governo de Vargas como fascista, Chateaubriand afirmou que o comunismo pouco ou nada diferia do fascismo ou do

66 Entre os meses de abril e outubro de 1945, o jornal publicou muitas matérias em que criticava Prestes e a ligação do PCB com Vargas.

67 *CM*, 28/4/1945.

68 *FM*, 5/6/1945.

69 *JB*, 6/9/1945.

nazismo, pois ambos eliminavam os direitos do homem e, portanto, a essência dos três regimes era a ausência da representação popular, além de fundarem-se no poder pessoal de um ditador.[70]

Conquanto seu projeto de continuidade fosse alvo de críticas por parte da imprensa e de diversos setores sociopolíticos, Vargas passou a contar com significativo apoio do recém-legalizado Partido Comunista do Brasil e do Partido Trabalhista Brasileiro, este fundado por ele próprio. É importante notar que Vargas fazia um jogo duplo, pois, de um lado, apoiava a candidatura de Dutra, e, de outro, articulava com outras forças políticas sua manutenção no poder, estimulando os movimentos populares a apoiarem seu projeto de continuidade. Dessa forma, nascia o movimento popular conhecido como queremismo, que exigia a elaboração de uma Constituição com Getúlio no poder e o pressionava a se desincompatibilizar e concorrer às eleições presidenciais.

A partir da gestação e constituição do movimento queremista, a imprensa brasileira publicou matérias denunciando que o movimento era composto por pessoas ligadas ao Estado Novo e, portanto, contrário ao restabelecimento do regime democrático no Brasil, além de servir aos interesses autoritários de Vargas. O *Diário de Notícias*,[71] por exemplo, conhecido por ter a maior tiragem do Distrito Federal, afirmou que a propaganda do "Queremos Getúlio" baseava-se em toda propaganda demagógica do Estado Novo, na tentativa de fazer as massas acreditarem que Getúlio era o pai dos pobres e amigo dos operários, ocultando a verdade sobre ele. Além disso, a folha acreditava que Vargas, para se manter no poder e continuar enganando a população, seria capaz de dar aos pobres quantos aumentos de salários achasse necessário. E o diário de Orlando

70 *DSP*, 2/6/1945.

71 O *Diário de Notícias* foi fundado por Orlando Dantas, Nóbrega da Cunha e Alberto Figueiredo Pimentel Segundo em 12 de junho de 1930. Em poucos anos se tornou a folha de maior tiragem do então Distrito Federal. Durante o Estado Novo, foi um dos poucos órgãos da imprensa que recusou receber subvenções do DIP, postura essa que fez com que o jornal se tornasse admirado até mesmo por seus concorrentes.

Dantas ainda denunciava que Vargas, durante o Estado Novo, tinha sido amigo dos ricos, pois concedera aumento de preços a vários produtos produzidos por empresas elitistas, entre elas a Light, a qual obtivera aumento de taxas de seus serviços – telefone, luz, energia e gás –, além da Empresa Leopoldina, que havia recebido aumentos nos preços de passagens, fazendo com que essas empresas batessem recordes de faturamento e triplicassem o custo de vida da população pobre.[72] O *CM* seguiu a mesma linha de seu concorrente carioca e afirmou que a legislação trabalhista era o cavalo de batalha dos que defendiam o Estado Novo, pois ela concedia inúmeros benefícios à população com o intuito de cooptá-la e manobrá-la para garantir o apoio em favor da continuidade de Vargas no poder.[73]

Vale destacar que o movimento queremista recebeu veementes críticas de todos os jornais analisados, exceto *OESP,* que no período encontrava-se sob intervenção do governo e servia como folha oficiosa. Nesse período, os raros espaços que se destinavam ao comentário político nacional eram ocupados por Mário Guastini, um dos responsáveis pela nova direção do jornal, diretor do DIP e responsável por uma coluna política diária. Guastini publicou textos defendendo o presidente das pesadas acusações e críticas que vinha sofrendo, sobretudo a partir do início de 1945. No momento em que as críticas ao regime estadonovista, bem como ao queremismo, avolumavam-se, Guastini saiu em defesa de Vargas e atacou a UDN:

> Os comandantes e soldados da UDN são homens bem extravagantes. Dizem-se intransigentes democratas, batalham tardiamente pela liberdade, mas por uma liberdade exclusivista: só para eles. Falam e escrevem o que entendem, atirando pedras contra tudo e contra todos, agridem, destorcem a verdade, desvirtuam coisas, deformam pessoas. Nada respeitam. Os seus discursos e entrevistas provam a cada passo o que vimos dizendo.[74]

---

72 *Diário de Notícias*, 22/5/1945.

73 *CM*, 8/5/1945.

74 *OESP*, 22/6/1945.

Contudo, o objetivo de Vargas em permanecer no poder não seria nada fácil de ser concretizado. Percebendo a fragilidade política em que se encontrava o regime estadonovista no início de 1945, bem como as movimentações continuístas de Vargas, as oposições, especialmente a UDN, começaram a se articular e, pouco a pouco, colocavam-se como as alternativas para a solução da crise vivenciada pelo país, requerendo para si a condução da transição política nacional. Por isso as forças liberais oposicionistas uniram-se em torno de um nome que poderia trazer o apoio militar; buscavam o apoio de militares que estavam insatisfeitos com o Estado Novo, entre os quais se destacava Eduardo Gomes, que havia participado dos movimentos revolucionários de 1922, 1924 e 1930. Mesmo tendo sido anunciado por José Américo como o candidato das oposições, em 22 de fevereiro de 1945, e na entrevista concedida ao jornalista Carlos Lacerda, foi somente em 17 de abril de 1945 que o brigadeiro Eduardo Gomes fez seu primeiro pronunciamento como candidato à Presidência da República. É possível afirmar que, durante a articulação do nome de Eduardo Gomes para representar as oposições, os jornais consultados ainda se viam obrigados a ocupar-se com a publicação de matérias relacionadas ao desenvolvimento da guerra, aos problemas do custo de vida e à política internacional, sem poder abordar de maneira aprofundada os acontecimentos políticos nacionais. Somente a partir do fim de abril de 1945, os jornais passaram a publicar matérias sobre a candidatura de Eduardo Gomes, pela UDN, e a de Eurico Gaspar Dutra, pelo PSD, passando a posicionar-se mais claramente sobre os rumos político-eleitorais do país.

Embora os udenistas se declarassem representantes das classes populares, a candidatura de Eduardo Gomes representara a elite e a classe média, parcelas sociais que não contavam com a confiança integral do Estado Novo. Já a candidatura de Dutra era articulada pelas forças estadonovistas desde o início de 1945. Alertado pelo ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, sobre o fortalecimento da candidatura de Gomes dentro das Forças Armadas, e percebendo a visibilidade alcançada pela candidatura udenista a partir do

apoio declarado dos grandes órgãos da imprensa liberal, Vargas tratou de articular a candidatura de seu ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, à Presidência, como forma de frear o apoio de algumas correntes militares ao brigadeiro. Além disso, o presidente objetivava tomar a frente do processo de democratização e ter a possibilidade de continuar a influir nos rumos políticos do país, uma vez que as críticas a seu governo se intensificavam, tornando seu projeto continuísta praticamente impossível. Após declarar a Dutra que não tinha interesse em disputar a reeleição, Vargas delegou a Benedito Valadares, então interventor de Minas Gerais, a tarefa de encontrar-se na capital paulista com o interventor de São Paulo, Fernando Costa, para promover o lançamento oficial da candidatura de Dutra, fato que ocorreu em 13 de março de 1945.[75] Assim, a estratégia dos líderes do Estado Novo era lançar a candidatura de um militar para fazer frente à candidatura de outro militar. À frente do processo eleitoral, Vargas encontrou-se com Dutra no Palácio do Rio Negro, em Petrópolis, e tratou de certificar-se da incumbência dada por ele ao interventor mineiro e declarou: "Mandei o Valadares levantar sua candidatura em São Paulo, a batalha está ganha. O senhor irá à Presidência da República porque eu quero" (Silva, 1976, p.124-44).

No entanto, durante a campanha eleitoral, Dutra passou a posicionar-se observando os cenários político e econômico internacionais, os quais passavam por alterações significativas. Seguindo a mesma linha adotada por Vargas durante os momentos finais do Estado Novo, procurou defender medidas que visavam à democratização da sociedade e à concessão de benefícios aos trabalhadores. Como prova disso, em 3 de abril de 1945, Dutra concedeu sua primeira entrevista coletiva como candidato oficial à Presidência da República, publicada por todos os jornais, objetos desta pesquisa. Na entrevista, o então candidato defendia o retorno da legalidade

75 O lançamento da candidatura de Dutra foi coberto com entusiasmo pelo jornal *OESP* em 14/3/1945. Na oportunidade, o jornal publicou na íntegra os pronunciamentos de personalidades políticas como Fernando Costa, Benedito Valadares, Cirilo Júnior, entre outros.

constitucional, eleições livres e diretas, medidas para a proteção social dos trabalhadores, estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos e a aproximação com a URSS, além da concessão da anistia a todos os presos políticos. Podemos afirmar que, a partir do momento em que as candidaturas se definiram, os jornais passaram a se manifestar mais claramente acerca do processo eleitoral.

Os jornais *OG, JB, DSP* e *FM* apresentaram opiniões, visões e posicionamentos bastante próximos quanto à situação política nacional, bem como sobre as candidaturas que se apresentaram para as eleições de dezembro de 1945. Os quatro periódicos se declararam favoravelmente à candidatura do udenista Eduardo Gomes, mas não deixaram de tecer elogios e demonstrar certa simpatia a Eurico Gaspar Dutra e, em certa medida, evitar criticá-lo e ligá-lo ao regime deposto. Podemos afirmar que os quatro periódicos não estavam interessados em saber qual dos dois candidatos iria conduzir o país rumo à democratização, mas buscavam, acima de tudo, conquistar ou garantir interesses particulares no novo governo que iria se formar.

Após ressaltar o patriotismo e os serviços prestados por Dutra ao país, *OG* e *DSP* afirmaram – logo após o lançamento da candidatura de Dutra à Presidência da República – que o candidato oficial havia apresentado aos eleitores um plano de ações digno de confiança da população, capaz de levar o país à completa democratização.[76] O jornal carioca se declarava favorável à candidatura de Eduardo Gomes, mas tratava a candidatura de Dutra com bastante cautela, uma vez que Roberto Marinho mantivera durante o Estado Novo boas relações com Vargas e com Dutra, o qual, no Ministério da Guerra, contribuíra com a circulação de *O Globo Expedicionário*, publicação com notícias do Brasil distribuído aos expedicionários nos campos de batalha. Desde então, Dutra e Marinho tornaram-se amigos.[77] Embora simpático à candidatura de Eduardo Gomes, o *DSP* não publicou matérias desfavoráveis a

76 *DSP*, 4/4/1945; *OG*, 4/4/1945.

77 *OG*, 31/1 e 1/2/1946.

Dutra. Ao contrário, seus redatores escreveram elogios ao ministro da Guerra, as quais o apresentavam como defensor da anistia e do estabelecimento da democracia.[78] De acordo com Moraes (1994, p.455), Chateaubriand tomou o cuidado de não deixar sair uma só palavra que prejudicasse a candidatura de Dutra, pois quem quisesse combatê-la nas páginas de seus jornais deveria assumir a responsabilidade. Por sua vez, o *JB* entendia que os nomes de Dutra e Eduardo Gomes eram dignos de confiança pública, pois se mostravam "mais decididos em suas ações cívicas", além de terem traçado os melhores planos para conduzir o país rumo à democracia. Para o periódico do conde Pereira Carneiro, os eleitores deveriam confiar nesses candidatos, já que "abordavam temas de importância fundamental para o país e para a administração" e, assim, "tanto um como o outro se mostram fiéis e intérpretes da consciência coletiva e procuram colocar o Brasil no rumo do desenvolvimento e da democracia". Para o jornal, era preciso ouvir o candidato das oposições, como também o das chamadas forças majoritárias, pois representavam a ética, as bases da organização da família, a educação cristã e o caráter nacional.[79] Inicialmente, ao tratar da candidatura de Dutra, a *FM* não deixou de responsabilizar o candidato pela implantação da ditadura e pela aprovação da carta de 1937. Para o diário de Nabantino, as relações de Dutra com a ditadura eram íntimas e, caso eleito, poderia implantar outra ditadura nos moldes do Estado Novo. Dessa forma, a *FM* colocou-se ao lado de Eduardo Gomes na disputa eleitoral de 2 de dezembro de 1945. O jornal paulista classificou a candidatura do brigadeiro como aquela que encarnava o espírito de combate à ditadura e a de Dutra como a que ainda reunia os resquícios do Estado Novo. Em editorial, a *FM* assegurou que, caso Dutra saísse vitorioso, levaria para seu governo as mesmas ideias totalitárias da ditadura.[80] Entretanto, às vésperas do pleito, o jornal mudou de posição e passou a emitir so-

78 *DSP*, 4/4/1945, 3 e 30/1/1946, 1 e 2/2/1946, 5 e 13/4/1946 e 12/10/1946.

79 *JB*, 4 e 20/4/1945, 30/11/1945, 1/12/1945 e 4 e 5/9/1946.

80 *FM*, 6/4/1945.

mente opiniões favoráveis a Dutra, afirmando que o candidato apresentava projetos e propostas para mudar o Brasil do ponto de vista político e econômico. O jornal previra, semanas antes da realização do pleito, a possibilidade da vitória da candidatura Dutra, pois argumentava que Eduardo Gomes tinha simpatias em duas ou três capitais, mas não obteria o mesmo sucesso de Dutra, que contava com o apoio da maior parte dos estados do país.[81] Vale ressaltar que a candidatura de Mário Rolim Telles, pelo Partido Agrário Nacional, e a de Yedo Fiúza, pelo Partido Comunista do Brasil, foram consideradas surpreendentes, pois, para as Folhas, ambos não tinham qualquer expressão política nacional. A candidatura de Rolim Teles era tida pela *FM* como um erro de seu partido e a de Fiúza como fruto da obrigação e da necessidade de lutar do PCB.[82] Por sua vez, *OESP*, ainda sob intervenção federal, publicava poucas matérias sobre as disputas políticas que ocorriam no país, e, quando o fazia, utilizava apenas notícias oficiais sobre a campanha eleitoral. O periódico paulista ocupava-se em divulgar notícias sobre assuntos referentes ao final da Segunda Guerra, bem como sobre as áreas desportiva, cultural e econômica. Entretanto, não deixou de defender claramente a candidatura de Dutra à Presidência da República. Em artigo, Mário Guastini assegurou que o candidato fora convocado às urnas pelas forças democráticas nacionais. E procurou também defendê-lo das críticas recebidas e desvinculá-lo das responsabilidades pela implantação da ditadura.[83] Com o retorno do *OESP* às mãos de seus legítimos donos, Júlio de Mesquita Filho, mesmo após a realização do pleito presidencial, publicou em seu diário críticas contundentes à ditadura estadonovista e se colocou como defensor da completa democratização da sociedade brasileira.

Todavia, para muitos setores políticos, bem como para parte da imprensa brasileira, a candidatura de Eduardo Gomes era a única

---

81 *FM*, 13 e 30/11/1945.

82 *FM*, 30/11/1945.

83 *OESP*, 5/4/1945.

que representava as correntes que buscavam a implantação do regime democrático no Brasil. Destoando dos posicionamentos de seus congêneres, o *CM* apresentou duras críticas a Dutra durante o período em que era candidato à presidência e depois de empossado. O jornal de Bittencourt afirmou que "os sete anos de poder absoluto foram exercidos não só por Vargas, mas também por seus ministros, os quais também deveriam ser responsabilizados pela escuridão que implantaram no Brasil".[84] O *CM,* órgão que se definia como um dos responsáveis pelo enfraquecimento do Estado Novo, por ter publicado a entrevista de José Américo em 22 de fevereiro de 1945, colocou-se desde o início da campanha presidencial ao lado da candidatura de Eduardo Gomes. Além disso, publicou inúmeras críticas ao general Dutra, acusando-o de ser um dos pilares da ditadura varguista. Em editorial intitulado "Razões de desconfiança", afirmou que a candidatura de Dutra merecia desconfiança e alerta por parte dos eleitores, pois representava os elementos da ditadura, responsáveis pela "usurpação da liberdade e legalidade política do país". O *CM* tentava responsabilizar Dutra pelo surgimento do Estado Novo, acusando-o de ter sido responsável pela execução do projeto conspirador e totalitário de Getúlio Vargas. Em acréscimo, sentenciava que, ao defender a democratização do país, Dutra estava se aproveitando das novas condições políticas para alcançar o poder e, em seguida, restabelecer o regime ditatorial que havia arquitetado conjuntamente com Vargas.[85]

É importante notar que, embora os diários analisados defendessem o retorno ao regime democrático no Brasil e apresentassem posições bastante próximas quanto aos rumos políticos do país, cada órgão passou a defender o candidato ou o projeto que mais bem lhe convinha ou aqueles que mais se aproximavam da visão democrática defendida por seus proprietários.

Além do grupo ligado ao candidato oficioso e a Eduardo Gomes, a democratização nacional despertava o interesse de vários

84 *FM*, 6/4/1945 e *CM*, 7/4/1945.

85 *CM*, 4/4/1945.

grupos políticos que desejavam controlar a vida política e imprimir a sua visão particular de democracia. Com a instituição do novo Código Eleitoral, as diversas agremiações que despontavam no cenário político nacional pautaram-se pelo objetivo de conquistar o poder e ter a possibilidade de dirigir a transição democrática de acordo com seus interesses. A partir de então, os partidos passavam a ocupar espaços cada vez maiores na imprensa brasileira, publicando suas ideias sobre os acontecimentos políticos nacionais e internacionais, além de propaganda político-eleitoral. Entretanto, é importante lembrar que o sistema político brasileiro encontrava-se bastante fragilizado e incipiente, uma vez que a vida político-partidária havia sido suprimida com o golpe do Estado Novo. Dessa forma, durante a fase inicial da retomada dessa atividade, a imprensa passou a desempenhar importante função política na sociedade, emitindo opiniões de líderes partidários e posicionando-se diante dos acontecimentos políticos nacionais.

Assim, após a posse de Dutra, o *DSP*, a *FM*, *OG* e o *JB* passaram a defender os atos de Dutra, ao emitir juízos e representações favoráveis do governo a seus leitores. A partir do momento em que Dutra assumiu a Presidência da República, o *DSP* logo tratou de desvinculá-lo de qualquer relação e responsabilidade com o Estado Novo, bem como dos atos repressivos ocorridos no período. Sua posse foi entendida pelo jornal como um momento histórico e fundamental para o processo de evolução política do país e, dessa forma, "se encerraria a fase de luta contra a ditadura". Para Assis Chateaubriand, Vargas havia deixado uma bomba-relógio para explodir nas mãos de seu sucessor e, por isso, o dono do *DSP* defendera a necessidade de Dutra tomar medidas drásticas e até mesmo impopulares para recolocar o país nos rumos democráticos e fortalecer a economia brasileira, que tinha sido fragilizada após anos de ingerência e corrupção da máquina estadonovista.[86] Nos primeiros meses do governo Dutra, o *DSP* tentava substituir a imagem golpista do presidente pela do presidente que era responsável

---

86 *DSP*, 2/2/1946.

pela derrota da ditadura, pela democratização do país e do retorno à vida política legal. Para tanto, afirmava que Dutra era o presidente que respeitava as diversidades, exprimia tolerância, homem probo e que tinha restabelecido a liberdade política no país. Para Chateaubriand, Dutra era o símbolo da legalidade, chefe de todos os brasileiros e estava empenhado na luta pelo fortalecimento da democracia do país.[87] Na tentativa de justificar os entraves econômicos vividos pelo Brasil durante o primeiro ano do governo Dutra, o *JB* asseverava que todos os problemas nacionais nos âmbitos econômico, político e social eram sintomas do regime de força que castigara o país por oito anos, e argumentava que era impossível eliminar todos os problemas deixados pela ditadura em apenas alguns anos. No entanto, o jornal classificou o governo Dutra como o responsável pela reintegração do país ao regime da ordem, por eliminar as incertezas que dominavam a população e por "conduzir o país rumo à claridade e à liberdade".[88] Logo após a posse de Dutra, a *FM* afirmava que as circunstâncias autorizavam os brasileiros a esperar um bom governo, pois no exterior acabara a guerra, no âmbito interno tudo concorria para um período administrativo sereno e as Forças Armadas apoiam o novo governo.[89] Nos primeiros anos do governo Dutra, o jornal de Nabantino posicionou-se claramente ao lado do novo governo e apoiou a maior parte de suas ações. Ligado a Dutra por intermédio do ministro da Justiça, Souza Costa, em 18 de agosto de 1946, Nabantino afirmou que, se havia um "governo seguro em suas posições e livre de um golpe adverso", esse era o do general Dutra. "Ele conta com o apoio das Forças Armadas, graças ao seu espírito conciliador e às circunstâncias de os nossos militares serem notoriamente infensos ao comunismo".[90] Por sua vez, *OG* cobriu amplamente a posse do novo presidente e a classificou como um "importante marco histórico". Para a folha

---

87 *DSP*, 5 e 13/4/1946.

88 *JB*, 1/1/1947 e 2/2/1947.

89 *FM*, 31/1/1946.

90 *FM*, 18/8/1946.

carioca, Dutra era um dos responsáveis pela "reintegração do país às normas históricas republicanas, além de ter sido dotado de prestígio e experiência pública".[91]

Por seu turno, com a definição do pleito eleitoral, *OESP* e *CM* apresentaram posições bastante próximas quanto a seu resultado, bem como sobre os rumos tomados por Dutra na condução democrática do país. Embora fossem defensores da legalidade eleitoral e da necessidade da contribuição da sociedade ao novo governo, ambos passaram a criticar o novo presidente. Os jornais demonstraram desânimo em relação à votação obtida pelo candidato da UDN nas eleições de dezembro de 1945, afirmando que o Brasil havia perdido uma grande chance de "esmagar inteiramente os remanescentes da ditadura", e não deixaram de responsabilizar Dutra pela implantação do Estado Novo. O presidente eleito foi acusado por *OESP* e *CM* de coautor da Carta Constitucional de 1937, colaborador de todos os atos da ditadura e uma das maiores expressões políticas do regime contra o qual o jornal lutava. Entendiam que a vitória de Dutra só fora conquistada graças ao apoio dos amigos do ditador e das bases políticas deixadas pela ditadura. De acordo com os jornais, Dutra deveria abandonar todos os compromissos com a ditadura e romper com todos os laços políticos que, porventura, o prendessem ao ditador; somente assim poderia realizar um governo democrático. Entretanto, *OESP* e *CM* entendiam que o sucesso do regime democrático no Brasil seria determinado pelo fim de toda influência do Estado Novo no espectro político nacional, bem como pela elaboração de uma Constituição democrática e que garantisse as liberdades de imprensa.[92] Ao reconhecerem a derrota de Eduardo Gomes em meados de janeiro de 1946, *OESP* e *CM* classificaram a candidatura do udenista como vitoriosa, pois o brigadeiro havia contribuído com a discussão democrática e organizado as forças oposicionistas contra o Estado Novo, além de qualificarem Eduardo Gomes como "apaixonado pela democracia e possuidor

91 *OG*, 31/1/1946 e 1/2/1946.

92 *OESP*, 12/1945 e 1/2/1946.

de uma pureza imaculada". Ademais, sentenciaram que as eleições só ocorreram graças às correntes liberais chefiadas por ele, as quais forçaram o ditador a convocar as eleições e mais tarde abandonar o poder.

A realização das eleições em 2 de dezembro de 1945 foi entendida pela imprensa como uma vitória do povo brasileiro e um sinal de que o país caminhava a passos largos para a redenção democrática.[93] Todos os órgãos da imprensa analisados noticiaram a realização do pleito eleitoral como uma vitória democrática e uma demonstração de que o povo brasileiro estava cansado do regime de compressão de 1937 e que agora pretendia entrar na era da civilização e maturidade política. Acreditavam que, independentemente do resultado das eleições, o povo tinha saído vitorioso. É importante notar que a realização de eleições e a ampla participação do eleitorado na escolha de seus representantes foram entendidas pela imprensa como um resgate dos princípios básicos da democracia.[94] No entanto, podemos afirmar que a democracia que se seguiu após a queda do Estado Novo revelou-se limitada e incapaz de assegurar às massas a possibilidade de participar amplamente das decisões políticas. Nesse período, o Brasil contava com cerca de 46 milhões de habitantes, dos quais apenas 17% estavam aptos a participar do pleito.[95]

As correntes liberais encontraram enormes dificuldades para

93 Ocorrido o pleito eleitoral em 2 de dezembro de 1945, o general Eurico Gaspar Dutra (PSD) foi eleito com cerca de 55% dos votos, seguido por Eduardo Gomes (UDN) com 35%, Fiúza (PCB) com 9,83% e Teles (PAN) com 0,17%. Além da vitória de Dutra, o PSD contou com a eleição da maior bancada de parlamentares, ou seja, elegeu 177 representantes (151 deputados e 26 senadores), seguido pela UDN com 87 (77 deputados e 10 senadores), PTB com 24 (22 deputados e 2 senadores) e PCB com 15 representantes (14 deputados e 1 senador) (Nogueira, 2005, p.9-20).

94 *DSP*, 3/1/1946 e 1/2/1946; *OESP*, 12/45, 1/2/1946; *CM*, 21/9/1945 e 4/12/1945, 1/2/1946; *JB*, 5/9/1945, 30/11/1945, 1, 2 e 5/12/1945, 21/1/1947; *FM*, 5/6/1945 e 2/12/1945; *OG*, 2 e 3/12/1945.

95 De acordo com *OESP* (1/2/1946) e *CM* (1 e 2/2/1946), cerca de seis milhões de eleitores se alistaram para o pleito eleitoral de 2/12/1945.

eliminar a estrutura estadonovista que ainda perdurava na sociedade "democrática". De acordo com Gomes (2005, p.198-202), a partir da criação do Estado Novo, as autoridades do novo regime criaram o conceito de democracia social, ou seja, a partir dessa nova configuração política, o homem brasileiro ganharia o estatuto da cidadania, pois o cidadão dessa nova democracia, identificado por seu trabalho produtivo, não mais se definia pela posse dos direitos civis e políticos, mas pela posse dos direitos sociais. Centrado na crítica aos governos liberais, bem como aos governos autoritários, notadamente os comunistas, a democracia social criada durante o Estado Novo representou uma crítica a essas duas formas de governo, uma vez que as entendia como desumanas e afastadas das reais necessidades dos homens. Desse modo, a democracia social preconizada pelo Estado Novo criou profundas raízes entre os trabalhadores brasileiros, que tinham suas imediatas necessidades econômicas atendidas pelo governo, dificultando a tarefa de eliminação da influência dos elementos estadonovistas na sociedade, uma vez que os benefícios concedidos pelo governo aos trabalhadores, bem como o regime imposto em 1937, eram reconhecidos como legítimos pela população.

Entre os anos de 1946 e 1948, o governo Dutra foi observado pelos jornais, aqui analisados, a partir da lente da incerteza e pelo receio do retorno às arbitrariedades ocorridas durante o Estado Novo. Isso pode ser explicado pela fragilidade das instituições democráticas que surgiram sobre as cinzas estadonovistas, além dos partidos políticos que despontaram em âmbito nacional após oito anos de silenciamento impostos pelo regime ditatorial. A extinção do Departamento de Imprensa e Propaganda e do Departamento Nacional de Informação, a queda do Estado Novo e a realização de eleições diretas sinalizaram o afrouxamento do controle sobre a imprensa, ampliação da participação política e a possibilidade da implantação e aprofundamento do regime democrático no país (Martins & De Lucca, 2006, p.74). Os jornais analisados, mesmo os declaradamente de oposição a Dutra como *OESP* e *CM,* demonstraram grande expectativa em relação ao novo governo, rego-

zijaram-se com o fim da ditadura e a possibilidade da implantação da democracia no país. Todavia, o governo Dutra caracterizou-se por medidas centralizadoras e repressivas, que em muito se assemelhavam às medidas tomadas por Vargas durante o Estado Novo. Como exemplo disso, podemos citar a política de intervenções e empastelamentos ocorridos em vários órgãos da imprensa brasileira, tema a ser discutido no próximo capítulo.

Concordando com as análises de Souza (1990, p.105-34), o período imediatamente posterior ao fim do Estado Novo foi caracterizado pela ampliação dos direitos democráticos e da participação política; entretanto, ocorreram continuidades e reproduções de práticas ditatoriais e conservadoras existentes durante o regime deposto. Para a autora, a deposição do presidente ocorreu num clima de cumplicidade com os que o contestavam, ou seja, Vargas não era entendido como um inimigo radical dos opositores, especialmente dos militares, mas um adversário transitório com o qual se poderia compor futuramente; assim, o presidente deposto esteve na condição de interlocutor-chave na passagem para o novo regime. Além disso, embora representasse um momento de abertura democrática, o período posterior ao Estado Novo manteve, em certa medida, a estrutura repressiva vigente no regime anterior, uma vez que ocorreram repressões a manifestações, controle sobre o movimento operário, e até mesmo alguns dispositivos da Constituição de 1937 foram mantidos na nova carta constitucional que passou a vigorar em 1946.

Apesar de a sociedade brasileira passar por transformações de ordem política e econômica, sobretudo a partir da queda do Estado Novo, os jornais analisados entendiam, mesmo que em tons e níveis diversos, que o caminho para a completa democratização da sociedade era árduo e exigia grande esforço da nação, pois o perigo totalitário ainda não estava completamente eliminado.[96] Para os

96 *FM*, 5/6/1945 e 2/12/1945; *OESP*, 11 e 28/12/1945, 12/1/1946 e 5/7/1946; *OG*, 20/10/1947; *JB*, 3/12/1945 e 6/8/1946; *CM*, 19/10/1946 e 27/11/1946; *DSP*, 5/5/1946.

jornais *OESP, CM, DSP* e *OG,* os resquícios da ditadura e o clima de instabilidade e opressão seriam eliminados, gradativamente, à medida que ocorressem eleições livres e honestas; somente a partir da elaboração de uma nova carta constitucional "a obra de redemocratização do país se completaria".[97] Então, podemos compreender que os periódicos entendiam que a Constituição de viés democrático seria a responsável pela eliminação do totalitarismo e resolveria os problemas nacionais. Para os jornais, a democracia só seria atingida se fosse aprovado um texto constitucional que substituísse o de 1937 e garantisse direitos e deveres aos indivíduos. Diferenciando-se de seus concorrentes, a *FM* e o *JB* acreditavam que, mesmo com eleições diretas, ampliação do direito do voto e aprovação da Constituição, o Brasil ainda não alcançaria a completa "democratização", pois, mesmo assim, os problemas de ordem política e econômica do país não seriam solucionados. Em artigo intitulado "E depois?", José Nabantino Ramos afirmou que o pleito eleitoral e a Constituição não resolveriam os anos de ditadura e os graves problemas do Brasil, que tinham raízes profundas e difíceis de solucionar.[98] No entanto, Nabantino entendia que, com a ocorrência das eleições, o Brasil poderia encontrar o clima para que esses problemas pudessem ser eliminados. Na mesma direção, o *JB* sentenciava que o Brasil havia iniciado a marcha para a democracia, mas a jornada não era fácil, pois os restos da ditadura ainda se esforçavam para restabelecer o regime anterior.[99]

Logo no início do governo Dutra, *OESP, CM, JB, OG, DSP* e *FM* passaram a exigir a convocação imediata da Assembleia Nacional Constituinte, com vistas à elaboração de uma nova Constituição que viesse substituir a autoritária carta de 1937; reivindicavam ainda a completa eliminação dos agentes da ditadura de dentro do governo e o retorno à legalidade política. Enquanto as discussões

---

97 *CM*, 15/12/1946; *OESP*, 11/12/1945, 15/9/1946; *OG*, 20/10/1947; *DSP*, 5/5/1946.

98 *FM*, 5/6/1945 e 2/12/1945.

99 *JB*, 26/4/1946 e 18/1/1947.

em torno da elaboração da nova carta constitucional avolumavam-se no Congresso Nacional e ganhavam as páginas dos jornais, diversos setores políticos, bem como a imprensa em geral, passaram a exigir a imediata substituição da Constituição de 1937 pela Constituição de 1934, ou, mesmo, pela elaborada em 1891. Os jornais consultados entendiam que, para a implantação da verdadeira democracia, seriam necessárias a revogação da Constituição de 1937 e a elaboração de um novo texto de viés democrático, que deveria contemplar os interesses dos grupos liberais brasileiros. Convocada a Assembleia Nacional Constituinte nos primeiros dias de fevereiro de 1946, os deputados eleitos formaram uma comissão constitucional e se dividiram em várias subcomissões para elaborar o novo texto constitucional.[100] Todos os jornais consultados acreditavam que uma nova Constituição era importante para a regeneração política do país e constituía um importante passo no processo de recondução do país à ordem democrática.

O *JB* classificou como fundamental a emergência de uma nova carta constitucional para superar a de 1937. De acordo com o jornal, somente assim poderia ocorrer a eliminação completa da ditadura, e as bases de uma nova estruturação política, social e econômica poderiam surgir no Brasil.[101] Em artigo publicado no jornal *DSP,* Cândido Motta Filho, antigo diretor do DEIP de São Paulo, afirmou que a Constituição era a fonte da ordem legal futura e representava o despertar da democracia e da vida política nacional. Para Chateaubriand, com uma nova Constituição, a população poderia se desvencilhar das heranças ditatoriais e despertaria sua consciência cívica.[102] Pautada por uma linha política legalista, a *FM* declarou-se pela imediata democratização da sociedade. Os diretores do jornal acreditavam que a carta constitucional de 10 de no-

---

100 A comissão constitucional começou a funcionar em 15 de março de 1946 e até 24 de junho foram apresentadas 4.092 emendas à Constituição (Silva, 1976, p.328-9).

101 *JB*, 26/4/1946.

102 *DSP*, 2 e 6/2/1946.

vembro de 1937 deveria ser revogada, uma vez que o povo reclamava uma Constituição que realmente o representasse e garantisse a liberdade de expressão, restaurasse os poderes legítimos e respeitasse as garantias individuais.[103] Diante das discussões acerca da restauração das constituições de 1891 e 1934, o jornal considerou que a Assembleia Constituinte poderia restaurar qualquer uma delas, mas desde que estivesse claro que a restauração iria demandar acréscimos de artigos atualizados. Dessa forma, o jornal pleiteou uma nova Constituição que representasse o elo entre passado e o presente e fosse responsável pelo restabelecimento da tradição de respeito aos princípios democráticos.[104] Nabantino ficou entusiasmado com os avanços dos trabalhos da Constituinte, mas entendia que, com a aprovação da Constituição, "o processo histórico e os costumes políticos não seriam mudados rapidamente. Entretanto, perguntava que se havia democracia em outros países como Estados Unidos, em especial, porque não no Brasil?" (Mota & Capelato, 1981, p.128). *OG* recebeu a nova Constituição com a esperança do predomínio da lei sobre o arbítrio. Para o jornal, a Constituição de 1946 era responsável pelo enterro do regime discricionário implantado por Vargas em 1937 e pelo retorno a um regime de respeito às garantias individuais e de liberdades políticas. Além disso, sustentou que o novo texto constitucional preservava o país das disputas ideológicas, uma vez que a carta de 1937 foi utilizada pelo governo como instrumento para a implantação do terror ditatorial.[105] O *CM* asseverava que a promulgação da nova Constituição tinha sido o ato mais democrático dos últimos tempos no Brasil e que ela contribuiria para o aprofundamento da democracia no país e para a eliminação dos agentes estadonovistas do seio da sociedade.[106] Aproveitando a oportunidade para mais uma vez contestar o Estado Novo, *OESP* afirmou que, "com a promulgação da Constituição, a dita-

103 *FM*, 27/2/1945.

104 *FM*, 1/11/1945.

105 *OG*, 18 e 19/9/1946.

106 *CM*, 19/9/1946.

dura seria sepultada", pois as instituições democráticas poderiam se fortalecer e as leis passariam a "ser feitas pelos legítimos representantes do povo e não mais criadas pela vontade particular do ex-ditador".[107] Em editorial, o jornal avaliava:

> Congratulemo-nos, porque voltamos a ser cidadãos. Está o Brasil de novo sob um regime constitucional legítimo. Temos um estatuto de organização nacional elaborado pelos representantes credenciados do povo, de acordo com os princípios democráticos. É boa nossa Constituição? Lá tem os seus defeitos e falhas inevitáveis, isso tem. Mas tomada em conjunto, obedece às tradições liberais de nossa formação. Aproxima-se mais dos ideais democráticos do que a de 1934.[108]

Embora tivesse representado um avanço em relação às constituições anteriores e fosse recebida com bastante entusiasmo pela imprensa brasileira, a carta constitucional de 1946 foi desrespeitada inúmeras vezes até ser abolida pela ditadura em 1964 e, portanto, o arbítrio se sobrepôs à legalidade. Ao defender a democracia e prometer ordem e estabilidade social, o governo encobria com palavras e promessas os atos de força realizados pelo regime, ou seja, a lei significava simplesmente um pretexto para as arbitrariedades cometidas pelo governo (Weffort, 1984, p.44). Evidentemente, a elaboração de uma Constituição e a instituição do sufrágio universal representavam elementos legitimadores da democracia. Ciente disso, Dutra não interferiu no processo de discussão e elaboração da nova carta constitucional, uma vez que sabia que ela era importante para legitimar seu governo e lhe oferecer uma feição democrática. No entanto, esses elementos essenciais à prática democrática foram construídos pelos grupos políticos dominantes que tiveram que se adequar à nova conjuntura nacional para manter ou conquistar o poder com o intuito de imprimir sua visão particular de mundo. Sendo assim, a democracia logo se revelaria limitada.

---

107 *OESP*, 19 e 22/9/1946.

108 *OESP*, 22/09/1946.

3
A defesa da liberdade de expressão e de imprensa colocada em xeque: jornais liberais e a cassação do PCB

Anticomunismo: uma realidade para o jornalismo democrático

A vitória dos Aliados na Segunda Guerra, conquistada com a importante participação da URSS, contribuiu para a implantação do clima temporário de tolerância entre as nações e para tímidas relações entre capitalistas e comunistas, assim como para a emergência de uma nova configuração política mundial. Dentro desse quadro, o PCB, que por muitos anos funcionou de forma clandestina, reconquistou o direito de atuar legalmente no campo político brasileiro.[1] A partir de então, seguindo a linha de cooperação entre as nações em torno da manutenção da paz mundial, o partido buscou conquistar a simpatia das correntes democráticas nacionais, ampliar sua ação com a classe trabalhadora e afirmar sua disposição em contribuir com o aprofundamento da democracia no Brasil. Embora tivesse reconquistado o direito de participar da vida político-partidária nacional, a atuação do PCB revelou-se limitada dentro da realidade política que se inaugurou no país, uma vez que a imprensa nacional, ao lado das correntes políticas conservadoras,

---

1 O partido requereu seu registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral em 3/9/1945. No entanto, a legalidade do partido foi reconhecida somente em 10 de novembro de 1945.

foi responsável pela criação de uma representação anticomunista, principalmente após os primeiros raios da Guerra Fria.

O ano de 1945 iniciou-se com a promessa de restabelecimento da paz mundial e possibilidade da implantação da democracia após a derrota dos regimes nazifascistas. Dessa forma, a legalização da vida político-partidária nacional e a aproximação entre Brasil e URSS contribuíram para nutrir a esperança quanto à democratização da sociedade brasileira e a reordenação do mundo pós-guerra. O reatamento de relações diplomáticas entre Brasil e URSS, firmado após cerimônia ocorrida em Washington em 1º de abril de 1945, pode ser entendido como sintoma da nova conjuntura política que se inaugurou após o conflito mundial. Entretanto, embora a imprensa reconhecesse a importância da URSS na luta contra o totalitarismo durante a Segunda Guerra, a forma de organização social do país e sua ideologia política foram abertamente criticadas por todos os jornais analisados, ou seja, o conteúdo anticomunista nunca deixou de figurar em suas páginas.

As críticas ao comunismo e à URSS intensificaram-se a partir do momento em que foi requerido o registro do PCB ao Superior Tribunal Eleitoral, em 3 de setembro de 1945, e, principalmente, por conta da polêmica declaração de Prestes, publicada pelo *Jornal do Comércio* e pela folha comunista *Tribuna Popular* em 16 de março de 1946. Indagado sobre qual posição assumiria em caso de uma guerra entre Brasil e URSS, o líder comunista afirmara que optaria pelos soviéticos. Além disso, ressaltou que os comunistas "fariam como o povo da resistência francesa e o italiano, que havia se erguido contra Pétain e Mussolini". Para Prestes, os comunistas combateriam uma possível guerra imperialista contra a URSS e empunhariam armas para resistir (Silva, 1976, p.336). A declaração foi responsável pelo acirramento dos ânimos na Constituinte,[2] como noticiado por *OESP* e, sobretudo, pelos círculos jornalísticos nacionais, os quais, a partir de então, passariam a criticar com maior intensidade as práticas comunistas e a publicar produtos jornalís-

2 *OESP*, 22/3/1946.

ticos contrários ao PCB e à sociedade soviética. Vale ressaltar que essa versão discutida pela imprensa e pelas forças políticas conservadoras do Brasil foi desmentida bem posteriormente pelo próprio Prestes. Em sua versão, o líder comunista dizia ter afirmado que "condenaria o ato criminoso e o governo que levasse nosso povo a uma guerra imperialista. Aí se criou a confusão. E surgiu a versão de que Prestes respondera, categoricamente, que ficaria do lado da União Soviética" (Moraes; Viana, 1997, p.147). Dessa maneira, cabe destacar os posicionamentos, principalmente de *OESP, DSP* e *CM,* os quais dirigiram pesadas críticas às declarações de Prestes e o acusaram de "traidor da pátria", "agente de Moscou", "fanático", "ambicioso", "sem escrúpulos", entre outros termos ofensivos.

Ao reafirmar sua posição contrária à guerra imperialista, *OESP* classificou como infelizes as declarações de Prestes e entendeu que, "por amor à ideologia, o líder comunista se considerava mais russo que brasileiro".[3] Reafirmando suas posições anticomunistas, *OESP* acrescentava que, ademais, a hipótese de o país envolver-se em uma guerra imperialista era "contra as tradições e índole dos textos constitucionais do Brasil". Ou seja, reforçava, indiretamente, que Prestes desconhecia a tradição e a Constituição brasileiras, além de o líder comunista apontar a perspectiva de uma guerra imperialista, portanto via belicosa para a solução de problemas.

Em editorial publicado no *DSP,* Assis Chateaubriand afirmava não ter ficado espantado com a declaração de Prestes, pois, para ele, o líder comunista falava de "acordo com a rotina do seu partido", e essa declaração se inseria no esquema de propaganda que fora incumbido de fazer em solo brasileiro, sendo que Moscou era seu polo de atração. E concluía: "é a Moscou a quem (Prestes) deve fidelidade".[4]

Sob o título "Definiu-se o senhor Prestes", editorial do *CM* aproveitava a oportunidade para tecer veementes críticas ao líder comunista e ao PCB. Afirmava que Prestes havia tomado posição

3 *OESP*, 22 e 29/3/1946.

4 *DSP*, 26/3/1946.

pela "Rússia" e suas declarações representavam uma confissão de que estava a serviço de agentes internacionais. Salientava que no Brasil existia "uma organização internacional, comandada de fora, especificamente destinada a pôr em perigo a segurança nacional. E finalizava em tom de alerta: "Essa organização agora tomara posição".[5]

Podemos dizer que o discurso anticomunista, emitido sobretudo pelo governo e pela imprensa norte-americanos, repercutiu fortemente nos debates políticos da recém-implantada Constituinte. Com o desenrolar da Guerra Fria, o governo brasileiro aproximava-se das ideias anticomunistas emitidas pelo governo norte-americano, tentava conter os avanços do PCB, bem como minar suas bases de atuação política, como sindicatos, jornais e associações. Por seu turno, à medida que as discussões acerca da Guerra Fria se intensificavam no plano externo, a imprensa brasileira posicionava-se cada vez mais ao lado dos Estados Unidos, classificando essa nação como a única comprometida com os valores democráticos e cristãos, e passou a reproduzir o discurso de seus congêneres norte-americanos e da Europa ocidental em favor da eliminação do comunismo e da construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Além disso, as folhas consultadas publicaram matérias relacionadas às perseguições e ações governamentais que objetivavam frear a expansão comunista ou até mesmo eliminar os partidos comunistas em países como França, Estados Unidos, México, Chile, Peru, Argentina, Egito, entre outros.[6] A maior parte desse noticiário era procedente de importantes agências de notícias norte-americanas e inglesas, como a Reuters e a United Press. É importante notar que a primeira página dos jornais analisados contava com a publicação do resumo das principais notícias políticas internacionais, fornecidas pelas agências noticiosas desses países. Ao

5 *CM*, 23 e 27/3/1946.

6 *CM*, 1/1/1947 e 9/5/1947; *OG*, 20 e 27/10/1947, 8, 9 e 12/1/1948; *JB*, 24/5/1946 e 22/10/1947; *OESP*, 17/1/1947, 30/4/1947, 9/5/1947, 16/7/1947; *DSP*, 5/1/1946 e *FM*, 16/7/1946.

receber as matérias das agências de notícias, os jornais realizavam uma seleção das que deveriam ou não ser publicadas. No entanto, ao receber os textos das agências de notícias, os jornais construíam um outro texto, com o objetivo de atingir mais facilmente o público leitor local, ou seja, a simples tradução de um texto de uma agência internacional de notícias representava a construção de um novo conteúdo jornalístico, que trazia embutido sentimentos, desejos e objetivos bastante particulares (Biagi, 2001, p.14). A preferência pela publicação de matérias de agências norte-americanas e inglesas revelava o posicionamento dos periódicos diante dos acontecimentos políticos internacionais, uma vez que essas agências determinavam a agenda noticiosa, bem como a linha política a ser adotada pelos jornais brasileiros a partir do despertar da Guerra Fria. Assim, as agências de notícias norte-americanas podem ser classificadas como as grandes produtoras do discurso anticomunista nas páginas da imprensa brasileira, já que foram as grandes fornecedoras do conteúdo jornalístico que a irrigou a partir de 1945.

Além do conteúdo procedente das agências de notícias norte-americanas, os jornais *CM, DSP, JB, FM* e *OESP* publicaram matérias exclusivas de colaboradores internacionais, que analisavam o cenário político internacional, posicionavam-se contrariamente ao comunismo e defendiam o modelo político e econômico norte-americano.[7] Ao publicar, com exclusividade, as colaborações de jornalistas internacionais, os órgãos da imprensa buscavam legitimar seus discursos nos campos jornalístico e político e, dessa forma, disputar posições mais elevadas no primeiro para produzir representações sociais que viessem a ser consumidas pelos demais agentes dos respectivos campos. Ademais, ao se relacionar com os campos jornalístico e político dos Estados Unidos e defender o regime capitalista vigente naquele país, a imprensa brasileira buscava

7 *CM*, 19/10/1946; *JB*, 3/12/1945, 9/1/1948; *OESP*, 28/12/1945, 18/4/1946 e 23/5/1946, 13/3/1947, 9/5/1947, 4/10/1947, 2 e 16/11/1947; *FM*, 6/4/1945, 8/5/1945 e 1/11/1945 e *DSP*, 5/1/1946.

destacar-se no âmbito comercial, conquistando propagandas das empresas norte-americanas.

Como prova da construção ideológica anticomunista a partir da segunda metade da década de 1940, momento em que as relações entre os profissionais da imprensa brasileira e americana intensificaram-se, o governo americano passou a investir grande soma de dinheiro para promover a influência dos EUA no Brasil, como estratégia de guerra ideológica. Para tanto, sob a direção de Nelson Rockefeller, foi criado em 1940 o Office of the Coordinator of Interamerican Affairs, que passou a distribuir artigos para a imprensa brasileira com os conteúdos políticos e ideológicos veiculados pela imprensa norte-americana, além de patrocinar viagens de jornalistas brasileiros "à pátria democrática"[8] (Moura apud Lins e Silva, 1991, p.79).

As influências anticomunistas norte-americanas não se reproduziram literalmente no Brasil, "mas a recepção das construções discursivas e imagéticas foi mais bem recebida que outras", ou seja, embora constituíssem importantes elementos de combate ao comunismo, os argumentos anticomunistas de inspiração liberal encontraram menor acolhida no Brasil do que nos Estados Unidos, uma vez que aqui os valores religiosos do catolicismo representaram a base da mobilização anticomunista. À medida que ocorria o crescimento da ideologia marxista-leninista no Brasil e esta passava a representar perigo para os setores liberais e religiosos, o comunismo passou a ser caracterizado pela grande imprensa como agente do mal e como demoníaco (Motta, 2002, p.2).[9]

Uma das instituições que mais se dedicou ao combate ao comunismo no Brasil foi a Igreja Católica. Esse discurso produzido pelo catolicismo foi elaborado a partir de uma infraestrutura já existente na Igreja. A luta contra o comunismo foi beneficiada pelas boas re-

8 De acordo com o autor, a verba gasta pela entidade presidida por Rockefeller para esse tipo de atividade foi de U$ 3,5 milhões em 1940 e U$ 38 milhões em 1942.

9 Em Mariani (1998) e Motta (2002), o leitor encontra reflexões sobre a construção das representações e do discurso anticomunista após a Revolução de 1917.

lações que a hierarquia católica mantinha com os governos constituídos e com grupos políticos dominantes. Isso explica o posicionamento dos líderes religiosos, que, por meio de livros, revistas, cartazes, panfletos e santinhos impressos nas gráficas católicas, incentivavam os fiéis, já em 1945, a conscientizar-se contra a ideologia comunista, considerada anticristã pela instituição religiosa.

Após a legalização do PCB em 1945, as lideranças católicas passaram a aconselhar seus seguidores a esquivar-se do comunismo e votar nos candidatos simpáticos ao regime democrático, à liberdade de expressão e fiéis aos bons costumes nacionais e à família. Dessa forma, *OG* e *JB* destacaram-se por ter publicado opiniões de líderes e autoridades católicas acerca do comunismo, uma vez que os proprietários dessas folhas tinham ligações próximas com a Igreja. Em entrevista publicada em *OG*, d. Jaime de Barros Câmara, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, afirmou que a Igreja "sempre condenou o comunismo como doutrina materialista e responsável pela perturbação e ordem da paz mundial".[10] Além disso, d. Jaime Câmara e o arcebispo de São Paulo, d. Carlos Vasconcelos Motta, preconizavam nas páginas do *JB* a necessidade da coesão nacional para a luta contra o comunismo. Para os cardeais, os católicos não podiam ficar alheios ao comunismo. Para tanto, aconselhavam os fiéis à "vigilância, resistência, coesão e fidelidade a Deus para afastarem os perigos que atormentavam o Brasil".[11]

No entanto, a ação isolada da Igreja não era suficiente para eliminar a influência comunista da sociedade. Além da atuação da Igreja Católica contra o comunismo, diversas organizações[12] passaram a atuar no Brasil, sobretudo a partir de 1930, com o intuito de extinguir a ideologia comunista e barrar seus propósitos político-

10 *OG*, 22/10/1947.

11 *JB*, 24/10/1947.

12 De acordo com Motta (2002, p.137-60), inúmeras organizações destacaram-se ao longo da história na luta contra o comunismo, como a Defesa Social Brasileira, Frente Universitária de Combate ao Comunismo, a Liga de Defesa Nacional, a Cruzada Brasileira Anticomunista, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, entre outras.

-partidários, entendidos como uma ameaça aos bons costumes do país. Para Motta (2002, p.138), o anticomunismo atingiu níveis variados em diferentes períodos históricos, ou seja, quanto maior o medo do comunismo, mais forte era a tendência de surgirem entidades com o intuito de combatê-lo. Para o autor, os períodos de maior intensidade do discurso anticomunista e de atuação de organizações que visavam combater a ideologia compreendem os anos de 1935-1937 e 1961 e 1964. No entanto, podemos afirmar que o período 1945-1948 é um dos momentos em que o discurso anticomunista, representado sobretudo pela imprensa brasileira, atingiu proporções e intensidade compatíveis aos períodos sinalizados pelo autor. Com relação ao material jornalístico ocupado com a política internacional, o discurso anticomunista avolumou-se nas páginas da imprensa brasileira a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e da emergência da Guerra Fria. Já em relação a matérias ocupadas com a política interna, o discurso anticomunista fortaleceu-se nas páginas da imprensa a partir da abertura política, legalização do PCB e posterior participação político-eleitoral dos comunistas. Nesse período, o pensamento anticomunista produzido pela imprensa e por correntes políticas liberais continuou a reforçar a ideia de que a ideologia era uma ameaça à família, aos princípios cristãos, à moral ocidental, ao patriotismo, além de relembrar, exaustivamente, a atuação dos comunistas na Intentona Comunista de 1935.

Para os jornais consultados, o comunismo ameaçava não somente a tradição religiosa do país, a moral, os bons costumes e a família, mas também a propriedade, a liberdade, a estabilidade social e, principalmente, o regime democrático. Assim, a URSS passou a ser classificada como a antítese da liberdade, da propriedade privada e da democracia, pois seus adeptos eram entendidos pelas folhas como "os responsáveis pelas mobilizações que desagregavam a sociedade, como as greves, manifestações, desordem social e ameaça ao regime democrático".[13]

---

13 *CM*, 24/5/1945, 4 e 31/10/1945, 16/3/1946 e 19/10/1946 e 21/11/1946, 23/11/1947; *DSP*, 2/6/1945, 5/1/1946 e 25/5/1946, 8/5/1947; *OESP*,

Dessa forma, uma das táticas utilizadas pela imprensa para inculcar os valores anticomunistas e criar uma representação contrária ao PCB em seus leitores era a de realizar comparações entre os aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos envolvendo URSS e os países capitalistas, sobretudo os EUA. Nessas comparações, os jornais associavam a URSS à escravidão, à fome, à perseguição política e ao ateísmo. Já os países capitalistas, sobretudo os EUA, eram associados à liberdade, à participação política, ao direito à propriedade e alinhados aos princípios cristãos.[14]

Caracterizado historicamente pela estreita defesa dos princípios liberais, *OESP* sempre se posicionou contra o crescimento da ideologia comunista e sua tentativa de dominar o mundo. Nessa direção, afirmou ser profundamente desagradável o que julgava ser "a campanha de intrigas" desenvolvida pelo PCB no pós-guerra, pois ela nutria o desejo de opor o Brasil aos Estados Unidos, servindo aos interesses dos "russos", os quais pretendiam controlar o mundo. E considerava que "o maior erro de Prestes e do PCB foi tentar sustentar a ditadura russa e tentar implantá-la no Brasil". O jornal paulista vinculou os comunistas e o PCB a toda e qualquer atuação subversiva e provocadora de desordem ocorrida na sociedade. Em editorial, *OESP* deixara clara a sua posição em relação aos comunistas: "não podemos ser complacentes com o Partido Comunista. As suas atividades são mais nocivas que proveitosas à coletividade [...] o que se sabe é que em todas as agitações, em todos os movimentos grevistas, nunca deixam de aparecer elementos graduados do Partido Comunista".[15]

Além de criticar duramente os comunistas e ressaltar o perigo dessa ideologia para o regime democrático, *OESP* afirmou que a UDN e os pequenos partidos poderiam oferecer "soluções ao povo

---

3/11/1946, 10/8/1947 e 12/9/1947; *OG*, 24/5/1946 e 22/10/1947; *JB*, 9/5/1947 e *FM*, 1/6/1946.

14 *FM*, 13/5/1945; *OESP*, 3/11/1946, 2/9/1947; *CM*, 4/10/1945, 16/3/1946, e 10/8/1947; *JB*, 9/1/1948; *OG*, 28 e 29/5/1947, 22/10/1947; *DSP*, 2/6/1945, 5/1/1946, 14/8/1946, 9/5/1947.

15 *OESP*, 5/1946.

brasileiro para moralizar a administração, reorganizar a economia, assegurar a liberdade de pensamento, além de serem os únicos partidos capazes de oferecer resistência às ideologias de direita e esquerda".[16] Para a folha de Júlio de Mesquita Filho, a UDN deveria estar ao lado do povo para fechar o terreno ao PCB. Nesse sentido, o jornal noticiou a proposta daquela agremiação partidária para realizar uma intensa campanha contra os comunistas na imprensa e no parlamento. Campanha que o jornal apoiaria, a fim de acabar com o comunismo ou neutralizar as ações subversivas desenvolvidas pelo PCB.[17]

O *CM* asseverou, em editorial, que a luta anticomunista era uma realidade para os democratas. Dessa forma, defendia uma atuação legal mais enérgica do governo no combate ao comunismo, uma vez que "o Brasil acabava de sair da crise do regime getulista e precisava se livrar de todo perigo totalitário". E afirmava ainda que os comunistas estavam preparados para atacar o país, da mesma forma como o atacaram em 1935, e gerar desordem e rebeldia, pois se tratava de conspiradores contra a segurança e a paz dos brasileiros. Em sua coluna diária intitulada "Na Tribuna da Imprensa", o jornalista Carlos Lacerda avaliava que o PCB deveria ser entendido a partir de dois ângulos. Primeiramente, o partido, assim como seus congêneres em cada país do mundo, era um instrumento da "política russa" de expansão mundial e de luta contra o grupo ocidental encabeçado pelos Estados Unidos. Em segundo lugar, era preciso entender que a maioria dos comunistas não tinha culpa disso, pois não tinha a capacidade de discernir entre o que é certo e errado e, assim, era manipulada inconscientemente por líderes comunistas que estavam a serviço de agentes estrangeiros e almejavam a propagação da desordem e da intranquilidade política nacional. E concluía que os militantes comunistas eram conduzidos por líderes comunistas demagógicos que se aproveitavam da fome, da miséria e do analfabetismo dessas pessoas para servirem a seu jogo de poder.[18]

---

16 *OESP*, 7/5/1946.

17 *OESP*, 7, 14 e 28/5/1946.

18 *CM*, 2/6/1946 e 23/2/1947.

Classificando os comunistas como fanáticos e extremistas calculistas, o *JB* teceu virulentas críticas à política implantada pela URSS após a Segunda Guerra, uma política considerada imperialista e antidemocrática pelo diário. Além disso, o jornal se posicionou de forma clara e veemente ao lado dos Estados Unidos, sempre com críticas à estratégia dos soviéticos e do PCB em combater a influência política e econômica norte-americana na América Latina. O *JB* afirmava que "o Brasil não tinha nenhum interesse em modificar ou romper com o modelo político de mãos estendidas aos países vizinhos, dos quais se destacavam os EUA, para voltar à atenção para a URSS, que nunca havia colaborado com o Brasil, seja do ponto de vista mental, como também material". Para a folha carioca, os comunistas deveriam deixar de aconselhar seus partidários a realizar uma "revolução de êxito impossível", uma vez que entendia ser impraticável a implantação no Brasil de uma revolução nos moldes da ocorrida na URSS, pois as condições sociais e a realidade do povo brasileiro eram completamente diferentes.[19]

Posicionando-se contra a ideologia comunista, a *FM* declarara que na URSS "não se permitia a existência da imprensa livre, de reuniões partidárias públicas ou em recintos fechados, nem a formação de partidos fora do Partido Comunista, nem a ocorrência de greves; e, em casos de descumprimento dessas determinações, o indivíduo era fuzilado em praça pública". Asseverava que os comunistas eram dotados de um alto poder de destruição e estavam habilitados a fazer de tudo para a implantação de um regime de força e extinção da liberdade individual. E, dado tal quadro, defendia a ideia de que o governo brasileiro deveria travar uma intensa luta contra a proliferação da ideologia comunista no Brasil, uma vez que ela era nociva e representava um grande perigo à consolidação da democracia no país.[20]

Entretanto, embora o discurso anticomunista estivesse presente em todos os seis órgãos da imprensa analisados, o *DSP* e *OG* foram

---

19 *JB*, 1/12/1946 e 10/5/1947.

20 *FM*, 1/6/1946.

os que mais produziram representações virulentas contrárias ao comunismo internacional e à atuação dos comunistas no país, sem se esquecerem de reafirmar o PCB como uma ameaça à afirmação da verdadeira democracia no Brasil.

Em editorial publicado no *DSP*, Assis Chateaubriand declarou que o comunismo em nada se diferia do fascismo e do nazismo, pois ambos objetivavam a supressão da liberdade e da propriedade. O proprietário do *DSP* entendia que "todo comunista carregava dentro de si uma fórmula de destruição dos regimes democráticos, pois a repressão, a censura, o terror, as execuções sem julgamento predominavam na URSS como, também, na Alemanha e Itália".[21] A seguir, sustentou que a sociedade, juntamente com o governo, deveria adotar procedimentos para frear as ações comunistas e interromper seu processo de expansão verificado no pós-guerra.[22] Para *OG*, os comunistas e os fascistas caracterizavam-se pela busca do desvirtuamento da realidade, pois "tudo servia para eles, menos a verdade, porque somente essa não permitia a atmosfera da confusão, da sabotagem e da descrença". O jornal de Marinho conclamava a vigilância da sociedade e do governo sobre as atividades dos comunistas, entendidos pela folha como "os responsáveis pela incitação dos trabalhadores brasileiros à rebelião, à desestabilização do regime democrático e criação de animosidades entre o povo brasileiro e os Estados Unidos".[23]

É interessante notar que os seis jornais analisados, apesar de tons e graus distintos, definiram o comunismo como uma ameaça à ordem vigente, ao *status* da classe dominante e à tentativa de implantação de um projeto político preconizado pelas correntes liberais. Assim, os jornais não se eximiram da responsabilidade de criar e difundir um discurso anticomunista na sociedade e tentar convencer seus leitores sobre a necessidade da eliminação da ideologia comunista do cenário político nacional. Podemos afirmar que os jornais

21 *DSP*, 21/2/1946 e 2/6/1946.

22 *DSP*, 30/3/1947.

23 *OG*, 3, 6 e 24/5/1946.

liberais que se posicionavam como democratas não se satisfizeram em apenas confrontar debates ou suas ideias com a dos comunistas, mas, definindo-se como democratas, justificavam posições e expedientes anticomunistas para criar imagens negativas e pejorativas ao comunismo e até dar-lhes realidade em suas páginas.

De acordo com Abramo (2003, p.23-35), uma das características fundamentais da imprensa brasileira é a manipulação da informação, cujo principal efeito é o de que as matérias não refletem a realidade, ou seja, os jornais distorcem os acontecimentos políticos com o intuito de apresentar uma construção ficcional, a fim de montar uma realidade que privilegie os proprietários dos jornais e grupos econômicos diretamente ligados a eles, assim, "a manipulação das informações se transforma em manipulação da realidade". Segundo o autor, é possível distinguir pelo menos quatro padrões de manipulação da grande imprensa: ocultar, fragmentar, inverter e induzir. Ao utilizar o padrão de ocultação, os jornais silenciam fatos da realidade e omitem determinados acontecimentos, sobretudo no planejamento da edição e da definição da pauta, sendo que cada empresa de comunicação, baseada em seus interesses políticos particulares, define aquilo que considera *fato jornalístico*. Após essa definição, a imprensa realiza o trabalho de fragmentar as informações, ou seja, descontextualizar os acontecimentos com o propósito de criar uma outra realidade, favorável a seus interesses. Após a fragmentação dos fatos em aspectos particulares, a imprensa reordena as informações, troca os lugares e a importância dessas partes, e prossegue, assim, distorcendo a realidade original e criando outra artificial. Dessa forma, os jornais realizam uma inversão da relevância dos aspectos e uma inversão da opinião pela informação a fim de criar um fato jornalístico favorável às posições ideológicas e políticas dos jornais. Por fim, os órgãos da imprensa realizam o processo de indução, que consiste em levar os leitores a consumir a realidade construída pelos jornais, ou seja, *o leitor é induzido a ver o mundo não como ele é, mas da forma como querem que ele o veja*.

Ao abordar a temática do comunismo, os grandes jornais liberais analisados realizaram um trabalho de silenciamento sobre as

atividades comunistas à medida que definiram o que deveria ou não ser abordado sobre o PCB. Ademais, quando se referiam aos comunistas e a sua agremiação partidária emitiam pareceres e julgamentos contrários à organização desses agentes políticos, sempre com o objetivo de dificultar as atividades comunistas nos campos jornalístico e político. Assim, podemos afirmar que não havia espaço para a atuação dos comunistas na incipiente democracia brasileira pós-guerra; permaneceram na obscuridade o complexo de suas atividades, as relações e as contribuições que o partido e os comunistas proporcionaram à democracia e à vida política nacional. Após a distorção e a montagem do fato jornalístico, a realidade foi recriada pela imprensa à medida que associava o *Bem* aos Estados Unidos e ao regime capitalista, e o *Mal* à URSS e ao comunismo. Dessa forma, os leitores eram levados a acreditar não que só era assim o comunismo, mas que assim seria eternamente, sem possibilidade de mudança.

A linha política dos jornais analisados obedecia à cronologia dos interesses e da conveniência. É importante notar que a própria estrutura da imprensa brasileira contribuiu para a afirmação do discurso anticomunista na sociedade, uma vez que a pauta dos jornais era definida por liberais que defendiam, por vezes, seus interesses políticos e econômicos mais imediatos. Além disso, o diretor e o redator-chefe de cada jornal – pessoas de confiança dos proprietários –, e, posteriormente, os manuais de redação e estilo, impuseram um enquadramento de seus funcionários às normas editoriais estabelecidas pela empresa e delimitaram aquilo que poderia ou não ser publicado. Assim, por exemplo, notícias sobre propostas comunistas passaram a ser eliminadas das folhas, dando espaço à crítica e às perseguições ao PCB e à atuação de seus parlamentares. Dessa forma, a imprensa ocultava ou desvirtuava a atividade política dos comunistas na medida em que os editoriais e conteúdos jornalísticos produzidos passavam por filtros político-ideológicos ou, quando não, por interesses imediatos das empresas jornalísticas. Por outro lado, os produtos jornalísticos dos intelectuais e articulistas comunistas que escreviam para a grande imprensa brasileira

também passavam por um crivo ideológico, pois eram obrigados a escrever sobre temas determinados pelos diretores dos jornais ou ficavam restritos às seções literárias.

Buscando a adesão do maior número de adeptos a sua causa política, a imprensa brasileira foi responsável, assim, pela construção de uma verdade única sobre a democracia, uma verdade que não apenas contestava a ideologia comunista como oferecia elementos para a luta anticomunista. A democracia defendida pelos jornais no imediato pós-guerra era dotada de limites bem definidos, ou seja, deveria estar a serviço dos interesses particulares de grupos políticos e econômicos, e o comunismo internacional e a ação legal do PCB no campo político brasileiro representavam constante ameaça a esses interesses.

A democracia escrita com letras minúsculas: a reação dos jornais às práticas comunistas

Durante o breve período de atuação legal do PCB na vida política nacional, as correntes liberais brasileiras recearam a expansão da ideologia comunista no país, principalmente entre o operariado urbano e as classes menos instruídas. Consequentemente, entendiam que as ações do partido deveriam ser monitoradas pelo governo, pois representavam ameaça à implantação das propostas liberais e comprometiam a obra de democratização política do país. O receio aumentou ainda mais devido ao crescimento eleitoral obtido pelo partido entre as eleições de dezembro de 1945 e a de janeiro de 1947, bem como da condução política dos líderes comunistas que firmaram alianças com políticos de cunho populista, fato responsável por aguçar a desconfiança dos setores liberais e fortalecer o medo do perigo comunista e do retorno à ditadura. Recém-legalizado, o partido conseguiu uma excelente votação nas eleições de 1945. Na oportunidade, o candidato do PCB à Presidência da República, Yedo Fiúza, conquistou algo próximo a 10% dos votos do eleitorado. Além disso, o partido elegeu 14 deputados federais, entre os quais Carlos Marighela, Jorge Amado, João Amazonas,

Gregório Bezerra, Maurício Grabois e José Maria Crispim. Contou ainda com Luís Carlos Prestes como o senador mais votado pelo então Distrito Federal, tendo como suplente Abel Abreu Chermont. Assim, o partido conquistava o posto de quarta maior força política do país e atingia a marca de 200 mil filiados.

Por sua vez, nas eleições de janeiro de 1947, em que elegeram governadores, senadores, suplentes de senadores, deputados estaduais e deputados suplementares à Câmara Federal, os comunistas realizaram alianças políticas com alguns políticos que haviam desempenhado importantes papéis durante o Estado Novo, dentre os quais se destacava Adhemar de Barros, ex-interventor do Estado Novo em São Paulo. Vale salientar que tal aliança deu-se em nome do comprometimento de Adhemar em defender a existência legal do PCB e solucionar os problemas do custo de vida da população paulista. A aliança com o PCB permitiu ao ex-interventor estadonovista um importante trânsito entre o operariado urbano e concedeu-lhe a possibilidade de conquistar o eleitorado de um partido que havia conseguido uma expressiva votação nas eleições de 1945 (Pomar, 2002, p.39). O apoio dos comunistas ao candidato do PSP foi baseado em uma promessa de ocupação de cargos públicos, inclusive da chefia da Polícia do Estado (Basbaum apud Pomar, 2002, p.40). Terminada a votação, Adhemar (PSP) conseguiu 35% dos votos e foi eleito, Hugo Borghi (PTN) conseguiu 30%, Mário Tavares, candidato do presidente Dutra e do PSD, teve 26%, e Almeida Prado, candidato da UDN, 8% dos votos.[24] Nessas eleições, o PCB elegeu 46 deputados estaduais em 15 estados e no Distrito Federal, além de contar com os dirigentes comunistas Pedro Pomar e Diógenes Arruda, eleitos pelo PST na eleição suplementar para a Câmara Federal,[25] e com a eleição da maior bancada na Câmara Municipal do Distrito Federal, com 18 vereadores eleitos (Chilcote, 1982, p.97).

---

24 Nas eleições, Adhemar recebeu 393.637 votos, Hugo Borghi, 340.502, Mário Tavares, 289.575, e Almeida Prado, 93.169.

25 A partir de então, o PCB passou a contar com 16 deputados na Câmara dos Deputados e um senador.

A vitória de Adhemar em São Paulo foi determinante para que a imprensa, notadamente a paulista, passasse a criticar mais intensamente os comunistas por seu apoio ao candidato do PSP nas eleições e intensificar as manobras anticomunistas, bem como mobilizar as bases parlamentares conservadoras para a discussão da cassação da legenda e dos mandatos comunistas. Para *OESP*, havia quatro candidatos ao governo do Estado: "dois aventureiros (Hugo Borghi e Mário Tavares), um velho e mentalmente retardado político do século XIX (Adhemar de Barros) e um com profundas convicções democráticas (Almeida Prado)". A folha dirigida por Júlio de Mesquita Filho acreditava que o PCB havia perdido a chance de contribuir com a democracia e apoiar o candidato udenista Almeida Prado, entendido pelo jornal como um dos possuidores de um passado moral e intelectual notável, além de comprometido com a democracia. E concluía que os comunistas preferiram ficar ao lado de Adhemar, que fora um dos interventores da ditadura Vargas e realizara a mais feroz perseguição aos adversários.[26] Durante a campanha eleitoral, a *FM* apoiou a candidatura de Mário Tavares, do PSD, ao governo do estado de São Paulo, classificando-o como "pertencente a uma estirpe ilustre e detentor de bons costumes". Embora condenasse o apoio do PCB à candidatura de Adhemar de Barros, o jornal de Nabantino se relacionaria amistosamente com o governador Adhemar de Barros depois de sua posse.[27] Seguindo sua linha de apoio aos governos constituídos, o *DSP* condenou a aliança realizada entre o PCB e Adhemar de Barros durante a campanha eleitoral. Todavia, logo após a vitória do candidato do PSP, o jornal de Chateaubriand passou a claramente defender o novo governador, conquanto continuasse criticando os comunistas que haviam descarregado grande quantidade de votos na candidatura adhemarista. Depois da posse de Adhemar, Assis Chateaubriand tentou beneficiar-se política e economicamente do novo governo. Para ele, "o novo governador de São Paulo havia adotado com os

---

26 *OESP*, 7, 10 e 24/1/1947.

27 *FM*, 1/1947.

Diários, durante a campanha política, o mesmo expediente que teve o general Dutra, ou seja, não perdeu o contato com os Diários Associados". Além disso, classificou o novo governador eleito como tolerante, inteligente e dotado de um desejo de servir São Paulo e seus altos ideais de educação cívica e de cultura política.[28]

Nesse período, o candidato que recebesse o apoio dos comunistas era alvo de ataque das oposições, uma vez que o comunismo representava a impureza e a antítese do projeto defendido pelas forças políticas liberais. Embora se declarasse terminantemente anticomunista, Chateaubriand reconheceu a importância do apoio do PCB à candidatura de Adhemar e afirmou que, sem essa aliança, o governador não teria conquistado a diferença de votos em relação a Hugo Borghi, o segundo colocado nas eleições. Durante a campanha eleitoral, Adhemar de Barros tentou por todos os meios defender-se das críticas que sofria por conta do apoio recebido dos comunistas. Vale lembrar que, uma vez impossibilitados de conquistar os votos ou o apoio político dos comunistas, os agentes políticos liberais passaram a utilizar as ideias negativas construídas a respeito do comunismo para atacar seus opositores. É importante notar que todos os partidos almejavam conquistar o apoio e os votos dos comunistas; então, o PCB realizou coligações com a UDN, o PTB e o PSD em vários estados do país.

A partir do avanço eleitoral do PCB, verificado nas eleições de 1945 e 1947, e à medida que os primeiros contornos da Guerra Fria ficavam mais nítidos, o governo e as correntes políticas conservadoras brasileiras puseram-se a controlar com mais intensidade as ações dos comunistas. As ações políticas contra o PCB culminaram no pedido de cancelamento da legenda em março de 1946, requerida pelos deputados Barreto Pinto[29] e Himalaia Virgulino, do PTB, que acusavam os comunistas de representarem uma organização inter-

---

28 *DSP*, 24/1/1947, 8/3/1947 e 12/3/1947.

29 De acordo com Nogueira (2005, p.9), Barreto Pinto foi eleito com apenas 537 votos. Sua posse, bem como a de 17 dos 22 deputados eleitos pelo PTB, foi efetuada graças à enorme votação conseguida por Getúlio Vargas nas eleições de 1945.

nacional orientada pelo marxismo-leninismo, e que, em caso de guerra entre Brasil e URSS, ficariam ao lado dos últimos. Apresentando farta documentação com publicações, entrevistas e discursos comunistas, os deputados objetivavam provar suas acusações. Além disso, denunciavam que, após obter o registro que lhe possibilitava atuar legalmente, o partido começou a exercer atividades nefastas e subversivas, apoiando greves e procurando criar um clima de confusão e desordem. Assim sendo, a imprensa, que, havia pouco, defendera a completa democratização do país e a ampla participação dos partidos políticos no cenário político nacional, passou – com o intuito de direcionar os debates políticos nacionais, tema a ser discutido adiante – a se posicionar diante das discussões acerca das denúncias e proposta de cassação do PCB apresentadas pelos petebistas.

Centrado no objetivo de controlar as ações do PCB, no início de abril de 1946, o governo proibiu a realização de atividades comunistas, dispersou comício do partido no largo da Carioca, no Rio de Janeiro, invadiu suas sedes e reprimiu, em diversas partes do país, manifestações de trabalhadores durante o 1º de maio de 1946. O acontecimento mais preocupante ocorreu no dia 23 de maio de 1946, no largo da Carioca, onde centenas de pessoas realizavam um ato em favor do PCB. A mando do presidente, a multidão foi dispersada pela polícia sob a alegação de que não era permitida a realização de comícios naquele local e de que os comunistas haviam descumprido as determinações das autoridades legais. Após forte repressão policial, que lembravam os períodos mais sombrios e autoritários do Estado Novo, centenas de pessoas foram feridas, presas e até uma morte foi contabilizada.

É curioso observar a reação da imprensa diante dos acontecimentos no largo da Carioca, sobretudo a dos jornais alinhados ao governo Dutra, como *JB, OG, FM* e *DSP*. Ao analisar o confronto entre policiais e militantes comunistas, o *JB* afirmou que o centro da cidade do Rio de Janeiro tinha sido palco de um "verdadeiro duelo entre os policiais que objetivavam a manutenção da ordem e, de outro, militantes do Partido Comunista, os quais teimavam em desobedecer à autoridade pública". Para o jornal de Pereira

Carneiro, a polícia apenas havia cumprido o seu papel e estabeleceu uma linha divisória entre aqueles que querem ajudar o Brasil a sair das dificuldades deixadas por Vargas e aqueles que querem agravar a situação e trazer mais dificuldades para o povo brasileiro.[30]

Sobre os acontecimentos do largo da Carioca, *OG* tratou também de defender o governo e culpar os comunistas pela violentas ações da polícia, mas não deixou de realçar a utilização do excesso de força por parte dos policiais. De acordo com o jornal, o PCB entregou um requerimento à Delegacia de Polícia Social pedindo a autorização para realizar um comício no largo da Carioca no dia 23 de maio, às 18 horas e 30 minutos. Por seu turno, a polícia emitiu um despacho no qual afirmava ser impossível a realização de comícios no largo da Carioca, uma vez que o local era considerado perigoso para a segurança pública, ficando o PCB autorizado a realizar o comício na praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, no mesmo dia e horário.[31] Em editorial publicado em 24 de maio de 1946, *OG* deixou bem clara sua posição frente aos lamentáveis acontecimentos do largo da Carioca:

> O Partido Comunista, dentro das intenções mais evidentes de seu guia e chefe, nada mais deseja que desenvolver o seu programa de achincalhe às autoridades, não poupando sequer os homens que se afastam mais do terreiro partidário, porque incumbidos de refletir no estrangeiro os rumos de nossa política externa, bem é de ver que ao Sr. Carlos Prestes e seus mais representativos correligionários com assento na Constituinte, o que importava acima de tudo era desmoralizar o poder público e sobrepor-se às suas ordens.[32]

Para o *DSP*, não era possível emprestar solidariedade a "agitadores vermelhos", que não podiam ser considerados democratas e viviam perturbando a tranquilidade do povo que precisava trabalhar, boicotando a ordem pública em decisões emanadas de fora de

30 *JB*, 24 e 25/5/1946.

31 *OG*, 22/5/1946.

32 *OG*, 24/5/1946.

nossas fronteiras. Além disso, o jornal caracterizava os comunistas como rebeldes e interessados em destruir a democracia e incentivar o totalitarismo tal qual o então vigente na URSS.[33]

Por sua vez, os jornais *OESP, CM* e *FM* apresentaram opiniões e avaliaram os fatos ocorridos no largo da Carioca diferentemente de seus concorrentes. Embora se declarasse terminantemente anticomunista, a *FM* responsabilizava tanto o PCB como o chefe da polícia do Distrito Federal. Para a folha, os comunistas já conheciam a determinação da polícia de mudar o local do comício no largo da Carioca para a praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, pelo menos um dia antes de sua realização. No entanto, continuaram convocando os partidários para a atividade política no largo da Carioca. Mas afirmava que o chefe da polícia cometeu grave erro ao dar esperanças aos comunistas de que ainda poderiam obter licença para realizar o comício no largo da Carioca e concluía: "afirmar que a polícia atirou desnecessariamente contra o povo é tão leviano quanto dizer que os comunistas foram os provocadores do tiroteio".[34]

Para o *CM*, a repressão policial ao comício no largo da Carioca constituiu um ato de violência à livre manifestação do pensamento e um arranhão na democracia. No entanto, o jornal fez duras críticas ao comportamento dos comunistas, pois teriam desobedecido às diretrizes policiais e convocado grande quantidade de pessoas para participar do comício no largo da Carioca. Além disso, acreditava que o largo da Carioca não tinha condições de receber comícios, pois, no horário em que foi marcado o dos comunistas, o retorno dos trabalhadores para casa seria atrapalhado e causaria grande desconforto. Concluía afirmando que, naquele episódio, a liberdade de pensamento ofendia a liberdade pura e simples de todos. Para a folha de Paulo Bittencourt, a polícia não deveria proibir os comícios, mas localizá-los melhor para que a prática democrática pudesse se fortalecer no país.[35]

33 *DSP*, 25 e 29/5/1946.

34 *FM*, 26/5/1946.

35 *CM*, 28/5/1946.

Denunciando a ação da polícia do Distrito Federal como terrorista e nazista, *OESP* tomou posição bem mais crítica e dura em relação ao ocorrido no largo da Carioca. Em sua coluna diária "O Momento Político", o articulista Rafael Corrêa de Oliveira, que todos os dias criticava o governo e seus auxiliares, afirmou que Dutra estava "preparando o terreno para um regime de terror". Para ele, a polícia propositalmente havia deixado que a multidão se aglomerasse no largo da Carioca para "demonstrar sua monstruosidade e, além disso, não havia nada que justificasse a ação violenta e desalentadora da polícia que reprimiu a população que se reunia pacificamente para a realização do comício, além disso, o povo não tinha pleno conhecimento da proibição do ato político". Nos dias seguintes à repressão policial, *OESP* publicou uma série de matérias, artigos e editoriais que condenava as ações violentas da polícia, responsabilizava o governo pela autoria das ações e exigia a demissão do chefe da polícia do Distrito Federal, José Lira, bem como a demissão de todos os homens do Estado Novo que estavam no governo, uma vez que, se eles continuassem e não modificassem sua conduta, o país poderia voltar ao regime de tirania.[36] Diferentemente dos outros jornais, *OESP* procurou minimizar a culpa dos comunistas no episódio e responsabilizou sobretudo o governo pelo confronto. No entanto, o jornal não deixou de publicar virulentas críticas à atuação dos comunistas no período em que gozavam de vida legal, ao denunciar sua propaganda e seu objetivo revolucionário. Demonstrando total alinhamento aos ideais liberais, o jornal defendeu a atuação dos comunistas dentro dos limites legais e sem desafiar as autoridades, caso contrário, poderiam levar o país à catástrofe suprema, o que para o jornal significava a supressão das liberdades que o país havia reconquistado.

Aos poucos, o governo intensificou as ações repressivas para enfraquecer a organização comunista e, principalmente, conter seus métodos de propaganda e divulgação de ideias. Por isso, com o decreto-lei 22.938, de 15 de abril de 1947, o governo suspendeu as

---

36 *OESP*, 24, 25 e 28/5/1946.

atividades da Juventude Comunista (JUC) sob a alegação de que a organização era nociva ao país, orientada pelo comunismo soviético, filiada ao Partido Comunista do Brasil e tinha adquirido personalidade jurídica mediante falsa declaração de seus fins. No entanto, como forma de conter os avanços da Juventude Comunista, a Igreja Católica criou a Juventude Operária Católica, uma organização composta por jovens que objetivava atuar no movimento operário com o intuito de combater a influência soviética nas classes trabalhadoras.[37] É importante notar que todos os seis jornais analisados posicionaram-se contra a organização da Juventude Comunista, por acreditarem que ela oferecia perigo aos jovens brasileiros e os hipnotizava com suas ideias subversivas. De todos os jornais analisados, merecem destaque as posições de *OESP* e *JB*. Ambos chegaram a propor receitas de como combater a Juventude Comunista, mas dentro da legalidade constitucional. O diário da família Mesquita afirmava que as forças democráticas não poderiam ficar inertes diante da criação da JC. Sem propor a repressão policial à entidade, o jornal preconizava a criação da Juventude Democrática, que deveria ser "reunida em torno da bandeira da liberdade e justiça", para fazer frente à organização comunista. Ao propor a formação da Juventude Democrática, o jornal paulista objetivava "convencer os jovens brasileiros sobre os perigos do comunismo e orientá-los sobre a necessidade do fortalecimento da democracia".[38] Por sua vez, o *JB* comparou a Juventude Comunista à Juventude Nazista. Para o *JB*, seria necessária a formação de grupos de jovens religiosos para fazer frente à Juventude Comunista, uma vez que o jornal concebia a religião como um meio eficaz para eliminar o comunismo da sociedade.[39]

As perseguições aos comunistas ganharam intensidade quando os acontecimentos que se desenhavam no âmbito internacional impulsionaram o governo brasileiro a repensar suas relações diplo-

---

37 *JB*, 13/5/1947.

38 *OESP*, 6/4/1947.

39 *JB*, 13/5/1947.

máticas com a URSS. Respirando esse ambiente de agressões e autoritarismo, o debate em torno do rompimento das relações diplomáticas entre URSS e Brasil ocupou a atenção das correntes políticas e da imprensa brasileira a partir de meados de 1947. Uma vez cassada a legenda comunista, não restava dúvidas de que o próximo passo do governo brasileiro seria o rompimento de relações diplomáticas com a URSS.

Com a cassação da legenda comunista no Brasil em maio de 1947, a imprensa soviética passou a desferir pesadas críticas ao governo brasileiro, acusando-o de fascista e intransigente. No entanto, o fato que contribuiu sobremaneira para que o governo brasileiro tomasse a iniciativa do rompimento foi o ataque realizado ao presidente Dutra pelo governo soviético no jornal *Literaturnaya Gazeta* em 10 de outubro de 1947. Os soviéticos classificaram o presidente brasileiro como "general do café" e o acusaram de nutrir uma "mórbida paixão pelo nazismo", além de temer o Exército alemão, "mesmo quando o via nas telas do cinema" (Rezende, 2006, p.92). Por intermédio do embaixador brasileiro Pimentel Brandão, o governo brasileiro enviou uma nota ao governo soviético exigindo retratação das afirmações, pois, segundo as autoridades brasileiras, elas constituíam uma afronta ao Brasil. No dia 14 de outubro de 1947, o ministro das Relações Exteriores da URSS recusou-se a responder à nota emitida pelo governo brasileiro, afirmando que as acusações não eram cabíveis e que a referida nota estava escrita em tons ofensivos. Diante do episódio, e sobretudo diante do impasse criado, o governo brasileiro enviou nota ao governo soviético comunicando o rompimento de relações diplomáticas entre os países em 21 de outubro de 1947.[40]

Publicada integralmente no jornal *OG*,[41] a nota emitida pelo governo brasileiro justificava como causa do rompimento o tratamento

---

40 O Brasil foi um dos primeiros países a romper relações diplomáticas com a URSS após o fim da Segunda Guerra Mundial. No mesmo mês, o Chile fez o mesmo, seguido da Colômbia em 1948, Cuba e Venezuela em 1952 e Guatemala em 1954.

41 *OG*, 21/10/1947.

desigual dado aos diplomatas brasileiros em Moscou em relação aos representantes soviéticos no Rio de Janeiro, aos vexames e restrições aos diplomatas brasileiros, às críticas do governo soviético ao ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, e ao presidente Dutra e a rejeição do pedido de desculpas ao governo brasileiro. O rompimento de relações diplomáticas com a URSS foi bem recebido pelos círculos políticos conservadores e anticomunistas no Brasil e recebeu aplausos da maior parte dos parlamentares brasileiros. Os jornais analisados produziram intensos debates em torno do episódio e, conjuntamente, posicionaram-se favoráveis ao rompimento das relações, embora apresentassem motivos e objetivos diversos para tal.

Apesar de ter defendido o rompimento de relações diplomáticas entre os dois países, *OESP* publicou artigos de autoria de diferentes articulistas que lamentavam o fato. Entendendo o rompimento entre os dois países como um processo inserido no contexto marcado pela Guerra Fria, o articulista Rafael Corrêa de Oliveira, próximo à linha editorial do jornal, defendeu o ato do governo brasileiro e considerou que ele correspondia ao interesse nacional, mas se o rompimento tivesse ocorrido apenas por interesses internacionais, não deveria ser apoiado. Em matéria publicada em 19 de outubro de 1947, Corrêa defendia que o governo brasileiro deveria ressalvar a dignidade do Brasil e impedir que o país fosse considerado apenas uma carta inexpressiva no cenário da Guerra Fria, ou seja, deveria mostrar-se portador de opinião própria e não dependente do contexto político internacional. Preconizava que o Brasil deveria apresentar-se como mediador entre as disputas que envolvessem EUA e URSS, pois representava uma potência distanciada geograficamente dos dois polos de disputas, "além de se caracterizar uma nação íntegra e objetiva, podendo servir de árbitro, intérprete e conciliador entre as partes".[42] Por sua vez, Paul Vanordem Shaw, também articulista do jornal, lamentou o rompimento de relações entre os dois países, pois esse ato significava o fechamento de

42 Além da matéria de autoria de Rafael Corrêa de Oliveira, *OESP*, 4 e 22/10/1947.

uma porta que poderia gerar entendimentos mútuos e o fortalecimento das Nações Unidas.[43]

O *CM* tomou o rompimento de relações com a URSS como algo inevitável em face da arrogância, intransigência e grosseria das autoridades soviéticas. Para o jornal, a URSS não deixara outra alternativa a não ser o rompimento, ou seja, "a decisão de ruptura coube legitimamente ao Brasil, mas a responsabilidade do ato, pela origem da causa, pertence ao governo soviético".[44] O jornalista Carlos Lacerda, em sua coluna diária, embora se declarasse terminantemente anticomunista, lamentou o rompimento de relações do Brasil com a URSS, pois classificava a nação soviética como uma das mais poderosas do mundo e, além disso, entendia que o rompimento comprometeria a participação do Brasil na Organização das Nações Unidas, "onde a Rússia dispunha de uma grande preponderância". Para Lacerda, a culpa do rompimento era exclusivamente da URSS, pois essa insultara o governo brasileiro e criara condições para que o relacionamento entre as duas nações se tornasse impossível.[45]

Antes mesmo de se iniciarem as discussões nas páginas da imprensa acerca do rompimento de relações diplomáticas entre Brasil e URSS, Assis Chateaubriand já defendia a ação, pois a "entendia como umas das principais medidas a serem adotadas pelo governo a fim de enfrentar, não a propaganda pacífica do credo vermelho, mas os excessos e as provocações que estavam sendo empregados nessa propaganda".[46]

O *JB* posicionou-se de forma ofensiva à URSS diante do rompimento. Para o jornal, aos soviéticos não interessava a manutenção das relações diplomáticas, pois trataram o Brasil como uma potência sem importância, como aquelas que caíram sob sua influência, e, por isso, mostravam-se tão pouco diplomatas no trato com as demais nações. Aproveitando-se da oportunidade para atacar o re-

43 *OESP*, 2/11/1947.

44 *CM*, 22/10/1947.

45 *CM*, 21/10/1947.

46 *DSP*, 29/5/1946.

gime soviético, o *JB* assegurou que a opinião naquele país era controlada por seus dirigentes, o regime comunista configurava-se como uma ideologia completamente diferente da que vigorava nos países democráticos, pois havia restrição da liberdade individual. Contrapondo-se ao modelo político soviético, afirmava que "no Brasil havia uma democracia de fato, o povo escolhia seus candidatos e os jornais publicavam aquilo que pensava o povo, independentemente da influência do governo, ou seja, no Brasil, a imprensa pensava e ajudava a construir a nação".[47] Por sua vez, *OG* adotou posição mais agressiva que a de seus congêneres diante do fato. Defensor do rompimento entre as duas nações, a folha de Roberto Marinho aconselhou todos os países da América do Sul a seguir os passos do governo brasileiro, pois entendia que a URSS e o comunismo representavam uma ameaça à América; assim, os governos sul-americanos deveriam unir suas forças para eliminar a influência do comunismo no continente. O jornal entendia que, depois de sua ação na guerra, a URSS iniciava o caminho para a conquista do mundo e a implantação da desordem.[48] Por sua vez, os dirigentes da *FM* inferiam que a URSS representava uma ameaça à civilização ocidental, isto é, ao mundo capitalista em conjunto e, por essa razão, todas as medidas que fossem tomadas contra a URSS recebiam o apoio incondicional do jornal. Justificando a medida adotada pelo governo brasileiro, o jornal dirigido por Nabantino Ramos concluiu que os diplomatas brasileiros não recebiam tratamento devido do governo soviético e não dispunham de boas acomodações na URSS, e que, além disso, o relacionamento do governo soviético com o brasileiro não era próprio de nações amigas, uma vez que aquele se caracterizava pelo autoritarismo e não respeitava a soberania brasileira.[49]

Podemos afirmar que o rompimento de relações diplomáticas entre Brasil e URSS estava inserido no campo de disputas político-

---

47 *JB*, 21 e 23/10/1947.

48 *OG*, 20, 22 e 27/10/1947.

49 *FM*, 20/10/1947.

-ideológicas internacionais marcadas pela Guerra Fria e sinalizou claramente o lado em que o Brasil ficaria durante tal conflito; além disso, era parte de um conjunto de ações do governo que visou eliminar a influência comunista na sociedade brasileira. No entanto, diversas outras ações governamentais já vinham sendo planejadas e executadas com o intuito de atingir tal objetivo.

Cumpre afirmar que, com a chegada de Dutra ao poder, não era de se esperar um tratamento diferente daquele recebido pelos comunistas durante o Estado Novo, uma vez que agentes da estrutura política daquele regime, bem como os militares que serviram como base de sustentação do regime estadonovista, continuaram no poder. Dessa forma, as mesmas intenções de combater o comunismo e o PCB durante o governo Vargas foram transplantadas para a ordem política inaugurada com a Constituição de 1946, como a elaboração do projeto de Segurança Nacional, como antídoto para controlar as ações comunistas.

Enquanto as correntes políticas lutavam pelo retorno à vida democrática e constitucional, o governo elaborava um projeto de lei de segurança nacional com o intuito de centralizar e controlar a vida política do país. Em julho de 1947, o ministro da Justiça, Benedito da Costa Neto, apresentou um projeto ao presidente Dutra, elaborado na Seção de Segurança Nacional do Ministério, composto por 25 artigos que preconizavam a segurança do Estado, a soberania do país, a integridade dos poderes, a proteção do país contra os ataques de ideologias subversivas, a eliminação da infiltração da ideologia comunista no meio do funcionalismo público, entre outros. O projeto passou por vários ministérios, foi avaliado pelo presidente da República, chegou à Câmara dos Deputados em 1949, após aprovação no Senado Federal em 8 de janeiro do mesmo ano, e foi promulgado em 1953 (Reznik, 2004, p.54). O projeto foi discutido e elaborado num contexto político marcado pela polarização ideológica do mundo, pelo receio da proliferação da ideologia marxista-leninista e apresentava objetivos bastante nítidos, ou seja, frear as ações dos comunistas e proteger o país dos excessos totalitários. No entanto, o projeto atentava contra a livre

associação partidária, a liberdade de imprensa, a estabilidade do funcionalismo público, entre outros pontos. Podemos afirmar que a política implementada pelos EUA após a Segunda Guerra Mundial influenciou a Seção de Segurança Nacional no Brasil na formulação de propostas políticas. De acordo com Reznik (2004, p.48-9), o ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, enviou dois ofícios ao ministro da Justiça, Benedito da Costa Neto, em 29 de maio de 1947 e 29 de julho de 1947, respectivamente, os quais o alertavam sobre as ações do governo norte-americano para barrar o avanço comunista, como a obrigatoriedade de todos os funcionários públicos, bem como das pessoas a serem contratadas pelo Executivo, de provar que não pertenciam a nenhuma organização antidemocrática.

É possível considerar que as medidas repressivas do governo se iniciaram antes mesmo da elaboração do projeto de Segurança Nacional. Em 1948, a Seção de Segurança Nacional dedicou-se à organização, em colaboração com os governos estaduais, de um cadastro de publicações diárias e periódicas existentes no Brasil, com o intuito de conhecer a orientação político-social dos órgãos de imprensa no país. Além disso, o governo passou a controlar com maior rigidez as publicações estrangeiras, a fim de evitar a proliferação de órgãos de ideologias subversivas e antidemocráticas no país. Cumpre afirmar que tais medidas visavam a proporcionar ao Estado os meios necessários para se defender das atividades subversivas – naquele momento, consubstanciadas na prática comunista. No entanto, a ação do governo Dutra contra a imprensa comunista, além da proposta de controle da entrada de publicações estrangeiras no Brasil, iniciou-se antes do período sinalizado por Luís Reznik. Em 18 de outubro de 1946, o ministro da Justiça, Costa Neto, notificou aos governos dos estados que os jornais de língua estrangeira poderiam ser editados no Brasil, exceto os de caráter político, alegando o perigo da infiltração estrangeira no país. A determinação ministerial obrigou as folhas estrangeiras a publicar seu conteúdo no Brasil em língua nacional, pois "essa exigência fazia parte do plano de nacionalização, integral ou progres-

siva, de muitas atividades suscetíveis de abrigar o espírito desintegrador do estrangeiro".[50]

A partir do início do governo Dutra, a imprensa comunista sofreu inúmeras arbitrariedades e passou a ser vigiada por elementos governamentais e pela polícia. Vale destacar que, à medida que os comunistas conquistavam maior espaço no campo político nacional e ampliavam suas bases eleitorais, o governo intensificava a repressão às suas atividades, e buscava anular a atividade dos jornais ligados ao partido. A partir de então, inúmeros órgãos da imprensa comunista, e até não comunista, mas que não eram simpáticos ao governo, foram invadidos, incendiados e impedidos de funcionar, provocando inúmeros debates parlamentares e na imprensa brasileira. Como exemplo disso, podemos citar o fechamento da Rádio Roquete Pinto no final de julho de 1947, emissora que não apresentava cores partidárias e pertencia à prefeitura do Rio de Janeiro, irradiando notícias que interessavam à administração municipal e os debates na Câmara dos Vereadores. Único jornal carioca pesquisado que noticiou o fechamento da emissora, o *CM* asseverou que "o suposto delito cometido pela emissora fora transmitir os debates travados na Câmara, onde os oradores criticavam abertamente o governo". E concluía: "como a democracia no Brasil ainda não se escreve com letras maiúsculas a emissora foi sumariamente fechada pelo governo".[51]

É importante afirmar que as autoridades da Organização das Nações Unidas adentraram o mês de maio de 1947 realizando negociações para a implantação da liberdade mundial de informações, com vistas a garantir ao indivíduo a possibilidade de emitir opiniões e ideias sem nenhum tipo de censura. Entretanto, a partir de 1947, o governo brasileiro estava disposto a controlar mais de perto o conteúdo da imprensa, sobretudo dos órgãos comunistas.[52] A partir da aprovação do decreto-lei 20.493, de 24 de janeiro de

---

50 *CM*, 19/10/1946.

51 *CM*, 31/7/1947.

52 *CM*, 20/5/1947.

1946,[53] que regulamentava o Serviço de Censura de Diversões Públicas, o governo passou a agir de maneira sincronizada a fim de controlar a produção e circulação jornalística, como nos sombrios tempos do Estado Novo; além disso, o decreto-lei serviu para legitimar as ações arbitrárias cometidas contra a imprensa comunista, e para minar sua atuação nos campos político e jornalístico brasileiro. Kushnir (2004, p.99-100) salienta que houve "continuidades e aglutinações na burocracia estatal durante a década de 1940, ou seja, nesse período, a censura apresentou corpos polares com diferentes maneiras de agir e vinculados a um mesmo organismo", sendo harmônica na ação repressora à imprensa. Assim, podemos afirmar que o período posterior ao Estado Novo manteve resquícios autoritários, como a perseguição à imprensa, sobretudo, à de linha comunista.

Ademais, a própria Constituição promulgada em 19 de setembro de 1946 revelou-se limitada do ponto de vista democrático e foi utilizada como base para atacar a imprensa, principalmente a mantida pelos comunistas. O artigo 141, parágrafo 5º, dispunha:

> É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do Poder Público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe.

De acordo com Kushnir (2004, p.98), vivia-se ainda o impacto da Segunda Guerra Mundial e a última frase do parágrafo contido no artigo transcrito seria explicada pelo receio do ressurgimento e fortalecimento da ideologia nazifascista. No entanto, podemos afir-

53 De acordo com Kushnir (2004, p.101), esse decreto justificou a maioria dos pareceres dos censores, tanto para vetar como para autorizar a publicação de matérias nos órgãos até 1988.

mar que, com a eliminação dos inimigos internacionais de extrema direita, o comunismo soviético passou a ser encarado como novo inimigo das nações "democráticas". À medida que a Guerra Fria ganhava definição em âmbito internacional, os comunistas passaram a ser considerados subversivos e sua propaganda apenas tolerada pelo governo brasileiro. A partir de então, os jornais comunistas, bem como suas principais células partidárias, passaram a ser atacadas, às vezes de forma violenta, pelas autoridades policiais. Vale ressaltar ainda que as arbitrariedades cometidas contra os órgãos comunistas foram justificadas pelo descumprimento do dispositivo constitucional, que vetava a propaganda de guerra e a defesa de instrumentos violentos que levassem o país a uma situação beligerante.

Após a extinção da legenda comunista, o ministro da Justiça, Benedito Costa Neto, baixou uma circular afirmando que o PCB não poderia mais manter seus órgãos de imprensa.[54] Tal posicionamento foi veementemente criticado pelos principais jornais. Embora declaradamente anticomunistas, os periódicos analisados posicionaram-se contra o ato, pois o entendiam como arbitrário e inconstitucional, ferindo o dispositivo constitucional que garantia a liberdade de imprensa no país. Dessa forma, a circular do ministro afetou frontalmente a estrutura jornalística mantida pelos comunistas. O PCB possuía vários periódicos, dispunha de importante estrutura jornalística, e as matérias de seus jornais eram assinadas por grandes nomes da intelectualidade brasileira. A partir da anistia política de 18 de abril de 1945, o partido recebeu a adesão de escritores, artistas, professores universitários e jornalistas em seus quadros. O engajamento desses profissionais no partido era uma forma de atuar politicamente e divulgar suas ideias. O partido construiu uma rede de informação que incluía livros, panfletos e opúsculos, além de diversos diários e semanários como *Tribuna Popular*, *Diretrizes*, *O Esteio*, *A Revista*, *Jornal Hoje*, *O Momento*, *O Democrata*, *A Tribuna Gaúcha* e *A Classe Operária*. Dentre esses periódicos, a *Tribuna Popular* foi o principal instrumento doutrinário comunista e apresentava a melhor

---

54 *OESP*, 17/5/1947.

estrutura jornalística. O órgão foi fundado em 1925 com tiragem inicial de cinco mil exemplares, chegando a cinquenta mil exemplares em 1946, contando com colunistas como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, entre outros. Além disso, entre 1944 e 1947, os comunistas tiveram atividade editorial intensa. Encarregado de criar uma editora partidária dentro de padrões empresariais, Leôncio Basbaum fundou a Editorial Vitória, que se tornaria a editora mais importante do PCB nas décadas de 1940 e 1950. A Vitória foi responsável por traduzir e difundir livros pouco conhecidos no Brasil, sobretudo textos marxistas, e contribuiu com a difusão do conhecimento político revolucionário entre os filiados e determinados círculos de leitores, promovendo a articulação da teoria com a prática revolucionária. Além da Editorial Vitória, o partido contou com as Edições Horizonte, editora fundada em 1945 e que exerceu importante papel na publicação e distribuição de produtos editoriais comunistas[55] (Sotana, 2006, p.147-8).

As ações governamentais que visavam a eliminar a influência da ideologia comunista da vida política nacional e desarticular as ações da imprensa ligada ao PCB, bem como sua estrutura publicitária, começaram bem antes da cassação da legenda e dos mandatos de seus representantes. No final de julho de 1946, o jornal comunista *Tribuna Popular* foi impedido de circular por quinze dias por determinação do chefe da polícia, Pereira Lira, sob a alegação de ser divulgador dos planos terroristas dos comunistas e propagador de ideologias subversivas e contrárias à moral cristã e aos princípios democráticos.[56] Além disso, em 21 de outubro de 1947, a redação do jornal, no Rio de Janeiro, foi invadida e empastelada com a conivência da polícia, ferindo o dispositivo constitucional que garantia o livre trânsito das ideias e a liberdade de expressão no país. Diante do ocorrido, as forças políticas do país emitiram suas opi-

55 Em 1947 as Edições Horizontes fundiram-se ao Editorial Vitória em virtude da repressão sofrida pelos comunistas e devido à falta de recursos financeiros.

56 *OESP*, 27 e 31/7/1946.

niões e patrocinaram intensos debates no Congresso Nacional, e os jornais publicaram matérias e manifestações sobre o empastelamento do jornal. No Congresso Nacional ocorreram pronunciamentos e manifestações contrários ao ato, sobretudo da UDN, do PSB, do PL e do PCB. No Senado, o udenista Hamilton Nogueira criticou o empastelamento do jornal e ficou irritado com a morosidade da polícia, que, depois de informada, demorou quarenta minutos para chegar até o local. Para o senador, o acontecimento representou um dos maiores atentados à imprensa. Por sua vez, o deputado Hermes de Lima afirmou que o ato fora criminoso e poderia levar o presidente da República ao banco dos réus. Em nome da bancada comunista, Jorge Amado afirmou que o empastelamento do jornal feria "muito mais a democracia do que o próprio jornal".[57]

No entanto, as discussões sobre as arbitrariedades cometidas contra a imprensa comunista não se restringiram apenas ao âmbito parlamentar, e os jornais analisados também emitiram opiniões e se posicionaram diante do ocorrido. Vale ressaltar que o *CM* e *OESP* posicionaram-se contra o ataque ao jornal *Tribuna Popular* e apoiaram as manifestações dos comunistas contra as ações policiais. Para *OESP,* os atos do governo brasileiro contra a imprensa comunista faziam relembrar os períodos mais sombrios da ditadura estadonovista, sendo, portanto, merecedores da mais profunda repulsa das correntes democráticas brasileiras. Para o jornal, a Constituição garantia a livre manifestação do pensamento e, no caso da imprensa, não permitia a propaganda de guerra e os processos violentos para subverter a ordem pública, expedientes que não eram realizados pela *Tribuna Popular*. Afirmava que a propaganda das ideias deveria ser livre, "por mais absurdas" que fossem; se "os comunistas injuriavam" as pessoas e instituições, deveriam ser submetidos a processos criminais como previa a Constituição, e não serem penalizados com invasões de suas sedes, prisões e fechamen-

---

57 *Diário de Notícias*, 23/10/1947.

to de sua imprensa.[58] Por seu turno, o *CM* afirmava que a liberdade de imprensa era um dogma da democracia, e, com a suspensão e posterior empastelamento da *Tribuna Popular,* a democracia havia sofrido um duríssimo golpe. Embora reafirmasse sua posição anticomunista, o *CM* sustentava que não podia compreender que num regime de liberdade e sincera democracia fosse negada a liberdade de expressão e de pensamento aos órgãos comunistas; se os comunistas conspiram, devem ser processados, mas a força não deve ser usada para calar a voz da imprensa.[59]

A *FM* posicionou-se de forma curiosa diante da suspensão e posterior empastelamento da *Tribuna Popular*. Conquanto condenasse a atitude dos comunistas, que, segundo ela, caluniavam o poder público e atentavam contra a ordem da sociedade, a folha paulista também condenava a utilização da repressão policial contra os os seguidores do PCB, pois entendia que as forças democráticas deveriam enfrentar a ofensiva dos comunistas e lutar judicialmente se pretendessem prendê-los. Em editorial, o jornal deixou clara a sua posição sobre a liberdade de imprensa e a atuação da imprensa comunista:

> A injúria e a calúnia contra os agentes do poder constituem crimes previstos pela lei e os responsáveis podem ser punidos de maneira adequada. Não há dúvida de que os processos por delitos de imprensa são morosos e difíceis, mas é preciso reconhecer que ainda constituem o único caminho civilizado e democrático de castigar os difamadores. [...] Se há governo seguro em suas posições e livre de um golpe adverso é o do general Dutra [...] e um governo forte como o que temos está, se quiser, em condições de defender-se com armas democráticas entre as quais não se inclui a apreensão de jornais que a lei de 1938 autoriza. Não nos esqueçamos que essa lei foi promulgada numa época de negação de nossas liberdades públicas.[60]

58 *OESP*, 27/7/1946 e 17/5/1947.

59 *CM*, 27/7/1946, 16/9/1946 e 16/5/1947.

60 *FM*, 18/9/1946.

Entretanto, o jornal de Nabantino Ramos realizou ampla cobertura do empastelamento e criticou tanto os comunistas como os policiais que invadiram o jornal.[61] Por outro lado, os jornais *OG*, *JB* e *DSP*, órgãos mais ligados ao governo Dutra, defenderam as ações arbitrárias contra o PCB e sua imprensa. *OG* divulgou o fechamento do *Tribuna Popular* com grande entusiasmo e afirmava que "a imprensa comunista estava a serviço de Moscou" e, portanto, deveria ser combatida e silenciada pelo governo.[62] Com o intuito de eximir o governo Dutra da responsabilidade pelo fechamento do jornal comunista, o *JB* afirmava que a invasão e o empastelamento foram realizados por "populares revoltados com a atitude do jornal que estava a serviço de uma ideologia incompatível com a democracia e com a verdade e, consequentemente, agiam contra o Brasil".[63] O *DSP* declarava, de maneira irônica, que os partidários comunistas não deviam reclamar das ações realizadas pela polícia ao fechar a *Tribuna Popular*, pois, na "Rússia", as ações contra os opositores ao regime eram revestidas de força e autoritarismo. Para o jornal, o governo agia com brandura que não se costuma empregar na "Rússia". O fechamento do jornal comunista era entendido pela folha paulista de Chateaubriand como necessário, pois difundia propaganda subversiva contra as instituições republicanas, incitava as classes populares à rebelião contra as Forças Armadas, na esperança de destruir os princípios democráticos da Constituição de 1946. Em editorial, Chateaubriand interrogava o leitor: "com que direito um partido que tem a escravidão organizada dentro de suas fronteiras, se permitirá reclamar do direito de ser tratado em território alheio, como campeão da liberdade?".[64]

A invasão e o posterior empastelamento da *Tribuna Popular* trouxeram inúmeros prejuízos a ela, pois diversos maquinários foram quebrados, incluindo suas rotativas, e a redação e arquivos

61 *FM*, 23 e 24/10/1947.

62 *OG*, 8/1/1948.

63 *JB*, 23/10/1947.

64 *DSP*, 11/12/1947.

foram saqueados. Impossibilitado de circular, o jornal comunista distribuiu centenas de folhas mimeografadas em que atacava o governo brasileiro, a polícia e os Estados Unidos. No mesmo dia, ocorreram manifestações violentas em frente à Embaixada da Rússia, dessa vez prontamente reprimidas pela polícia. A partir do final de 1947, o jornal *Tribuna Popular* foi substituído pela *Imprensa Popular*. No entanto, a mudança de nome não foi suficiente para evitar a perseguição governamental e seu empastelamento (Silva, 1976, p.381).

Entretanto, as arbitrariedades contra a imprensa comunista não pararam por aí. Em 5 de janeiro de 1948, a polícia invadiu, danificou equipamentos e prendeu funcionários dos órgãos *A Hora* e *O Esporte* em São Paulo. Altas horas da madrugada, assaltantes mascarados e de luvas desceram de um caminhão sem placa dando tiros para o ar e, em seguida, danificaram os maquinários dos jornais.[65] Já em 31 de janeiro de 1948, a edição do jornal *Hoje* foi apreendida, sob a acusação de haver adotado uma linguagem ofensiva às autoridades constituídas e de incitar a sublevação popular. Na oportunidade, inúmeros trabalhadores do jornal foram presos.[66] Além disso, em 27 de fevereiro de 1948, o jornal foi suspenso por seis meses por ordem do Ministério da Justiça, com a acusação de atentar contra a segurança nacional. Após a suspensão do jornal, surgiria o seu sucessor: *Notícias de Hoje*, que também seria invadido e fechado pelo governo em 3 de março do mesmo ano.[67] É importante notar que as arbitrariedades cometidas contra o jornal *Hoje* provocaram acaloradas discussões na imprensa e no ambiente político-partidário.

Assim como no episódio do empastelamento da *Tribuna Popular*, *OESP* e *CM* condenaram veementemente os atos do governo e publicaram diversas manifestações de entidades, como a Associação Paulista de Imprensa, Sindicatos das Empresas de Proprie-

---

65 *Diário de Notícias*, 6/1/1948.

66 *OESP*, 3/2/1948.

67 *OESP*, 28 /2/1948.

tários de Jornais e Revistas, União Democrática Nacional e populares, os quais manifestavam-se contra o atentado ao jornal, acusando o governo de fascista e classificando seus atos contra a imprensa comunista como anticonstitucionais, uma vez que feriam os princípios da liberdade de imprensa e expressão garantida pela Constituição.[68] Além disso, em conjunto com a Associação Paulista de Imprensa, os jornais realizaram campanha pela soltura dos funcionários do jornal *Hoje,* então detidos, e incentivaram a formação de uma comissão de jornalistas para tratar do caso. *OESP* e *CM* entendiam que a imprensa não podia ser atacada violentamente, pois representava um dos mais fortes redutos da democracia brasileira. Por outro lado, a *FM* reprovou a ação de ambas as partes. Criticou os comunistas, por pretenderem contestar a cassação de seus mandatos em sua imprensa, e a polícia, por se exceder na utilização da força física.[69] Já *OG, DSP* e *JB* posicionaram-se favoravelmente ao empastelamento dos jornais do PCB, pois acreditavam que a ideologia comunista deveria ser eliminada da vida política brasileira e que a livre circulação de suas folhas representava uma ameaça à democracia e à ordem. Como forma de justificar e legitimar as ações arbitrárias cometidas contra aqueles jornais e seus funcionários, *OG* afirmou que "os funcionários do jornal *Hoje* e *Tribuna Popular* estavam preparados para atacar, pois receberam a polícia de forma violenta e escondiam grande volume de armas de fogo e munições, inclusive granadas em suas redações".[70] Por sua vez, o *DSP* e o *JB* defenderam as ações da polícia afirmando que a imprensa comunista fazia propaganda subversiva no Brasil, e o PCB não tinha o direito de provocar a rebeldia das massas e subverter a ordem há pouco tempo restabelecida no país.[71]

A partir da análise dos jornais consultados, podemos apresentar duas visões acerca da atuação legal do PCB e do funcionamento da

68 *OESP*, 6/1/1948 e *CM*, 6/1/1948.

69 *FM*, 6 e 9/1/1948.

70 *OG*, 8/1/1948.

71 *DSP*, 6 e 8/1/1948; *JB*, 8/1/1948.

imprensa comunista no início do período regido pela Constituição de 1946. Os jornais *DSP, FM, OG* e *JB* apresentaram posições bem mais enérgicas em relação à atuação do PCB na vida político-partidária, bem como ao funcionamento de sua imprensa. Alinhados ao governo Dutra, buscando conquistar benefícios econômicos e posições mais elevadas no campo jornalístico, os quatro jornais apoiavam e defendiam os atos governamentais, o que naquele momento significava não apenas expressar suas posições anticomunistas como também justificar as medidas oficiais contra o partido e a imprensa comunista.

Por sua vez, embora se declarassem anticomunistas, os jornais *OESP* e *CM* posicionaram-se criticamente quanto ao fechamento dos principais órgãos pecebistas por acreditar que tais medidas violavam a liberdade de imprensa almejada pelas correntes democráticas nacionais e feria os princípios constitucionais garantidos pela carta de 1946. Além disso, o regime democrático nascido das cinzas do Estado Novo era incipiente e frágil, havia o receio do retorno à censura governamental e, por isso, as folhas das famílias Mesquita e Bittencourt recorreram à Constituição de 1946 para defender o direito de funcionamento legal dos jornais do PCB. Ainda que se posicionassem contrariamente ao fechamento da imprensa comunista, ambos defenderam a eliminação do comunismo do cenário político brasileiro, desde que respeitados os princípios constitucionais. Cabe ressaltar que os jornais defenderam aquilo que lhes interessava, ou seja, a integridade do direito de imprensa e expressão, pois receavam que os empastelamentos e arbitrariedades contra a imprensa comunista pudessem se estender aos órgãos da imprensa liberal, como nos tempos do Estado Novo. Assim, é possível concluir que *OESP* e *CM*, apesar de suas posições anticomunistas, preocupavam-se, ao mesmo tempo, com a garantia constitucional da democracia e com a busca da autonomia da imprensa com relação ao poder político, expedientes que poderiam contribuir para mais bem posicioná-los no campo jornalístico, então em transição no processo de produção dos jornais, e no campo político, marcado pelo início da transição democrática.

Cassação da legenda e dos mandatos comunistas: governo e imprensa democráticos nutridos pela seiva do arbítrio

Empossado em 31 de janeiro de 1946, Dutra não demorou a iniciar os ataques ao PCB, com o objetivo de excluí-lo da vida político-partidária. A participação dos comunistas no movimento queremista e o crescimento eleitoral da legenda contribuíram para que Dutra tomasse o PCB como grande inimigo. Colaborou com esse posicionamento do presidente a transformação das relações políticas internacionais, pois, à medida que as disputas políticas e econômicas entre EUA e URSS intensificavam-se no pós-guerra, a aliança entre os dois países se abalava.

Calcado numa linha política de conciliação, e colocando-se a serviço do fortalecimento do regime democrático, o PCB apresentou-se, durante o curto período em que gozou da legalidade, como um partido amplo e procurou fortalecer suas bases populares, com o intuito de conseguir posições de destaque. Dessa forma, à medida que conquistava capital político e reconhecimento eleitoral, o partido passava a se fortalecer e, consequentemente, incomodar as correntes políticas mais conservadoras. Como resposta ao crescimento eleitoral da legenda e sua maior inserção no movimento operário, em 23 de março de 1946, o deputado petebista Barreto Pinto e o advogado Himalaia Virgulino apresentaram denúncias contra os comunistas no Tribunal Superior Eleitoral, acusando-os de provocar a desordem social e estar a serviço de ideologias subversivas e contrárias à moral cristã e à democracia. É curioso notar que a representação contra o PCB foi apresentada justamente num período em que o governo norte-americano intensificava suas ações contra os comunistas naquele país, com vistas a eliminá-los da vida político-partidária. Dessa forma, podemos afirmar que as ações contra a legenda, parlamentares e membros comunistas foram exercidas, notadamente pelos governos latino-americanos, de forma sincronizada com os Estados Unidos. Terminada a Segunda Guerra Mundial, as discussões acerca da eliminação do comunis-

mo e a implantação da democracia na América ganharam intensidade. Vale ressaltar que o governo norte-americano, bem como a imprensa daquele país, realizou, no início de 1946, intensa campanha contra o comunismo e conclamou os países latino-americanos a realizar uma cruzada contra as ideologias subversivas e pela implantação da democracia no continente. Em 27 de março de 1947, às vésperas da cassação da legenda comunista no Brasil, o Comitê de Atividades Não Americanas da Câmara dos Representantes dos EUA divulgou o que considerava provas de que o Partido Comunista dos Estados Unidos era representante do governo soviético. Pelo relatório do Comitê, o comunismo poderia ser entendido como um movimento revolucionário de amplitude mundial, dirigido por estrangeiros e que operava com uma disciplina centralizada e subordinada ao Partido Comunista da "Rússia". Além disso, almejava a abolição do sistema econômico capitalista e da democracia e a implantação da ditadura russa.[72]

À medida que o governo dos Estados Unidos intensificava a perseguição aos comunistas naquele país, as discussões acerca do processo de cassação do PCB e a possibilidade de eliminar a ideologia comunista avolumavam-se nos jornais brasileiros. É importante notar que todos os jornais analisados apresentavam-se como anticomunistas e defensores da implantação da democracia no Brasil. No entanto, posicionaram-se de forma diversificada em relação à cassação do PCB e apresentaram diferentes estratégias para a eliminação da ideologia no Brasil. Logo no início das discussões acerca da cassação, a *FM* passou a defender a manutenção da legenda e dos mandatos comunistas. Para os dirigentes do jornal paulista, o fechamento do PCB não seria uma medida acertada, pois era mais fácil combatê-lo na legalidade do que como "entidade clandestina e subterrânea", ou seja, na ilegalidade o partido poderia ter mais força para provocar rebeliões sociais no país.[73] Entretanto, à medida que o governo intensificava suas ações com o objetivo de cassar o

---

72 *CM*, 30/3/1947.

73 *FM*, 5/5/1946.

PCB, o jornal de Nabantino passou a defender essas ações contra o partido, mesmo os atos violentos e perseguições políticas.

Por sua vez, embora se declarassem terminantemente anticomunistas, *OESP* e *CM* declararam-se contra o fechamento da legenda, pois acreditavam que a eliminação dos comunistas do cenário político representava um atentado à democracia brasileira. O *CM* ressaltava o caráter inconstitucional do fechamento da legenda, uma vez que a Constituição garantia seu funcionamento legal. Além disso, entendia que seria um erro de graves consequências tirar a existência legal de um partido que representava centenas de milhares de pessoas e que dispunha de um aparelhamento político para atuar na vida política nacional.[74] Para *OESP*, caso a cassação do PCB se concretizasse, a Constituição seria ferida e a situação política brasileira ficaria grave, uma vez que o governo poderia intervir em estados onde membros do partido dispunham de posições políticas nos governos constituídos. A folha de Júlio de Mesquita Filho alertava para o fato de que, se o PCB fosse cassado, os comunistas tornar-se-iam mártires políticos.[75]

A posição de *OESP* contrária à cassação do PCB foi diretamente criticada por Assis Chateaubriand, que chegou a denunciar uma aproximação entre Luís Carlos Prestes e Júlio de Mesquita Filho. Na oportunidade, Chateaubriand afirmou que, antes de Prestes aliar-se com o governador Adhemar de Barros visando às eleições governamentais de janeiro de 1947, esteve próximo da seção paulista da UDN, dirigida por Júlio de Mesquita Filho.[76] Quando *OESP* passou a defender a existência legal do PCB, Chateaubriand assegurou que a família Mesquita tinha se tornado "agente de Moscou e de Luís Carlos Prestes" no Brasil. Nessa direção, Chateaubriand salientava:

> Sob todos os ângulos em que se projeta a reação brasileira contra os comunistas, *O Estado de S. Paulo* se apresenta como o impertérrito e

74 *CM*, 12/1/1947 e 13/4/1947.

75 *OESP*, 20/4/1947 e 7/5/1947.

76 *DSP*, 8/3/1947.

> angelical advogado desse partido. Um de seus diretores foi até dizer pelo microfone, com tocante candura, que tem um adorável rebento, o qual se chama Luís Carlos em homenagem ao celerado chefe dos bolcheviques caboclos – Chateaubriand se referia a Júlio de Mesquita Filho e a seu filho Luís Carlos, já falecido. Não se pode mais ser terno [...] Vamos levar meses, mas haveremos de doutrinar os rapazes de *O Estado*, cegos pelo jacobinismo, pelas vaidades e pelas limitações de inteligência, gente que se recusa a enxergar a realidade brasileira.[77]

Podemos afirmar que em um campo os diferentes protagonistas têm, frequentemente, representações polêmicas dos outros agentes com os quais estão em concorrência; sendo assim, produzem a respeito deles estereótipos, insultos e criam imagens que visam a denegrir sua imagem, ou seja, as representações de Mesquita e de outros agentes jornalísticos criadas por Chateaubriand podem ser entendidas como estratégias de luta que comprovam a relação de forças dos agentes inseridos no campo jornalístico e visam a transformá-las ou conservá-las, inclusive com proveitos no campo político.

Cabe ressaltar que os posicionamentos de *OESP* e *CM* diante das discussões acerca da cassação do PCB estavam próximos da posição da UDN. Ciente de que o julgamento do PCB seria muito mais político do que jurídico, a UDN posicionou-se e votou contra a medida, pois entendia que, caso ocorresse a cassação dos comunistas, ficaria no Congresso uma representação sem partido e isso poderia incentivar os comunistas a lutar clandestinamente e provocar mais desordens sociais. Além disso, a UDN entendia que a luta contra os comunistas não deveria fugir das bases constitucionais. Para ilustrar esse posicionamento, em 7 de maio de 1947, o líder da bancada udenista na Câmara dos Deputados, Prado Kelly, afirmou que o partido era contra a cassação do PCB porque a Constituição garantia o direito dos partidos de funcionar. Além disso, segundo os líderes udenistas, o PCB representava uma das maiores correntes partidárias do país.[78] Embora se declarasse irreconciliável

---

77 Moraes, 1994, p. 467.

78 *OESP*, 10/4/1947 e 7/5/1947.

com a ideologia comunista, nem por isso a UDN defendeu as medidas arbitrárias contra os comunistas.

Por outro lado, os jornais *DSP*, *JB* e *OG*, a exemplo de seus dois congêneres acima destacados, publicaram matérias e posicionaram-se diante da apresentação das denúncias contra o PCB e a possibilidade da extinção da legenda comunista. Apresentando posições próximas ao governo, os jornais apoiaram a cassação do partido e emitiram representações contrárias à legenda. O jornal *OG* sustentou que o projeto de cassação do partido vinha ao encontro da Constituição, pois esta não autorizava a propaganda de guerra nem de ideologias subversivas à ordem social.[79] Para o *DSP*, a existência do PCB no cenário político nacional era inconstitucional, pois a agremiação estava a serviço da URSS e lutava contra os interesses nacionais.[80] Já o *JB* ressaltava a disposição de Dutra de legalizar a vida política nacional e lutar contra os totalitarismos. Para o *JB*, a legalização do país passava pela extinção da legenda comunista da vida político-partidária.[81] Sendo assim, *DSP*, *OG* e *JB* apresentaram posições bem mais enérgicas a favor da cassação do PCB e defendiam ações mais consistentes do governo a fim de lançá-lo na ilegalidade.

Após a apresentação das denúncias ao TSE, o PCB foi atacado por diversos grupos políticos, sobretudo pela imprensa. A situação dos comunistas começou a complicar-se a partir do momento em que o chefe da polícia do Distrito Federal, Pereira Lira, passou a atuar mais ativamente contra os comunistas. Em 24 de julho de 1946, o chefe da polícia reuniu os jornalistas no Rio de Janeiro para falar-lhes sobre as atividades de agentes extremistas. Na oportunidade, Lira denunciou que "haveria duas semanas de agitações patrocinadas por um poder estranho e que objetivava paralisar o progresso da América Latina". As ações denunciadas pelo chefe da polícia seriam realizadas pela Confederação dos Trabalhadores

79 *OG*, 2/5/1946.

80 *DSP*, 5/1/1946 e 8/5/1946.

81 *JB*, 1/12/1946 e 1/1/1947.

da América Latina e pela Federação Mundial Sindical e seriam incentivadas por agentes russos. De acordo com Lira, existia uma comissão geral comunista que, de Moscou, controlava a vida associativa fundada em bases clandestinas, composta por estrangeiros residentes no Brasil e por maus brasileiros.[82] Ao denunciar o incentivo dos soviéticos a uma onda de ações comunistas na América Latina, Lira pretendia fundamentar as denúncias que foram apresentadas ao TSE contra o PCB e provar que o partido era uma agremiação orientada pelos soviéticos. Seguindo essa linha, em 13 de agosto de 1946, Pereira Lira apresentou um relatório à imprensa brasileira em que denunciava as supostas atividades autoritárias do partido:

> Os elementos reunidos comprovam, a meu ver, sem possibilidades de dúvida, o caráter e a vida dúplice do Partido Comunista: ostensivamente legal, de um lado, do outro, dedicando-se à preparação sistemática da guerra civil e de intervenções perturbadoras da vida nacional, sobretudo para a hipótese de nos vermos conduzidos a situações em que haja antagonismo entre nossos interesses e o da potência estrangeira.

Ao concluir o relatório, Lira afirmou que não havia dúvidas sobre a existência dúplice do PCB e isso poderia ser provado documentalmente a partir de um laudo pericial dos livros de contabilidade do partido. Para o chefe da polícia, o PCB tinha dois estatutos, ou seja, um para ser apresentado à Justiça Eleitoral e outro para a vida prática. De acordo com Lira, a polícia conseguira juntar sete volumes de documentação sobre as atividades do PCB, em que se poderia caracterizar e definir a posição política do partido e suas ligações com o exterior.[83] A partir das denúncias de Pereira Lira, a onda de ataques aos comunistas e as discussões sobre o processo de cassação da legenda ganharam mais espaço nas páginas da impren-

82 *OESP*, 25/7/1946, p.3.

83 *OESP*, 14/8/1946, p.3; DSP, 14/8/1946, p.3.

sa. Como exemplo das ações arbitrárias para calar as vozes dos comunistas, em 6 de setembro de 1946, a sede do Comitê Nacional do PCB foi invadida pela polícia. Na oportunidade, foram levados carimbos, papéis timbrados e outros documentos do partido. Isso demonstra que as forças anticomunistas buscavam, a todo custo, provar que o PCB era uma agremiação a serviço de Moscou e que dispunha de dois estatutos, ou seja, pretendiam legitimar as denúncias apresentadas no TSE. A escalada de denúncias e ações contra os comunistas era um indício de que a cassação do PCB era inevitável. Em 12 de abril de 1947, iniciou-se o julgamento do processo, contando com a participação do ministro Lafayete de Andrada, que presidiu as sessões, além de Álvaro Ribeiro da Costa, Francisco Sá Filho, José Antônio Nogueira, Cândido Mesquita da Cunha Lobo e F. Rocha Lagoa.[84]

Embora diversas forças políticas e parte da imprensa brasileira tivessem defendido a existência legal do PCB, em 7 de maio de 1947, por 3 votos a 2, o TSE cassou a legenda comunista, acatando, assim, as denúncias apresentadas por Barreto Pinto e Himalaia Virgulino. Vale lembrar que a supressão do PCB já vinha sendo preparada pelas forças conservadoras desde 1946, quando o próprio texto constitucional autorizava a cassação do registro de partidos que ameaçassem o funcionamento do regime democrático. A cassação do PCB dividiu as opiniões dos principais agentes políticos e jornalísticos e proporcionou intensos debates na imprensa e nos círculos políticos nacionais. Próximos à UDN, o *CM* e *OESP* mantiveram suas posições e criticaram a cassação, classificando-a de antidemocrática e inconstitucional. Logo após o julgamento, em entrevista concedida à agência France Press em Buenos Aires, o diretor de *OESP*, Júlio de Mesquita Filho, declarou que considerava "um erro a medida adotada pelo TSE cassando o PCB, pois ela tornaria o governo mais impopular e ao mesmo tempo fortaleceria a legenda

84 A favor da cassação da legenda votaram: Cândido Mesquita da Cunha Lobo, F. Rocha Lagoa e José Antônio Nogueira. Os votos contrários à cassação foram de: Álvaro Ribeiro da Costa e Francisco Sá Filho.

comunista que estava com seu prestígio em declínio". Para Mesquita, a luta contra o comunismo deveria ser feita pelo viés democrático e sem ferir os princípios constitucionais.[85] Todavia, apesar de ser contrário à cassação do PCB, *OESP* afirmou que, estivesse a decisão certa ou errada, ela não deveria ser desrespeitada e a Justiça Eleitoral não poderia ser pressionada pela opinião pública. Em editorial de 8 de maio de 1947, o jornal declarava que "o mal já estava feito, e, assim, era necessário procurar atenuar os seus efeitos perniciosos"; além disso, entendia que seria necessário respeitar a decisão do TSE para a preservação das instituições democráticas, uma vez que, quanto mais críticas recebesse, mais a independência do órgão poderia desaparecer.[86] Curiosamente, *OESP* amenizou o tom das críticas logo após a cassação do PCB, entendendo que o ato deveria ser acatado pelas forças políticas, e afirmando que o fechamento do partido não passaria de um ato normal, dentro do regime democrático, desde que o governo não procurasse extrair do julgamento mais do que ele comportava. Para o jornal, todos poderiam admitir o fechamento do PCB se o governo tivesse apresentado provas contundentes de que o partido havia se entregado a práticas antidemocráticas.

Por sua vez, logo após a cassação do PCB, o *CM* aproveitou a oportunidade para criticar o que classificara de ato antidemocrático, mas também para criticar as dificuldades econômicas encontradas pela população durante o governo Dutra. Para o periódico, o fechamento do PCB criou um caos político, pois esse ato significou a agitação e a desconfiança que poderiam colocar em risco a estrutura e representar o fim do campo político nacional. Para o jornal carioca, Dutra, desde que assumira a Presidência da República, revelava uma vocação arbitrária. A folha de Bittencourt classificou o ato de cancelamento da legenda comunista como "péssimo exemplo antidemocrático", pois o governo "poderia ter atenuado essa

85 *OESP*, 9/5/1947.

86 *OESP*, 8/5/1947.

situação se tivesse oferecido uma vida mais digna e com condições econômicas satisfatórias aos trabalhadores".[87]

OESP e *CM* representavam as principais forças opositoras a Dutra na grande imprensa brasileira e, portanto, desaprovaram a cassação do PCB não apenas porque defendiam o regime democrático, mas também porque pertenciam a grupos políticos opostos que disputavam espaço e interesses específicos nos campos político e jornalístico com as forças a favor do governo. Os órgãos paulista e carioca não estavam preocupados em preservar o PCB e o comunismo; preocupavam-se, acima de tudo, com os arranhões sofridos pela Constituição, o que habilitava o governo a também agir contra outros setores políticos nacionais. Os periódicos receavam que as arbitrariedades governamentais se estendessem a outros partidos ou grupos, como nos tempos do Estado Novo. Para os jornais, "pairava sobre todos os partidos a ameaça de serem lançados na ilegalidade no momento que o governo desejasse. O golpe contra o Partido Comunista abria caminho para eventuais investidas contra os demais partidos".[88]

Por outro lado, *DSP*, *FM*, *JB* e *OG* não apresentaram críticas ao governo e ao TSE após o julgamento. Logo após a cassação do PCB, em editorial publicado no *DSP*, intitulado "O epílogo natural", Assis Chateaubriand perguntava a seus leitores: "Fechou um partido nacional? Era o comunismo um grupo político com raízes nos interesses fundamentais e nos sentimentos profundos do Brasil? Merecia ele o nome de partido brasileiro, identificado com os problemas da base da pátria e da democracia?". Respondendo às questões por ele mesmo formuladas, Chateaubriand asseverava que o PCB acompanhava os desígnios da Rússia, era um partido vassalo de um Estado estrangeiro, obediente às determinações do governo russo. Aprovando os atos do governo e do TSE contra o PCB, afirmou que, "fechado pelo Tribunal de juízes, o PCB desaparecia como corpo estranho, pois não tinha nada a ver com a pátria, uma

87 *CM*, 13 e 17/5/1947.

88 *OESP*, 9/1/1948; *CM*, 21/5/1947.

vez que agia com a representação soviética, ou seja, tratava-se de uma mercadoria de exportação que, repelida pelo consumidor, tem de voltar ao mercado de origem".[89] Além de defender a cassação do partido, o *DSP* tentou, por todos os meios, eximir o presidente de qualquer responsabilidade pela cassação da legenda comunista. Em entrevista publicada pelo jornal, o presidente Dutra defendia a decisão do TSE e afirmava que não fora cometida nenhuma arbitrariedade das autoridades policiais no cumprimento das determinações da justiça que mandaram fechar as sedes dos militantes comunistas nos estados.[90]

Por outro lado, de todos os jornais analisados, *OG* foi o que mais apoiou as ações do governo e das autoridades políticas, judiciais e eleitorais que visavam a eliminar a presença do PCB na vida nacional. Desde o momento em que o projeto de cassação foi apresentado no TSE, o jornal publicou diariamente uma série de matérias e colunas para desfavorecer a imagem dos comunistas junto à opinião pública e reforçar o anticomunismo, com o objetivo de conquistar adeptos para sua causa política e consumidores de seus produtos jornalísticos.[91] Assim, o jornal congratulou-se com a decisão do TSE em fechar o partido e com as ações governamentais que visavam a cumprir as determinações desse órgão. Ao comentar o fechamento do PCB, Marinho declarou que tinha esperanças de que, ao conquistar a legalidade, o partido pudesse viver dentro da nova configuração política inaugurada no após guerra e contribuir para o aprofundamento da democracia no Brasil. No entanto, entendia que, com o passar do tempo, a "legenda vermelha" tinha sido responsável por "semear a discórdia" e representava perigo ao regime de liberdade. Além disso, o jornal de Marinho denunciou a campanha comunista que, iniciada logo após a cassação do PCB, obje-

89 *DSP*, 9/5/1947.

90 *DSP*, 20/5/1947.

91 Deixando clara sua posição anticomunista, o jornal publicou em letras garrafais no dia 27 de outubro de 1947 a seguinte manchete: "TODA A AMÉRICA DEVE ROMPER COM A RÚSSIA DOS SOVIETS".

tivava a renúncia de Dutra, alegando para tanto que o presidente estaria traindo a pátria e acabando com o restante da soberania brasileira ao submeter-se aos Estados Unidos. Em sua defesa do governo Dutra, *OG* afirmava que os comunistas, ao liderar aquela campanha, pretendiam solapar as instituições democráticas, criar uma situação de anarquia social, "a fim de que sobre suas ruínas econômicas fosse plantado o regime da foice e do martelo". Como forma de enfrentar os comunistas, o jornal pregava vigilância e combate constante a seus partidários, mesmo quando se tratava da manutenção dos mandatos comunistas.[92]

Seguindo a mesma linha de seu congênere, o *JB* classificara como "memorável" a sessão para julgar a cassação do PCB do Tribunal Superior Eleitoral. Para o jornal carioca, o julgamento do processo despertou interesse da imprensa estrangeira e preconizou que a decisão do TSE iria estender-se a todos os países onde houvesse agremiações partidárias comunistas organizadas. Defendendo a decisão do tribunal e os esforços governamentais em fechar o PCB, o jornal preconizava:

> Muitos procuram argumentar que a democracia é um conceito genérico e que qualquer restrição imposta à liberdade de associação política implica em ofensa a esse conceito. Mas a doutrina não pode servir de base para a apreciação de um caso concreto. O que se impõe é saber se o funcionamento desta ou daquela agremiação está em harmonia com os postulados e princípios democráticos julgados essenciais no regime peculiar ao Brasil.[93]

É importante notar que a cassação do PCB fora entendida pelo *JB* como a defesa do regime democrático brasileiro e, portanto, a decisão do TSE deveria merecer o mais absoluto apoio das correntes políticas e da população em geral. O jornal afirmava não recear as ações dos comunistas posteriores à cassação, pois o TSE tinha

---

92 *OG*, 28 e 29/5/1947.

93 *JB*, 8/5/1947.

tomado a decisão dentro da legalidade constitucional, uma vez que a doutrina comunista representava a revolução, a qual tinha por objetivo a transformação da ordem política, econômica, social e moral pela ditadura do proletariado, ou seja, conspirava contra a Constituição de 1946. Além disso, e a exemplo do *DSP*, o *JB* procurou minimizar a responsabilidade e as ações arbitrárias do governo contra os comunistas sustentando que a decisão era meramente judicial e não política, uma vez que o registro do PCB fora obtido no regime anterior, em que vigorava outra carta constitucional, diferente da aprovada em 1946.[94]

Diferentemente de *OESP* e *CM*, a *FM* concluiu que a cassação do PCB não alteraria o problema do comunismo no Brasil, pois, na ilegalidade ou na legalidade, o partido continuaria a utilizar os mesmos métodos subversivos e de persuasão das massas. E reconhecia que, com a cassação, o governo e as autoridades policiais teriam bases jurídicas legais para reprimir suas ações. Além disso, o jornal passou a reivindicar ações mais enérgicas do governo para elevar o nível cultural e social das massas, blindando-as do convencimento dos comunistas.[95] Chegava a pedir empenho de todas as "nações democráticas" na mesma tarefa:

> ideologia, uma filosofia de vida que os tempos se encarregaram de fazer particularmente grata às classes menos favorecidas pela fortuna. E por isso, ela incorpora o desejo ardente e irreprimível do operariado, do trabalhador manual e intelectual que luta pela obtenção de coisas mais elementares à sua sobrevivência. É a necessidade do pão, do vestuário, da instrução, da educação para os filhos, os anseios por melhores oportunidades de vida, que fazem os homens destes tempos amargos aceitarem sem mais exame a pregação soviética de tempos melhores. Tudo nos convence, portanto, de que, ao invés de cruzarem os braços diante dessa situação, devem as nações democráticas saírem a campo sem demora, e elas próprias solucionar os angustiantes pro-

94 *JB*, 8 e 9/5/1947.

95 *FM*, 9/1/1947.

> blemas populares, antes que as massas desesperadas aceitem a terapêutica violenta da revolução.[96]

No período em que esteve à frente das Folhas, Nabantino declarava-se defensor do regime democrático e marcava posição contrária a todos os regimes totalitários, como o nazismo, o fascismo e sobretudo o comunismo, pois entendia que a URSS ameaçava a democracia, a liberdade e o desenvolvimento do regime capitalista. É possível dizer que, imediatamente após a Segunda Guerra, o jornal paulista defendia a existência legal do PCB, por conta da colaboração dos comunistas durante o conflito internacional. Entretanto, logo em seguida, passou a clamar por medidas que eliminassem o comunismo do cenário político, pois "sua ação representava um risco de se ver transplantado para o Brasil o regime soviético que era responsável em fuzilar dissidentes ou mandá-los para os campos de concentração".[97] O jornal defendia a cassação do PCB e posicionou-se de forma contrária à permanência dos parlamentares comunistas no Congresso. Para justificar sua posição, recorreu à própria Constituição, cuja interpretação "proibia a atividade de partidos não comprometidos com o regime democrático, bem como seus membros ou representantes". Para o jornal, era perfeitamente democrático que a vontade da maioria do povo brasileiro, tal como expressa na Constituição, prevalecesse sobre a vontade dos comunistas e a impedisse de interferir na política.[98]

A partir da cassação do PCB, seus partidários procuraram lutar dentro da ordem legal e institucional. A ilegalidade não os fez abandonar os instrumentos de luta oferecidos pela democracia liberal e eles imediatamente requereram *habeas corpus* ao Judiciário para obter livre trânsito em suas sedes partidárias. Em seguida, procuraram se organizar em torno do Partido Popular Progressista (PPP), agremiação partidária que incorporou as teses centrais do extinto

96 *FM*, 28/2/1948.

97 *FM*, 22/7/1947.

98 *FM*, 13/7/1947.

PCB. O novo partido definiu-se como representante das massas e pretendia lutar a favor da democracia, contra o latifúndio e o imperialismo. Ambas as tentativas foram frustradas (Pandolfi, 1995, p.168-9).

Consumada a cassação da legenda comunista, as atenções dos agentes políticos e jornalísticos voltaram-se para a batalha travada no Congresso Nacional em torno dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo PCB. Dessa forma, debates acalorados sobre a atuação desses parlamentares ocorreram no Congresso Nacional, sendo reproduzidos pela imprensa. De um lado, os parlamentares favoráveis à cassação tentavam legitimar a decisão do TSE e defenderam a eliminação dos mandatos comunistas, pois entendiam que os parlamentares tinham sido eleitos por um partido extinto e, assim, deveriam ser substituídos por representantes de partidos comprometidos com os princípios democráticos. Do outro lado, os contrários à cassação acreditavam que o ato feria a Constituição e que os comunistas tinham sido escolhidos pelo povo, que ficaria sem representatividade política. Em meio a perseguições policiais e virulentos ataques das forças políticas conservadoras, a continuidade dos parlamentares comunistas na vida política nacional tornou-se difícil, sobretudo após a apresentação do projeto de lei 900, de autoria do deputado Ivo de Aquino, que requeria a cassação dos mandatos comunistas em todas as esferas de poder. Além disso, o presidente Dutra assinou o decreto 211, de 7 de janeiro de 1948, que regulava os casos de extinção de mandatos dos membros dos corpos legislativos da União, dos estados, Distrito Federal e dos municípios. Em 10 de janeiro de 1948, o projeto de cassação dos mandatos apresentado por Ivo de Aquino foi aprovado na Câmara dos Deputados por 179 votos contra 74, e a Mesa da Câmara dos Deputados, em face do disposto no artigo 2º, da lei 211, de 1948, declarou extintos os mandatos de 14 deputados federais e suplentes e vários deputados estaduais nas assembleias legislativas eleitos sob a legenda do PCB. O cenário de perseguições aos comunistas completou-se com a proibição do funcionamento da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), intersindical que havia sucedido o Movimento

dos Trabalhadores Unificados (MUT) na coordenação nacional do movimento sindical, e com intervenções que se abateram sobre centenas de sindicatos ligados ao PCB e prisões de vários líderes comunistas acusados de realizar propaganda subversiva (Santana, 2001, p.57). Encerrava-se, assim, mais uma fase da vida do PCB, que, a partir de então, passou a atuar de forma clandestina.

Sob o impacto da dupla eliminação do jogo político partidário, a partir de janeiro de 1948, o PCB alterou sua conduta política e adotou uma postura agressiva com relação ao governo, criticando o regime capitalista e a frágil democracia brasileira. Antes da cassação, o partido classificara Dutra como responsável por um governo de "união nacional", mas, após a extinção da legenda, o definiu como "antidemocrático" e governo da "traição nacional". A expressão "ditadura", praticamente abolida do vocabulário comunista desde 1943, passou, a partir da cassação, a ser adotada corriqueiramente pelos líderes do PCB. Além disso, a proposta de realizar uma política de cooperação entre o capital e o trabalho, defendida pelo partido a partir da tese de união nacional, logo foi substituída por uma intensa campanha que visava a atingir o proletariado e conscientizá-lo da intensa luta de classes travada no país (Pandolfi, 1995, p.170).

Os jornais analisados não ficaram indiferentes diante da eliminação dos parlamentares comunistas do cenário político nacional e publicaram grande quantidade de matérias entre maio de 1947 e janeiro de 1948 sobre o tema. Alinhados ao governo Dutra e reafirmando sua postura anticomunista, *OG*, *DSP*, *FM* e *JB* aprovaram a ideia de cassar os mandatos dos representantes eleitos pelo PCB e anular a votação obtida pela legenda nos pleitos de 2 de dezembro de 1945 e 19 de janeiro de 1947. Durante o período em que se discutia a nulidade dos mandatos comunistas no Congresso Nacional e no Tribunal Superior Eleitoral, os jornais publicaram matérias em que condenavam os protestos dos comunistas – os quais, segundo eles, pretendiam garantir o retorno à legalidade partidária – e as ações políticas que objetivavam blindar suas representações parlamentares. Além de classificar a cassação do partido e dos mandatos

como constitucional, os quatro jornais argumentaram que os representantes comunistas no Congresso Nacional não representavam o povo brasileiro, mas a nação soviética. Ao opinar sobre a cassação dos mandatos comunistas, *OG* declarou que, ao contrário do que muitos haviam afirmado, "não havíamos assistido ao enterro da democracia, mas sim a manifestações de sua vitalidade triunfante como ocorre em todos os países livres como o Brasil". Para o *DSP,* os comunistas atrapalhavam o desenvolvimento da democracia no Brasil, uma vez que legislavam em nome de ideologias estrangeiras no Congresso brasileiro.[99] Para o *JB,* os comunistas conspiravam contra a estrutura democrática do Brasil, e a cassação do PCB representava a defesa da ordem democrática, pois a doutrina do partido era revolucionária e tinha por objetivo a transformação da ordem política, econômica e moral do país.[100] A *FM* entendeu a extinção dos mandatos comunistas como um simples desdobramento da cassação da legenda pelo TSE. Porém, a folha paulista entendia que a cassação dos mandatos não alteraria decisivamente o problema do comunismo no Brasil, pois os comunistas eram perigosos tanto na legalidade, como na ilegalidade.[101]

Assim, *OG, JB, DSP* e *FM* concordavam com a ideia de que a atuação dos parlamentares comunistas na vida política nacional era um perigo às instituições democráticas e constituía um empecilho para a construção e implantação do projeto social encabeçado pelas correntes políticas liberais. Desse modo, a cassação do PCB e de seus mandatos fora entendida pelos quatro jornais como uma forma de blindar o regime democrático das ações subversivas dos comunistas. Assim, ao conceder a cobiçada publicidade estatal, empréstimos em bancos estatais, privilégios no fornecimento de papel e indicações para ocupar cargos públicos na máquina estatal, Dutra conquistou o apoio dos jornalistas a seu governo, que, naquele momento, empenhava-se na eliminação do PCB e de seus mandatos

99 *DSP*, 9/1/1948.

100 *JB*, 9/1/1948.

101 *FM*, 9/1/1948.

da vida política nacional. Ao contrário, *OESP* e *CM,* apostando ou buscando autonomia em relação ao governo, puderam, mais livremente, noticiar e analisar a ação do governo Dutra contra os comunistas, ao publicar noções e valer-se de expedientes que destoavam dos emitidos pelo poder oficial.

Entendendo que o comunismo deveria ser combatido dentro da legalidade constitucional e que a cassação de seus mandatos feria mais uma vez os princípios democráticos garantidos pela carta constitucional aprovada em 1946, os jornais *OESP* e *CM* defenderam a atuação política dos parlamentares comunistas no campo político nacional. Para o órgão paulista, a cassação representava mais uma prova de que os políticos do país ainda não haviam se adaptado a um regime de lei e direito. Entendia que a cassação dos mandatos comunistas seria legal desde que ocorresse dentro dos princípios constitucionais. Além disso, seria necessária a apresentação de provas contra o partido para legitimar tal ação. Para a folha de Mesquita Filho, a cassação da legenda e dos mandatos de seus representantes seria perfeitamente aceita pelas forças democráticas do país se fosse aprovada uma emenda constitucional que autorizasse as forças políticas a excluir os comunistas do jogo político nacional, pois nada deveria ser feito sem desviar os olhos da Constituição.[102] Por sua vez, após a cassação, o *CM* registrou com tristeza e inquietação o que classificou como "golpe deferido contra a Constituição Federal sobre o pretexto de se combater o comunismo". Sendo assim, entendia que o governo Dutra não deveria se iludir, pois o problema do comunismo era político e não policial, ou seja, os parlamentares não poderiam perder o mandato quando cassado o registro da legenda, pois, de acordo com a Constituição de 1946, "o poder emana do povo e não do partido político". Na mesma linha de *OESP*, o jornal de Bittencourt asseverava que, para que os mandatos comunistas fossem cassados, era necessária a realização de uma reforma constitucional ou elaboração de uma nova lei eleitoral. Em

---

102 *OESP*, 16 e 20/4/1947, 19/6/1947, 12/8/1947, 6 e 21/9/1947, 26/10/1947, 8, 9, 10 e 11/1/1948.

acréscimo, afirmou que toda campanha contra o comunismo seria apoiada pelos democratas, desde que não se tocasse na Constituição.[103] Além de *OESP* e *CM*, a UDN também se posicionou contra a cassação do PCB, entendida pela agremiação partidária como inconstitucional.

Em nome da UDN, o deputado Hermes de Lima assinou um parecer na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados em que assinalava a inconstitucionalidade do ato e reafirmava a vocação para a ilegalidade do governo brasileiro. Recorrendo ao artigo 141, parágrafo 8º, da Constituição, o deputado udenista dizia que, pela carta de 1946, ninguém poderia ser privado de seus direitos por convicções religiosas, filosóficas ou políticas. Prosseguindo, Hermes de Lima declarou que, se o governo e a maioria parlamentar julgavam essencial a defesa do regime político brasileiro contra as ações comunistas, deveriam aprovar uma emenda à Constituição que garantisse legalmente a cassação da legenda e dos mandatos comunistas. Para o parlamentar, esse seria o único caminho legal para fechar as portas aos marxistas-leninistas, pois nada justificava a violação frontal e grosseira da Constituição. Sendo assim, o parlamentar assinalava que:

> Desgraçadamente, a vocação da ilegalidade que acompanha o poder neste país tem raízes demasiado profundas, nos maus costumes, na mediocridade dos homens públicos, na ausência de mentalidade constitucional e, agora acentuadamente, na atrasada organização social, matriz do reacionarismo. O poder entre nós considera-se fraco quando organizado para se alimentar da seiva legal. Só se sente forte bebendo a seiva do arbítrio. (Silva, 1976, p.439)

Pode-se ver que os argumentos apresentados pelo órgão paulista e carioca acerca da cassação da legenda e dos mandatos comunistas estavam bem próximos dos posicionamentos políticos da UDN. Do mesmo modo que a agremiação partidária, os jornais

---

103 *CM*, 17 e 29/5/1947, 6, 13, 24, 26, 27/8/1947, 20/9/1947, 8 e 9/1/1948.

OESP e *CM* defenderam o respeito aos princípios constitucionais. Ademais, gozando de certa autonomia em relação ao poder central, puderam, ao contrário dos outros órgãos consultados, criticar as ações arbitrárias do governo contra os comunistas e exigir que os dispositivos constitucionais fossem respeitados. Sendo assim, ambas as folhas pautaram-se, historicamente, pela defesa inconteste da democracia liberal constitucionalista. A cassação da legenda e dos mandatos comunistas fora considerada, pois, inconstitucional e uma afronta ao regime democrático constitucional que despontava após o Estado Novo.

Por outro lado, ao defenderem a cassação do PCB e dos mandatos de seus representantes, os jornais *DSP, FM, JB* e *OG* estavam defendendo seus interesses específicos nos campos político e jornalístico. Os órgãos apoiaram as ações governamentais que visavam a banir os comunistas da vida política nacional. Assim, mantiveram relações de forças que pretendiam garantir seus privilégios e de grupos políticos e jornalísticos no interior dos respectivos campos e, da mesma forma que seus outros concorrentes, objetivavam criar uma representação social de mundo que amalgamasse os interesses particulares do grupo político dominante, dos dirigentes de cada jornal e, também, dos principais anunciantes. Desse modo, seus posicionamentos acerca da participação dos comunistas na vida político-partidária estavam próximos aos do governo e das correntes políticas conservadoras. Em suma, ao se posicionarem favoravelmente ao lado do grupo político dirigente, os quatro jornais buscavam garantir seus privilégios, como interesses na distribuição de papel, concessões radiofônicas, informações oficiais exclusivas e, principalmente, verbas publicitárias governamentais. Logo, deixaram de lado a questão da autonomia de seus jornais.

Considerações finais

Este livro apresentou reflexões sobre as concepções de democracia emitidas pelos grandes diários liberais brasileiros no período marcado por uma dupla transição, tanto política, balizada pelo enfraquecimento da estrutura estadonovista e pelo despontar da democratização nacional, quanto jornalística, marcada pelos passos iniciais da imprensa em direção ao modelo empresarial. Tratou dos posicionamentos da imprensa acerca do processo de democratização nacional, ocorrido a partir do início de 1945, e da cassação do PCB, ocorrida em maio de 1947, e de seus mandatos, em janeiro de 1948, atos que macularam os princípios democráticos defendidos pelas folhas pesquisadas. Objetivou, ainda, historiar as transformações técnicas, organizacionais e profissionais vivenciadas pelo campo jornalístico brasileiro, sobretudo a partir de meados da década de 1940, tendo como foco seis grandes diários liberais: os paulistas *OESP*, *DSP* e *FM*, e os cariocas *CM*, *JB* e *OG*.

É possível afirmar que as transformações verificadas na imprensa brasileira não aconteceram de forma isolada ou abrupta, mas fizeram parte de um intenso processo de transformação, que ocorreu à medida que os profissionais da imprensa observavam, coletivamente, as modificações pelas quais passavam seus concorrentes. Diferentemente do sinalizado na bibliografia mais recente

ocupada com o tema, podemos concluir que a influência do jornalismo norte-americano sobre a imprensa brasileira não se deu somente a partir da década de 1950, mas esteve em curso desde o final do século XIX, quando alguns jornalistas brasileiros começaram a ter contato com o jornalismo dos Estados Unidos. Tal processo se acentuou a partir da década de 1940, sobretudo durante a sua segunda metade, período em que o uso e tratamento mais constante dos conteúdos jornalísticos produzidos pelas agências de notícias norte-americanas, por jornalistas brasileiros, contribuíram para que diários nacionais passassem, pouco a pouco, a pautar-se pela objetividade e racionalização do trabalho jornalístico. Nessa ocasião, diversos profissionais do jornalismo brasileiro iam aos Estados Unidos e retornavam motivados a implantar novas experiências e técnicas jornalísticas daquele país em suas folhas, sobretudo quanto à paginação, distribuição de matérias, modelo administrativo e organizacional e estrutura comercial. Os dois primeiros aspectos influenciaram até a produção do *Diário Oficial da União*.

Ademais, podemos dizer que a regulamentação e o reconhecimento governamental da atividade jornalística estimularam a valorização e a profissionalização do jornalismo. Durante o governo Vargas, os jornais e profissionais da imprensa passaram a contar com um conjunto de leis que ofereceu um caráter profissional e organizacional à atividade. Por meio de decretos, Vargas instituiu o estatuto das universidades brasileiras, regulou o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior na esfera pública ou privada, tentou promover a criação de escolas de preparação ao jornalismo, autorizou o funcionamento do curso superior de jornalismo, definiu níveis salariais aos profissionais da imprensa baseados em suas funções e regiões do país, definiu o salário mínimo dos profissionais da imprensa e reconheceu o trabalho jornalístico como intelectual. Entretanto, o objetivo de Vargas não era simplesmente favorecer os profissionais da imprensa com legislação específica, mas, por meio desse expediente, conquistar o apoio, para seus projetos políticos, das categorias de profissionais envolvidos com a produção jornalística. Além disso, Vargas, durante o Estado Novo,

utilizou-se de outras táticas para manter seu poder de influência sobre a imprensa, notadamente sobre os jornais. Pela concessão de publicidade estatal, distribuição de cotas de papel e empréstimos oficiais favorecidos, o ditador conquistou o apoio de parte significativa dos proprietários e dirigentes dos jornais. Pela concessão de benefícios profissionais aos trabalhadores da imprensa e pela cooptação dos proprietários de empresas de comunicação social, além da ação do DIP, Getúlio Vargas conseguia manter o controle sobre os dois polos fundamentais da produção jornalística. Aos jornais que não se submetessem às determinações oficiais autoritárias e ao esquema de cooptação estadonovista, restavam perseguições e intervenções, como foi o caso de *OESP*.

A proximidade do governo federal com os proprietários de jornais se manteria durante o início do governo Dutra. Com o intuito de conquistar o apoio da imprensa a seus projetos políticos, o presidente logo tratou de conceder benefícios políticos e econômicos aos proprietários de jornais, oferecendo importantes cargos a pessoas ligadas a alguns empresários da comunicação social e beneficiando os interesses empresariais do setor ao vetar o projeto de lei de autoria de Café Filho que, aprovado pelo Congresso Nacional, determinava aumentos salariais e benefícios trabalhistas aos profissionais da imprensa. Tais relações explicitavam que, mesmo na retomada da vida política democrática, os proprietários dos grandes jornais deixavam de lado ou minoravam a importância de conquistar ou ampliar a autonomia da imprensa em relação ao poder político ou governos constituídos, ficando sujeitos às diretrizes e imposições governamentais. Dos seis grandes jornais analisados, apenas *OESP* e *CM* empenhavam-se em exercitar aquela autonomia, devido, em certa medida, à proximidade de ambos às ideias e propostas da UDN.

Todos os seis jornais analisados declaravam-se democratas, liberais, defensores da liberdade de expressão e imprensa, porém anticomunistas; e, apesar de suas relações com o governo Dutra, publicaram diferentes posicionamentos sobre a retomada da democracia parlamentar representativa e a cassação da legenda e dos

mandatos comunistas. Os diários *OG, JB* e *DSP* acreditavam que a democracia só seria alcançada com a realização de eleições livres, aprovação de um novo texto constitucional liberal e completa eliminação da ditadura. Entretanto, dada a proximidade com o governo, os três jornais apoiaram as medidas políticas iniciais de Dutra e se conformaram às práticas arbitrárias e cerceadoras encetadas por um governo eleito pelo voto direto e durante a vigência do signo da democratização. Ao se alinhar ao governo, Roberto Marinho, Pereira Carneiro e Assis Chateaubriand mostravam-se preocupados somente com questões empresariais, uma vez que pareciam considerar a dependência de suas empresas ao governo Dutra como a alternativa mais viável para obter fundos que pudessem ser aplicados nas transformações tecnológicas exigidas pelas alterações que ocorriam no campo jornalístico. Assim, ao conquistar importantes benefícios do governo, os jornais *OG, DSP* e *JB* não apostaram na autonomia da imprensa como uma vital e importante nota da democracia, mesmo a democracia de cunho liberal, sempre defendida nas páginas daqueles diários.

Os proprietários daqueles três periódicos apostaram na ampliação estrutural e tecnológica do campo jornalístico brasileiro, já que investiram na diversificação de suas atividades comunicacionais, como a edição de revistas e a radiodifusão, sendo esta última um dos móveis que levaram Marinho, Chateaubriand e Pereira Carneiro a manter suas folhas favoráveis a todas as medidas e projetos do governo Dutra, pois as emissoras de rádio no país dependiam de concessão pública do Estado para funcionar e de verbas oficiais para desenvolver-se tecnologicamente. Esse processo à época era muito dispendioso do ponto de vista financeiro, mas, uma vez alcançado, garantia melhores posições das empresas de comunicação no campo jornalístico, o que há muito era perseguido por Chateaubriand e se tornara preocupação de Marinho.

Dentro desse quadro, não espanta o fato de os jornais *OG, DSP* e *JB* terem seguido e apoiado fielmente as medidas arbitrárias do governo Dutra contra os comunistas, quer durante a cassação da legenda do PCB e do fechamento da imprensa comunista, quer no

processo de cassação dos mandatos políticos dos representantes eleitos por aquele partido. Para os jornais, os comunistas não tinham direito a expressar legal e democraticamente suas ideias e projetos. Assim, a liberdade de imprensa e expressão defendida pelo liberalismo democrático transformava-se, na produção jornalística das três folhas, sempre prontas a definir-se como democratas e liberais, em meros tipos impressos em suas páginas.

Já os diários *CM* e *OESP* apresentavam concepções políticas próximas entre si e bastante distintas das defendidas pelos jornais de Marinho, Chateaubriand e Pereira Carneiro, quer em relação às medidas iniciais do governo Dutra, quer acerca da cassação do PCB e dos mandatos políticos dos comunistas. Para ambas as folhas, a sobrevivência do regime democrático seria determinada pelo respeito aos princípios constitucionais. Embora se declarassem anticomunistas, *OESP* e *CM* preconizavam em suas páginas que as medidas oficiais contra os comunistas representavam um ataque à então recém-promulgada Constituição de 1946, uma vez que os atos do governo Dutra feriam o dispositivo constitucional que garantia a livre manifestação de ideias e de posições políticas. Salientavam que nada de explícito ou definitivo havia na Constituição que autorizasse a cassação do PCB. E avaliavam que o processo contra os comunistas não dispunha de provas cabais que pudessem incriminá-los. Ademais, alegavam que o fechamento da imprensa comunista fazia lembrar as arbitrariedades cometidas durante o Estado Novo, e que a Constituição garantia a livre manifestação do pensamento e a liberdade de imprensa; portanto, o governo não tinha o direito de perseguir ou fechar a imprensa comunista.

Se, de um lado, tais posicionamentos de *OESP* e *CM* alinhavam-se aos defendidos pela UDN, de outro, eles expressavam a coerência de ambos na defesa do liberalismo democrático e seu empenho no que se refere à autonomia da imprensa com relação ao poder político, fosse do Estado ou de governos constituídos. O diário carioca e o paulista apresentavam tais posicionamentos pelo fato de seus proprietários – Paulo Bittencourt e Júlio de Mesquita Filho, respectivamente – nutrirem-se, desde sua formação escolar na Euro-

pa, por princípios e propostas calcados no liberalismo democrático e constitucionalista, bem como pelo fato de ambos pouco se interessarem ou se empenharem na conquista de emissoras de rádio, acreditando, talvez, que o caminho para a autonomia política dos jornais estivesse muito mais no jornalismo impresso do que na radiodifusão.

Os jornais *CM* e *OESP* podem ter contribuído de forma mais modesta com as modificações do campo jornalístico do ponto de vista tecnológico e estrutural, quando comparados a seus concorrentes diretos, porém foram responsáveis pelo empenho efetivo para que a liberdade de expressão e de imprensa não fosse totalmente suprimida dentro da nova configuração que se abria ao campo jornalístico e das alterações no campo político. A produção daqueles dois jornais, com notícias e análises das práticas democráticas previstas constitucionalmente e as ações que procuravam desconsiderá-las mostram que democracia não era apenas uma palavra a adornar as páginas de ambos durante o período de 1945 a 1948. Enfim, os jornais de Paulo Bittencourt e Júlio de Mesquita Filho exercitaram, naquele início de democracia parlamentar representativa, um jornalismo com certa autonomia em relação ao poder do Estado e de governos.

Por sua vez, a *FM* ocupou posição intermediária em relação a seus cinco concorrentes diretos, com posições políticas que oscilavam constantemente. A folha de Nabantino apoiou a candidatura de Eduardo Gomes à Presidência da República, mas, quando percebeu que a vitória de Dutra era certa, mudou de opinião e tratou de se aproximar do candidato vitorioso, com vistas a se beneficiar do governo a ser constituído. Além disso, logo no início das discussões acerca da cassação do PCB, o jornal defendeu a existência legal do partido, pois acreditava que os comunistas eram mais nocivos vivendo na ilegalidade. Entretanto, quando o governo passou a intensificar suas ações contra o partido, a folha de Nabantino pôs-se a apoiar as medidas políticas do governo contra o PCB. Ao oscilar em seus posicionamentos ideológicos e apoiar as propostas governamentais, o jornal paulista mostrava-se inseguro em apostar na

autonomia em relação ao poder político, ou mesmo em exercitá-la, preferindo acercar-se dos benefícios que pudessem advir da relação de proximidade com o governo Dutra. Quanto às modificações estruturais e tecnológicas do campo jornalístico brasileiro, Nabantino, à frente das Folhas, contribuiu com a estruturação de um novo modelo jornalístico, calcado na objetividade e visão comercial e empresarial. Um dos traços dessa nova visão jornalística inaugurada por Nabantino foi a criação do Programa de Ações das Folhas em 1948, que conferiu aos jornais do grupo um modelo mais racional e objetivo no que tange à produção jornalística. O documento conferia identidade às Folhas e regulava as atividades profissionais a serem desempenhadas no interior da empresa, além de definir as relações do jornal com o Estado, com a política internacional, com a questão social, com fontes de receita, entre outros. Nabantino foi também responsável pela introdução de técnicas que dinamizaram o processo de produção jornalística e modernizaram as Folhas, as quais passaram a ser reguladas pela racionalização e pelo profissionalismo. Porém, o signo da oscilação parecia acompanhar as decisões do grupo até mesmo com relação às novas configurações do campo jornalístico, pois, embora conquistasse uma emissora de rádio, a empresa deixava de lado, naquele momento, a exclusividade da imprensa impressa, distanciando-se da prática dos proprietários de *OESP* e *CM*, mas não se empenhava amplamente para manter-se nas atividades de radiodifusão, como faziam os donos de *OG*, *DSP* e *JB*.

Fontes e referências bibliográficas

Fontes

O Estado de S. Paulo, período 2/1944-2/1948.
Diário de São Paulo, período 2/1945-2/1948.
Folha da Manhã, período 2/1945-2/1948.
Correio da Manhã, período 2/1945-2/1948.
Jornal do Brasil, período 2/1945-2/1948.
O Globo, período 2/1945-2/1948.
Anuário Brasileiro de Imprensa. Rio de Janeiro, outubro de 1949.
____. Rio de Janeiro, maio de 1952.
BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei nº 19.770, de 19 de março de 1931.
BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931.
BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei nº 24.776, de 14 de julho de 1934.
BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei nº 452, de 5 de julho de 1937.
BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei nº 421, de 11 de maio de 1938.
BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei nº 431, de 18 de maio de 1938.
BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei nº 910, de 30 de novembro de 1938.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei nº 1.949, de 30 de dezembro de 1939.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei nº 2.101, de 1º de abril de 1940.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei nº 5.480, de 13 de maio de 1943.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.037, de 10 de novembro de 1944.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei nº 7.582, de 25 de maio de 1945.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei nº 7.858, de 13 de agosto de 1945.

BRASIL. Decreto-lei nº 15.273, de 6 de dezembro de 1945.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei nº 8.543, de 3 de janeiro de 1946.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei nº 8.644, de 11 de janeiro de 1946.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946.

BRASIL. Decreto-lei nº 22.245, de 6 de dezembro de 1946.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto-lei nº 46, de 5 de abril de 1947.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei nº 22.938, de 15 de abril de 1947.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto-lei nº 254, de 2 de junho de 1947.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto-lei nº 810, de 10 de outubro de 1947.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto-lei nº 900, de 30 de outubro de 1947.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-lei nº 211, de 7 de janeiro de 1948.

CONSOLIDAÇÃO das Leis do Trabalho, 1º de maio de 1943.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, P. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABREU, A. A. (Org.). *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

_____. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ANDRADE, J. R. *Um jornal assassinado*: a última batalha do *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

BAHIA, J. *Jornal, história e técnica*. São Paulo: Martins, 1967.

_____. *Jornalismo, informação e comunicação*. São Paulo: Martins, 1971.

_____. *Jornal, história e técnica*: história da imprensa brasileira. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, M. *História cultural da imprensa (Brasil – 1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BETHELL, L. *Entre a Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BIAGI, O. *O imaginário e as guerras da imprensa*: estudo das coberturas realizadas pela imprensa brasileira da Guerra da Coreia (1950-1953) e da Guerra do Vietnã na sua chamada "fase americana" (1964-1973). Campinas, 2001. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

BIAL, P. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

_____. *Sobre a televisão seguido da influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BUSETTO, A. Pela legitimidade de prever: Ibope, imprensa e lideranças políticas nas eleições paulistas de 1953 e 1954. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, n.31, 2003.

CALABRE, L. *A era do rádio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. *O bravo matutino*: imprensa e ideologia no jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

_____. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. *Os arautos do liberalismo*: imprensa paulista (1920-1945). São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARONE, E. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1980.

_____. *A Terceira República*. São Paulo: Difel, 1976.

_____. *Movimento operário no Brasil*: 1930-1964. São Paulo: Difel, 1981.

_____. *O PCB (1943-1964)*. v.2. São Paulo: Difel, 1982.

_____. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.

CHAMPAGNE, P. A visão mediática. In: BOURDIEU, P. (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHILCOTE, R. *Partido Comunista Brasileiro*: conflito e integração, 1922-1972. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CUNHA, L. A. *A universidade temporã*: o ensino superior da Colônia à era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DE LUCCA, T. R. *A Revista do Brasil*: um diagnóstico para a (n)ação. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Pós-1930. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2003. CD-Rom.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Pós-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DULLES, J. F. *Carlos Lacerda*: a vida de um lutador. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003.

FICO, C. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In: MOTA, C. G. (Org.). *Viagem incompleta, a experiência brasileira*: a grande transação. São Paulo: Senac, 2000.

GOLDENSTEIN, G. T. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

GOMES, A. C. G. *A invenção do trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HOUAISS, A. et. al. *Brasil-URSS*: 40 anos de estabelecimento de relações diplomáticas. Rio de Janeiro: Revan, 1985.

JEANNENEY, J.-N. A mídia. In: REMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996.

KUSHNIR, B. *Cães de guarda*: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

LAGE, N. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

LATTMAN-WELTMAN, F. Imprensa carioca nos anos 50: os "anos dourados." In: ABREU, A. A. *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

LAURENZA, A. M. A. *Lacerda x Wainer*: o corvo e o bessarabiano. São Paulo: Senac, 1998.

LINS E SILVA, Carlos Eduardo *O adiantamento da Hora*: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.

MARCONDES FILHO, C. *O capital da notícia*. São Paulo: Ática, 1986.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa*: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro; Campinas: Revan; Editora da Unicamp, 1998.

MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MELO, J. M. Costa Rego, o primeiro catedrático do jornalismo do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v.XXIII, n.1, jan./jun. 2000.

MIRANDA, Y. R. de. *Os últimos 13 anos do Senado no Rio*. t.1. Rio de Janeiro: Nórdica, 1991.

_____. *Os últimos 13 anos do Senado no Rio*. t.2. Rio de Janeiro: Nórdica, 1993.

MORAES, D. *Prestes com a palavra*: uma seleção das principais entrevistas do líder comunista. Campo Grande: Letra Livre, 1997.

_____; VIANA, F. *Prestes*: lutas e autocríticas. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.

MORAES, F. *Chatô*: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREL, E. *A trincheira da liberdade*: história da liberdade. Rio de Janeiro: Record, 1988.

MOTA, C. G.; CAPELATO, M. H. *História da Folha de S.Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impress, 1981.

MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

MOURÃO, M. M. *Dutra*: história de um governo. Rio de Janeiro, 1955.

NOGUEIRA, O. *A Constituinte de 1946*: Getúlio, o sujeito oculto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NOVELLI JR.; LEITE, M. R. (Org.). *Marechal Eurico Gaspar Dutra*: o dever da verdade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

NUZZI, E. de F. 40 anos de ensino de jornalismo no Brasil: relato histórico. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). *Ensino de comunicação*: análises, tendências e perspectivas. São Paulo: Abecom (ECA/USP), 1992.

PANDOLFI, D. *Camaradas e companheiros*: história e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

_____. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

POMAR, P. E. da R. *A democracia intolerante*: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950). São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PORTO, S. (Org.). *O jornal*: da forma ao sentido. Brasília: Editora da UnB, 2002.

RABELO, G. *O capital estrangeiro na imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RAMOS, J. N. *Jornalismo*: dicionário enciclopédico. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1970.

REMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

REZENDE, R. A. *1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que*

o rei: o fechamento do PCB e o rompimento de relações Brasil-URSS. Dourados, 2006, 115 p. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

REZNIK, L. *Democracia e segurança nacional*: a polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RIBEIRO, A. P. G. *Jornalismo, literatura e política*: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, n.31, 2003.

_____. Clientelismo, corrupção e publicidade, como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 50. In: *Anais do 24º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Campo Grande/MS, setembro de 2001. São Paulo: Intercom, 2001. CD-Rom.

RIBEIRO, J. C. *Sempre alerta*: condições e contradições do trabalho jornalístico. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, J. H. *Jornalistas: 1937-1997*: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

RODEGHERO, C. S. *Religião e patriotismo*: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História (São Paulo)*, v.22, n.44, p.463-87, 2002.

RODRIGUES, L. M. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, B. (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano. v.3, t.III. São Paulo: Difel, 1983.

SÁ, A. *O jornalista brasileiro*: a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, de 1946 a 1985. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1985.

SANTANA, M. A. *Homens partidos*: comunistas e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: Boitempo, 2001.

SEVCENKO, N. Jornalismo, disseminação e democracia. In: *Um país aberto*: reflexões sobre a *Folha de S.Paulo* e o jornalismo contemporâneo. São Paulo: Publifolha, 2003.

SILVA, H. *1945:* por que depuseram Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SODRÉ, N. W. H*istória da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
_____. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
SOTANA, E. C. *Relatos de viagens à URSS em tempos de Guerra Fria*: uma prática de militantes comunistas brasileiros. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006.
SOUZA, M. do C. C. de. *Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.
TASCHNER, G. *Folhas ao vento*: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
TRAVANCAS, I. S. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1993.
VOLCHEK, B. URSS-Brasil: 40 anos de relações diplomáticas. In: HOUAISS, A. et al. *Brasil-URSS*: 40 anos do estabelecimento de relações diplomáticas. Rio de Janeiro: Revan, 1985.
WAINBERG, J. *Império das palavras*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
WAINER, S. *Minha razão de viver*: memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1987.
WEFFORT, F. C. *Por que democracia*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Textos consultados na Internet

BASTOS, P. P. Z. (2003). O presidente desiludido: pêndulo de política econômica no governo Dutra (1946-1951). Disponível em <http:// www.abphe.org.br>. Acesso em 26/12/2007.
COSTA FILHO, O. Uma nova imagem do governo JK (depoimento ao repórter Gilberto Negreiros). *Folha de S.Paulo*. Dossiê Memória da Imprensa. Série Jornalistas Contam a História. Disponível em <http://www.almanaque.folha.uol.com.br/memória_home.htm>. Acesso em 20/4/2007.
DUARTE, P. O levante paulista em 1932 (depoimento ao repórter Noé Gertel). *Folha de S.Paulo*. Dossiê Memória da Imprensa. Série Jornalistas Contam a História. Disponível em <http://

www.almanaque.folha.uol.com.br/memória_home.htm>. Acesso em 20/4/2007.

MAGALHÃES JUNIOR, R. Os ensinamentos dos anos 30 (depoimento ao repórter Gilberto Negreiros). *Folha de S.Paulo*. Dossiê Memória da Imprensa. Série Jornalistas Contam a História. Disponível em <http://www.almanaque.folha.uol.com.br/memória_home.htm>. Acesso em 20/4/2007.

SACCHETTA, H. 1943, SP enfrenta a censura (depoimento ao repórter Noé Gertel). *Folha de S.Paulo*. Dossiê Memória da Imprensa. Série Jornalistas Contam a História. Disponível em <http://www.almanaque.folha.uol.com.br/memória_home.htm >. Acesso em 20/4/2007.

SILVEIRA, J. O Estado Novo e o getulismo (depoimento ao repórter Gilberto Negreiros). *Folha de S.Paulo*. Dossiê Memória da Imprensa. Série Jornalistas Contam a História. Disponível em <http://www.almanaque.folha.uol.com.br/memória_home.htm>. Acesso em 20/4/2007.

SOBRE O MASP. Disponível em <http://masp.uol.com.br/sobreomasp/histórico.php>. Acesso em 15/1/2006.

WAINER, S. Por que Café Filho traiu Getúlio (depoimento ao repórter Wianey Pinheiro). *Folha de S.Paulo*. Dossiê Memória da Imprensa. Série Jornalistas Contam a História. Disponível em <http://www.almanaque.folha.uol.com.br/memória_home.htm >. Acesso em 20/4/2007.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm
Mancha: 23, 7 x 42,10 paicas
Tipologia: Horley Old Style 10,5/14
2009

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral
Tulio Kawata